

A Guerrilha do Araguaia

(1967-1975)

*Paulistas e Militares
na Amazonia*

Durbens Nascimento

A GUERRILHA DO ARAGUAIA (1967-1975)
Paulistas e Militares na Amazônia



Universidade Federal do Pará – UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA

Diretor-Geral: Armin Mathis

Diretora-Adjunto: Mirleide Chaar Bahia

Editora

Editor-Chefe: Armin Mathis

Diretora Executiva: Aurilene Ferreira Martins

Conselho Científico

Presidente - Prof. Dr. Armin Mathis – Universidade Federal do Pará.

Vice-Presidente - Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia – Universidade Federal do Pará.

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade Nacional de Brasília.

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodriguez – Universidad de La Habana, Cuba.

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia, Letícia.

Prof. Dr. Julien Meyer – Université Grenoble Alpes, CNRS, GIPSA-lab, France.

Prof. Dr. Josep Pont Vidal – Universidade Federal do Pará.

Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro, Portugal.

Prof. Dr. Miguel Pinedo-Vasquez – Columbia University, New York, EUA.

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará.

DURBENS NASCIMENTO

A GUERRILHA DO ARAGUAIA (1967-1975)
Paulistas e Militares na Amazônia

Belém-Pará
NAEA
2021

Texto revisado conforme as regras do novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Revisão e Diagramação

Lairson Costa

Criação da capa

Andréa Pinheiro

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA**

N244 Nascimento, Durbens Martins
A Guerrilha do Araguaia (1967-1975) [recurso eletrônico]
: *paulistas* e militares na Amazônia / Durbens Martins Nascimento. — Dados eletrônicos. — Belém: NAEA, 2021.

Modo de acesso: <http://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicações>

Editado originalmente como Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

235 p.; il.

ISBN 978-85-7143-201-7

1. Guerrilhas - Amazônia. 2. Araguaia, Guerrilha do, 1972-1974. 3. Militares - Amazônia. I. Título.

CDD 22. ed. – 355.021809811

Elaborado por Ruthane Saraiva da Silva – CRB-2/1128

© Direitos Reservados à Editora NAEA
Av. Perimetral, nº 1 - Campus Universitário do Guamá
Belém - PA - CEP 66.075-750 - (91) 3201-7231
editora_naea@ufpa.br

In Memoriam

Paula Nascimento Alves (1957-1992)

Minha irmã

João da Costa Nascimento (1936-2008)

Meu pai

Maria Mercedes Santos (1965-2018)

Minha irmã

Dedico este livro aos familiares dos mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. E aos ex-guerrilheiros Amaro Lins, Dower Moraes Cavalcante, Glênio Fernandes de Sá e Ângelo Arroyo, que sobreviveram à primeira batalha, mas não à segunda.

Na Guerrilha do Araguaia
Morreu muitos Brasileiros
Políticos e Camponês
Mais teve uns que sofreram
Sendo assim torturado
Passando por desespero
Quando fala na Guerrilha
Tem gente que não conhece
Mais tem alguns que tem medo
E tudo logo se esquece
E quem escapou da morte
Ainda hoje padece [...]

Trechos do poema “Guerrilha do Araguaia; tortura dor e sofrimento”. Literatura de Cordel.

Autor identificado como “Poeta Craveirinha: o Doutor da Poesia”. Adquirido pelo autor em Marabá-PA.

AGRADECIMENTOS

Para a pesquisa que originou a dissertação em 2000, bem como o trabalho de atualização de aspectos dela e que permitiu a elaboração deste livro, convergiram para a sua conclusão uma rede de colaboradores e amigos/as, aos quais gostaria de citar como testemunho do meu mais profundo agradecimento.

A Aurilene Ferreira Martins, minha companheira de compartilhamento diário de afazeres ligados às nossas vidas, e a nosso filho Itauê Ferreira Martins. Sem esse apoio primeiro, há incertezas se conseguiria levar a cabo o planejamento do livro.

Aos orientadores, Profa. Dra. Maria Célia Nunes Coelho pelo aceite, paciência e interesse com que se dedicou à tarefa da orientação e cuja lucidez intelectual permitiu-me que ideias toscas se transformassem numa proposta estimulante, e Prof. Dr. Thomas Hurtienne, *in memoriam*, pela coorientação e também pelas sugestões durante a defesa do Projeto naquele agosto de 1997.

Aos amigos Josélio de Lima Rodrigues e Paulo Fontelles Filho, *in memoriam*. Ao primeiro porque realizou uma das entrevistas em Marabá; ao segundo pela gentileza de fornecer o material sobre a Guerrilha, que reuniu quando estive na região do Araguaia, em 1996, acompanhando a Comissão de Familiares de Desaparecidos da Guerrilha e a equipe de pesquisadores liderada pelo antropólogo argentino Luis Fondebrider, que tentou, em vão, encontrar os restos mortais dos guerrilheiros. Ambos e mais a Andrea Lúcia de Oliveira Nascimento agiram como assistentes de pesquisa. Sem a valiosa ajuda dessas pessoas tudo teria ficado mais difícil.

Ao Emmanuel Wamberg, o “Mano”, missionário da Igreja Católica que testemunhou a intensificação da presença dos militares após o fim da Guerrilha e uma espécie de memória lúcida do processo de ocupação do sul e sudeste do Pará. Sou grato pelo apoio e pela riqueza de seus conhecimentos; sobretudo pela gentileza com que ele e sua companheira me receberam em sua residência em Marabá. Aos Senhores Sinval, Amaro Lins e ao Padre Chico (Francisco Carvalho da Silva). E a querida Eneida Guimarães, militante comunista desde a Ação Popular, liderança atual do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) pela generosidade de me ceder o dossiê sobre a Guerrilha que estava sob a guarda da Comissão de Agitação do partido em Belém, Pará e por ter, em 1999, me apresentado o ex-guerrilheiro Amaro Lins.

À funcionária Socorro, bibliotecária da antiga Biblioteca do Campus Universitário Araguaia-Tocantins, hoje Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) pela paciência que teve ao emprestar-me livros e periódicos durante a pesquisa em Marabá.

Aos alunos Valdivino Alves Moreira Souza, de São Domingos do Araguaia, e Necy Martins de Souza Almeida, de Marabá, que se interessaram pelo assunto e, nas conversas, ajudaram-me a tirar muitas dúvidas no decorrer da pesquisa na região. E sem o auxílio da Beatriz (Bia) não teria entrevistado seu tio, o Senhor Sinval, em Marabá, Pará.

A Gláucia Amorim e a Tereza Moraes, funcionárias da Secretaria do PLADES, pelo tratamento cordial dispensado durante a minha permanência como aluno do curso do mestrado do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA.

À Secretaria da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados pela gentileza de me enviar o depoimento do Coronel Pedro Corrêa Cabral.

A Romualdo Pessôa Campos Filho, pesquisador da Universidade Federal de Goiás (UFG), que gentilmente me enviou, em 1995, parte do material de pesquisa, que incluiu depoimentos na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) sobre mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia.

Ao revisor Lairson Costa, que tem se dedicado com esmero para a qualidade deste trabalho.

E, finalmente, minha gratidão à Editora NAEA e a seu Conselho Científico pela dedicação e qualidade de seus produtos – sempre resultado de pesquisas que têm fomentado o desenvolvimento regional.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Generais Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel – Presidentes da República Federativa do Brasil e Comandantes Supremos das FFAA no combate à Guerrilha	60
Figura 2 - Comandante guerrilheiro Maurício Grabois	85
Figura 3 - Esquema demonstrativo das etapas da Guerrilha do Araguaia: 1967 a 1975.....	118
Figura 4 - Quadro das Operações Militares antes e na Primeira Campanha de Cerco e Aniquilamento	129
Figura 5 - Organograma do funcionamento das FORGAS	132
Figura 6 - Chacina da Lapa. Corpo do comandante guerrilheiro Ângelo Arroyo e do dirigente Pedro Pomar, 1976	135
Figura 7 - Comandante guerrilheiro Orlando da Costa, o “Osvaldão”	136
Figura 8 - Rostos do(a)s guerrilheiro(a)s	141
Figura 9 – Guerrilheiro sobrevivente Micheas Gomes de Almeida – Zezinho	143
Figura 10 - Encontro do Presidente Jair Bolsonaro com o Major da reserva do Exército Sebastião de Moura Rodrigues, Major Curió – Brasília – DF, 4 de maio de 2020	150
Figura 11 - Major da reserva do Exército Sebastião de Moura Rodrigues, Major Curió – na região do Araguaia	150
Figura 12 - Auto de prisão do guerrilheiro Pedro Albuquerque	151
Figura 13 - Linha de Comando das FFAA na repressão à Guerrilha	153
Figura 14 - Pontos estratégicos de localização da presença das FFAA na região da Guerrilha	154
Figura 15 - As primeiras tropas a chegarem ao Araguaia – 1972	156
Figura 16 - Agrupamento das FFAA na região do Araguaia	157
Figura 17 - Cartaz do Grupo Brasil Tortura Nunca Mais. Dos 42, a metade é de desaparecidos na região do Araguaia	162

Figura 18 - Familiares de guerrilheiro durante a primeira Caravana dos Mortos e Desaparecidos na Região do Araguaia	165
Figura 19 - Momento da prisão de José Genuíno Neto	168
Figura 20 - Os corpos do médico João Carlos Haas e de outro guerrilheiro não identificado, 1972	173

LISTA DE SIGLAS

ACISO	Ação Cívico-Social
ADEVA	Associação de Desenvolvimento do Vale do Araguaia
AI	Ato Institucional
ALN	Ação Libertadora Nacional
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AP	Ação Popular
APML	Ação Popular Marxista Leninista
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BASA	Banco da Amazônia S.A.
BIS	Batalhão de Infantaria de Selva
BNM	Brasil Nunca Mais
CAIC	Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente
CAMDE	Campanha da Mulher pela Democracia
CAMIAR	Cooperativa Mista dos Produtores do Araguaia
CC	Comitê Central
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores
CIE	Centro de Informações do Exército
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CM	Comissão Militar
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODEARA	Companhia de Desenvolvimento do Araguaia
COLINA	Comandos de Libertação Nacional
COOMIGASP	Cooperativa Mineral dos Garimpeiros de Serra Pelada
COSAG	Comando de Operações em Selva e Ações Antiguerrilha
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CPT	Comissão Pastoral da Terra

CSN	Conselho de Segurança Nacional
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTRH	Centro de Treinamento em Recursos Humanos
DGA	Diário da Guerrilha do Araguaia
DI	Dissidências
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ELN	Exército de Libertação Nacional (Colômbia)
EPR	Exército Popular Revolucionário (México)
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
EZLN	Exército Zapatista de Libertação Nacional (México)
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FAUR	Fraternidade e Amizade Urbana e Rural
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FORGAS	Forças Guerrilheiras do Araguaia
GC	Grupo de Combate
GEBAN	Grupo Executivo de Terras do Baixo Araguaia
GETAT	Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins
GO	Goiás
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMPAR	Indústria Madeireira do Pará
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
IPAR	Instituto Pastoral Regional
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IRA	Exército Republicano Irlandês
JUC	Juventude Universitária Católica
MA	Maranhão
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEB	Movimento de Educação de Base
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
M-26-7	Movimento Revolucionário 26 de Julho
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro

NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OBAN	Operação Bandeirantes
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Operacional
PA	Pará
PA	Ponto de Apoio
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCUS	Partido Comunista da União Soviética
PCCh	Partido Comunista da China
PDA	Partido Democrata Alemão
PDS	Partido Democrático Social
PDC	Partido Democrata Cristão
PGC	Programa Grande Carajás
PIB	Produto Interno Bruto
PIN	Plano de Integração Nacional
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
POLOP	Organização Política Marxista-Leninista Política Operária
PPS	Partido Popular Socialista
PRC	Partido Revolucionário Comunista
PROTERRA	Programa de Redistribuição e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
RGA	Revista da Guerrilha do Araguaia
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
SEDOC	Serviço de Documentação (Igreja Católica)
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação-Pará
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SNI	Serviço Nacional de Informações
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus
TM	Tendência Marxista
TO	Tocantins
UCF	União Cívica Feminina
UDN	União Democrática Nacional
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNE	União Nacional dos Estudantes
ULDP	União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo
ULTB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
ULTP	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Pará
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares

SUMÁRIO

PREFÁCIO	19
1 INTRODUÇÃO	22
1.1 Uma explicação necessária sobre as fontes e a organização da pesquisa	26
2 A GUERRA DE GUERRILHAS COMO INCORPORADA PELA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA	30
2.1 A violência como fenômeno social	30
3 GUERRILHA REVISITADA: CRÍTICA A UM PARADIGMA	42
3.1 Guerrilha no Brasil: crítica à tese do “suicídio revolucionário”	42
4 A VISÃO DOS MILITARES SOBRE O BRASIL E A AMAZÔNIA ...	48
4.1 A Escola Superior de Guerra e a visão dos militares	48
4.2 A debacle do projeto nacional-populista	53
4.3 O planejamento estratégico do Golpe Estado	55
5 O PROJETO POLÍTICO-ESTRATÉGICO DA ESQUERDA COMUNISTA	64
5.1 Conceito de estratégia	65
5.2 Estratégia maoista	66
5.3 Estratégia foquista	71
6 A VISÃO DO PCdoB DA LUTA ARMADA NO BRASIL E NA AMAZÔNIA	78
6.1 A opção pela luta armada: maoísmo ou foquismo?	79
6.2 O documento Guerra Popular: O caminho da Luta Armada no Brasil	90
6.3 A visão dos guerrilheiros sobre a Amazônia	94
7 A IGREJA CATÓLICA E A GUERRILHA: SUA VISÃO, ALIANÇAS E ENVOLVIMENTOS	101
7.1 A Igreja	101
7.2 A presença da Igreja na Amazônia	105
7.3 Igreja na região do Araguaia	106
8 A REGIÃO DA GUERRILHA: SITUAÇÃO E ESPECIFICIDADE	110
8.1 As cidades da região	110
8.2 Marabá no centro da migração	114
8.3 A vez dos <i>paulistas</i> , mas os capitalistas	116
9 AS INTENCÕES ESTRATÉGICAS DO PCDOB	118

9.1 O discurso da resistência	119
9.2 O lugar ideal para a guerra de guerrilhas	120
9.3 A caminho do Araguaia	125
9.4 Os <i>paulistas</i> em busca de uma identidade camponesa	126
10 AS FORGAS E SEUS COMANDANTES	132
10.1 Comando, regulamento e organização militar das FORGAS	132
10.2 Enfim a nova vida: a outra clandestinidade	138
10.3 A composição das FORGAS: nada é mais clandestino	139
10.4 As FFAA descobrem o Araguaia	144
10.5 Quem traiu?	145
11 CAMPANHAS DE ANIQUILAMENTO. OS MILITARES RES- TABELECEM A ORDEM E GARANTEM O PROGRESSO	148
11.1 O significado de aniquilamento e as campanhas militares	152
11.2 A Primeira Campanha de Cerco e Aniquilamento	155
11.3 A Segunda Campanha de Cerco e Aniquilamento	169
12 TRÉGUA PARA <i>PAULISTAS</i> E MILITARES	174
12.1 A intervenção do Presidente	174
12.2 Os guerrilheiros buscam apoio	177
12.3 A superioridade estratégica dos militares	180
12.4 As condecorações por atos de heroísmo e bravura	184
13 NA GUERRA TUDO VALE: TORTURAS E “VIAGENS”	187
13.1 Na guerra nem tudo vale	187
13.2 “Guerra é guerra”	189
13.3 Desaparecidos e sobreviventes	193
14 CONTINUIDADE DOS MILITARES E DA IGREJA NO LOCAL APÓS A AÇÃO DE ANIQUILAMENTO	197
14.1 Militares e Igreja interessados numa nova ordem	197
14.2 O controle militar da região	202
14.3 A continuidade da presença da Igreja	203
15 CONCLUSÃO	207
16 REFERÊNCIAS	211
17 ANEXOS	226
17.1 Anexo I – Carta de João Carlos Haas Sobrinho	226
17.2 Anexo II – O Programa da ULDP	227
17.3 Anexo III – Regulamento das FORGAS	231

PREFÁCIO

As guerras de guerrilhas tornaram-se um recurso estratégico e tático de revoluções socialistas e rebeliões camponesas, marcadamente influenciadas pelo marxismo revolucionário, ainda que outros movimentos não necessariamente marxistas tivessem se servido da estratégia da guerra de guerrilhas. Elas foram usadas no percurso das duas Grandes Guerras, no Sudeste Asiático – objeto das pesquisas de Scott (1977 e 2002) e de Potkin (1979) –, na África e na América Latina. Assim, emergiram estratégias revolucionárias aplicadas aos campos, conhecidas como maoísmo (Revolução Chinesa), foquismo (Revolução Cubana), e àquelas voltadas para as cidades, como as guerrilhas urbanas (Revolução Argelina), que se espalharam pelo mundo afora no século XX.

Iniciei os estudos sobre uma delas, a Guerrilha do Araguaia, em meados de 1989. Em 1990, apresentei a monografia História da Guerrilha do Araguaia (1967-1975) para obter o Bacharelado do Curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará (UFPA).

Em 1993, submeti o projeto de pesquisa que leva o nome deste livro para o Programa Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da UFPA.

Este livro resulta da dissertação apresentada e defendida no mesmo Programa em fevereiro de 2000, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Célia Nunes Coelho. Não apresento ao público uma “versão ampliada” como se costuma fazer. A minha intenção é deixar o texto exatamente como foi apreciado pela Banca, à exceção da maioria das Notas de Rodapé que foram inseridas ao texto a fim de melhorar o estilo e facilitar a leitura; outras Notas foram acrescentadas, assim como algumas fotos da versão original foram substituídas por outras com qualidade superior. Também foram adicionadas novas fotos que não constam da versão de 2000. E, por fim, as datas referentes ao presente foram atualizadas para 2021, bem como atualizada a referência ao estado do Tocantins, antes estado de Goiás.

Tendo em vista que é, em ordem cronológica, o terceiro trabalho científico elaborado no Brasil, quase na mesma época dos outros dois citados no decorrer deste livro, possui um valor simbólico e histórico. Trata-se de pesquisadores que se aventuraram na investigação científica de um tema considerado à época “espinhoso”, “ideológico”, “fora de moda” e de difícil acesso às fontes documentais, uma espécie de assunto “maldito”.

Todavia, nos vinte e um anos que nos separam da versão original, dezenas de dissertações, teses, monografias, filmes, documentários, peças de teatro, programas de TV, matérias jornalísticas e livros-reportagens, depoimentos de militares das Forças Armadas (FFAA) foram produzidos sobre a Guerrilha do Araguaia, o que permite conjecturar que uma “outra” Guerrilha Araguaia emergiu para a sociedade brasileira. O que impressiona é que, com o acesso aos “documentos secretos da guerrilha do Araguaia”, após a minha pesquisa, o eixo central das hipóteses e conclusões contidas neste trabalho não foram superadas com a “descoberta” dos “Arquivos Secretos” da Guerrilha em posse do General Antônio Bandeira. Novos personagens, com a descoberta de quase uma centena de camponeses, além dos que eram conhecidos à época da pesquisa, que se envolveram com a guerrilha talvez seja a novidade, bem como a consequente dimensionalidade de seu alcance para a luta pela posse da terra na região.

Do trabalho amplo de pesquisa que apresento aqui, publiquei dois artigos científicos e um capítulo de livro. Os artigos foram: Revisão Crítica da Tese do “Suicídio Revolucionário”. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa - PR, v. 9, n.1, p. 45-78, 2006, e A Guerrilha no Brasil: uma crítica à tese do “Suicídio Revolucionário”. *Revista Cantareira* (UFF), Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-21, 2004. O capítulo de livro O Araguaia na Rota da Guerrilha foi publicado no livro de Edilza Fontes, intitulado Contando a História do Pará. Belém: Emocion, 2002, v. II.

Passados cinquenta e cinco anos da chegada dos primeiros militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) ao palco do conflito armado, a guerrilha é cercada de controvérsias e preconceitos e exerce certo fascínio naqueles que ainda sonham com a concretude dos sonhos dos jovens soldados/militantes das Forças Guerrilheiras do Araguaia (FORGAS), em que pese estar fora do horizonte da sociedade brasileira na contemporaneidade.

Contudo, os quarenta e nove anos passados do término dos combates, entre longas entrevistas de militares e guerrilheiros sobreviventes, depoimentos de militares, estudos de cientistas sociais, livros-reportagens, e das primeiras dissertações de mestrado elaboradas no século passado (FELIPE, 1993; ROCHA JUNIOR, 1995; CAMPOS FILHO, 1995; NASCIMENTO, 2000), as Ciências Sociais estão em dívida com a opinião pública e a comunidade científica, em particular, com relação à produção de um trabalho científico que atualize as recentes interpretações e alargue o debate sobre, entre a

multiplicidade de questões que ela suscita, a estratégia desenvolvida pelo comando da Guerrilha para a incorporação e, ao mesmo tempo, participação/resistência dos camponeses na luta armada.

Quando citei o pesquisador Gilvane Felipe, ao iniciar o mestrado no PLADES/NAEA, eu tinha conhecimento de que ele estava desenvolvendo uma pesquisa de mestrado sobre a intitulada História da Guerrilha do Araguaia (Brasil: 1966-1975). Entretanto, até a defesa da minha dissertação em 2000, não havia conseguido informações se ele havia defendido ou não sua dissertação. Somente anos após a defesa da minha dissertação, tive acesso à dissertação de mestrado do Gilvane Felipe defendida em 1993 na França. Essa é a razão pela qual o trabalho não foi confrontado na revisão da literatura. Considere-se, portanto, que, em vez de três pesquisadores pioneiros na investigação deste tema como está na versão original, na verdade são quatro.

Os registros estão confirmando o envolvimento dos *paulistas* e *mineiros* com a cultura camponesa da região, bem como que a guerrilha foi pensada, organizada e implementada levando em conta a convivência com os moradores do sul e sudeste do estado do Pará, mas insuficiente para a eficiência na obtenção dos resultados almejados pelos guerrilheiros. O autor, em pesquisa na região, coletou depoimentos através dos quais a percepção de que a guerrilha contara com o apoio suficiente dos moradores para a logística da guerra era clara, o que me leva a enquadrá-la na categoria de “formas cotidianas da resistência camponesa”, numa perspectiva próxima à de Scott (2002, p. 11), dada à tese de que os *paulistas* e *mineiros*, ao fixarem-se na Amazônia brasileira, incorporaram tradições e valores identitários, o modo de vida dos habitantes que viviam às margens do Araguaia.

A guerrilha questionou a *ordem & progresso* na Amazônia e no Brasil. Manter a ordem na Amazônia significava nessa interpretação criar as condições necessárias para o progresso da região como condição para a viabilização do progresso contido no sonho do “Brasil Grande Potência”. Tal concepção foi necessária para o combate firme aos grupos políticos que ousaram implantar no Brasil o socialismo a partir da Amazônia.

Por fim, o desafio de pensar e enquadrar a Amazônia geopoliticamente não desapareceu. O “renascimento” do Projeto Calha Norte (PCN) nos anos 2000, e a implementação do Projeto Sivam revelam que a preocupação dos militares sobre ela é permanente.

O autor

1 INTRODUÇÃO

A Guerrilha do Araguaia (1967-1975) foi um movimento político radical, ocorrido numa região delimitada entre o sul e sudeste do estado do Pará, norte do estado de Tocantins e oeste do estado do Maranhão, especificamente na parte relativa à divisa do Pará com o estado do Tocantins, região conhecida como “Bico do Papagaio”. Aqui, militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), organização comunista fundada em 22 de abril de 1922 e reorganizada em 18 de fevereiro de 1962, sob a sigla PCdoB, e as FFAA, sob a liderança do Exército, entraram em combate pelo controle dessa área estratégica na “Amazônia camponesa e dos grandes projetos”, num ambiente político caracterizado pela prevalência de um Estado na sua modalidade ditatorial-militar (1964-1985), assim como pela presença da Igreja Católica e de camponeses recém-chegados de várias regiões do Brasil fugindo de conflitos fundiários, da seca ou da fome.

A literatura convencional, jornalística ou acadêmica sobre a Guerrilha tem buscado responder a perguntas relacionadas às motivações ideológicas, sociais e políticas com o objetivo de criticar a visão oficial sobre esse evento histórico.

Contudo, para esta pesquisa, as questões que norteiam o estudo se concentram na análise de três perguntas: 1) Que visão os guerrilheiros conhecidos como *paulistas* e *mineiros* tinham de guerrilha? Como a Amazônia era vista e passou a ser inserida nas metas do movimento revolucionário? Como a região era vista pelo governo e pelas FFAA? Como a guerrilha era vista pela Igreja? 2) Na época da Guerrilha, qual era o contexto político do Brasil? Que projetos estavam em andamento? (do movimento e dos militares para a Amazônia) e 3) Que visão tinham os três atores (PCdoB, FFAA e Igreja) dos atores sociais locais e, no confronto militar, que estratégia(s) foi(ram) estabelecida(s) pelos guerrilheiros e pelas FFAA?

Ao examinar esse conjunto de questões, não pretendo um resgate da totalidade daqueles acontecimentos, nem um estudo sobre a implantação do *regime militar* e seu impacto no conjunto da sociedade, tampouco apontar quem ganhou e quem perdeu, mesmo que tal questão apareça no decorrer do texto, mas contribuir para o entendimento dos projetos dinamicamente delegados à Amazônia pelas instituições e pelos grupos políticos.

Oponho-me tanto à mera busca da “avaliação da experiência” na ânsia de identificar as “causas da derrota” na intencionalidade do coletivo que

pensou e organizou os primeiros núcleos da guerrilha na Amazônia, no sentido de “contribuir com a mudança revolucionária da sociedade brasileira”, conforme os grupos situados no espectro da esquerda brasileira, que, especificamente, postulam o socialismo no Brasil, quanto das duas versões interpretativas consagradas na literatura política: uma relativa ao PCdoB e a outra, aos militares e ao governo. Para estes, a guerrilha foi uma tentativa subversiva protagonizada por jovens “idealistas” inspirados em ideologias alienígenas cujo modelo sociopolítico a ser implantado no Brasil há muito havia malgrado nos países que serviam de inspiração, e, como consequência, ao entrarem numa guerra daquele tipo, deviam ter previsto os efeitos perversos de tamanha ousadia ao enfrentar o “glorioso Exército Brasileiro” nas selvas da Amazônia.

Ainda nessa concepção, o tipo de guerra iniciada pelos guerrilheiros é alheia aos direitos humanos, bem como às convenções e acordos sobre os prisioneiros de guerra e a tortura. Quanto à interpretação construída pelo PCdoB, este defende que a guerrilha foi um movimento “heroico” de “resistência à ditadura fascista” e às elites agrárias e empresariais dominantes. Vista desse prisma, ele se situa entre os “grandes feitos do povo brasileiro”.

Argumento, ao contrário, que toda guerrilha é um movimento por natureza de resistência e que o fato de ter malgrado o projeto dos guerrilheiros não pode tornar menos relevante o caráter utópico dos objetivos perseguidos visando instaurar uma ordem socialista no Brasil.

Ao fazer isso, procuro evitar a perda da riqueza desse ideário, estimulador da ação coletiva por recursos socioambientais necessários para edificar uma sociedade socialista, que, necessariamente, passava pelo entendimento de que a Amazônia exerceria um papel histórico na implementação dessa proposta político-social. Ao focar desse modo a guerrilha, defendo:

a) que ela não pode ser vista apenas como um confronto – ainda que tenha sido – entre os comunistas e o regime militar, a exemplo dos estudos sobre os grupos de guerrilha urbana que reagiram militarmente ao recrudescimento da repressão no final dos anos 60. Algo mais que isso me parece possível enxergar.

Assim, estou seguro em afirmar que o sonho de conquista da Amazônia pelos movimentos de resistência possuía, do ponto de vista do controle geoestratégico, similaridade com o dos militares, em particular, e com o da Igreja Católica, secundariamente. Isto é, ambos (movimentos de esquerda e militares) tinham visões similares do papel a ser exercido pela Amazônia nas

suas respectivas metas para o Brasil, porém visões antagônicas do ponto de vista político-social caso os guerrilheiros obtivessem êxito;

b) que o aparato militar deslocado para a região supunha que a atividade dos *paulistas* podia ameaçar a ordem nacional e o sonho militar de viabilização do projeto *Brasil Grande Potência* a ser concretizado através do PIN, e que as redes de relações estabelecidas por cada uma das partes envolvidas, guerrilheiros de um lado, FFAA de outro e, ainda de outro lado, a Igreja, os atores sociais locais ou no local, foram decisivas no processo de resistência e recuo dos primeiros e avanço e vitória dos militares. Por fim, isto significa que os pressupostos teóricos dos quais parto sugerem que o aporte teórico maoista e foquista inspiraram os *paulistas* na tentativa de aplicação de seu projeto político-estratégico para a Amazônia e, ao mesmo tempo, sugerir que há elementos de ambas as estratégias político-militares no processo de planejamento e execução da Guerrilha conduzidas por homens e mulheres motivados política e ideologicamente por valores socialistas.

Do ponto de vista metodológico e temporal, é um corte espacial delimitado a partir de características geográficas e históricas. Amado (1990, p. 8) a define como uma “categoria espacial que expressa uma especificidade, uma singularidade, dentro de uma totalidade”. Assim, “[...] a região configura um espaço particular dentro de uma determinada organização social mais ampla, com a qual se articula”, isto é, a formação social concreta cujo aspecto dinâmico e relevante é, para Silveira (*apud* AMADO, 1984, p. 52),

[...] o nível de articulação das atividades produtivas da região com o modelo de acumulação dominante; na relação com os demais cortes espaciais, cujas “fronteiras” estão em contínuo reajustamento, o aspecto básico é a forma específica de reprodução do capital, portanto a diferenciação e articulação entre os cortes; e, finalmente, no âmbito interno à própria região, o aspecto básico é o nível de suas forças produtivas e suas relações de produção.

Mas esses aspectos são também constituídos pelas relações políticas, ou seja, a relação de poder que permeia a região, que, na perspectiva da geografia, tem “[...] um fundamento político, de controle e gestão de um território” (GOMES, 1995, p. 73). Esse corte espacial configurado econômica,

social, política e geograficamente está inserido em uma outra particularidade dinâmica e mais ampla: a Amazônia. Finalmente, esta região estratégica foi objeto e espaço de implantação de projetos políticos antagônicos pensados para o Brasil e que passava em particular pela Amazônia.

A Amazônia é concebida como um espaço social e histórico não homogêneo, complexo e extremamente diversificado. Há várias *Amazônias*. É esta Amazônia diversa e plural que é pensada para efeito analítico neste livro, isto é, aquela da Serra dos Carajás, das planícies litorâneas, a das florestas, sobretudo a Amazônia das frentes de expansão das relações sociais capitalistas e do “espaço vazio civilizatório” e ainda, das riquezas naturais a serem controladas geopoliticamente pelo poder central, principalmente a parte dela concernente à região da Guerrilha. Nessa região, o Estado, na dimensão burocrática e enquanto lei, avançou assimetricamente sobre o território na tentativa de conter os grupos políticos que difundiam ideologias “subversivas” e ameaçavam o sonho do *Brasil-Potência*.

Weber (1982) afirma que o Estado

[...] é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o ***monopólio do uso legítimo da força*** física dentro de um determinado território. Note-se que “território” é uma das características do Estado. A rigor, mais do que uma característica é um dos elementos fundantes do Estado, considerado como a única fonte do “direito” de usar a violência (p. 98, grifo do autor).

Essa definição compreende o Estado como elemento controlador da sociedade num sentido geral, mas não explica a forma pela qual opera em conjunturas históricas particulares e articulando formas específicas “enquanto lei” ao projetar a proibição a determinados grupos ou correntes políticas e ideológicas de participar do jogo cujas regras foram elaboradas pela elite dominante. Daí resulta a ideia de que o termo ditadura, aplicado a essa modalidade específica de Estado, significa uma de suas formas específicas, em que, segundo O'Donnell (1993), na ditadura

não existe (ou, se existe, não tem uma real efetividade, ou pode ser anulado ad hoc, ou é subordinado a regras secretas e/ou aos caprichos dos governantes) um sistema legal que assegure a efetividade dos direitos e garantias que indivíduos e grupos podem sustentar contra os governantes, o aparelho do estado e outros situados no topo da hierarquia política ou social existente (p. 132).

No Brasil, no período de 1964 a 1985, o Estado desenvolveu essa modalidade específica de forte repressão a qualquer contestação ao quadro institucional estabelecido com o Golpe de Estado de abril de 1964 e de penetração econômica e social sobre a sociedade com rebatimentos econômicos, sociais e políticos na Amazônia.

Neste livro, são abordados os efeitos políticos do recrudescimento institucional, na forma ditatorial, sobre a Amazônia e seu tecido social, a fim de controlar geopoliticamente o território e dizimar as formas embrionárias de resistência ao projeto em curso dos militares no Executivo Federal, como a Guerrilha do Araguaia.

1.1 Uma explicação necessária sobre as fontes e a organização da pesquisa

Através de uma metodologia histórico-sistemática e interdisciplinar, trabalhando com categorias e conceitos de diversas disciplinas – ciência política, sociologia, geografia, economia e história – e adotando os conceitos de guerrilha, projeto político-estratégico e região, como referencial básico, procuro compreender o sentido de guerrilha, bem como o projeto guerrilheiro, o projeto militar para a Amazônia e o projeto da Igreja, tentando evidenciar as múltiplas determinações que o constituem.

A pesquisa foi realizada entre 1996 e 1999. Para atingir os objetivos, articulei diferentes formas de análise que compreenderam escritos e falas. A pesquisa contou também com a) consulta à historiografia brasileira sobre a Amazônia e sobre os movimentos de resistência ao regime militar; b) consulta a ensaios de interpretação sobre o tema; c) consulta a fontes primárias e secundárias (palestras, depoimentos, entrevistas abertas e semiestruturada, biografias, discursos, cartas e comunicados), e por depoimentos extraídos da mídia impressa e eletrônica e de jornais e revistas alternativos. Tive o cuidado de selecionar os mais representativos documentos oficiais do PCdoB, bem

como os mais relevantes textos de disciplinas das Ciências Sociais, cujos autores trataram, com níveis diferenciados de profundidade, a temática. Outras fontes secundárias foram utilizadas, como depoimentos de ex-guerrilheiros e de militares já publicados em livros e/ou periódicos de circulação nacional e/ou regional.

A seleção dos entrevistados obedeceu aos seguintes critérios: a) estes tinham que estar envolvidos diretamente com a preparação (1967 a 1972) e com quem conviveu com os *paulistas*; b) terem chegado à região pouco depois do fim dos combates, cuja atividade, junto aos camponeses, os credenciaram a reunir informações reveladoras sobre os dramáticos eventos no Norte do Brasil. As entrevistas foram feitas com base em algumas questões norteadoras, abertas e evitando inibi-los. Alguns hesitaram em permitir o uso do gravador. No que pese o amplo leque de temas mencionados nas entrevistas, procuro extrair as questões pertinentes ao desvendamento do objeto de estudo.

Na pesquisa bibliográfica, busquei os trabalhos dos autores que passaram pela militância política nos anos 60 e 70. A reflexão desses autores tem a marca dessa atividade política, mas isso não lhes retira o mérito. Apenas põe a difícil tarefa de, sem defender a neutralidade axiológica de Weber, evitar as conclusões movidas pela paixão desses autores. Assim procedi também com relação aos depoimentos de militares extraídos de alguns trabalhos.

Na direção da construção de uma interpretação do maoísmo e do foquismo analisei um mostruário constituído pelos trabalhos de Fernandes (1985), Ernesto “Che” Guevara (1987 e 1987b), Marta Harnecker (1990), Mao Junior (1997), Schilling (1984), Trindade (1987) e Mao Tsé-Tung (1981, 1992).

Com o objetivo de construir uma versão sobre o projeto político-estratégico dos militares e seus efeitos sociais e políticos na região sul e sudeste do estado do Pará, recorri à bibliografia recente sobre a ESG e a conquista geopolítica da Amazônia, bem como depoimentos de militares que ocuparam postos no segundo escalão dos governos militares, extraídos de dois dos livros da trilogia organizada pelos professores Celso Castro e Maria Celina D’Araújo *et al.* (1994, 1994b). Além destes, os mais conhecidos trabalhos analisados foram: Albert (1992), Becker e Egler (1994), Cardoso e Müller (1986) e Cardoso (1993), Carvalho (1981), D’Araújo (1992), Dourojeanni (1998), Dreifuss (1987), Emmi (1988), Ianni (1981, 1985, 1991), Pinto (1982), Pompermayer (1985), Velho (1981) e Martins (1981, 1982).

A análise específica sobre a migração de homens e mulheres à Amazônia e a forma pela qual eram recrutados e como foram encaminhados aos núcleos guerrilheiros, sobretudo a análise dos aspectos relativos aos combates militares, foi possibilitada pelas entrevistas com Amaro Lins e Francisco Carvalho (Padre Chico) em Belém, Sinval, Padre Roberto de Valicourt, Emmanuel Wamberg (o “Mano”), e de um ex-guia do Exército, todos, em Marabá.

Consultei jornais de circulação nacional como Folha de São Paulo, O Globo e o Jornal do Brasil. E mais: jornais com circulação restrita, tais como o Jornal Tocantins, de Marabá, e O Liberal, de Belém. Realizei pesquisa na Biblioteca Central da UFPA, em Belém. Em Marabá, consultei, no Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CAIC), o Dossiê Araguaia, material reunido pela Casa da Cultura de Marabá e pela Biblioteca Pública Municipal “Almirante Tamandaré”. Além obviamente das consultas realizadas na Internet, de onde extraí valiosas informações. Finalmente, esse material e as entrevistas bem como os depoimentos colhidos em fontes indiretas, mais os trabalhos de Martins (1980), Iokoi (1996) e Almeida (1993) serviram para a construção histórica da presença da Igreja Católica na Amazônia e, em especial, na região da Guerrilha.

Em que pese o discurso histórico construído não está em perspectiva linear, porque conservo uma delimitação do tempo e do espaço no interior de cada capítulo, resolvi, dado que os eventos históricos estão datados, optar por delimitar o espaço/tempo do conjunto do texto. Ele estende-se do final de 1966, ano da chegada dos primeiros *paulistas*, a 1975, quando as FFAA deram por concluída a Operação Limpeza. Nesse período, destaco duas etapas.

A primeira se origina no momento da chegada dos primeiros *paulistas* até o começo dos combates em abril de 1972; a segunda se estende desta data a março de 1975. É a etapa da guerra de guerrilhas e das Campanhas de Cerco e Aniquilamento. Nesta etapa, distingo três fases marcadas, sobretudo, pelos confrontos armados: a) a primeira, de abril a junho de 1972; b) a segunda, de setembro a outubro do mesmo ano; c) a última, que corresponde à terceira Campanha de Cerco e Aniquilamento: do início de outubro de 1973 a março de 1975, incluindo aí a chamada Operação Limpeza desenvolvida pelas FFAA com objetivo de “apagar” os vestígios da existência do conflito.

Para esse objetivo, organizei esta obra em capítulos, incluindo a Introdução e a Conclusão.

No livro, revisa-se a literatura sobre guerrilha e sobre a Guerrilha do Araguaia em particular, construindo-se uma interpretação acerca do imaginário do Brasil e da Amazônia produzida pelos militares como parte da estratégia de legitimação de suas ações. Em seguida, analisa-se o projeto político-estratégico da esquerda brasileira comunista, com foco no Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Mostra-se a visão elaborada pelo PCdoB para a luta armada no Brasil e na Amazônia em particular; o papel e envolvimento da Igreja Católica no jogo político entre os atores FFAA e PCdoB e os moradores da região; a análise sociopolítica e geográfica da região; e a narrativa construída pelo PCdoB para justificar a guerrilha. A investigação e a análise das “Campanhas de Aniquilamento”, a “pausa tática” e a ofensiva de terra arrasada do Governo Federal também são abordadas, assim como a permanência da Guerrilha na região por meio de seus “feitos”, impulsionando as lutas camponesas que culminaram com a redemocratização do Brasil.

2 A GUERRA DE GUERRILHAS COMO INCORPORADA PELA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA

2.1 A violência como fenômeno social

A violência é inerente à guerra de guerrilhas; porém, ela é anterior a esse método de luta política. A violência existe entre homens e mulheres desde a formação das primeiras comunidades humanas. Embora este axioma requeira uma discussão adicional, não me deterei na eterna controvérsia sobre a natureza violenta ou não dos seres humanos. Embora polêmica, essa afirmação contundente diz respeito à permanência do conflito violento como uma das características mais marcantes da aventura humana. Houve quem dissesse, por causa disso, que a história da humanidade é também a da violência.

O fenômeno abrange tanto a modalidade da criminalidade quanto as guerras, guerrilhas e revoluções. Há uma natureza social, política e cultural. É objeto de reflexão científica e filosófica.

A medicina através da psiquiatria, como também a psicologia e a psicanálise, são as disciplinas que, na modernidade, mais se empenharam em descobrir as motivações quer patológicas quer social e psíquica da violência, individual e coletiva. Entretanto, do ponto de vista político e filosófico, Arendt (1990) tornou célebre a afirmação, na Introdução de *Da Revolução*, dedicado a analisar a estrutura, funcionamento e legitimidade do Estado moderno, de que a violência, através da guerra e da revolução, subsiste na sociedade humana. Diz a filósofa alemã:

As guerras e as revoluções – como se os acontecimentos tivessem apenas contribuído para apressar o cumprimento da previsão inicial de Lênin – determinaram, até aqui, a fisionomia do século XX. E, distintamente das ideologias do século XIX – tais como o nacionalismo e internacionalismo, capitalismo e imperialismo, socialismo e comunismo, as quais, embora ainda invocadas por muitos como causas justificativas, perderam contato com as principais realidades do nosso mundo -, a guerra e a revolução ainda constituem as suas duas questões políticas básicas. Elas sobreviveram a todas as suas justificações ideológicas. Numa constelação que põe a ameaça do aniquilamento total, através da guerra,

em confronto com a esperança de emancipação de toda a humanidade, através da revolução – levando um povo após o outro, em rápida sucessão, a “assumir, entre as potências da terra, a posição justa e independente que lhes é conferida pelas leis da Natureza e pelo Deus da Natureza” -, nenhuma causa subsiste, afora a mais antiga de todas, aquela que, de fato, desde o início de nossa história tem determinado a própria existência da política, a causa da liberdade contra a tirania. (p. 9, grifos da autora).

Por outro lado, do ponto de vista marxista, foi o egípcio naturalizado inglês Eric Hobsbawm (1982), na sua vasta produção teórica sobre a violência nos movimentos sociais rurais, quem sustentou que ações com diversos graus de violência, supõem diferentes manifestações desta. Entre os movimentos que se manifestam de forma violenta estão os ligados ao campo: “Todos os movimentos camponeses são manifestações de pura força física, embora alguns sejam excepcionalmente parcimoniosos no derramamento de sangue e outros degeneram em verdadeiros massacres, porque seu caráter e objetivo diferem” (p. 210).

A guerrilha é, por natureza, um desses movimentos. Enquanto guerra pequena, a guerrilha é um combate irregular dentro de determinado território estatal ou intraestatal. Assim, movimentos guerrilheiros baseados em princípios religioso, étnico e/ou político revelam-se projetos que usam a violência como recurso para um determinado fim político revestido ou não com o invólucro religioso ou étnico. Serve, portanto, a diferentes propósitos. Tem sido parte do processo classista de luta pela hegemonia política protagonizada pelos partidos comunistas revolucionários, bem como pelas étnicas e/ou religiosas. Camponeses medievais escravos, burgueses dos séculos XIX e XX, as burguesias liberais das colônias usaram a guerra de guerrilha contra seus opressores e dominadores.

Esse método foi repensado pelo marxismo revolucionário no século XX e adaptado ao projeto revolucionário enquanto fundamento político, ideológico e estratégico da utopia socialista. Nesse sentido, os marxistas perceberam a necessidade da violência revolucionária para a transformação social e inseriram-na no seu projeto. Uns absolutizaram a guerrilha na ânsia de transformá-la em princípio universal da luta pela conquista do poder político. Outros destacaram seu uso apenas como uma espécie de complemento dessas

mesmas lutas pelo poder político, isto é, como mais um dos métodos políticos para a conquista da hegemonia política.

De origem espanhola, a palavra “guerrilha” no Dicionario de la Lengua Española (1978, p. 329) significa: “[...] Línea de atiradores que en pequeño grupos hostilizan el enemigo”. Já na antiguidade, encontramos escritores comentando a arte da guerra a partir do princípio da guerra de guerrilhas. Sun Tzu, no século VII a.C., em *A Arte da Guerra*, mostra como a escolha do momento para uma operação é determinante no campo de operações. Neste sentido, diz o autor:

Num terreno de desintegração, não lute. Em terreno raso, não pare. Num terreno em disputa, não ataque. Num terreno de tráfego, não fique isolado. Em terreno axial, não faça alianças. Em terreno profundo, saqueie. Em terreno ruim, continue em frente. Em terreno cercado, planeje com antecedência. Em terreno mortal, lute (1997, p. 150).

O modo de compreender a guerrilha como uma arte ou como um jogo entre dois jogadores racionais usando estratégias políticas e militares de *mix* e *max* entre custos e benefícios influenciou toda uma literatura militante sobre o tema, assim como incentivou revolucionários em todas as partes do mundo.

Outros autores, entretanto, procuraram resgatar o fenômeno no âmbito da modernidade. Entre eles, Eric Hobsbawn (1982, p. 210) assinala que é somente no mundo moderno que a guerrilha tem sido a forma de luta mais comum. Contudo, não se vê em *Revolucionários*, publicado originalmente em 1973, uma visão global do fenômeno que pudesse permitir a tipologia desses movimentos e uma teorização acerca da guerrilha urbana e rural. Reproduziu os princípios éticos indicados por Mao Tsé-Tung para cada guerrilheiro, relativo à sua interação com a população, aplicáveis, segundo o autor, à guerra de guerrilhas,

[...] princípios essenciais da guerra de guerrilhas que, quase por definição, tornam-se inaplicáveis pelas forças convencionais: (a) pagar por tudo o que é fornecido

pela população local; (b) não violentar as mulheres da região; (c) dar terra, justiça e escola onde quer que vá; e (d) nunca viver melhor ou diferente do que os habitantes locais” (p.169). Conclui mostrando que a guerrilha como forma de luta camponesa, caracteriza-se como uma “[...] recusa em lutar nos termos do inimigo, isto é, com força concentrada e frente a frente (p. 210).

Todavia, foi um outro autor, relegado academicamente, pouco citado nos estudos sobre guerrilha rural ou urbana, Gérard Chaliand, quem realizou uma extensa pesquisa de campo relativa a luta armada e, sobretudo, buscou estabelecer uma tipologia desses movimentos baseada no exame da realidade de vários continentes e regiões do mundo. Andou pela África, Oriente Médio, América Latina e pelo Sudeste Asiático nos anos 60 e 70. Devido a essa atividade, seu trabalho está credenciado como referência obrigatória, assim como a pesquisa de Artesano (1973), que expôs as lutas guerrilheiras no continente sul-americano enfocando as lutas indígenas, de negros e, sobretudo, as lutas de libertação.

Ao contrário de Hobsbawn, Chaliand (1977) enfatizou as razões de sucesso de várias experiências guerrilheiras, facilitado por uma correta interpretação das questões nacionais, segundo o autor. Avaliou também suas características e natureza verificando suas hipóteses *in loco*. Segundo o autor, o denominador comum é o nacionalismo. A ideia da construção de uma solidariedade entre classes populares, etnias e nacionalidades sob o manto de um projeto de reconstrução de um território em bases independentes contaminou grande parte da intelectualidade e setores importantes das burguesias locais cujos interesses, principalmente comerciais, entraram em contradição com os interesses hegemônicos em perspectiva global. Porém, a maior contribuição de Chaliand está no fato de, diferentemente de Hobsbawn (1977), estabelecer a seguinte tipologia dos conflitos armados, dividindo-os em três categorias.

Luta anticolonialistas com vocação “nacional”, das quais a guerra da Argélia é o exemplo clássico. Neste quadro, situam-se as guerras “nacionais” de libertação das colônias portuguesas: Angola, Guiné e Moçambique. Embora de forma específica, pois não há metrópole e a dominação racista é exercida diretamente por

uma comunidade branca, minoritária e privilegiada, podem-se acrescentar igualmente a esta categoria as lutas da África do Sul e da Rodésia, mais ou menos esmagadas já em seus primórdios ou ainda embrionárias. – **Lutas armadas que se desenvolveram em países independentes, contra o neocolonialismo**, de um modo geral fracamente articulados e breve [...]; – **Lutas de caráter étnico, religioso ou étnico-religioso**, que podem ter uma conotação revolucionária no âmbito de um país formalmente independente. As lutas anti-imperialistas ou consideradas revolucionárias têm muitas vezes, particularmente na África, uma conotação étnica, religiosa ou étnico-religiosa (p. 51, grifos meus).

No Brasil, a guerra de guerrilhas foi utilizada na totalidade dos movimentos anticoloniais, antimonárquicos e antirrepublicanos, por exemplo na luta dos escravos – a luta antiescravista –, que visava suprimir as condições sociais e políticas as quais submetiam os negros a uma vida degradante e cruel. Em consequência desse fator, surgiram os primeiros quilombos, sociedades livres, à margem da sociedade nacional imperial. Ainda sob o império, a resistência cabana é o momento alto das lutas políticas e sociais e do experimento guerrilheiro. Na Cabanagem (DI PAOLO, 1990; MONTEIRO, 1994), um Exército irregular composto na sua maioria por caboclos da Amazônia, enfrentou o aparelho ditatorial das elites escravocratas manobrando a guerra de guerrilhas. De origem popular, a Cabanagem se espalhou por vastas áreas da Amazônia, em particular no estado do Pará (Província do Grão-Pará que também incluía o Maranhão e o Amazonas) no século XIX.

Esse método de luta política pode ser verificado na guerra de Canudos, na Bahia, e na guerra do Contestado, na fronteira do estado do Paraná com o estado de Santa Catarina, bem como no Cangaço (QUEIROZ, 1997).

Entretanto, é no século XX, na segunda metade da década de 60 e começo da década seguinte, que diversos grupos políticos de esquerda procuraram construir estratégias de ação política objetivando transformar o regime político vigente numa perspectiva nacional e socialista, isto é, de esquerda.

A esquerda, para Moraes (1994), não é um conceito, mas um parâmetro em contraposição à direita. Como parâmetro existe desde momentos históricos anteriores ao advento da meta socialista:

Pode-se, sem dúvida, definir abstratamente a esquerda como polo ideológico da igualdade e do socialismo e a direita como da desigualdade e do capitalismo. Mas, se considerarmos o valor “liberdade” ou mesmo “democracia”, a polarização já não se manterá a mesma. Desde a Revolução Francesa, igualdade e liberdade, inicialmente no polo esquerdo da contradição que às opunha a monarquia absoluta, entraram bem mais constantemente em choque do que num acordo durável. [...] esquerda e direita não são conceitos, mas parâmetros que só contribuem para a compreensão do processo político quando inseridos numa situação (p. 12, grifos do autor).

Nesse sentido, o autor chamou de esquerda militar, como esclareceu na “Introdução” de seu livro, não como a primeira vista possa parecer, a esquerda marxista que atuou na guerrilha rural e urbana contra o regime militar, mas o movimento político de origem militar – o Tenentismo, e principalmente a Coluna Prestes (1924-1927), situados no polo oposto às estruturas econômicas e sociais, base política do sistema oligárquico que vigiu na República Velha (1889-1930). Curiosamente essa definição aproxima-se da de Bobbio (1995) que, em recente texto, *Direita e Esquerda*, observa que

[...] na extrema-esquerda estão os movimentos simultaneamente igualitários e autoritários, dos quais o jacobinismo é o exemplo histórico mais importante. Centro-esquerda, doutrina de movimentos simultaneamente libertários e igualitários, para os quais podemos empregar hoje a expressão “socialismo liberal”, nela compreendendo todos os Partidos socialdemocratas, em que pesem suas diferentes práxis políticas. No centro-direita, doutrinas e movimentos simultaneamente libertários e inigualitários, entre os quais se inserem os partidos conservadores, que se distinguem das direitas reacionárias por sua fidelidade ao método democrático, mas que, com respeito ao ideal da igualdade, se prendem à igualdade diante da lei, que implica unicamente o dever por parte do juiz de aplicar imparcialmente as leis, e à liberdade idêntica, que caracteriza aquilo que se chama de igualitarismo mínimo. E por último, na extrema-direita,

doutrinas e movimentos antiliberais e anti-igualitários, dos quais creio ser supérfluo indicar exemplos históricos bem conhecidos como fascismo e o nazismo (p. 118-9, grifos do autor).

Bobbio conclui com o seguinte alerta:

Obviamente, a realidade é bem mais diversificada do que este esquema, construído segundo apenas dois critérios. Em minha opinião, porém, estes são dois critérios fundamentais que, combinados, servem para estabelecer um quadro que preserva a contestada distinção entre direita e esquerda, e ao mesmo tempo responde à bem mais difícil objeção de que são considerados de direita e de esquerda doutrinas e movimentos não homogêneos como, à esquerda, comunismo e socialismo democrático, e à direita, fascismo e conservadorismo; que explica, ainda, por que tais movimentos, embora não sendo homogêneos, podem estar, em situações excepcionais de crise, potencialmente aliados (p. 119).

Revedo a literatura sobre a Guerrilha do Araguaia, verifica-se que esse movimento inspirado pela esquerda marxista foi objeto de reflexão acadêmica entre os historiadores. São as seguintes dissertações de mestrado: a) *A Esquerda em Armas: História da Guerrilha do Araguaia (1972-1975)*, de Romualdo Pessoa Campos Filho, defendida no Instituto de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal de Goiás, em 1995 e b) *A Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*, dissertação também de mestrado elaborada por Deusdedith Alves Rocha Júnior, defendida na Universidade de Brasília, em março de 1995. São trabalhos academicamente pioneiros sobre o tema no Brasil, daí a necessidade de avaliá-los e, sobretudo, registrar que, em parte, neles me apoio.

Romualdo P. Campos Filho estudou a Guerrilha entre os anos de 1991 e 1995. Acompanhado do também pesquisador do tema e doutorando em Sciences Sociales da École des Hautes Études, Paris, França, Gilvane Felipe, Romualdo realizou um número significativo de entrevistas de pessoas

que conviveram com os guerrilheiros. No aspecto teórico-metodológico recorreu ao materialismo histórico na sua formulação clássica (Marx e Engels). “Penso que a dialética e o materialismo histórico, aplicados ao estudo da História dos seres humanos, apresenta uma concatenação dos fatos históricos, determina-lhes uma ligação íntima entre causa e efeito” (1995, p. 1). A hipótese do historiador foi a de que a Guerrilha do Araguaia não pode ser vista como ação apenas de um pequeno grupo de pessoas sem significado algum. Segundo Campos Filho (1995, p. XIV),

[...] é preciso dimensioná-la na devida proporção histórica, reconhecendo-a como um dos movimentos de maior mobilização de tropas federais brasileiras, após a Segunda Guerra Mundial, cuja abrangência, extrapolou os limites territoriais de numerosos países”. [...] É preciso entendê-la como um capítulo cruel, sangrento, violento, enxergar naqueles guerrilheiros não desvairados terroristas, mas homens e mulheres corajosos, em sua maioria jovens, à procura da liberdade perdida.

Para comprovar sua hipótese central, além dessas entrevistas, recorreu à análise de documentos e depoimentos da Comissão Externa dos Desaparecidos Políticos, da Câmara dos Deputados, que tratam mais especificamente da questão dos desaparecidos políticos durante a repressão.

Atribui, contudo, uma ênfase desproporcional aos fatores internacionais e nacionais na procura de “leis objetivas” determinadas pelos pares: forças produtivas/relações de produções, base/superestrutura, e o papel da luta de classes na explicação da causa da mudança histórica. Embora não se trate de desconhecer os aspectos acima mencionados como importantes na busca das múltiplas determinações dos fenômenos e processos históricos, em particular do objeto, defendo aqui uma atitude inversa que parte da análise da categoria de região, buscando nela a mediação entre o macro (os projetos políticos estratégicos para a Amazônia da Guerrilha, dos militares, do governo) e o micro (espaço geográfico e político local). Assim, acredito poder revelar a visão que militares, *paulistas* e, secundariamente, a Igreja tinham da Amazônia, sobretudo os projetos que desenvolveram para a Amazônia e, principalmente, para a região do Araguaia. E, finalmente, as relações estratégicas que construíram na busca da consecução de seus respectivos projetos.

Por último, é necessário lembrar que Romualdo P. Campos Filho, quanto à avaliação acerca de qual estratégia político-militar inspirou os *paulistas*, optou pela posição segundo a qual a Guerrilha teve influência maoista:

[...] desenvolvimento da pesquisa tornou a comprovação da hipótese de que o elemento determinante na elaboração da estratégia e tática adotada pelo PCdoB foi o maoísmo. A segunda questão, decorrente da primeira, foi a conclusão de que a Guerrilha do Araguaia não se constituiu num foco revolucionário, de conformidade com a conotação que o termo possuía aqui no Brasil (1995, p. 205).

O trabalho de Deusdedith Alves Rocha Junior (1995) abordou a Guerrilha sob a ótica da história, enquadrando-a metodologicamente na “Análise do Discurso”, construindo uma interpretação na qual patenteia-se a busca de identificar as versões em torno dos acontecimentos, e “os motivos que contribuíram para que elas assim se estabelecessem” (p. III). Levou em consideração as relações entre o Partido e a população local onde se desenvolveu a “luta guerrilheira”, analisando as características da região, assim como apontou as relações sociopolíticas do Brasil no contexto do regime militar e, finalmente procurou analisar as decisões do PCdoB que culminaram na Guerrilha. Esta é a sua principal contribuição ao avanço do estudo da temática.

Quanto à questão da “identificação dos discursos” que se formaram em torno dos acontecimentos, procura evidenciar as “lacunas” que, segundo ele, existem em torno das “histórias da guerrilha”. Destacou o discurso do PCdoB, dos militares e dos habitantes da região: a) o tratamento dado ao militante do PCdoB que lutou no Araguaia – “terrorista”; b) o PCdoB caracterizando o acontecimento como “revolucionário” e seus militantes como “guerrilheiros”; e c) os habitantes puseram-se a tratá-los (os militantes do PCdoB) como “povo da mata”.

Percebe-se em seu trabalho uma tendência a reforçar a tese já mencionada por outros, que consideram a Guerrilha como tendo sido influenciada pela concepção estratégica maoista, da “luta popular prolongada” e do “acerco da cidade a partir do campo”. Diz Deusdedith:

[...] como fora o campesinato o condutor da revolução chinesa sob a forma de guerra de guerrilhas, que partiu do campo para a cidade, os comunistas brasileiros enxergavam na realidade brasileira condições para realizar uma revolução de mesmo tipo, dadas as condições semelhantes – segundo suas análises – que possuíam as realidades brasileiras e chinesas, a forte presença do campo nas relações sociais e econômicas e a condição de ‘semicolônia’ estabelecidas pelas teses do Comintern, que conduziriam a revolução democrático-burguesa (p. 68).

Feita a análise da dissertação, verifiquei que seu autor não tem o objetivo de localizar as causas do insucesso da Guerrilha. Limita-se a dizer no capítulo “PCdoB: o que é novo e o que é velho neste partido?” e, o que me interessa para os objetivos deste livro, que “criar as condições de estabelecimento de um processo revolucionário era, para ‘maoistas’ e ‘guevaristas’, um passo que se deveria dar após o estabelecimento da luta armada para a tomada do poder” (p. 67).

Concluo que os estudos, no que tange à avaliação da atuação dos grupos que se opuseram ao regime militar, sobretudo o que tentou conflagrar o sul e sudeste do Pará, têm sido conduzidos na perspectiva de identificação das “causas da derrota” dos *paulistas*, ora sendo atribuída ao maoismo ou foquismo, ora a erros táticos cometidos pelos dirigentes da Guerrilha no teatro de operações, sobretudo dão excessiva importância aos equívocos na análise da situação política do país que, dizem, não era nada favorável à luta armada. Há também aqueles, com suas razões, que procuraram demonstrar a inviabilidade do método da guerra de guerrilhas para alcançar objetivos políticos, cujo mérito foge ao escopo desta revisão.

Antes de penetrar no universo significativo do objeto necessito definir o conceito de FFAA e para que ela serve.

Uso o termo FFAA quando for possível identificar as unidades militares que participaram de determinado combate com a presença, além do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, ou quando se tratou de uma ação mais global, como as Campanhas de Cerco e Aniquilamento. As FFAA são instituições permanentes e regulares, baseadas na organização, hierarquia e na disciplina rígidas. Elas têm constitucionalmente atribuições, conforme o Artigo

142 da Constituição de 1988, voltadas à defesa da Pátria, da garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem, e da integração territorial. A autoridade máxima e chefe supremo das FFAA é o Presidente da República. O comando de cada Força é exercido por um comandante que tem como atribuição a direção e gestão de sua Força. Só podem exercer o cargo de comandante Generais, Brigadeiros e Almirantes.

As FFAA, no que concerne ao emprego da força militar, foi e é assessorada pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN). A partir das mudanças constitucionais advindas da Constituição de 1967, ganhou a prerrogativa de intervir internamente para garantir a ordem instaurada com o Golpe de Estado. Elas conduziram operacionalmente o Golpe de Estado. Teoricamente, constituem um ramo de aparelho do Estado controlado pelo Executivo (POULANTZAS, 1984, p.77-78).

Poulantzas (1984) e Althusser (1992) insistiram no aspecto do Estado como aparelho e instrumento de coerção e repressão da sociedade. Entretanto, como braço militar do Estado, elas não são homogêneas. Se fossem homogêneas não nos permitiriam vê-las permeadas por contradições e diferenças internas. Embora essas contradições e ambiguidades não estejam presentes no texto, tampouco seja minha intenção explorá-las, as FFAA como braço armado impedem de pensá-las atuando com relativa autonomia, como força política em determinados acontecimentos políticos.

Por fim, Rouquié (1980) mostrou como as FFAA podem funcionar como uma espécie de “partido militar” na medida em que ressalta os contextos no quais exército e polícia se comunicam com as arenas de poder e vice-versa.

[...] as Forças Armadas podem ser forças políticas que desempenham, por outros meios, as mesmas funções elementares que os partidos, e sobretudo que conhecem em seu seio – tanto quanto os partidos, mas segundo outra lógica – processos de deliberação, de tomada de decisão, e até mesmo de união e articulação sociais (1980: p.12). E mais adiante: Esta ideia de partido militar possui igualmente a vantagem de pôr em discussão o lugar-comum (propiciado pelos próprios militares) das Forças Armadas como um ator unido,

senão monolítico – noção inspirada pela esquematização simplista dos traços organizacionais que caracterizam as instituições militares (disciplina, hierarquia e verticalidade). De maneira bastante flexível, o conceito de partido militar enfatiza as situações em que o exército e polícia se relacionam e as instâncias institucionais de inserção da política no aparelho militar (e vice-versa).

3 GUERRILHA REVISITADA: CRÍTICA A UM PARADIGMA

Estabelecer um diálogo com ideias e autores que estudaram e avaliaram a atuação e o perfil do movimento social contestatório ao regime militar, sobretudo com aqueles que pesquisaram a Guerrilha do Araguaia e apresentar uma proposta teórico-metodológica alternativa para seu estudo, orientada para o regional e o local, são os objetivos que pretendo alcançar neste capítulo. Que interpretação a produção acadêmica construiu sobre os movimentos de resistência ao governo central instalado em 1964? E qual o lugar da Guerrilha do Araguaia nessa literatura?

Mostro que os guerrilheiros no Araguaia, seguindo a tradição revolucionária do marxismo, tinham em mente as guerrilhas vitoriosas em Cuba, China e Vietnã. Mas, ao mesmo tempo, lograram constituir uma organização da guerrilha no Brasil diferente dos principais grupos que atuaram nos centros urbanos e que seguiam as mesmas tradições. Isso me leva, necessariamente, a questionar o modelo dominante marcado pela tese do “suicídio revolucionário” (RIDENTI, 1993), e por um preconceito à Guerrilha do Araguaia, negando-a, inconsciente ou propositadamente. Demonstro, por fim, as dificuldades que esse paradigma encerra para estudar a Guerrilha do Araguaia. A propósito, entendo por paradigma um instrumento de pesquisa que recorta e delimita um objeto de pesquisa em determinada região da realidade. Significa também o controle de uma forma de pensar a realidade.

3.1 Guerrilha no Brasil: crítica à tese do “suicídio revolucionário”.

Autores vinculados a diferentes matizes intelectuais avaliaram no interior das Ciências Sociais as experiências guerrilheiras no Brasil. Dessa produção, resultou um paradigma marcado criticamente por revisões. Tal paradigma, via de regra, se caracteriza por uma explicação da derrota do projeto da esquerda, antes e depois do Golpe, baseada no “suicídio revolucionário”. Este supostamente patrocinado pelos grupos clandestinos que desenvolveram ações de guerrilha urbana e rural.

Esses estudos traziam a marca da melancolia de um projeto fracassado, como diz Habermas (1990, p. 101), guardadas as proporções de tempo e espaço, referindo-se à “consciência revolucionária” pós-1789 na Europa.

Antes de expor as premissas teóricas dessa avaliação produzida com base no fracasso do projeto da esquerda, mostrei que nela não há espaço para

a Guerrilha do Araguaia. É o que se depreende dos trabalhos tanto de jornalistas quanto de cientistas sociais. Em primeiro lugar, o jornalista Luis Mir (1994), autor de um denso estudo sobre a luta armada no Brasil, sugestivamente chamado *A Revolução Impossível*, sustenta que a Ação Libertadora Nacional (ALN), fundada e liderada pelo ex-membro do Comitê Central do PCB, Carlos Marighela, foi responsável pela segunda tentativa histórica de implantação do comunismo no Brasil; a primeira, ainda segundo o autor, teria sido conduzida pela ANL, que comandou a intentona comunista de 1935, liderada por Luiz Carlos Prestes. É o que diz logo na “Introdução” do referido estudo: “Os dois movimentos liderados pelos comunistas neste século – em 35, a Aliança Nacional Libertadora (ALN); e em 69, a Ação Libertadora Nacional (ALN) – terminaram com milhares de perseguidos e processados, aprisionados às centenas, mortos às dezenas” (p. 10). Afora a veracidade da tragédia que seguiu a esses movimentos em números de mortos, perseguidos e exilados, é inacreditável que o autor não tenha lembrado da Guerrilha do Araguaia. Em todo o trabalho, o leitor é conduzido de fato a pensar que no Brasil os dois únicos movimentos dos comunistas que, segundo suas intenções, pretendiam mudar as condições sociais de existência dos brasileiros, tenham sido a Insurreição de 35 e a guerrilha urbana comandada pela ALN.

Em segundo lugar, se se alega, entretanto, que Luis Mir não tenha o status e não goze do prestígio de um intelectual renomado dentro das Ciências Sociais, o que não é nenhum demérito tanto ao autor quanto à credibilidade de suas afirmações, o mesmo, contudo, não se diz de Francisco Weffort, cientista político que exerceu profunda influência no pensamento estratégico do Partido dos Trabalhadores (PT), um de seus fundadores, sobretudo no pensamento de uma geração de cientistas sociais. Este membro da chamada Escola uspiana de sociologia e política que produziu, juntamente com Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso, os mais importantes estudos para a compreensão política e sociológica da formação social e histórica do Brasil, diz em *Por que democracia?*, texto produzido em 1983 e que mais tarde se popularizaria na própria militância do PT, que em

(1974) As guerrilhas estavam já inteiramente derrotadas quando Carlos Marighela e Carlos Lamarca foram assassinados, o primeiro em 1971, o segundo em 1972. A maioria dos seus remanescentes – e o que restava, neste momento, das esquerdas que haviam ficado fora da luta

armada – se convertia às lutas democráticas, onde a inspiração dirigente cabia, sobretudo, aos liberais. Os únicos “radicais” que sobravam em atividade estavam nos “porões” do regime (WEFFORT, 1984, p. 69).

Novamente, não há menções a Guerrilha do Araguaia e são marginais as referências no conjunto da obra e insignificantes do ponto de vista analítico. O movimento de resistência, o que havia de esquerda, ocorreu, para Weffort, fundamentalmente na região Centro-Sul do país. Não existe o Sul do Pará, nem Amazônia na rota da luta armada para esses autores que a avaliaram. Finalmente, é preciso reconhecer o mérito do trabalho de Ridenti (1987) e de Jaime Sautchuk (1987). Este reconhece a Guerrilha do Araguaia no contexto da resistência e Ridenti mostrou que a sociedade brasileira naquele período, vista pela lente de seus protagonistas, extraindo o significado das ações armadas. O livro é referência básica para quem objetiva compreender os dramáticos acontecimentos naquele período. No entanto, não escapou dessa visão, incorrendo no mesmo equívoco:

As maiores e mais radicais organizações armadas, em número de militantes, em volume de ações, em penetração e repercussão nacional foram, pela ordem, a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), ainda que a esquerda armada tenha envolvido no seu conjunto, no máximo, alguns poucos milhares de pessoas, se tanto, mesmo incluindo seus simpatizantes, “contatos” e bases de apoio (p. 172).

Conclui-se que a razão desses desencontros com a história deve-se ao fato de que a própria literatura está marcada pela ideia, inconscientemente, da Amazônia como espaço vazio, a Amazônia vista pela lente dos “sulistas”, porque naquela conjuntura (década de 80) havia uma luta ideológica e política em torno de quem era o “verdadeiro” representante da esquerda brasileira: o PT ou os comunistas do PCdoB e do PCB. No caso do PCdoB, era necessário então estabelecer uma espécie de censura à Guerrilha porque estava associada a ele. O mais significativo, porém, era que a grande maioria desses intelectuais tinha uma ligação claramente voltada para a tal da “reconstrução do movimento operário no ABC”, os “novos movimentos sociais” e a “refundação

de uma esquerda renovada”, livre dos velhos e crônicos “erros do passado”. Tornava-se necessário sepultar as antigas estratégias, como as guerras de guerrilhas, que haviam conduzido a esquerda a sucessivas tragédias, entre elas a do Araguaia, e centrar a autocrítica dessas experiências idolatrando o conceito de sociedade civil enquanto espaço social e político de uma estratégia do consenso. O conceito de sociedade civil permitia duplamente um ferramenta analítica e estratégia de atuação política “[...] ocupando neste contexto uma função mais propriamente político-estratégica que analítico-crítica. A utilização da expressão civil nesse caso remete-nos ao sentido coloquial do termo – como não militar –, estabelecendo uma linha divisória entre a sociedade (civil) e o Estado (militar)” (COSTA, 1997).

Voltando à questão do “suicídio revolucionário”, este resultara da conjugação de condições históricas externas e internas favoráveis na visão dos atores que defendiam a tal da saída revolucionária para a crise advinda do Golpe. Internamente, a emergência de um complexo quadro político decorrente do Golpe de Estado dirigido pelos militares em 1º de abril de 1964, com o conseqüente controle do aparelho do Estado pelas FFAA e o fechamento dos espaços democráticos conquistados no decorrer do processo de redemocratização do país na fase imediatamente anterior, encerrou quaisquer possibilidades de resistência.

Segue-se, ainda conforme esse paradigma, que o PCB (sempre numa perspectiva negativa de sua atuação) desmobilizara os trabalhadores no momento do Golpe, desviara-se do seu papel histórico ao compactuar com o getulismo (SANTANA, 1999, p. 105), defendendo uma política reformista para os movimentos sociais e populares. O erro teria sido a radicalização das organizações que surgiram do questionamento da atuação do PCB, as DIs (Dissidências), que, mais tarde, se transformariam em organizações políticas que haveriam de substituí-lo, a fim de conduzir os trabalhadores à revolução, entendida como um processo de ruptura, que ocorre em curto espaço de tempo, invertendo a ordem das classes sociais no poder, processo este necessário à instauração da nova ordem socialista.

Essas organizações e partidos, que apareceram como resultado desses debates internos a esquerda brasileira, mas com forte influência externa, passariam a buscar alternativas de sobrevivência, algumas delas optando por imergir na luta armada, como foi o caso do PCdoB, ALN, Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR 8), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR),

Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), e outros grupos inexpressivos.

A Nova Esquerda, expressão cunhada por Daniel Reis Filho e Jair Ferreira de Sá (1985), em contraposição à esquerda tradicional vinculada ao PCB e ao PCdoB, foi usada para definir os grupos que entre 1966 e 1971 surgiram como dissidência do PCB. “Com a expressão ‘Nova Esquerda’ pretende-se abranger as organizações e partidos políticos clandestinos que surgiram no país em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro-PCB” (p. 7, grifo do autor). De outro lado, externamente, essa explicação defende que todas essas organizações sofreriam, mais ou menos, influência externa, isto é, de um modelo de referência revolucionária nacional e/ou socialista: revolução chinesa, cubana e argelina. Rollemberg (1994), em tom quase poético, lembra que

A revolução estaria em países distantes, em regiões isoladas de montanha; estava nas ruas dos grandes centros capitalistas; surgia nas fábricas e universidades; emergia de repente numa ação guerrilheira, na esquina; transbordava das páginas dos jornais; estava logo ali em Copacabana e lá no Araguaia (p. III).

Ou, como diria mais tarde Emir Sader, num texto intitulado Nós que Amávamos tanto O Capital, inserido na melancolia da derrota:

A luta armada, erigida como via alternativa à crise do sistema institucional para derrotar as ditaduras e o capitalismo, proliferava na Venezuela, Peru, Guatemala, Colômbia e, posteriormente, na Bolívia e no Uruguai, depois de ter triunfado na Rússia, na China, na Coreia, em Cuba, na Argélia e no Vietnã, que derrotava a maior potência bélica da história, os EUA. Os movimentos pelos direitos civis nos EUA, assim como a própria resistência vietnamita, terminavam de compor o cenário que condicionou as adesões militantes dos anos sessenta e setenta (SADER, 1997, p. 59).

Os efeitos analíticos dessa posição visavam especificamente atender às demandas presentes (transição democrática e “Nova República”) da atuação política de uma “nova esquerda”, que viria a ser o PT, isto é, uma outra “Nova Esquerda” em contexto de transição democrática. Para tanto, fez nascer uma tendência teórica nos estudos dos movimentos sociais de resistência à ditadura, direcionada especialmente para demarcar uma separação político-ideológica com graves consequências para o estudo da Guerrilha, na medida em que esta foi relegada por propósitos ideológicos e políticos.

A propósito, ela só era estudada para convencer uma militância revolucionária de que a estratégia usada no Araguaia não era só incorreta naquele momento histórico como saída política para o impasse político derivado do fechamento dos espaços democráticos, como também pelo fato de que ela deveria ser abandonada, em prol de uma estratégia mudancista referenciada nos ensinamentos do filósofo e político italiano Antônio Gramsci. Ou seja, a aplicação da guerra de posição adequada à democracia radical contemporânea adequada ao Estado ampliado. A consequência nefasta para os acadêmicos influenciados por tal concepção foi a não inclusão do tema em qualquer projeto de pesquisa nas universidades brasileiras, especialmente na região Norte. Tanto que não são dessa região os primeiros autores a estudá-lo. E só foram realizados por autores fora da região Norte 15 anos após as publicações das reportagens de Fernando Portela e Palmério Dória *et al.*

4 A VISÃO DOS MILITARES SOBRE O BRASIL E A AMAZÔNIA

A finalidade deste capítulo é examinar a visão dos militares sobre Amazônia, o projeto político-estratégico dos militares (suas premissas econômicas, políticas, estratégicas e geopolíticas) e a política de ocupação da Amazônia. Como a região era vista pelo governo e pelas FFAA? E qual era o contexto político do Brasil?

A visão dos militares e do governo sobre a Amazônia era de um “espaço vazio” demográfico e civilizatório a ser ocupado por pequenos proprietários e camponeses oriundos do estado de Tocantins, do Nordeste e do Centro-Sul. Essa ação era parte da estratégia de “integração” da Amazônia ao território nacional (à metrópole brasileira), essencial para a viabilização do projeto político-estratégico do Brasil Grande Potência, a ser executado sob uma conjuntura político-institucional específica, na qual não era tolerada a oposição nacional-populista e de esquerda, principalmente a comunista.

A necessidade de romper com o “vazio demográfico” e de integrar a Amazônia à metrópole (inicial/Lisboa) fazia já parte da política pombalina do século XVIII. Tal política foi retomada por Getúlio Vargas na década de 40 e por Juscelino Kubitschek na década de 50, porém são os militares que a retomam efetivamente pós-64.

4.1 A Escola Superior de Guerra e a visão dos militares

Tal visão se expressa na análise do trajeto histórico percorrido pelo pensamento geopolítico dos militares brasileiros o qual revela, segundo estudos realizados por pesquisadores dos mais variados matizes teóricos e em diferentes épocas, uma fixação conceitual: a vocação brasileira para potência sul-americana (MAGNOLI, 1986, p. 30).

A ESG, fundada em 1949, inspirada no National War College dos EUA, foi a instituição encarregada de produzir um projeto político-estratégico a ser executado para conduzir o Brasil à condição de potência sul-americana. Ela representa o mais importante espaço institucional de produção e debate acerca da construção de um modelo para o desenvolvimento político e econômico do Brasil que atingiria a Amazônia. Políticas, planos, projetos e programas foram produzidos desde a criação da ESG até o advento do Golpe e, nas décadas seguintes, implementados.

A ESG elaborou as seguintes teses: política externa em prol dos interesses norte-americanos; apoio à intervenção como forças de ocupação, a fim de combater o “inimigo interno”; e, por último, a ideia do fortalecimento de governos aliados para lutar contra o comunismo e defender a democracia.

As bases iniciais desse pensamento foram plantadas pelo General Golbery do Couto e Silva. Em *Geopolítica do Brasil* (1967), ele lança os princípios do pensamento geopolítico no Brasil. Sua influência é marcante nos acontecimentos políticos no Brasil por duas décadas. Foi membro do CSN e opôs-se à posse de João Goulart com a renúncia do então presidente Jânio Quadros.

Nessa obra, o militar concebe a geopolítica como uma arte subordinada à Política, procurando orientá-la estrategicamente à luz do espaço organizado pelos homens, ou seja, política como desdobramento de condições geográficas transformadas em ideologia do Estado.

Para nós, a geopolítica é nada mais que a fundamentação geográfica de linhas de ação política, ou melhor, a proposição de diretrizes políticas, formuladas à luz dos fatores geográficos em particular, de uma análise baseada sobretudo nos conceitos básicos de ESPAÇO e de POSIÇÃO (SILVA, 1967, p. 17, grifos do autor).

Essa ação política tem como fundamento as condições geográficas, as quais permitiriam ao Brasil aspirar ao status de potência no concerto internacional, isto é, para alcançar esse e outros objetivos era preciso a construção de um Estado forte. A pregação de um Estado forte, autoritário, é bem recebida pelas elites brasileiras, que veem nesse tipo de Estado uma fortaleza segura contra o “perigo vermelho” (FERRAZ, 1994, P. 93).

A Geopolítica serviria à emergência do Brasil como grande Nação. Becker e Egler (1994, p. 126, grifo do autor), comentando Golbery, dizem o seguinte:

[...] a geopolítica se tornou uma doutrina explícita, sendo ao mesmo tempo uma justificativa para e um instrumento da estratégia e da prática do Estado. Em concordância com os objetivos do projeto, a estratégia do governo concentrou as suas forças em três espaços -

tempo com práticas específicas: 1) a implantação da fronteira científico-tecnológica na “core” área do país; 2) a rápida integração de todo o território nacional, implicando a incorporação definitiva da Amazônia; 3) a projeção no espaço internacional.

O General Meira Mattos (1975, p. 72-3) também destaca esses aspectos para a fundação do Brasil Grande Potência:

A apreciação dos atributos essenciais de potência selecionados por tantos estudiosos da ciência política e da geopolítica revela a nós, brasileiros, que possuímos todas as condições para aspirarmos a um lugar entre as grandes potências do mundo. Em termos de geografia temos um território de dimensões continentais, com imenso litoral debruçado sobre o Atlântico Sul e uma maior fronteira terrestre – 15.700 km confinando com dez países sul-americanos [...]. A conquista e manutenção das condições de expansão econômico-social acelerada acima preconizada, preservando e difundindo o estilo de nosso povo, têm um preço – a segurança interna e externa (p. 72-3).

Outros autores também chegaram a essa conclusão. Albert (1992) afirma que esse pensamento traduziu-se numa “agressiva política de ocupação demográfica e desenvolvimento econômico, enquadrada numa estratégia geopolítica de integração regional, elaborada nos anos 50 e começo dos 60 sob a influência da Escola Superior de Guerra” (p. 37). Portanto enquadrada no contexto geopolítico da Guerra Fria. No que diz respeito à Amazônia, Dourojeanni (1998), analisando os aspectos econômicos, sociais e ecológicos e extraíndo o que há de positivo e negativo nos últimos 50 anos da história amazônica, destacou o enquadramento geopolítico nas estratégias de ocupação da região. Diz o autor:

La visión de la Amazonía como territorio a ser conquistado, ocupado y explotado estaba intimamente ligada a las teorías geopolíticas originadas esencialmente en círculos militares. Este enfoque, que dominó la primeira

mitad del siglo XX, tuvo expresiones diversas que incluyeron hasta conflictos armados y, en sus versiones más convencionales, grandes programas de colonización dirigidos por el Estado a lo largo de carreteras cuyos trazados respondían a criterios de ocupación territorial (p. 187-8).

Contudo, esse General Meira Matos, que, em 1969, comandou a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), insiste em negar qualquer possibilidade de a ESG ter contribuído de forma decisiva para as diretrizes dos governos militares:

[...] ninguém pode dizer que a doutrina da ESG tenha tido influência decisiva. Mas ela teve influência, porque desde 1949 havia começado uma pregação sobre o uso do poder, o uso da política, a aplicação do poder para se atingir objetivos e tudo isso. A ESG tinha formulado uma doutrina de governo. É uma doutrina correta, porque em vez de governar de uma maneira completamente despreocupada, você governa dentro de um sistema racional: seleciona objetivos, faz planos que se transformam em programas e têm que ser realizados. É uma doutrina absolutamente válida, não é uma doutrina ideológica (sic!), é uma doutrina de ciência política. Agora, falam de ideologia da ESG. Não há ideologia coisa nenhuma. Fazer cursos sobre interpretação política, sobre interpretação do poder, sobre interpretação de estratégia para chegar a resultados, isso não é ideologia. Não há dúvidas de que a doutrina ESG exerceu influência, mas não foi decisiva. (D'ARAÚJO; CASTRO; SOARES, 1994, p. 118-9).

Não é preciso provar que esses planos e programas, como qualquer outro do gênero e elaborado por qualquer matiz teórica e/ou partidária, contenham sim elementos ideológicos. Deixando de lado o senso comum, o que acho importante ressaltar nesta fala é a afirmação de que a ESG “tinha formulado uma doutrina de governo”. Outro ponto a destacar refere-se à disputa de posições no seu interior, revelando diferentes maneiras de compreender

os desdobramentos institucionais do regime, tanto no plano interno quanto no contexto internacional. Externamente, a ênfase na defesa da democracia e da aliança com os EUA e, no interno, ganha relevo os problemas em relação ao papel transitório ou não do regime. Em outras palavras, na ESG realmente atuavam dois grupos: a “linha dura” e os “moderados” – este último conhecido como grupo da “Sorbonne” e o primeiro, destacado adepto da repressão política e do combate ao comunismo.

Ianni (1985) generaliza, destacando que

[...] o modelo segurança e desenvolvimento não nasceu pronto. Ele foi ganhando desdobramentos, armaduras e aperfeiçoamentos ao longo dos debates, da crescente articulação entre militares e civis, razões econômicas e políticas, do Estado e da empresa privada. Mas talvez se possa dizer que nos anos 1949-64 o que predominou nos escritos e debates da ESG foi a questão da segurança. Foi nesses anos que amadureceu uma metamorfose fundamental na ideologia militar: a doutrina da defesa nacional foi substituída (ou melhor, absorvida) pela doutrina da segurança nacional, entendendo-se esta como segurança interna e externa (p. 64-5).

Oliveira (1980), um dos mais importantes estudiosos da “questão militar” no país, analisando o Ato Institucional (AI) que tinha um período de aplicação limitado. Porém, foi o “[...] primeiro movimento tático corresponde à visão da ESG sobre os rumos e os limites do regime de exceção, que deveria ser breve e sem maior profundidade” (p. 120). Ao passo que Forget (1994, p. 109) observa que

Os princípios, que servem para justificar a ação dos militares, regulamentam a proteção da Nação contra os inimigos, sendo considerados mais perigosos os identificados como a insurgência e a penetração do comunismo internacional (FORGET, 1994, p. 109).

Por fim, a ESG criou um projeto político-estratégico com o objetivo também de garantir a acumulação capitalista acelerada e a proeminência dos interesses da grande burguesia associada ao capital monopolista no projeto

Brasil Grande Potência. Deduz-se do que foi dito, que Golbery, enquanto ideólogo do pensamento geopolítico dos militares, via a possibilidade de construir no Brasil uma grande pátria. Coelho (1998, p. 17) lembra que, com base nessa visão, ele recomendara “uma política de integração que ligasse a Amazônia ao resto do país [...]”. Para isso, era necessária a presença do Estado, através das FFAA que “[...] apresentavam-se como sendo a única instituição capaz de manter a ordem e viabilizar o desenvolvimento e as mudanças sociais que deveriam ocorrer na região amazônica” (p. 17).

4.2 A debacle do projeto nacional-populista

Os antecedentes históricos da intervenção militar efetiva na Amazônia estão relacionados com a situação econômica, social e política do pós-Segunda Grande Guerra. Nesse período, abriram-se novas perspectivas para o advento das democracias constitucionalistas inspiradas no republicanismo de origem liberal.

Isso significou uma rearticulação das forças políticas e sociais que, nas décadas seguintes, iriam protagonizar os grandes embates entre as tendências do conservantismo – representadas pelo projeto internacionalizante, que preconizava o desenvolvimento econômico do país atrelado de modo subalterno à economia mundial em especial à economia norte-americana. De outro lado, as forças políticas nacionalistas, democratas e comunistas, que defendiam o projeto nacional-desenvolvimentista em cuja órbita passa a gravitar também parte significativa da intelectualidade e setores avançados da Igreja.

No final dos anos 50, esse modelo democrático-nacional-desenvolvimentista apresentava indícios de colapso. No campo econômico, apesar dos esforços do governo em criar um parque industrial com o beneplácito do Estado, que fosse capaz de por si só gerar um desenvolvimento independente através do Plano de Metas, por exemplo, do Juscelino Kubitschek, não evitou a intensificação da incorporação da economia, de modo subalterno, em relação às economias mais industrializadas, como a dos EUA. Além disso, houve o aumento espetacular da dívida externa e o agravamento das desigualdades sociais com o aumento da pobreza.

No aspecto social, a situação era mais grave. Ao se expandir a economia, esta trazia consigo um enorme contingente de trabalhadores à procura do emprego nas grandes cidades, principalmente São Paulo. No que se refere

à relação campo-cidade, ocorreriam mudanças significativas, entre elas o esvaziamento das áreas rurais provocadas pelo processo de expropriação dos camponeses de suas condições naturais de trabalho. Isto é, foi-lhes retirado, de modo violento, como demonstrou Marx em *O Capital*, os seus meios de produção com os quais sustentavam a si e a sua família.

Mais do que isso, ainda a partir da segunda metade dos anos 50, no aspecto econômico, a diversidade da economia brasileira provocou uma diferença profunda na estrutura produtiva quanto a padrões tecnológicos e de produtividade com a consequente concentração do progresso técnico em alguns polos da economia. Nessa mesma década, verifica-se a preocupação do poder central com as outras regiões do país, em particular com a Amazônia. As orientações do governo se direcionaram no sentido de modificar sua economia.

A primeira providência revelou-se na criação, em 6 de janeiro de 1953, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), como agente financeiro que visava carrear recursos para investir num processo industrializante, torná-la viável social e economicamente. Isto representa a inauguração de uma nova fase de ocupação da Amazônia. São as primeiras diretrizes pensadas no poder central com a finalidade de planejar o desenvolvimento regional.

O objetivo contido no primeiro Plano de valorização da Amazônia não foi atingido, revelou-se um relativo fracasso. Relativo porque ainda conseguiu produzir efeitos em longo prazo. Consistia em “Recuperar e tornar economicamente aproveitável as áreas inundáveis, explorar os recursos minerais da região, implantar uma rede de comunicação e transporte” (MAHAR, 1978, p. 140). As razões desse fracasso estão na ausência de estudos sobre as possibilidades topográficas da Amazônia. No Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1956 a 1967, há um novo padrão de acumulação cuja expansão se caracteriza pelo crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens duráveis de consumo (TAVARES; BELLUZZO, 1982, p. 123). Isso só ocorreu porque houve grandes investimentos no setor produtivo (1956-1961), o que provocou as chamadas “ondas de navegações” shumpeterianas, alterando, assim, todo o sistema produtivo brasileiro (MELLO, 1991, p. 117). Todavia, de 1962 a 1967, a economia brasileira desembocou numa crise causada pela realização de um potencial de acumulação crescente e pelos desajustes dinâmicos entre a estrutura de oferta e demanda, especificamente industriais (TAVARES; BELLUZZO, *ibid.*).

No plano político-institucional, o primeiro período (1956-1967) é marcado pela consolidação do modo de produção eminentemente capitalista, com a implementação da política econômica do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960); o segundo, pela depressão caracterizada pela fase de ascensão e crise do populismo-nacionalista – Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964) – e dos primeiros anos do regime militar.

Todavia, esse processo de industrialização não impediu o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro no mesmo período, em contraposição aos vários diagnósticos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) da Organização das Nações Unidas (ONU), os quais exerciam profunda influência no pensamento econômico, social e político latino-americano. Esses diagnósticos consideravam a estrutura agrária brasileira extremamente concentrada. Ela limitava o processo de industrialização. Tal tese, posteriormente, se revelaria um engodo, haja vista que a existência da grande propriedade latifundiária não inviabilizou a modernização capitalista no Brasil (MELLO, 1991).

4.3 O planejamento estratégico do Golpe de Estado

O Golpe de Estado foi devidamente planejado e executado por uma elite orgânica que incluía empresários, militares e intelectuais, vinculados a importantes centros de pesquisa do país. Nessa nova conjuntura política, emergida com a posse do novo governo, o processo de acumulação ganharia fôlego, conforme já se disse.

A literatura especializada e militante (trata-se dos autores que exerceram algum tipo de atividade política ligada a organizações de esquerda) sobre aquela conjuntura, divide-se em duas posições diametralmente opostas. De um lado, os analistas que defendem a existência, antes do Golpe, de uma “crise nacional-revolucionária”. De outro lado, os analistas e militantes políticos de esquerda que defendem a existência, antes do Golpe, de uma “crise nacional-revolucionária” (LÊNIN, 1989) propícia ao advento da Revolução Socialista. É o caso em particular de Gorender (1990). De outro lado, aqueles que propugnam a existência somente de uma crise de legitimação com a perda da base de apoio do Estado populista sem maiores consequências para mudanças profundas nas estruturas econômicas, políticas e sociais do País (WEFFORT, 1984).

De acordo com a primeira interpretação, aquele foi o momento do enfrentamento frontal ao Estado e a consequente tomada do poder político

pelas forças interessadas na construção de uma nova ordem, socialista, sob a liderança especialmente do PCB porque era a força hegemônica nos movimentos operário e sindical. Ao passo que para a segunda, depois do Golpe de Estado e do fortalecimento do regime no final dos anos 60 e início da década seguinte, não existiam mais “as condições objetivas” consideradas suficientes para a ação revolucionária das classes trabalhadoras; os que insistiram, entraram, inevitavelmente, no “suicídio revolucionário”. Finalmente, notam-se, no presente, forças políticas que participaram da luta armada e que ainda relutam em reconhecer autocraticamente a derrota do projeto revolucionário. Não se convenceram de que aquela conjuntura adversa do pós-64 fora a razão principal de a Revolução ter faltado ao encontro, parafraseando o título do livro de Daniel Aarão Reis Filho. Para estes autores, portanto, a luta foi justa e se constituiu na única forma de resistência aos militares que paulatinamente se firmavam e não objetivavam, em curto prazo, deixar o poder.

Quanto à questão da preparação do Golpe, René Dreifuss (1987) é o autor que se ocupou da análise dos fatores que levaram os militares ao poder. Sugeriu que uma ou mais frações de classe articulou e liderou o Golpe de Estado. Partindo da premissa gramsciana de que uma classe social e/ou uma fração de classe, tende a articular e transformar, através de uma vanguarda político-intelectual, de uma elite, os interesses corporativos de grupos economicamente dominantes em interesses de outros grupos subordinados, criando um consenso a partir daqueles interesses heterogêneos. A esse grupo, Dreifuss denominou elite orgânica, isto é “[...] agentes coletivos político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe, através de cuja ação se exerce o poder de classe” (p. 24).

Em outro texto, *Ação de Classe e Elite Orgânica* (1985), Dreifuss preconiza que a operacionalização e implementação do projeto político do capital transnacional associado (fala-se do caso brasileiro) foi conduzido por uma elite orgânica representada por uma “intelligentsia” militar, tecno-empresarial e empresarial, como diz: “verdadeiros intelectuais orgânicos dos interesses multinacionais e associados e os organizadores do neocapitalismo tardio e dependente brasileiro” (p. 341). Sob quais formas ela se instrumentalizaria? Dreifuss responde que, no caso do Golpe de 64, se instrumentalizou por intermédio de institutos, de clubes, de entidades e de partidos políticos. Argumenta também que a estrutura modernizante-conservadora, civil e militar, compreendia:

a) os diretores de corporações multinacionais e os diretores e proprietários de empresas associadas, muitos dos quais tinham qualificação profissional; b) os diretores e participantes de empresas de consultoria empresarial, os tecno-empresários, a grande maioria deles também diretores de empresas industriais e financeiras; c) os administradores e peritos técnicos privados e os executivos do aparelho estatal, que formavam parte da tecno-burocracia, como cinto de transmissão ideológico-produtivo; d) oficiais militares, especialmente, mas não somente da Escola Superior de Guerra, cujos valores modernizantes e conservadores era congruentes com os do bloco multinacional e associado, e muitos dos quais participavam já na década de 1950, na direção de empresas privadas (p. 342).

Do lado do campo democrático e popular havia um amplo e extremamente diferenciado leque de forças políticas. Com distintos objetivos e modos variados de organização partidária concorrendo para o controle das direções das entidades organizadas. Além do PCB, havia também o Partido Socialista Brasileiro (PSB), a Organização Marxista-Leninista-Política Operária (POLOP) e a Ação Popular (AP).

Essas organizações buscavam nas massas trabalhadoras urbanas, nos trabalhadores agrícolas e nas massas de camponeses pobres do extenso campo brasileiro a sua base de apoio popular e de onde viria sua legitimidade.

As classes médias urbanas constituíam-se na segunda frente de apoio do regime nacional-populista.

Gozando de prestígio e influência desde a Revolução de 30, esse setor da sociedade dispunha de crescente poder de barganha e era o segmento político mais beneficiado com o projeto de bem-estar social populista. Para Ridenti,

Os setores de classe média vinculados a apropriação realmente coletiva do fundo público são aqueles originados pelos gastos sociais do Estado como, por exemplo, saúde, educação e cultura para a população globalmente considerada. Esses setores de classe média tiveram espaço democrático no fim dos anos 50 e princípio dos 60, no Estado populista do bem-estar

tropical que se esboçava na sociedade brasileira (RIDENTI, 1993, p. 158).

Logo em seguida, essa base de sustentação política desaparece. O descontentamento de vários setores da sociedade brasileira com os rumos da economia desemboca numa crise. Isso gerou um quadro político-institucional extremamente complexo.

Segundo os autores da trilogia *Visões do Golpe*, em 19 de março de 1964, uma das reações contestadoras partiu da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, em São Paulo.

Organizadas pela União Cívica Feminina, pela Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), pela Fraterna Amizade Urbana e Rural (FAUR) e pela Sociedade Rural Brasileira, essas manifestações ajudam a fortalecer os laços de segmentos da sociedade civil com os golpistas especialmente do Episcopado com os militares.

Em 31 de março de 1964, tropas comandadas pelo General Mourão Filho saem às ruas de Minas Gerais e em 1º de abril o Golpe se concretiza, enquanto uma greve geral ensaiada pela Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) fracassava na tentativa desesperada de evitar a queda do presidente João Goulart.

Nos dois dias seguintes, isto é, 2 e 3 de abril, o General Costa e Silva se autoneia Comandante em Chefe do Exército, organiza o Comando Supremo da Revolução, composta por ele e pelo Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo e pelo Vice-Almirante Augusto Rademaker. Num dia anterior, 2 de abril, Goulart segue para Porto Alegre e o Congresso Nacional declara vaga a Presidência da República. Assume o poder o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.

Em 9 de abril de 1964, o Comando Supremo da Revolução decreta o Ato Institucional, redigido por Francisco Campos e marcando para o dia 11 de abril a eleição indireta para presidente da República. O AI nº 2 lançado posteriormente visou expurgar da burocracia do Estado os cargos eleitorais.

Cassou mandatos de parlamentares de oposição à ordem capitalista ou oposição ao governo e instituiu o bipartidarismo. De agora em diante, só existiriam dois partidos: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), sendo este o Partido do governo. O objetivo era mascarar a ditadura, haja vista que, na maioria dessas ditaduras, sequer é permitido partido de oposição. Cerca de 800 líderes estudantis foram

presos. Em 13 de dezembro de 1968, o governo recém-instalado decreta o AI nº 5, que passou para a história como o “Golpe dentro do Golpe”.

Paralelamente ao aumento das tensões sociais e políticas no Brasil provocadas pelo Golpe, o mundo vivia um de seus momentos mais dramáticos que, resumidamente, caracterizava-se pelo recrudescimento da Guerra do Vietnã; aumento dos protestos pacifistas nos Estados Unidos e na Europa principalmente nas universidades; movimentos pela liberação sexual liderados por intelectuais e gente de expressão artística, cultural e política; gigantescos movimentos pelos acordos de limitação da produção de armas de destruição em massas; e as poderosas manifestações estudantis na Checoslováquia, na França, no México e nos EUA. Ao mesmo tempo, no Brasil é tempo dos festivais musicais e do Tropicalismo.

O Congresso Nacional permanece fechado de 1968 a 30 de outubro de 1969, sendo fechadas também as Assembleias Legislativas Estaduais e as Câmaras Municipais. Nesse período, o governo promulgou 13 atos institucionais, 40 atos complementares e 2 decretos-leis. O controle da sociedade civil era o objetivo. Controle específico para a imprensa e para a universidade e outras instituições de caráter educacional. Enfim, o controle da participação política com a decretação da Lei de Segurança Nacional, voltada para o combate ao comunismo.

Com a posse de Emílio Garrastazu Médice (1969-1974), temos o fortalecimento e o endurecimento do regime. Institucionaliza-se a repressão e a censura prévia (Figura 1).

Porém é nesse governo que se obtém os altos índices de crescimento econômico. É o chamado “milagre econômico”. A tentativa era superar a crise política e social causada por anos de governos populistas.

Essa intervenção militar na política brasileira foi devidamente avaliada por especialistas no campo das Ciências Sociais: da análise do discurso dos militares-presidentes, Forget (1994) a citada trilogia *Visão Militar do Golpe, Repressão e Volta aos Quartéis*, organizada pelo grupo de pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, coordenada por Celso Castro *et al.* (1994b; 1994).

Ela criou as condições políticas à reorganização do “aparelho” de Estado, com vistas a atender às necessidades do grande capital monopolista. Um conjunto de instrumentos legais foi criado, a fim de ordenar o novo arcabouço institucional.

Figura 1 - Generais Emílio Garrastazu Médice e Ernesto Geisel – Presidentes da República Federativa do Brasil e Comandantes Supremos das FFAA no combate à Guerrilha



Fonte: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/component/content/article?id=554>. Acesso em: 27 jun. 2020.

Cardoso (1986, p. 69) assegura que

O golpe de 64 deslocou o setor nacional-burguês e o grupo estatista-desenvolvimentista da posição hegemônica que mantinham, em proveito do setor mais internacionalizado da burguesia, mais dinâmico e mais ‘moderno’, porque parte integrante do sistema produtivo do capitalismo internacional. A política econômica e tanto quanto ela, a reforma da administração e do aparelho do Estado potenciaram as forças produtivas do ‘capitalismo contemporâneo’. A economia integrou-se mais profundamente ao sistema capitalista internacional de produção, ou seja, a relação entre os centros hegemônicos e a economia dependente passou a dar-se dentro do contexto atual da economia capitalista mundial

que não exclui a possibilidade do desenvolvimento industrial e financeiro nas economias periféricas. A acumulação urbano-industrial – que vinha crescendo desde período do governo Juscelino Kubitschek – passou a preponderar no desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

4.4 Projeto político-estratégico do estado e sua política de ocupação da Amazônia

O novo governo inclui a Amazônia no projeto do Brasil Grande Potência. Visto como espaço a ser redefinido de acordo com a lógica geopolítica de conquista e gestão, a Amazônia passa a demandar mais uma vez a possibilidade de constituir-se em objeto de sucessivos planos regionais, tais como: a Operação Amazônia, o PIN e o Polamazônia, este objetivava criar polos agropecuários, incentivando a formação de enclaves econômicos na região. Todos

[...] visando desenvolver infraestruturas (estradas, aeroportos, telecomunicações), alocar incentivos fiscais e linhas de crédito subsidiados a fim de atrair empresa na região, abrir programas de colonização pública e, finalmente, implementar grandes projetos agropastoris, minerais e florestais [...] (D'ARAÚJO, 1992, p. 38).

O governo investiu recursos na Amazônia para possibilitar a solução do problema do Nordeste superpovoado, e o “vazio” demográfico na Amazônia. Era a oportunidade de colocar em prática a velha aspiração histórica de desenvolver a Amazônia (SKIDMORE, 1988, p. 291). Registre-se, como é sabido, que as políticas desenvolvimentistas para a Amazônia a partir de 1970 foram concebidas dentro de um “circuito fechado de poder”, voltadas para a exportação e atendendo prioritariamente o capital internacional. Em comparação com o período anterior ao golpe, as políticas de desenvolvimento do governo militar não estavam sujeitas ao crivo do legislativo forte. A velocidade com que vários projetos foram impostos à região foi sem sombra de dúvida obra do autoritarismo. O conteúdo desses projetos não foi, entretanto, tão inovador. As preocupações que orientam esse avanço estavam traçadas desde antes: colonização, capitalização, comunicação, defesa de fronteiras, etc. (D'ARAÚJO, 1992, p. 41).

Em outubro de 1970, o governo lança o Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo. Com ele os militares objetivaram criar um equilíbrio entre o poder público através da empresa pública e o setor privado nacional bem como a empresa privada estrangeira. Para Ianni (1991), “[...] essa foi a diretriz que orientou a política econômica governamental quanto ao Nordeste, à Amazônia, à questão agrária etc.” (p. 256).

Ao lado desse processo, cuidou de elaborar e aplicar uma política agrária, definida pela elite orgânica, antes mesmo do Golpe.

Essa elite em torno do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), composto pelo complexo político-militar, contrapôs-se à ação do governo João Goulart. Seus intelectuais travaram uma luta contra as propostas de reforma agrária dos populistas. De suas reflexões resultou, mais tarde, o Estatuto da Terra, transformado em ação do governo Castelo Branco como solução à problemática da terra no Brasil. O Estatuto da Terra classifica as propriedades em minifúndio, em empresa, latifúndio por dimensão e latifúndio por exploração. Com isso impedia a formação da propriedade familiar e o acesso dos camponeses à terra. Previa a ocupação de regiões pioneiras visando solucionar conflitos em outras regiões do país. Segundo Martins (1981),

O Estatuto estabelece como ponto essencial da redefinição fundiária a colonização das áreas novas, mediante remoção e assentamento de lavradores desalojados pela concentração da propriedade ou removidos de áreas tensas. A grande extensão disponível seria justamente a da região amazônica e partes do centro-oeste, sobretudo Mato Grosso (p. 96-7).

Os efeitos dessas medidas foram drásticos.

Entre 1960 e 1970, quando já tinha vigência o Estatuto da Terra e já estava em prática a política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da Amazônia, 53,3% foram incorporados por estabelecimentos com menos de 100 ha e 64,7% por estabelecimentos com mais de 100 há. Finalmente, em 1975, apenas 0,2 % das terras novas foram para estabelecimentos com menos de 100 há, enquanto que 99,8% foram para estabelecimentos com

mais de 100 há (sendo que 75% dessa terra foi ocupada por estabelecimentos com mais de 1.000 há (p. 97).

Isso mostra o efeito extremamente concentrador do Estatuto da Terra e revelou, ao mesmo tempo, uma estratégia de controle das lutas sociais, desarticulando o conflito pela posse da terra.

O PIN, lançado antes, em 16/06/70, fez parte da estratégia voltada para a colonização dirigida, uma vez que os projetos estavam contidos nele. O lema era “integrar para não entregar”. As frentes de trabalho para a abertura de estradas contribuiu para a expansão da fronteira amazônica, impulsionada pelas políticas governamentais caracteristicamente estratégicas, adotadas para promover o desenvolvimento e integrar a Amazônia ao capitalismo brasileiro, principalmente a região sul e sudeste do estado do Pará. Tal processo foi agravado com a construção da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém.

A Transamazônica (BR 230), rodovia federal, correndo ao longo do rio Amazonas, na direção Leste-Oeste, atravessa todo o estado do Pará, entre os estados de Tocantins e Amazonas. Para o sul e sudeste do estado do Pará, a estrada provocou alterações na situação dominial da terra a partir dessa integração rodoviária com o Sul do país e com outros municípios da região, como Altamira, Santarém e Itaituba. Facilitou a comunicação bem como o escoamento da produção extrativa e agropecuária. Por outro lado, pouco acrescentou ao aumento do fluxo migratório, que continuou sendo feito pelo Tocantins e pelo Itacaiúnas, embora só sejam navegáveis no inverno.

A estrutura fundiária da região alterada pela concentração de terras e pelas migrações permitiu o advento de inúmeros “focos” de conflitos pela posse da terra, colocando camponeses, castanheiros, seringueiros e outras categorias sociais de um lado, e de outro, fazendeiros, seringalistas e “donos” de castanhais.

No bojo do PIN, o governo criou o Instituto Brasileiro de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que representou o fortalecimento dos grupos econômicos beneficiados com a política de incentivos fiscais, haja vista que controlavam os projetos de colonização. Finalmente, em 1971, um outro programa criado pelo governo contribuiu ainda mais para o processo de concentração da propriedade fundiária no país: o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA).

5 O PROJETO POLÍTICO-ESTRATÉGICO DA ESQUERDA COMUNISTA

Neste capítulo, busco identificar os fundamentos políticos e estratégicos inspiradores dos *paulistas* no Araguaia, isto é, construir uma interpretação do maoísmo e do foquismo como estratégias distintas de um mesmo projeto político-estratégico. Nessa construção, duas questões me preocupam: 1) Saber se essas estratégias políticas, entre o foquismo e o maoísmo – engendradas em circunstâncias históricas e geográficas, tais como o sudeste Asiático e a América Central, transformadas por gerações de revolucionários em modelos universais de ação revolucionária –, poderiam ser aplicadas em realidades diferentes daquelas onde se originaram; 2) Que relação o Partido tem com a guerrilha: o Partido organiza, dirige ou surge do processo?

Nota-se, conforme formulação da questão, que não apresento elementos novos, mas apenas uma crítica. A discussão é norteadada por duas hipóteses de trabalho: a) as estratégias político-militares do projeto defendido pelos grupos de esquerda, em particular pelo PCdoB, que se constituíram em fundamentos para a ação política surgiram a partir de condições históricas, sociais, políticas e geográficas particulares. Não poderiam servir de modelos aceitos universalmente e aplicados mecanicamente na realidade amazônica. Mas o encontro com essa realidade engendrou também uma particularidade político-estratégica pouco ou quase nada pensada nas avaliações sobre a Guerrilha. Em outras palavras: b) tudo leva a crer que o projeto do PCdoB foi constituído por ambas, ou seja, maoísta no discurso e foquista na prática, ainda que inintencionalmente. Não havendo contradições significativas, como demonstram algumas teses marcadas pelo dualismo exclusivista entre as duas principais estratégias. Para tanto, analiso as principais referências políticas e ideológicas sobre o maoísmo e foquismo, a fim de construir uma interpretação. O debate sobre a avaliação da Guerrilha entre os partidários do maoísmo e do foquismo não registra nenhum estudioso que tenha buscado desenvolver um inventário dos pressupostos teóricos dessas estratégias.

Assim, portanto, acompanho Ridenti (1993) no ponto em que enfatiza o maoísmo e o guevarismo como as principais vertentes que orientavam a luta camponesa.

Entre as organizações Guerrilheiras – diz o autor – que entraram na dinâmica das ações armadas urbanas também havia divergência sobre o tipo de luta a ser travado. No tocante à constituição da guerrilha rural, dois eram os polos teóricos que atraíram os grupos de esquerda: o guevarismo e o maoísmo, com várias posições híbridas entre eles.

5.1 Conceito de estratégia

A estratégia é um conceito de origem militar. Vários autores enfatizaram esse aspecto. Mostraram inclusive a influência do pensamento estratégico de matriz clausewitziana no marxismo. Karl Von Clausewitz num livro clássico, *Da Guerra* (1979), considera a estratégia como a “arte que visa estabelecer o plano da guerra e determina em função do objetivo uma série de ações que a ela conduzem” (p. 199). Na elaboração teórica e na práxis dos movimentos socialistas neste século, de Franz Mehring a Ernesto “Che” Guevara, passando por Marx, Lênin, Stálin, Mao-Tsé-Tung e Antônio Gramsci, a estratégia foi entendida, conforme sugestão de Paulo Sérgio Pinheiro (1992, p. 11), como planejamento e execução de

[...] movimentos e operações com vista à conquista e ou manutenção de posições que possam, no futuro, facilitar a consecução de determinados objetivos. Envolve a arte de projetar largos movimentos, a arte de levar as próprias forças ao enfrentamento do inimigo na arena política, muitas vezes pensando como um jogo de guerra.

Em sentido mais amplo e enriquecedor, Certeau (1996), desprovido das intenções da luta socialista e trazendo seu significado para o cotidiano das relações de poder, nos fornece a seguinte definição: a) Estratégia é “[...] o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado” (p. 100). Ao passo que a tática, ainda para o autor, seria “[...] ação calculada pela ausência de um próprio”. A tática opera

[...] golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas uma docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas, que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (p. 100-1).

Como trabalho com a ideia de projeto político-estratégico, é preciso acrescentar ao conteúdo militar da estratégia e das táticas as dimensões política e ideológica. Concebo, conseqüentemente, a estratégia e tática militares como apenas uma parte indissociável do projeto político-estratégico. O que significa afirmar que, simultaneamente, possuíam estratégias políticas, ideológicas e táticas militares similares em que pese o antagonismo dos objetivos que buscavam: os militares e a esquerda representada pelo PCdoB.

5.2 Estratégia maoísta

Denomina-se estratégia político-militar maoísta a sistematização do pensamento e práticas políticas levada a cabo na China por Mao Tsé-Tung (1893-1973). Essa sistematização consiste na reflexão político-ideológica da experiência da revolução chinesa a qual considera o partido político como um instrumento fundamental do processo revolucionário e os camponeses sua base social e política.

No começo do século XX, o Império Manchu sustentava a ordem feudal na China, logo em seguida derrubado com a Revolução Democrática de 1911, dirigida pelo Kuomintang (Partido do Povo do País) de Sun Yat-sen (1866-1925). No entanto, o Kuomintang só governava uma parte da China. A outra parte ficava sob a ordem dos chamados senhores da guerra, chefes militares que faziam a lei protegidos por Exércitos privados no Norte do país. Em 1927, Sun Yat-sen foi substituído por Chiang Kai-shek, o qual unificou o sob uma ditadura militar. O Partido Comunista da China, PCCh, fundado por intelectuais em 1921 resistiu em suas bases camponesas no sul influenciadas pelas ideias de Mao Tsé-Tung (1893-1976). Balley (1996, p. 443) ressalta

dois aspectos dessa conjuntura: 1º) a estratégia singular da revolução prolongada em um país economicamente atrasado, dominado pelo “imperialismo estrangeiro”, apoiando-se em áreas rurais e no Exército Vermelho; 2º) a tentativa de promover uma “via chinesa para o socialismo.

Muitos marxistas consideram a trajetória revolucionária dos vietnamitas, da Segunda Grande Guerra à unificação do país sob o domínio do Vietnã do Norte, como exemplo do mesmo tipo de estratégia usada pelos chineses. O comandante e estrategista militar Vo Nguyen Giap (s/d) resumiu a prolongada luta de libertação do Vietnã em três livros: 1) Armamento das Massas Revolucionárias, Edificação do Exército do Povo; 2) Guerra do Povo, Exército do Povo; e 3) Armamento das massas revolucionárias: Edificação do exército do povo.

A estratégia da “luta popular prolongada” surgiu a partir da teorização sobre a experiência singular da realidade sociopolítica da China durante a revolução.

O fracasso, em 1927, do Partido (PCCh) na tentativa de tomada do poder, levou Mao Tsé-Tung a escrever o Informe sobre o Movimento Camponês de Hunan, cuja consequência imediata foi a posição assumida pela direção do Partido, da qual fazia parte Mao, reelaborando sua estratégia política e militar e dando início, de 1930 a 1934, a lendária “Grande Marcha” rumo à província de Yenam, cobrindo 12.000 km em pouco mais de um ano, atravessando 22 rios, 18 cordilheiras, ocupando 65 cidades (AZEVEDO, 1997, p. 360). É preciso ressaltar que, nesse período, em consequência dos grandes massacres de operários (no episódio de 1927), a orientação que iria determinar os rumos dos acontecimentos seria aquela que propunha aos camponeses a direção do movimento revolucionário de acordo com o que propunha o documento.

Um estudioso da revolução chinesa, Schilling (1984), mostrou que Mao sempre manifestou velada oposição ao descaso que a direção tinha para com os camponeses. Um pouco antes do desastre de 1927, fez circular seu célebre relatório das observações feitas em relação aos camponeses de sua província natal. Para o autor,

[...] no fundo, sua iniciativa revolucionária e vá algumas vezes no campo e veja o que ali sucede, seguramente se encontrará mais alegre do que nunca, milhões de escravos [...] os camponeses estão derrubando seus inimigos,

os devoradores do homem [...] todos os revolucionários devem compreender que a revolução exige uma grande transformação no campo (p. 33).

A estratégia consistia

[...] em reconhecer no campesinato e não mais o proletariado a classe principal na condução do processo revolucionário e será contestada pela maioria do “Comitê Central” apoiado por Moscou (TRINDADE, 1987, p. 91). E baseava-se na [...] articulação pelo partido de três elementos: mobilização do campesinato pobre, luta da guerrilha e papel central do exército popular de libertação (Ibid.).

Na verdade, os fundamentos da estratégia de luta prolongada dos maoístas têm enorme influência das ideias de Clausewitz.

Clausewitz (1979, p. 578) estabeleceu as seguintes considerações sobre a guerra popular:

1º) A guerra deve ser drenada para o interior do país. 2º) Uma única catástrofe não deve bastar para resolver o seu destino. 3º) O teatro da guerra deve abraçar uma extensão consideráveis do território. 4º) As medidas tomadas devem corresponder ao caráter nacional. 5º) O país deve ser do gênero cortado ou inacessível, quer seja montanhoso, arborizado ou pantanoso, ou em função do modo particular de cultura. 6º) Pouco importa que a população seja numerosa ou não, pois a falta de homens é menos verossímil do que a de outros elementos. 7º) Que os habitantes sejam ricos ou pobres também não é decisivo, ou pelo menos não deveria sê-lo; mas pode admitir-se que uma população pobre, impelida para trabalhos penosos e privações, se mostre de um modo mais vigoroso e mais aguerrida.

Esses pressupostos de Clausewitz estão na base das raízes históricas de fundação do PCCb. Fundado em 1921, seu congresso contou com cerca

de 50 militantes. Segundo Fernandes, “de 1926 a 1927, o PCCh viveu um crescimento espetacular, passando de 900 para 57.900 militantes. A composição social do partido também melhorou sensivelmente, chegando a 58% de operários nesse ano” (1985, p. 15).

Em 1934, alquebrados pelas sucessivas campanhas de aniquilamento desfechados pelos nacionalistas, abandonaram as bases de Jiangxi e fugiram para o oeste, cada vez mais tolhidos e ameaçados. Do oeste rumaram para o norte. Muitos partidários de Mao e membros do Exército Vermelho não concordavam com esse deslocamento para o norte. Achavam que faltava bom senso.

Para Reis Filho (1993, p. 185), as revoluções não gostam do bom senso.

A loucura salvou o que sobrava do Exército Vermelho que, aos troncos e barrancos, chegou andrajoso e esfaimado às suas bases no Norte. Mas chegou. E lá se reconstituiu, comendo raízes e bebendo água fervida. Quando os japoneses invadiram o país, os comunistas estariam numa posição estratégica excepcional para enfrentá-los, para ganhar o respeito e a admiração do povo e vencer a revolução.

Mais tarde, essa orientação se transformaria na diretriz revolucionária do “cerco das cidades a partir do campo” e da “luta de longa-duração”. Nos *Escritos Militares*, Mao Tsé-Tung (1981) defendeu a guerra de guerrilhas. Insistiu que, perante o inimigo, deve-se agir no momento exato, a fim de passar da defensiva estratégica à ofensiva, prolongando ao máximo a guerra objetivando assim desgastar o adversário. É ilustrativa a frase que proferiu ao argumentar a favor do papel que deveria exercer o partido político como dirigente do processo revolucionário, inclusive no planejamento das ações guerrilheiras: “Todos os comunistas devem compreender a seguinte verdade: o poder político nasce do fuzil, e jamais permitiremos que o fuzil comande o Partido” (p. 483). Afirmou também que as forças principais da revolução são o Exército Vermelho e as guerrilhas populares.

Do ponto de vista estritamente militar, o “dirigente” da revolução chinesa, argumentou a favor de uma série de postulados a fim de lograr o

êxito da “guerra revolucionária”. Citá-los justifica-se por traduzir o essencial do pensamento maoista sobre a questão da estratégia político-militar:

1) Atacar primeiramente as forças dispersas e isoladas do inimigo, e atacar depois as suas “forças concentradas e poderosas”;

2) Tomar primeiramente as cidades pequena e média, bem como as grandes regiões navais e tomar depois as grandes cidades; 3) Ter como objetivo principal o aniquilamento das forças vivas do inimigo e não a conservação ou tomada de uma cidade ou território [...];

Em cada batalha, concentrar uma superioridade absoluta de forças duas, três, quatro e em alguns casos até cinco ou seis vezes mais de que a força do inimigo), cercar totalmente as forças inimigas e esforçar-se por aniquilá-las por completo, sem dar-lhes uma possibilidade de se escapar da rede [...]; 5) [...] não travar combate que não se esteja seguro de vencer; 6) Realizar todos os esforços para estar bem preparado para cada batalha, fazer todos os esforços para assegurar a vitória na correlação de forças existentes entre as condições do inimigo e as nossas. (p. 103)

Já no poder, mais tarde, precisamente na década 60, os maoistas, no plano internacional, com o advento da crise sino-soviética, a partir do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), adotaram uma política de convencimento de Partidos e organizações revolucionários com o objetivo de desenvolver uma política de cooptação do movimento comunista internacional.

Nessa época, para os chineses, a centralidade da luta estava na clivagem entre países imperialistas e países oprimidos por eles. Entre os primeiros, encontrava-se tanto os EUA quanto a União Soviética (“social imperialismo”). Este último foi considerado o inimigo principal do movimento revolucionário em nível planetário. Consequentemente caberia aos comunistas chineses desenvolver uma política agressiva nos diversos movimentos nacionalistas e revolucionários, com o intuito de livrá-los da influência das “superpotências”. Segundo Merle (1981, p. 61),

[...] a China trata primeiro de garantir sua independência (econômica) e sua segurança (militar); apoia teoricamente os esforços dos países subdesenvolvidos para livrar-se da dominação das “superpotências”, mas somente dar seu apoio aos movimentos insurrecionais, quando seu êxito não corre o risco de beneficiar o “social-imperialismo”.

Vê-se, pois, que o pensamento estratégico maoísta, aqui sumariamente esboçado, mas que atende às minhas demandas teóricas, emergiu das condições histórica, política e geográficas da China e o Partido Político foi o organizador do processo revolucionário iniciado na guerrilha rural de base camponesa. Foi engendrado pelos impasses, dificuldades e vicissitudes da própria luta política levada a cabo pelos comunistas na primeira metade do século XX, em particular pela derrota na tentativa de tomar o poder através do levante de 1927, que resultou no massacre de dezenas de militantes do Partido. Ou seja, o processo revolucionário Chinês, em seu desenvolvimento, modificou seu rumo em função da própria realidade política, social e geográfica do país, das vicissitudes, inexistindo uma intencionalidade estratégica de base camponesa a priori e, ao mesmo tempo, o cerco das cidades a partir do campo.

5.3 Estratégia foquista

A estratégia político-militar foquista é baseada na experiência da revolução cubana (1956-1959) e a frustrada tentativa de guerrilha na Bolívia em 1966-67. Está associada ao nome de Ernesto “Che” Guevara, médico e revolucionário argentino. Para o foquismo (também designado como fidelismo e/ou castrismo), o partido político organiza e dirige o processo guerrilheiro ou a guerrilha é a própria vanguarda, o Partido surgindo dela? Argumento que, ao contrário do maoísmo, esse projeto prescinde do Partido Político como condutor do “processo revolucionário”, e assim, como o maoísmo, tem, teoricamente, nos camponeses sua principal base de apoio.

Cuba, no início do século, vivera uma inusitada experiência revolucionária liderada por José Martí. Seu fracasso em implementar um projeto nacional resultou numa aproximação de Cuba aos EUA, de quem se tornou o

maior parceiro comercial e cuja agricultura tornara-se dependente. O governo de Fulgêncio Batista, aos poucos foi reduzindo os espaços democráticos até então existentes. A partir dos anos cinquenta do século XX, cresce a pressão popular contra o regime. É neste contexto que o advogado Fidel Castro assume a contestação radical, e, em 26 de julho de 1953, dirige o famoso assalto ao quartel Moncada. É preso, e depois, no exílio, funda o Movimento Revolucionário 26 de Julho.

Em 2 de dezembro de 1956, desembarcou em Cuba à frente de 72 homens, vindos do México no barco *Gamma*, e mesmo após perder vários homens nos primeiros combates, iniciou a guerra de guerrilhas nas montanhas de Sierra Maestra, região montanhosa com 250 km de extensão e 45 km em sua maior largura, com um ponto culminante em pico Turquino. Além do terreno acidentado, a Região era isolada e de escassa população. Seus habitantes, em sua maioria, eram posseiros. Era densamente arborizada e caracterizada sobretudo pela produção cafeeira e pela economia de subsistência, atividade exercida por camponeses pobres. Guevara (1987) escreveu a propósito:

Na verdade, a Sierra Maestra, primeiro centro revolucionário, serviu de refúgio para todos estes camponeses que batiam cotidianamente contra os latifundiários. Eles se achavam em terras pertencentes do Estado ou a algum grande proprietário, procurando adquirir um pedacinho de terra, um pouco de bem-estar. Tinha de combater continuamente as extorsões dos soldados sempre aliados com os latifundiários, e seu horizonte não ia mais longe do que a posse de um título de propriedade [...] (1987, p. 148).

Ainda segundo Guevara, essas condições sociais e econômicas permitiram responder, por parte dos guerrilheiros, com um programa político supostamente capaz de traduzir objetivamente as reivindicações dos camponeses. Tal programa continha os princípios básicos que orientaram a luta pela reforma agrária em Cuba.

No final de 1957, os rebeldes cubanos se estabeleceram nessa zona a leste do país e passaram a se movimentar livremente, dispondo de boa rede de suprimentos. Enquanto isso, na cidade, os atos de sabotagem e atentados

a bomba, bem como atos terroristas multiplicaram-se. Um ano depois, a guerrilha declarava “guerra total” ao governo de Fulgêncio Batista.

No verão de 1958, a rejeição ao governo de Batista e o apoio aos guerrilheiros eram quase unânimes. Cuba Oriental caíra, tinha seu próprio jornal e uma estação de rádio. Usineiros americanos eram, inclusive, obrigados a pagar, em espécie, imposto aos rebeldes sobre cada saca de açúcar produzida. É importante ressaltar que Fidel Castro firmou, através de intensa negociação, uma aliança com forças políticas urbanas, encarregadas da tarefa de organizar “grupos de ação”, com vistas a levar suprimentos e novos militantes das cidades para as montanhas de Sierra Maestra. Em 1959, o Movimento 26 de Julho, em aliança com o Partido Popular Socialista (PPS), estabelecia, pela primeira vez em território latino-americano, um governo de esquerda, liderado por Fidel Castro e o próprio Ernesto “Che” Guevara.

Esta aliança político-militar entre guerrilheiros e camponeses, formada a partir de Sierra Maestra e que resultou na derrubada da ditadura de Fulgêncio Batista, colocou alguns problemas para a tradição revolucionária do marxismo-leninismo. Inexistia o Partido Comunista como “vanguarda”, o qual organizou-se no decorrer do processo revolucionário; a direção da revolução coube à intelectualidade e aos camponeses, prescindindo do papel da classe operária como o grupo social capaz de emancipar a sociedade; e, por último, em Cuba não existia uma democracia representativa que permitisse aos grupos sociais subalternos (conforme definição gramsciana) constituir uma ação política nos marcos da legalidade.

Apesar disso, a revolução cubana apresentou três contribuições fundamentais para a guerra de guerrilhas, segundo o próprio Ernesto: “1) As forças populares podem ganhar uma guerra contra o Exército [...]; 2) Nem sempre há que esperar que se deem todas as condições para a revolução; o foco insurrecional pode criá-las [...]; Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada pode ser fundamentalmente o campo” (GUEVARA b, 1987, p. 13).

Insistiu que essa última contribuição seria fundamental do ponto de vista estratégico, pois, para o autor, deveria-se chamar a atenção para aqueles que centravam a luta de massas nos movimentos das cidades, esquecendo totalmente a imensa participação dos habitantes do “[...] campo na vida de todos os países subdesenvolvidos da América Latina” (GUEVARA, 1987, 1987b, p. 13).

Percebo, principalmente, que esta concepção compreende a revolução como luta armada, o “foco” como embrião e a elite guerrilheira, a vanguarda política. Embora teoricamente considere incorreto o recurso exclusivamente à ação militar de combatentes bem treinados e abnegados militarmente, a ação política na Bolívia pressupôs fundamentalmente uma luta militar, isolada das atividades políticas da sua base social: os camponeses. A segunda fase ou etapa, como consequência de seu crescimento, era a construção do Exército Popular Revolucionário e que as organizações de esquerda surgiriam da guerrilha:

Esta é uma revolução singular em que alguns viram uma contradição com uma das premissas mais ortodoxas do movimento revolucionário, assim expressada por Lênin: **sem teoria revolucionária, não existe movimento revolucionário**. Convém dizer que a teoria revolucionária, como expressão de uma verdade social está acima de qualquer enunciado, isto é, a revolução pode ser feita se a realidade histórica for interpretada corretamente e se são corretamente utilizadas as forças que nela intervêm, mesmo que se desconheça e teoria (GUEVARA, 1987, p. 73, grifo do autor).

A crença na possibilidade de criação de uma vanguarda armada e bem treinada, na concepção de Ernesto “Che” Guevara, é emblemática na sua passagem pelo Congo Belga em 1965. No diário do Che Guevara, desse período, ele chega a dizer o seguinte:

Minha luta deve centrar-se na criação de uma coluna independente, perfeitamente armada e bem preparada, que seja força de choque e modelo ao mesmo tempo; se conseguirmos isto o panorama mudará consideravelmente, enquanto não se conseguir será impossível organizar um Exército revolucionário; a qualidade dos chefes os impede (TAIBO II *et al.*, 1995, p. 197).

Há quem sustente que, na verdade,

A vitória do M26-7 [Movimento Revolucionário 26 de junho] só se tornou possível quando o grupo dirigente,

após sucessivas derrotas, veio abandonar a estratégia “insurrecionalista urbana” e passou a se firmar no sólido apoio do campesinato. Resguardadas as devidas proporções, ocorreu em Cuba o mesmo que havia ocorrido na China, quando o Partido Comunista Chinês, derrotado nas cidades, foi obrigado a mudar de estratégia e estabelecer outra, onde o campesinato representaria o principal papel na revolução (MAO JUNIOR, 1997, p. 110-111, grifo do autor).

A experiência cubana exerceu forte influência nas organizações e partidos revolucionários latino-americanos, os quais elaboraram uma estratégia política e militar como uma só coisa, capaz de “tomar o poder”. Harnecker (1990), ao estudar esses movimentos chamou atenção para esse aspecto, a despeito de mostrar que a característica fundamental das guerrilhas foi sua determinação eminentemente antiditatorial. Lembra a autora:

La experiencia de America Latina nos señala que en la gestación de la vanguardia revolucionaria existirían al menos tres momentos, que no necesariamente deben sucederse en el tiempo: un primer momento, que poderíamos llamar preparatorio, donde se conforma el núcleo o los núcleos de la futura vanguardia o sujeto político, es decir, cuando se crean los partidos u organizaciones revolucionarias. Estas se esfuerzan por elaborar una estrategia revolucionaria para la toma del poder y, a la vez, darse una estructura orgánica que les permita ir avanzando hacia ese objeto. Luego vendría un segundo momento cuando este núcleo llega a ser capaz de ganarse la conducción del sector más avanzado del pueblo o sujeto popular. Por último, un tercer momento, en el que se logra pasar de la conducción de las masas más radicalizadas a la conducción de las más amplias masas, es decir, de todo el bloque opositor contra el régimen imperante (p. 197).

Essa é uma versão mais elaborada pelo Régis Debray, considerado por muitos o mais importante teórico do foquismo nas décadas de 60 e 70.

No texto intitulado *Revolução na Revolução*, Debray insiste na ideia de que o “foco” pressupõe três etapas, inspiradas na revolução cubana:

[...] a da instalação do grupo guerrilheiro “foco militar”, inicialmente isolado numa certa área rural de difícil acesso para a repressão; a fase do desenvolvimento da guerrilha, com a conquista e defesa de um território, quando camponeses seriam incorporados à luta; e a etapa da ofensiva revolucionária para tomar o poder, liderando as massas exploradas [...] (*Apud* RIDENTI, 1993, p. 45, grifo do autor).

Do ponto de vista militar, essas ideias indicam que o foquismo considerava prioritária a constituição de um aparato militar capaz de enfrentar o Estado. A defesa desse aparato revela uma concepção elitista e gradualista não só da revolução cubana, como também da transformação dessa concepção em princípio universal para os revolucionários que desejassem transformar as estruturas políticas e sociais dos países, principalmente da América Latina. Elitista porque não via o armamento como armamento das “massas”. Gradualista porque concebe o armamento como um processo acumulativo, que vai do início da guerrilha à formação do chamado Exército Popular Revolucionário.

Analisando o material sobre o assunto, entendo que a revolução cubana não poderia ser modelo da insurreição, haja vista que as revoluções não são mecânicas. As condições do local e da época, tudo indica, concorrem para o seu êxito ou não. A guerrilha de Fidel Castro nesse sentido não coincide exatamente, por exemplo, com a “teoria do foco”, isto é, a crença de que um pequeno grupo bem treinado, posicionando-se numa área geográfica favorável, poderia dar início a uma “guerra revolucionária” bem-sucedida contra qualquer tipo de regime. Também a revolução cubana não foi um levante camponês, de acordo com a teoria de Mao Tsé-Tung empregado com êxito na China.

A análise que fiz acerca das concepções estratégicas em voga na América Latina necessita de uma pesquisa mais ampla e profunda. No entanto, não me propus a esse objetivo. O objetivo era tão somente expor um panorama geral incluindo a relação do Partido Político revolucionário e a Guerrilha, o que foi atingido.

Concluo que a estratégia, portanto, tem um sentido bastante amplo que envolve dimensões militares, políticas e ideológicas. Está associada à busca de determinados objetivos.

Ambas as estratégias, maoista e foquista, que se constituíram em estratégias distintas de um mesmo projeto político-estratégico da esquerda e fundamentaram a ação política no Araguaia, surgiram de condições históricas, sociais, políticas e geográficas próprias à região onde se desenvolveram. As diferenças localizam-se na questão da relação do Partido Político-revolucionário com a guerrilha. Neste particular, o maoismo pressupõe o Partido como instrumento imprescindível para a organização do processo revolucionário.

A estratégia guevarista não incluía, no fundamental, uma preocupação relevante com essa questão, uma vez que, de acordo com essa concepção, o “foco guerrilheiro” ocupa um lugar central na emergência e construção de um Exército Revolucionário capaz de aglutinar as massas camponesas até a conquista do poder político. Enfim, os respectivos projetos como eram concebidos pela esquerda (CAMPOS FILHO, 1995; ROCHA JUNIOR, 1995), ou seja, mesmo havendo a aceitabilidade da tese de que esses projetos refletiam aspectos universais dessas realidades onde se desenvolveram, tais como Rússia, China e Cuba, é impossível, no meu caso, sustentar a hipótese segundo a qual a Guerrilha do Araguaia seguiu exclusivamente a experiência de um desses países.

6 A VISÃO DO PCdoB DA LUTA ARMADA NO BRASIL E NA AMAZÔNIA

Os objetivos deste capítulo são a) analisar a crise política e ideológica que permitiu o surgimento de dois partidos comunistas no Brasil, b) identificar o projeto político-estratégico defendido pelo PCdoB bem como a estratégia e/ou estratégias usadas pelos *paulistas*, c) examinar a visão que os guerrilheiros tinham do Brasil e da Amazônia em particular e comparar com a dos militares. A questão que me preocupa é saber que estratégia e/ou estratégias implícita(s) no projeto político-estratégico socialista o PCdoB defendia para a Amazônia: maoísmo e/ou foquismo ou ambos? Inquieta-nos também a seguinte questão: em que condições é possível afirmar que a visão dos guerrilheiros era similar a dos militares e do governo?

Quanto à primeira questão, defendo neste trabalho a hipótese de que o dualismo reforma ou revolução foi a razão político-ideológica e estratégica da cisão entre os comunistas no final dos anos 50 e início da década seguinte, e não a busca de um “farol” legitimador das ações internas dessas organizações políticas. E mais, o PCdoB, implicitamente, já no seu projeto socialista defendia os fundamentos da estratégia maoísta (que excluía o outro polo: o foquista).

No que diz respeito à outra indagação, ou seja, em que condições é possível afirmar que a visão dos guerrilheiros era similar à dos militares e à do governo, argumento que a visão dos guerrilheiros da Amazônia era semelhante à dos militares e à do governo quando se considera a perspectiva estratégica de conquista e gestão sobre parte de um território. Ambos os atores ambicionavam controlar a Amazônia, tida como geopoliticamente crucial no jogo político-ideológico da Guerra Fria; porém essa mesma visão era antagônica, considerando o aspecto relativo ao papel a ser exercido pela Amazônia no cenário nacional, haja vista que propugnavam uma Amazônia sem os interesses “imperialistas”.

Lembro que Vladimir Pomar analisou exaustivamente alguns documentos do PCdoB, publicados no Jornal alternativo *A Classe Operária*, demonstrando as contradições existentes entre a política de frente única defendida pelo Partido, convivendo com as medidas de organização da luta armada no campo. Por isso, a preocupação aqui não será essa, mas a contradição entre o discurso marxista-leninista e os fundamentos maoístas. O

PCdoB considera a experiência guerrilheira fundamentada na concepção político-revolucionária do leninismo, atribuindo a derrota no Araguaia apenas a “erros táticos” cometidos em sua condução. Ao contrário, Vladimir Pomar sustenta que o fracasso político-militar residia exatamente no âmbito da concepção político-revolucionária adotada: a teoria do foco guerrilheiro.

Justamente por ter-se iniciado no período de desmantelamento final da guerrilha urbana, a luta armada no Araguaia suscitou inúmeras esperanças. [...] Tais esperanças foram frustradas, tanto pela derrota quanto pelo fato de ter ficado evidenciado que o PCdoB trilhara, na prática, o mesmo caminho das organizações de guerrilha urbana, apesar de criticá-las tão acerbamente em teoria. Mudara somente o cenário (POMAR, 1980, p. 58).

Tal avaliação se assemelha às análises de Gorender (1990), que investiga minuciosamente as origens, atuação e perfil dos grupos de esquerda que enfrentaram o governo, mostrando as diversas concepções estratégicas e táticas, bem como o *modus operandi* dessas organizações antes e depois do Golpe de 1964. Importa para o propósito do nosso objeto, o capítulo intitulado “A Guerrilha Abafada”. Na verdade, é uma avaliação resumida da Guerrilha do Araguaia. Pouco acrescenta, a meu ver, em dados e informações, a não ser a hipótese professada pelo autor na qual ratifica as posições que consideraram o foquismo inspirador e ao mesmo tempo fator de derrota dos guerrilheiros no Araguaia.

É paradoxal que a guerrilha do Araguaia – diz o autor –, planejada para desfechar a guerra popular prolongada segundo o modelo maoista, reproduzisse, no essencial, a tática do foquismo castro-guevarista. Ou seja: nenhum trabalho político prévio, início da luta por um núcleo guerrilheiro com autonomia de comando, etc. (1990, p. 211).

6.1 A opção pela luta armada: maoísmo ou foquismo?

No documento Estudo Crítico Acerca do Princípio da Violência Revolucionária, (1983), aprovado no VI Congresso do PCdoB, realizado ainda na clandestinidade em 1983, o Partido visa colocar um ponto final nas discus-

sões dentro e fora do Partido acerca da validade ou não da experiência guerrilheira. Rebate as críticas de influência maoista e foquista e exalta a Guerrilha “como um grande feito na história do povo brasileiro”. Contém, também, a versão oficial do Partido sobre o episódio:

Querer reduzir o Araguaia, com seus seis anos de preparação prévia, sob a direção do Partido, de integração completa dos combatentes com os moradores locais, com seus três anos de duração da luta, com sua ULDP e seu programa de 27 pontos, com o apoio que teve da população local, como reconhecem os próprios comandantes do Exército que lá estiveram, querer reduzir essa experiência a um “foco” é, ou desconhecer o Araguaia e o “foco”, ou adulterar a realidade para denegrir os comunistas e os revolucionários brasileiros (p. 26, grifos do autor).

Quanto ao maoísmo o documento modera a hipótese da aplicação mecânica:

[...] os ensinamentos de Mao-Tsé-Tung sobre a guerra revolucionária influenciaram a elaboração do Partido a respeito. Houve aceitação de teses impróprias ao caso brasileiro. Mas a essência da teoria maoista, o “cerco das cidades a partir do campo” ou de que “o campo dirige a cidade”, nunca foi aceita e aplicada pelo PCdoBrasil, em que pese o Partido não ter podido fazer uma correta articulação entre campo e cidade, mesmo porque a luta armada ainda se encontrava na fase inicial (p. 27).

A análise que faço seguirá uma outra direção, a qual se concentra, inicialmente, na questão da crise política e ideológica que permitiu o surgimento de dois partidos entre os comunistas brasileiros. Ou seja, examinar os motivos que levaram o PCdoB a optar pela luta armada. Para atingir esse objetivo, exponho uma visão da história do Partido. Dispensa-se a trajetória histórica desde março de 1922, data da fundação do PCB, como fazem muitos autores.

A razão dessa escolha está no fato de que é na segunda metade dos anos 50 e na década seguinte que se destaca a centralidade da velha dicotomia entre reforma e revolução, cara ao movimento comunista internacional, desta vez entre os comunistas brasileiros. E, desse ponto de vista, estou de acordo com Rocha Junior (1995), que não viu necessidade de iniciar a análise a partir da fundação desta organização partidária em 1922, para justificar a adoção da luta armada.

Passo a discutir alguns aspectos da “vida” desse Partido. Neste ponto, cabe, contudo, um esclarecimento: o Partido, na acepção dos guerrilheiros, tinha uma conotação bastante própria. Trata-se de um conceito de Partido na tradição do movimento comunista internacional – expressão típica dos comunistas usada para traduzir o caráter planetário das ações que visavam à conquista do socialismo marxista – de tradição leninista. Assim sintetizado por Lukács (s.d., 57):

Qualquer partido comunista representa, pela sua essência, um tipo de organização mais elevado que qualquer partido burguês, ou qualquer partido operário oportunista, como demonstra logo de imediato o fato de exigir muito mais dos “seus membros individuais”. O partido, concebido como sujeito da ação voltado para um fim representa a “[...] organização fortemente centralizada dos elementos mais conscientes do proletariado – e somente este – é ‘concebido como instrumento de luta de classes em um período revolucionário’” (p. 103).

Tal discussão limita-se a dois momentos, os quais estão indissolivelmente ligados ao Araguaia, pois deles dependeu fundamentalmente a ideia da transformação revolucionária da sociedade, por intermédio da luta armada entendida como ação estratégica da tomada de poder político.

O primeiro momento relaciona-se com o XX Congresso do PCUS, realizado em Moscou em fevereiro de 1956, assim como seus efeitos na plataforma político-ideológica do movimento comunista – implicando uma outra estratégia de atuação em nível planetário. Ensaio essa discussão no segundo capítulo, quando trato do maoísmo. No entanto, em virtude de ter sido outro o objetivo, o assunto foi pouco desenvolvido.

Nikita Khrushchov, representando uma tendência política já majoritária dentro do Partido (PCUS), apresentou um “relatório secreto”, o famoso Relatório Khrushchov, no qual ressaltava que, no período sob a direção de Joseph Stalin, este havia sido responsável por uma série de crimes contra opositores do regime na década de 30, durante o episódio conhecido como “processos de Moscou”, quando membros do CC e veteranos bolcheviques foram condenados à morte ou à prisão por discordarem dos rumos na condução dos objetivos socialistas. Do ponto de vista político-ideológico e organizativo, a plenária final do congresso aprovaria as teses que mais significativamente influenciaram e determinaram os destinos dos PCs em todo o mundo, são elas: a) “Partido de todo o Povo” em substituição ao “Partido do Proletariado”; b) “via pacífica” como estratégia de conquista do socialismo em contraposição a “revolução proletária”; c) ao contrário de “Estado de ditadura de proletariado”, aprovou-se a tese do “Estado de todo o Povo”; e d) a ideia de vanguarda desapareceu.

O PCB foi então agitado pelo ataque antiestalinista do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética e as críticas ao culto da personalidade tiveram sérias repercussões na liderança de Prestes. No período de 1958 a 1972, prevaleceu uma política de “coexistência pacífica”, apesar da luta de guerrilhas, da bem-sucedida revolução de Fidel Castro e dos esforços posteriores em outros países para o desencadeamento da guerra de guerrilhas rural e urbana (CHILCOTE, 1982, p. 159).

Para o PCdoB, os povos da América Latina não podem ficar à espera de que a “competição pacífica” decida sobre sua libertação. Estão sob o jugo impiedoso do imperialismo norte-americano que, dia a dia, intervém mais abertamente nos seus negócios internos, põe e depõe governos, espezinha seus sentimentos nacionais e, sob o disfarce filantrópico da Aliança para o Progresso, aumenta a exploração brutal das nações do Continente (AMAZONAS, 2000, p. 51).

Esse período, como frisou Frederico (1996), trouxe a necessidade de renovação do marxismo entre os brasileiros, ao mostrar que, nesse contexto político-ideológico, se abrem perspectivas para a penetração do pensamento do filósofo George Lukács no Brasil, considerado um renegado naquele momento histórico:

Quem efetivamente divulgou a obra lukacsiana no Brasil foi um grupo de intelectuais ligados ao PCB. Após o Vigésimo Congresso do PCUS, a tentativa de renovar o

pensamento marxista e livrá-lo do esquematismo da vulgata stalinista fez com que alguns intelectuais vissem em Lukács um pensador fecundo e, ao mesmo tempo, herdeiro da melhor tradição cultural do movimento comunista. (FREDERICO, 1996, p. 126-7).

O PCdoB, portanto, afirmava ser orientado pelo marxismo-leninismo, ser um Partido de novo tipo voltado para a organização e o exercício da direção de um movimento de grande envergadura que apontasse para o objetivo estratégico e a implementação da ditadura do proletariado rumando para a instauração de uma ordem econômica, social e política, plenamente socialista. Contudo, como qualquer partido comunista, correria o risco, em condições democráticas, de se tornar mais uma daquelas organizações que, orientada ideológica, política e organizativamente pelos ideais de Marx, Engels e Lênin sucumbiram, contraditoriamente, em face do avanço da organização dos movimentos sociais e populares em perspectiva democrática, mas que, paradoxalmente, contribuíram para a estabilidade política das sociedades capitalistas, nas quais as coalizões reformistas chegaram ao poder e fortaleceram a democracia liberal-representativa com o apoio dos comunistas, mormente as sociedades que construíram o Estado de Bem-Estar Social, especialmente no Norte da Europa.

Com efeito, não estou plenamente convencido de que a utilização ou não do marxismo-leninismo, sobretudo do princípio categorial da luta de classe, seja de fato o divisor de águas em relação aos resultados do movimento eurocomunista do pós-guerra – perda de credibilidade e redundantes fracassos eleitorais em perspectiva declinante –, e tenha sido, exclusivamente, o responsável pelo fracasso das organizações de massa, dadas suas influências no movimento político-eleitoral. Lembre-se de que esses Partidos comunistas, como o Italiano, de Eurico Berlinguer; o Espanhol, de Santiago Carrillo; e o Francês, de Georges Marchais, gozavam de enorme prestígio com os trabalhadores desses respectivos países. E a socialdemocracia foi parceira em muitas batalhas sociais e político-eleitorais dos partidos comunistas, embora com uma convivência conflituosa, devido aos projetos que representam interesses de classes contraditórios. Não é o ponto relevante aqui seguir com esta argumentação, mas as razões pelas quais o “revisionismo” eurocomunista surgiu deve ser buscado em outro lugar e não no XX Congresso do PCUS.

No Brasil, o rebatimento desse processo resultou numa cisão no antigo “Partidão”, o PCB, do qual resultou o Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1961, e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), em fevereiro de 1962.

Primeiramente, é necessário informar que, de fevereiro de 1956 a fevereiro de 1962, houve no interior do Partido uma luta interna, colocando de um lado o grupo dirigido por Luís Carlos Prestes e Giocondo Dias e, de outro, o influenciado por João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois (Figura 2). Os primeiros aderiram incondicionalmente às teses do referido XX Congresso e os segundos repudiaram-no, alegando tratar-se de uma traição ao movimento comunista, à revolução e ao socialismo, uma vez que tais teses trariam consequências indesejáveis do ponto de vista político-ideológico. Em outras palavras, significava – se transformada em orientação prática – a negação dos princípios do marxismo-leninismo.

Figura 2 – Comandante guerrilheiro Maurício Grabois



Fonte: Arquivo Pessoal. Uma cópia do original desta foto estava nos arquivos da Secretaria de Formação e Propaganda do PC do B no estado do Pará.

O grupo dirigido por João Amazonas reafirmou a defesa da “revolução socialista”, do “Partido de vanguarda da classe operária” e do “internacionalismo proletário”, considerado então, pelos opositores dentro e fora do Partido, o grupo stalinista do PCB.

O V Congresso do Partido, realizado em setembro de 1960, no Rio de Janeiro, vai marcar essa disputa no plano organizativo, político e ideológico entre os “kruschevistas” e os “revolucionários”. Participaram delegados representando cerca de 15 mil militantes de todos os estados.

Não foram reeleitos veteranos membros do Comitê Central do Partido. Entre outros, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli, Lincoln Oest e Elza Monerat. O resultado desse processo foi a divisão do Partido Comunista em duas organizações entre 61/62, e uma das questões centrais da cisão situava-se no âmbito da defesa ou não da “violência revolucionária”. Na sequência da discussão dessa questão, uma polêmica permaneceria até os dias de hoje: a “posse” da tradição do PCB desde sua fundação (1922). Se o PCdoB ou o PCB foi fundado nesse ano.

Com efeito, o desdobramento da crise político-ideológica resultou no aparecimento de dois Partidos comunistas no Brasil. Importa destacar como estudiosos e dirigentes (com militância revolucionária) se posicionaram quanto ao significado desse processo.

Lima (1985, p. 20) defende a posição sintonizada com o PCdoB e contrastante com outros autores: o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundado em 25 de março de 1922 e reorganizado em 18 de fevereiro de 1962 mudando, nessa ocasião, de sigla PCdoB. Porém, permanecendo o mesmo Partido Comunista do Brasil. Segundo o autor, “Os marxistas-leninistas convocam então uma Conferência Extraordinária do Partido, realizada em fevereiro de 1962, na qual reorganizariam a vanguarda do proletariado [...]”. Essa Conferência realizou-se na Rua dos Manifestos, bairro do Ipiranga, em São Paulo. Para ela, dirigiram-se delegados dos estados da Guanabara, Espírito Santos, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais Brasília e Rio Grande do Sul. Destaque para Pedro Pomar e José Duarte, que dirigiam, respectivamente, os mais atuantes distritais do antigo PCB: o da Moóca e do Tatuapé. Aprovaram o Manifesto-Programa e a resolução Em Defesa do Partido (CARVALHO, 1980).

Por outro lado, a tese da dissidência aparece fortemente nos meios acadêmicos. Pesquisadores que estudaram exclusivamente a trajetória do Partido Comunista, como é caso de Chilcote (1982), ou discutiram o tema da

ação dos grupos de esquerda nas décadas de 60 e 70, não se furtaram de opinar sobre a polêmica. Ridenti (1993) é um desses autores. Chilcote e Ridenti contrastam nas interpretações do significado da ruptura de 62. Segundo Chilcote (1982, p. 127):

Em fevereiro de 1962, alguns desses dissidentes realizaram uma Conferência Nacional Extraordinária em nome do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), aprovaram resoluções em favor da manutenção do antigo nome e elegeram um novo Comitê Central, incluindo oito membros que já haviam atuado no antigo Comitê Central do PCB.

Ridenti (1994-5, p. 76) foi mais incisivo: “O PCdoB foi uma pequena dissidência do Partido Comunista (PC), fundado no Brasil em 1922. Ela se articulou formalmente em fevereiro de 1962, com a realização da “Conferência Nacional Extraordinária”.

Nesse sentido, a disputa pela herança foi assim vista pela ótica das próprias organizações. De um lado, o PCB passa a denominar-se Partido Comunista Brasileiro a partir de 11 de agosto de 1961, a fim de lograr o registro de funcionamento perante o Tribunal Superior Eleitoral. Considerava que ocorrera mudanças significativas nas sociedades capitalistas e na conjuntura mundial, capazes de justificar uma ruptura na plataforma do movimento comunista. Por outro lado, o PCdoB argumentava que a mudança da sigla não ocorrera apenas pela necessidade de diferenciar-se do outro Partido. Preconizava, ao contrário do PCB, que não havia mudanças significativas no capitalismo que justificasse o abandono dos princípios do leninismo como o PC da União Soviética o fizera. Desse modo, sua leitura dos acontecimentos, indicava a continuidade do Partido de março de 1922 agora com uma diferença: está reorganizado desde 18 de fevereiro de 1962.

Ridenti, que faz questão, corretamente, de não esconder a ausência de identificação valorativa com o PCdoB, em recente texto, destinado a analisar os efeitos da crise do socialismo real no PCdoB, e que por efeito atingiu a Albânia, então “farol” do PCdoB, afirma que este fez sua opção pelo modelo Chinês no confronto com os soviéticos. “Esses só passaram a ser considerados revisionistas pelo partido – diz o autor – depois de reafirmarem o apoio ao PCB como seu correspondente brasileiro” (1994, 1995, p. 88). E

concluiu mostrando que a ruptura abrupta com a China e com o maoísmo, até hoje mal explicada, segundo ele, no Partido “[...] não significou a dispensa de modelos legitimadores internacionais: o PCdoB passou a aliar-se à Albânia [...]” (1994, 1995, p. 89).

Na pesquisa que desenvolvi, bem como na análise dos documentos do PCdoB, não encontrei absolutamente nada que corroborasse a afirmação de que os soviéticos, após optarem pelo PCB, fossem chamados de revisionistas pelo PCdoB; quanto à procura do farol legitimador de um suposto modelo a ser seguido pelas organizações de esquerda, concordo com Ridenti.

Em 1962, as autoridades da República Popular da Albânia recebem em Tirana uma delegação do PCdoB, selando assim o reconhecimento do Partido como uma organização do movimento comunista internacional. Lança a *A Classe Operária* como jornal oficial do Partido. Lembre-se de que este foi fundado em 1925, porém a partir de agora sob a direção do PCdoB. O Comitê Central designa Maurício Grabois como diretor e Pedro Pomar como redator-chefe. O jornal se torna o centro do debate acerca da afirmação da identidade político-ideológica do Partido.

Em janeiro de 1969, o PCdoB lança dois artigos que irão se constituir em objeto de polêmica dos adversários do Partido. São eles: Manifesto ao Povo e o Responder ao Banditismo da Ditadura com a Intensificação das Lutas do Povo. Nesse mesmo ano, sai para os comunistas o mais importante documento que terá impactos imediatos na mobilização do Partido para a luta armada no campo. Trata-se do documento Guerra Popular, Caminho da Luta Armada no Brasil (1969).

Tanto nesse documento quanto no Manifesto, Programa e Estatutos (1962) estão presentes essa concepção de que o Partido

(...) é uma organização centralizada e combativa, regida por uma disciplina consciente, livremente aceita e obrigatória para todos os seus membros. Orienta-se pelo marxismo-leninismo e pelos princípios do internacionalismo proletário (p. 1).

Com relação à Albânia, na verdade, a busca do apoio se efetivou mais em razão de questões ideológicas, isto é, a identificação do PCdoB com quem no campo socialista defendia as teses originais do marxismo-leninismo e, pelo menos formalmente, a defesa, entre outros princípios, da revolução proletária. Em outras palavras, me parece realmente que, na opinião do PCdoB, a China

(num primeiro momento) e depois a Albânia assumiam esse modelo na teoria e na ação política, ideológica e organizativa. O PCdoB desqualificava no discurso a ideia de modelo para o socialismo, mas na prática defendia como no caso da Albânia, sua *raison d'être*. O PCdoB atou relações com a Albânia – onde muitos de seus militantes estudaram e trabalharam – e o Partido do Trabalho da Albânia (PTA) em 1962, que durou até 1990, data da derrocada dos comunistas albaneses do poder, como consequência do vendaval que abalou as estruturas autoritárias do socialismo-burocrático dos revisionistas a partir de 1989.

A análise do Manifesto, Programa e Estatutos visa identificar o projeto político-estratégico do PCdoB, bem como do documento Guerra Popular: O Caminho da Luta Armada no Brasil (1969), elaborado a partir das decisões da VI Conferência Nacional, realizada no ano de 1966, quando se discute a possibilidade da luta revolucionária e das possíveis áreas de preparação da guerrilha rural, objetivando construir uma interpretação da avaliação que o PCdoB fazia da realidade socioeconômica e cultural do Brasil. O conteúdo destes documentos reflete, em linhas gerais, o pensamento da esquerda brasileira, mesmo a Nova Esquerda (ALN, VAR-Palmares, VPR, MR 8, Comando de Libertação Nacional – COLINA), e outros grupos que surgiram no rastro da crise político-ideológica do final dos anos 60.

No projeto revolucionário do PCdoB, segundo o dirigente Ângelo Arroyo, que atuou no Araguaia, existia a intenção de organizar outros “focos” além do Araguaia, um em Goiás e outro no Maranhão.

Um grupo autodenominado “Ala Vermelha do PCdoB” se fortaleceu com ataques desabridos aos documentos lançados pelo CC do PCdoB durante as discussões. A Ala – como também ficara conhecida – responsabilizava a direção do Partido por um desvio oportunista contido na nova orientação do PCdoB. Os documentos foram publicados por Vladimir Pomar (1980), que faz arrasadora avaliação crítica aos documentos, ratificando as posições da ALA.

No documento Guerra Popular, Caminho da Luta Armada no Brasil, a análise que se fazia consistia em atribuir ao Brasil, onde a economia e a política estariam dominadas pelo imperialismo articulado com os latifundiários e a burguesia comercial, compradora ou intermediária, uma articulação econômica e política de classes que bloqueava a possibilidade do desenvolvimento econômico e a emancipação da sociedade nacional. É verdade que a

burguesia industrial não era alheia a essa aliança, que caracterizava a dependência nacional.

Havia um setor da burguesia industrial que se aliara ao imperialismo; essa era a burguesia dependente. Mas havia um setor da burguesia industrial que teria seus interesses voltados para o mercado interno e o desenvolvimento das forças produtivas do país. Teria interesses antagônicos aos do imperialismo; esta era a burguesia nacional. Mas a burguesia não tinha clareza quanto às suas potencialidades de hegemonia econômica e política. Era mesmo débil para enfrentar sozinha o imperialismo e seus aliados internos, os latifundiários e a burguesia comercial. Daí a importância política do proletariado e de outras classes sociais subalternas, para ajudar a burguesia a propor e implantar uma nova conjugação de forças para o controle do aparelho de Estado.

Ao passo que o Manifesto-Programa busca identificar os “entraves” ao “progresso social” e conclui apontando os três obstáculos: 1) O “imperialismo”, em particular o norte-americano; 2) Os latifundiários que “monopolizam a terra e exploram as massas camponesas que vivem como pária na sociedade brasileira” (p. 19); e 3) Os “grandes capitalistas nacionais associados às forças do latifúndio e do imperialismo [...]” (p. 20). Essa teorização vinha desde o Manifesto de Agosto, de 1950, e aprovado posteriormente no IV Congresso do Partido, realizado em 1954. Na Conferência Extraordinária de fevereiro de 1962 que reorganizou o Partido, o PCdoB retomaria o mesmo conteúdo programático, com pequenas mudanças na análise de conjuntura. Concomitantemente a esse quadro, a estratégia se caracterizaria por uma revolução em duas etapas interligadas, com tarefas e alianças de classes diferentes. A primeira, acertaria as contas com o imperialismo, é a etapa da revolução democrática, nacional e anti-imperialista, a qual corresponde a uma determinada forma de Estado, o de “ditadura democrático-revolucionária”; e a segunda, esta sim, a etapa efetivamente socialista, a qual corresponderia também a uma forma determinada de Estado, o de ditadura do proletariado. Em que pese o documento não esclarecer como seria essa revolução, atém-se a dizer que “A revolução brasileira se processa numa época de grandes transformações. Países com mais de 1 bilhão de habitantes construíram ou constroem o socialismo” (p. 33).

Note-se que, neste documento, não há ainda uma preocupação sistemática com o problema da luta armada relativo a momento e a local. Limita-

se, genericamente, a caracterizar a organização política e seu objetivo estratégico: a conquista do socialismo, antecedido por um Governo Popular Revolucionário.

6.2 O documento Guerra Popular: O caminho da Luta Armada no Brasil

O documento Guerra Popular... (1974), elaborado em janeiro de 1969, pela direção do PCdoB, é um programa político-militar, no qual se sobressai a ênfase na intensa e prolongada luta de libertação. Considera que a “[...] forma, a estratégia e a tática da luta armada dimanam de determinadas condições históricas, da experiência revolucionária e de certas características nacionais. É necessário ter isso em conta para traçar com justeza o caminho revolucionário” (p. 117).

Do ponto de vista político, o documento sustenta que o Estado brasileiro e suas instituições constituem uma anacrônica máquina destinada a proteger a estrutura existente. Explicitamente, o conteúdo do documento mostra-se crente na possibilidade de uma grande aceitação popular em relação à luta armada:

Aos brasileiros não resta outra alternativa: erguer-se de armas na mão contra os militares retrógrados e os imperialistas ianques ou viver submissos aos reacionários do país e aos espoliadores estrangeiros. Não há dúvidas que a grande maioria da nação optará pelo recurso às armas e não para a submissão [...]. (ibidem).

Extensas camadas da população tomam consciência de que, sem liquidar o sistema de latifúndio e o domínio imperialista, é impossível conquistar uma vida melhor. Contingentes sempre mais numerosos da população tornam-se partidários da luta armada (p.116-7).

Vê-se, pois, que o documento, apesar de levar em conta a forte repressão que se abatia no período sobre o conjunto da sociedade, não conseguiu realizar uma avaliação sintonizada com o grau dessa repressão, a qual evidentemente iria dificultar quaisquer ações visando aos objetivos tão ousados.

A apropriação da estratégia maoista da guerra de longa duração e do cerco das cidades a partir do campo não foi evitada, em que pese o discurso

em contrário. A síntese do documento extraída da conclusão de cada tópico do capítulo II, intitulado “o caminho da luta armada”, revela que, para o PCdoB:

- 1) A luta armada em que se empenharia o povo brasileiro teria um profundo conteúdo popular, englobando as mais amplas massas da população. Assim, a luta armada das forças revolucionárias teria um cunho eminentemente popular, seria uma guerra do povo;
- 2) As grandes cidades não poderiam ser o cenário principal da guerra de libertação do povo brasileiro. Nelas estariam concentrados os contingentes mais numerosos e mais fortes das forças armadas do inimigo. Isto não significaria que as grandes cidades não teriam importante papel a desempenhar. Assim, o terreno onde se desenvolveria a guerra popular seria fundamentalmente o interior;
- 3) O tempo de duração da guerra popular seria determinado pela maior ou menor mobilização do povo, pela sua participação na luta e pela maior ou menor capacidade de combate do inimigo diante das forças revolucionárias. Assim, seria prolongada a guerra de libertação do povo brasileiro;
- 4) A alimentação teria de provir do campo. Por esta razão, os combatentes, desde o início, a par de sua atividade militar, se dedicariam, juntamente com os camponeses, ao trabalho produtivo, a fim de não sobrecarregar a população local no fornecimento de gêneros. Assim, o povo faria sua guerra apoiado principalmente nas próprias forças. A guerra de guerrilhas seria a forma principal de luta na fase inicial da Guerra Popular. Através deste tipo de luta é que se poderia iniciar a ação armada contra os inimigos da nação e começaria a estruturar as forças armadas do povo. Assim, a Guerrilha seria elemento imprescindível da Guerra Popular;
- 5) O exército popular só poderia surgir no curso da própria luta e só dominaria a arte de combater na própria guerra. Seus embriões seriam os pequenos grupos de combatentes que empregarão o método da guerrilha. Assim, seria imprescindível construir o exército popular;
- 6) Para o sucesso da guerra popular seria vital a construção de bases de apoio no campo. Estas bases teriam caráter estratégico e sem elas seriam impossíveis a guerra de guerrilhas e a construção de poderoso exército popular;
- 7) Tudo indica que a fase da ofensiva estratégica seria a mais prolongada da Guerra Popular. Assim, para acumular forças e adquirir poderio, os combatentes do povo, na primeira fase da Guerra Popular, teriam que desenvolver sua luta no quadro da defensiva estratégica;

8) Teria que se orientar, durante muito tempo, pelos princípios da defensiva estratégica e deveria guiar-se por uma política correta (p.123-132).

Posso afirmar, seguramente, feita a análise desse manifesto, que há uma defesa explícita, no projeto político socialista do PCdoB, dos princípios da estratégia político-militar dos maoistas, desenvolvidos da revolução chinesa, bem como uma influência da noção de guerra popular clausewitziana na formulação de sua concepção estratégica.

Amazonas (1981), num texto autocrítico de dezembro de 1978, reconheceu a influência do pensamento maoista sobre o Partido, afirmando que em 1967 o PC Chinês difundia a tese de que o pensamento de Mao Tsé-Tung era a nova etapa do marxismo-leninismo.

Diz o autor:

Alteraram a própria grafia do nome de Mao a fim de adaptá-lo à fórmula – *marxismo-leninismo-pensamento Mao Tsé-Tung*. Esta fórmula começava também a ser admitida por vários partidos marxistas-leninistas. O Comitê Central do PCdoBrasil considerou necessário definir-se sobre o assunto (181, p. 87, grifos do autor).

E mais tarde chegou à seguinte conclusão:

[...] o pensamento Mao Tse-Tung, embora por nós considerado naquela ocasião marxista-leninista, não era nova etapa da doutrina da classe operária. Por isso o Comitê Central reafirmou numa resolução aprovada com um voto contra, que o PCdoBrasil se guiava única e exclusivamente pelo *marxismo-leninismo* (1981, p. 87-88).

Em documento escrito em 27 de julho de 1963, um ano após a reorganização do Partido, como resposta a uma Carta Aberta do Comitê Central do PCUS contra a posição do PCdoB, publicada no Jornal Pravda de 14 de julho, este afirmara que as lutas que se processam na América Latina comprovam também o acerto das teses do PC da China sobre o movimento de libertação nacional das nações oprimidas e sobre o papel que estas lutas estão chamadas a desempenhar no conjunto da situação.

O PCdoB deixou de considerar a China e o PCCh defensores do marxismo-leninismo em 1976, e rompeu com eles taxando-os de renegados e revisionistas. Contudo, a partir do 8º Congresso do Partido, realizado em Brasília, de 3 a 8 de fevereiro de 1992, no calor da bancarrota do Leste Europeu e da URSS, iniciou-se um processo de reaproximação com a China e o PCCh, cujo “capitalismo de estado”, expressado na antiga fórmula “dois sistemas, um regime” do reformador e construtor da “Nova China”, Deng Xiaoping, visto pelo PCdoB, naquela época, como o traidor do socialismo (este regime posto em prática por Mao Tsé-Tung), transformou-se agora, inclusive, em referência paradigmática para o socialismo no Brasil, contido no “Programa Socialista do PCdoB” elaborado em 1995 e ainda em vigor.

Na verdade, direta ou indiretamente, a revolução chinesa exerceu fascínio na maioria dos grupos políticos que preconizavam a violência revolucionária e não só no PCdoB; porém em alguns deles a influência era explícita. Este foi o caso da AP, nascida da Juventude Universitária Católica (JUC), que se transformou, em 1962, em AP e depois da sua III reunião ampliada da direção nacional, em março de 1971, em Ação Popular Marxista do Brasil (AP ML). Em junho de 1972, parte significativa de seus militantes incorpora-se ao PCdoB, unidos pelo pensamento de Mao Tsé-Tung e pela ideia de que, no Brasil, já existia um Partido revolucionário de inspiração marxista-leninista.

Para os dirigentes da Ação Popular, segundo Lima e Arantes (1984, 122, grifo do autor):

[...] o mundo vivia uma época histórica nova, a época em que o imperialismo se precipita para a ruína o socialismo avança para a história em escala mundial. A época correspondia uma nova etapa do desenvolvimento do marxismo-leninismo, chamada “etapa do pensamento Mao Tsé-Tung”.

Vê-se, pois, que, no bojo da cisão, estava a questão das estratégias socialistas e da violência revolucionária; o PCdoB apostava na necessidade do recurso à violência para instaurar uma nova ordem. Essa proposta é recorrente no discurso oficial do Partido e de outras organizações de esquerda, muito antes do golpe de 64. Recorremos a Ridenti em apoio a essa afirmação. Diz o autor,

Os grupos armados não pretenderam opor, só e fundamentalmente, uma resistência à ditadura. O projeto de guerra de guerrilhas no Brasil era anterior ao golpe de 64; vinha, desde o princípio daquela década [década de 50], estimulado pelo exemplo da revolução em Cuba. Para não falar da proposta de revolução armada que vinha de muito antes, na tradição bolchevique, como o levante comunista de 1935, como a linha política do PCB no início dos anos 50 ou, ainda, como os projetos revolucionários comunistas de tendência trotskistas. A guerrilha não eclodiu antes de 1964, mas sua permanência já era defendida pela POLOP e por setores ligados às Ligas Camponesas, dando-se até alguns passos para a preparação de guerrilheiros (1993, p. 62-3, grifo do autor).

A análise feita indica claramente que esse foi o *leitmotiv* da divisão dos comunistas brasileiros em duas organizações partidárias com nome e intentos programáticos diversos. O PCB seguiu o caminho da guerra de posição, concebida como via pacífica para o socialismo; o PCdoB, como defensor da violência revolucionária para a transformação socialista da sociedade brasileira.

6.3 A visão dos guerrilheiros sobre a Amazônia

Entre os estados membros da federação, o Pará se destaca como o segundo em extensão, com 1.248.042 km² de superfície, o que corresponde a 14,66% da área total do Brasil. Tem uma população de 8.690.745 de habitantes (dados de 2020), correspondendo a 3,7% do total da população brasileira.

Além de ser o segundo maior da Amazônia brasileira em extensão, traz as mais importantes jazidas do planeta. Sua economia está baseada no extrativismo vegetal e mineral. Embora o PIB em 1975 fosse inexpressivo, a produção industrial naquela época chegou a 22,11%. No setor terciário da economia paraense (serviço, comércio, administração pública), encontra-se quase a metade do PIB do estado.

Na década de 60, todavia, em busca da riqueza fácil no garimpo, um enorme contingente populacional migrou para o estado provocando uma rápida mudança nos padrões tradicionais de desenvolvimento. Os grupos econômicos mais fortes politicamente se apropriaram de enormes extensões de terras.

Essa realidade socioeconômica estava sendo pensada pelos guerrilheiros que acreditavam na tese de que o território brasileiro, na sua parte Norte, também era objeto de interesses imperialistas, o que, consequentemente, colocaria em risco a soberania nacional. Era a tese da internacionalização da Amazônia.

Membros do PCdoB manifestavam em cartas, livros e artigos que circulavam clandestinamente a preocupação com essa questão. José Duarte, antigo militante do PCdoB, quando esteve preso, em agosto de 1976, escreveu na sua Carta-defesa (na verdade uma crítica mordaz ao regime militar), publicada posteriormente sob o título de *Pela Liberdade e Pela Independência Nacional*, enviada ao Juiz da Auditoria Militar no Ceará, que o Projeto Jari e as relações do Sr. Ludwig com os militares comprovavam o caráter entreguista do governo brasileiro frente aos interesses das corporações multinacionais estadunidenses. A Carta demonstra também que os comunistas do PCdoB encontravam-se identificados com os acontecimentos conjunturais do país. Denunciava que

Mais abaixo da “Jari”, no sentido da foz do grande rio está localizada a “Georgia Pacific Corporation” com 500 mil hectares de terras, a fazenda do Sr. Robin Hollie McClobn, conhecido negociador de terras, no norte do país, e a “Toyomenka”, estas últimas com 400 mil hectares cada uma. [...] Atuam ainda na Amazônia muitos grupos estrangeiros que exploram as riquezas da região em detrimento do povo: o consórcio “King’s – Ranch – Swift – Amour”, um dos três maiores grupos mundiais de carne, montou em Paragominas, Pará, a fazenda “Companhia Agropecuária do Pará” com mais de 200 mil hectares de terras que pertenciam aos índios, que foram transferidos por decreto de governo para outras terras, para que aqueles 200 mil hectares de terras fossem doados, vejam bem, Srs.! Doados a esse truste internacional de carne (DUARTE, 1976, p. 26, grifos do autor).

José Genuíno Neto, outro militante comunista e guerrilheiro no Araguaia, numa entrevista que concedeu, em 1979, ao jornalista Fernando Portela, comentando uma pergunta sobre sua Carta-defesa e a denúncia que fizera

sobre o caráter “entreguista” do governo dos militares, lembra a importância da Amazônia no pensamento político da esquerda revolucionária:

[...] Você observa que eu coloco na minha carta: a Amazônia serve ao país ou ao capital estrangeiro? [...] A penetração do capital estrangeiro na Amazônia é uma história longa: tem a história da borracha que foi importante para o capital estrangeiro, aquela história do lago, hoje é a pecuária e o minério (1979, p. 157).

A íntegra da Carta-defesa do ex-guerrilheiro foi publicada por Portela (1979), p. 201 a 218. Guerra de Guerrilhas no Brasil, do citado jornalista Fernando Portela, é uma das primeiras grandes reportagens sobre a Guerrilha, compilada neste livro após ser publicada no Jornal da Tarde num sábado de 13 de janeiro de 1979. Fonte imprescindível para a compreensão dos fatos. Em sua pesquisa, Fernando Portela adquiriu “A primeira carta da Guerrilha”, “Os comunicados da Guerrilha” bem como fotos de um de seus principais protagonistas: o advogado e depois deputado paraense, suas atividades numa “zona liberada” em caso de “estrangulamento” do processo revolucionário em escala nacional. Ao mesmo tempo, a leitura desses documentos mostra que os *paulistas* imaginavam a região da Guerrilha uma “zona liberada” em caso de “estrangulamento” do processo revolucionário em escala nacional, sobretudo pensavam a formação de um campesinato na Amazônia como inspiração para a fixação na região.

A possibilidade de povoamento da região com a vinda de levas de posseiros, conduz os guerrilheiros do PCdoB a enquadrá-los no projeto político-estratégico que tinham para o Brasil e que, necessariamente, passaria pela Amazônia, tanto pelas suas riquezas naturais quanto pelas condições políticas, geográficas e secundariamente pelas demográficas. Os países onde que as estratégias foquistas e maoistas tiveram êxito não tinham tradição de organização dos camponeses e eram regiões sem adensamento populacional. A Amazônia oferecia para os *paulistas* uma situação geoestratégica favorável à permanência da luta popular prolongada.

Essas migrações, na análise dos dirigentes do PCdoB, coincidem com as de Martins (1981, p. 123). Este afirma que “[...] as migrações dos posseiros em direção à Amazônia Legal não são mero fenômeno demográfico. São expressões de um amplo movimento social que tem a sua essência na luta pela

terra”. Mas o autor em outro texto (1982) distingue dois movimentos distintos e combinados de ocupação territorial. A primeira forma refere-se a territórios já ocupados pelas tribos indígenas, onde a sociedade nacional desloca os posseiros, a fim de ocupar as terras dos primeiros. A essa forma José de Souza Martins denomina frente de expansão. A segunda é constituída pela forma empresarial e capitalista de ocupação do território. Essa forma está centrada na relação entre compradores e vendedores da força de trabalho. É a frente pioneira. “Quando se dá a superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão é que surgem os conflitos pela posse da terra.” (p. 75). Colocando em lados opostos fazendeiros, jagunços e polícia militar de um lado e, de outro, posseiros e peões, gerando tensões sociais porque a Amazônia, na verdade, não era um deserto a ser ocupado.

Na pressuposição dos tecnocratas não entrou o dado prévio sobre a já existente ocupação da Amazônia por índios e posseiros e muito menos entrou em cogitação o povoamento da região que se daria em consequência das próprias medidas de política econômica, concentracionista aplicadas no conjunto do país, expulsando lavradores em direção às terras amazônicas, forçados a disputá-las com as grandes empresas que recebem incentivos fiscais do governo (1982, p. 82).

Nessa região, os comunistas do PCdoB supunham existir os elementos considerados necessários para o desenvolvimento da guerra de guerrilhas, tais como terras novas em processo recente de ocupação, conflitos sociais pela posse da terra, ausência do Estado, não cumprindo suas funções básicas e uma área de difícil acesso por causa da floresta densa. E, por último, o argumento a favor da intencionalidade da organização da Guerrilha em oposição à tese da “resistência” de camponeses contra a invasão dos seus locais de moradias pelas FFAA.

Essa parte da Amazônia indicava a existência da ideia de “espaço vazio” demográfico e civilizatório a ser povoada por camponeses oriundos de várias regiões, principalmente do Nordeste, potencialmente revolucionários, uma vez que as condições sociais e econômicas de exploração em que viviam, desprovidos de seus principais instrumentos de produção, produziam os fatores objetivos para uma revolta armada.

Cabe assinalar que o termo camponês, de forte conotação política e ideológica, esconde especificidades dos grupos sociais existentes e os conflitos abertos com a intervenção Estatal, segundo Almeida (1994). Essa intervenção do Estado na Amazônia determina o aparecimento de categorias

próprias do discurso dos movimentos sociais, principalmente a partir do final da década de oitenta, tais como “atingidos”, “remanejados”, “povos da floresta” e “ribeirinhos”. Embora também escondam especificidades por serem genéricas, denotam a capacidades desses movimentos sociais de combinarem “[...] categorias de circunstâncias com outras de sentido permanente (povos da floresta) no contexto de conflitos abertos” (ALMEIDA, 1994, p. 522).

Essa situação se complementaria com as florestas da Amazônia, lugar ideal para a deflagração dos movimentos revolucionários de caráter socialista. A região apresentava-se como refúgio adequado para a preparação de um movimento guerrilheiro similar às revoluções chinesa e cubana.

Diversas correntes políticas de esquerda tinham nos seus respectivos planos a frente pioneira ou a frente de expansão enquanto espaço social de reprodução camponesa na Amazônia. Alguns grupos, entre esses o representado pelo PCdoB, percebiam a Amazônia como espaço social de reprodução camponesa.

Essa visão (dos guerrilheiros) era compartilhada pelas demais organizações e Partidos clandestinos que preconizavam a tomada do poder pelas armas. Mesmo setores da esquerda que almejavam a Guerrilha urbana concebiam a Amazônia como um “espaço vazio” a ser ocupado por homens e mulheres, a fim de organizarem os camponeses e camponesas que migravam para a região incentivados pela política de colonização do governo, particularmente para a região sul e sudeste do Pará.

É exatamente da compreensão desse processo e de suas potencialidades revolucionárias na Amazônia, coberta por floresta tropical, que, entre os anos de 1967 e abril de 1972, os comunistas do PCdoB, dada a decisão da luta armada em forma de Guerrilha rural e considerando que a região era a ideal para tal objetivo, passaram a enviar dirigentes, a fim de conhecerem as características do lugar e submeter as condições de vida da população a uma análise necessária para o sucesso do empreendimento que tinham em mente para o lugar. Para tanto, as diferenças de tipos físicos e hábitos que existiam entre os recém-chegados e os habitantes locais, que poderiam ser um problema para a liderança dos guerrilheiros, foi posteriormente relevada, dado que, à época, o próprio governo incentivava o deslocamento de pessoas de todo o Brasil para aquela área. As pessoas estranhas que por ali apareciam eram vistas como novos aventureiros em busca de uma posse para cultivá-la.

A análise comparativa que se segue permiti-me concluir que se os militares tinham a Amazônia como um “espaço vazio” demográfico e civilizatório, e se, dentro do pensamento geopolítico da elite orgânica militar, a presença na região garantiria a defesa do território contra possíveis intentos dos soviéticos (na lógica geoestratégica da Guerra Fria), através dos cubanos sob a liderança de Ernesto “Che” Guevara, o PCdoB construiu e aplicou, por outro lado, uma visão da Amazônia a partir da qual a região era adequada ao desenvolvimento da guerra revolucionária conforme o projeto político-estratégico defendido pelos maoistas.

Se os militares viam nos projetos de colonização e nos incentivos fiscais a possibilidade de estimular o povoamento da região, tanto para “aliviar” as tensões sociais no Nordeste brasileiro quanto para garantir a soberania da área, sobretudo criar as condições para a penetração capitalista por intermédio de novos atores sociais como os “pioneiros” do Centro-Sul do país, os guerrilheiros (os *paulistas*), em contrapartida, viam nesses mesmos processos a oportunidade do aparecimento de conflitos sociais para onde se dirigia um importante fluxo migratório, fator fundamental para o advento da guerra de guerrilhas.

Se os militares viam os camponeses e camponesas como futuros pequenos e médios agricultores na sua marcha para o “Oeste” brasileiro a imagem e semelhança do que ocorreu no EUA, os comunistas percebiam nos camponeses os agentes da revolução proletária que formaria a massa da revolução de base camponesa. Na prática, se os militares sonhavam com pequenos proprietários, a política dos incentivos fiscais contemplou em cheio os grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, resultando na expulsão dos camponeses de suas terras a fim de avançarem também em direção às terras indígenas.

Em suma, a análise dos documentos oficiais do PCdoB e o debate travado com os principais autores que se ocuparam das controvérsias acerca da revolução brasileira, assim como do exame das experiências revolucionárias da China e de Cuba, me permitem concluir que a hipótese levantada no começo do capítulo é bastante convincente para explicar a posição do Partido. Primeiro, a defesa da revolução estava explicitada em seu projeto revolucionário, que a tinha como um princípio inalienável, irrecusável, que independia daquela conjuntura política, ou seja, o projeto político-estratégico revolucionário existia no seu pensamento político antes mesmo do Golpe de Estado. Segundo, o motivo da divisão dos comunistas me parece ter sido o dualismo

reforma ou revolução, e não, como pensa Marcelo Ridenti, a busca de um “farol” legitimador das ações internas dessas organizações políticas. Terceiro, o PCdoB era radicalmente contrário ao foquismo em termos teóricos, uma vez que este era a expressão do voluntarismo pequeno-burguês cuja vanguarda era deslocada das massas sujeito da revolução. A discussão, por fim, me leva naturalmente para o argumento de que a visão dos guerrilheiros sobre a Amazônia era semelhante à dos militares e à do governo quando se considera a perspectiva estratégica de conquista e gestão sobre parte de um território e o que ela representava tanto para a utopia socialista quanto para o Brasil Grande-Potência. Ambos os atores ambicionavam controlar a Amazônia tida como geopoliticamente crucial no jogo político-ideológico da Guerra Fria; porém essa mesma visão era antagônica no que se refere ao papel a ser exercido por ela do ponto de vista da organização sociopolítica da sociedade.

7 A IGREJA CATÓLICA E A GUERRILHA: SUA VISÃO, ALIANÇAS E ENVOLVIMENTOS

Uma questão não estudada entre os pesquisadores da Guerrilha do Araguaia é a visão que os missionários tinham da Amazônia e dos atores locais. Identificar, portanto, essa visão e comparar com a dos guerrilheiros e com a dos militares, e compreender o papel exercido pela Igreja durante o conflito, são os objetivos deste capítulo. Como a Amazônia era vista pela Igreja e como passou a ser inserida nas metas das missões evangelizadoras? Como os religiosos se relacionaram com os guerrilheiros? Se opuseram ou apoiaram a Guerrilha?

Parto do pressuposto de que a Igreja tinha uma visão similar à dos guerrilheiros e dos militares no que se refere às possibilidades de ocupação por camponeses e camponesas que precisavam ser organizados para lutar contra seus opressores, na narrativa principalmente católica. De outro lado, pelo menos na região, instalado o conflito, a Igreja local apoiou veladamente as iniciativas tomadas pelos *paulistas* na assistência social prestada aos camponeses e camponesas. A Igreja repercutiu as denúncias de perseguição, ameaças e violência contra os moradores patrocinadas por grileiros e militares.

Com isso, opôs-se ao projeto político-estratégico dos militares, com os quais construiu uma relação conflituosa, exemplificada nas constantes e permanentes ameaças sofridas bem como na prisão de importantes membros da Igreja. Essa aliança tácita foi fundamental para a resistência dos guerrilheiros, embora mantendo-se no limite do engajamento militar nas FORGAS, ao contrário do que fizeram integrantes da Igreja católica em vários movimentos guerrilheiros na América Latina, onde a participação foi efetiva.

7.1 A Igreja

A Igreja, segundo os cristãos católicos, é a instituição fundada por Jesus e sedimentada por Pedro, um de seus discípulos. Construída por homens e mulheres através dos séculos, a fim de ser a parte do mundo para manter a memória do Reino e ser o instrumento de mediação deste na Terra.

A visão caracteriza-se pela percepção da articulação da Igreja com o reino e o mundo. Nas palavras de Leonardo Boff:

Com referência à articulação Reino-Mundo-Igreja, devemos dizer que se verifica aqui uma forma própria de realizar a dialéctica destas relações. Reino é, sim, a utopia cristã que concerne o destino terminal do mundo. Mas insiste-se em que ele se encontra em processo dentro da história sempre e onde se constroem a justiça e a fraternidade e os pobres são respeitados e se tornam agentes da sua própria história. Portadores do Reino são todos os homens, instituições e práticas que se orientam pelos ideais éticos propostos pelo Jesus histórico. A Igreja é um portador qualificado e oficial, mas não exclusivo. A categoria mundo recebe uma determinação histórica: é o mundo dos pobres, o submundo que deve ser transformado em mundo do convívio humano fraterno; no mundo, há o Reino e o anti-Reino (submundo da miséria) e o Reino constrói-se contra o anti-Reino, cujos agentes podem e devem ser profeticamente denunciados. (BOFF, 1981, p. 25)

É fato as ligações da Igreja através da história com as estruturas de poder institucionalizadas. Chegou, inclusive, no período medieval, a tornar-se o principal aparelho repressivo e ideológico das monarquias feudais. Mesmo diante da mudança operada pela Revolução Francesa, a partir da qual a Igreja e o Estado passam a definir-se autonomamente, isto é, o poder espiritual está, doravante, separado do poder temporal (o Estado), a Igreja se articulou de tal maneira que foi capaz de manter-se, em geral, como uma instituição reprodutora e legitimadora da ordem burguesa-capitalista.

Bourdieu (1992) observa que as relações entre o campo religioso e o campo do poder comandam, em cada conjuntura, a configuração da “estrutura das relações constitutivas do campo religioso que cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política [...]” (p. 69). Para Louis Althusser (1992), a ideia dos “aparelhos” desenvolvida para compreender a superestrutura na dinâmica das relações de classes e do modo de produção capitalista, a partir das reflexões gramscianas, insere a Igreja como um aparelho ideológico do Estado.

Por outro lado, Krische (1985) analisou a relação da Igreja com o Estado antes e depois do Golpe de Estado de 64. Propôs um modelo de análise calcado no enfoque gramsciano da relação entre Estado e a sociedade civil, a fim de compreender o papel das ideologias e instituições religiosas num contexto histórico de quebra da hegemonia. Procura refutar as análises instrumentalistas, as quais, segundo ele, insistem em identificar suas posições num suposto determinismo de classe, isto é, sem as mediações necessárias. Para o autor, essa análise não permite identificar a especificidade do comportamento da instituição em crises conjunturais.

Contudo, esse fato não contraria a assertiva de que as posturas políticas da Igreja na América Latina adquiriram, em certos casos, uma expressão crítica, tanto endogenamente como ação dos teólogos da Libertação, questionando a existência de uma Igreja conservadora que fez opção pelo poder, quanto externamente, na medida em que sua relação com o Estado passou a ser mediada com os agentes dessa mesma corrente numa relação extremamente conflitiva, opondo-se ao projeto de manutenção do atrelamento dos movimentos sociais, especialmente do operário enquanto força social passiva do Estado patrimonialista na fase em que vigiu o populismo na América Latina.

O sonho de uma Igreja engajada nas lutas populares na América Latina é antigo. Remonta ao século XIX, especialmente quando acentuaram-se os movimentos políticos de modernização capitalista no continente a partir da década de 50 do século XX, relacionada com a emergência da burguesia industrial, nacionalista e modernizadora. Neste contexto de mudanças, a Igreja participa ativamente do programa desenvolvimentista consubstanciado no Concílio Vaticano II (1962-1965) e na Conferência Episcopal, realizada na cidade de Medellín (Colômbia), em 1968. Iokoi (1996, p. 61) argumenta que

Em Puebla, redefiniu-se o caminho da Igreja na América Latina, recusando à preferência pelo poder, optando-se, de forma consciente e deliberada, pelos pobres e jovens, como ocorrera em Medellín. Mas foi a opção por pobres reais, e materiais, e não uma opção volátil. Em Puebla, houve ligação entre os pobres e a evangelização, concluindo-se que os pobres são os que têm a tarefa de anunciar o Evangelho de Jesus Cristo.

Nesses encontros, a Igreja faz um clamor pela evangelização da América Latina convocando para uma virada em sua atuação no continente. Nas palavras de um filósofo francês, responsável nos anos 60 pelo diálogo entre cristãos e marxistas através do Centro de Estudos Marxistas, Roger Garaudy (1968), “Uma teologia nova está para nascer e desenvolver-se: diferentemente das antigas correntes existencialistas, ela já não aborda apenas os problemas do homem individual, mas os da prática moral, política, da transformação da sociedade” (1995, p. 122).

Segundo Garaudy (1968), o mergulho da Igreja nas questões relativas ao envolvimento do homem e da mulher no contexto social e político no qual estão submetidos e vivenciando-o, sob as mais variadas formas de agir e de pensar, coloca o problema da moral, da política e da transformação da sociedade, que devem ser pensados a partir da existência humana. Essa nova cara da Igreja pressupunha que ela estava alerta diante das mudanças operadas na sociedade capitalista.

A abertura, embora lenta de acordo com a tradição, representava, no entanto, a oportunidade para o aparecimento de propostas progressistas no seu interior. Porém, entre os diversos movimentos existentes no interior da Igreja, foi a Teologia da Libertação, inspirada nas teses do Padre colombiano Gustavo Gutierrez, que criou e apresentou um projeto de Igreja que superasse os impasses entre as mudanças e a atuação conservadora na relação com o mundo da política, e, internamente, uma estrutura mais ágil que permitisse democratizar a relação entre as diversas tendências religiosas assim como oportunizar uma nova relação com a sociedade, em particular com os grupos sociais marginalizados e excluídos. Propôs, enfim, uma nova linha pastoral para a Igreja: histórica, aberta e voltada para os problemas vivenciados pelos oprimidos.

No Brasil, essa concepção de igreja foi projetada pelo teólogo franciscano Leonardo Boff, considerado o maior teórico da Teologia da Libertação nos anos 70. Em *Igreja, Carisma e Poder* (1981), Boff anuncia os fundamentos de uma nova Igreja.

Trata-se de privilegiar os pobres (sem exclusivismo) como o novo sujeito histórico emergente que vai ter a preferência na realização do projecto cristão no mundo. Os pobres aqui não são compreendidos apenas como aqueles que possuem carências: têm-nas, mas possuem

também força histórica, capacidade de mudança, potencial evangelizador. A Igreja acede a eles directamente; não passa pela mediação do Estado ou das classes hegemônicas. Por isso aqui não se trata já de uma Igreja para os pobres, mas de uma Igreja de pobres e com os pobres (p. 24).

E mais: “A própria Igreja se modernizou nas suas estruturas, adaptadas à mentalidade funcional da modernidade, secularizou-se em muitos dos seus símbolos, simplificou a liturgia e tornou-a adequada ao espírito do tempo” (p. 21).

Mais tarde, devido a sua profunda presença nos movimentos de resistência de uma Igreja aberta e voltada para as camadas mais oprimidas da sociedade, vítimas da sociedade excludente, o teólogo foi condenado e forçado a abandonar a militância no interior da Igreja.

Nesse projeto, a América Latina é vista como um vulcão com todas as suas potencialidades explosivas. Era a Igreja de pobres e com os pobres que possibilitaria, inclusive a padres, como o peruano Camilo Torres, organizar movimentos guerrilheiros, abrindo caminho para que sacerdotes se integrassem ao projeto de libertação nacional. Para tanto, padres, após a vitória da revolução Sandinista na Nicarágua, que derrubou o Governo de Anastácio Somoza, ocuparam funções no primeiro escalão do governo revolucionário, liderado por Daniel Ortega.

7.2 A presença da Igreja na Amazônia

Na Amazônia, a presença da Igreja Católica data do século XVII, quando das primeiras missões Jesuíticas. Moreira Neto (1992) divide a história das missões em três fases ou períodos. A primeira inicia-se com a expedição dos Padres Francisco Pinto e Luís Figueira à serra do Ibiapaba (1607) e termina com a morte de Figueira e de seus companheiros nas mãos dos índios Aruan. A segunda tem a presença política e ideológica do Padre Antonio Vieira e dura dez anos, de 1652 a 1662, quando os jesuítas são expulsos do Maranhão. A terceira fase, finalmente, ocorre com a volta dos Jesuítas ao estado do Maranhão e o processo final da expulsão da Companhia de Jesus do Brasil. O autor resume esses períodos dizendo o seguinte:

É importante notar que as duas primeiras fases são encerradas por acontecimentos traumáticos, com a morte ou a expulsão dos missionários. Objetivamente constituem fracassos graves que exigem um recomeço penoso, a partir da etapa inicial. Na terceira fase – ao contrário – a Companhia de Jesus cresce em número de membros e em poder, expandindo suas missões por toda a Amazônia e o Maranhão. Adicionalmente, missionários, colonos e autoridades coloniais, entendem-se e cooperam na construção de uma ordem social comum (MOREIRA NETO, 1992, p. 69).

Durante séculos, portanto, os missionários vão ampliando sua atuação e intensificando o controle de um vasto território para fins de evangelização. No estado do Pará, a presença remonta a esse período, século XVII, ocasião em que os primeiros Jesuítas se instalam na Região.

Mais tarde outras ordens religiosas como os Carmelitas Calçados, os Mercedários, os Capuchinhos da Piedade, os Frades da Conceição da Beira do Minho e Franciscanos chegaram com o objetivo de “conduzir os índios à cristandade”. No entanto, somente no século seguinte foi criado o Bispado do Grão-Pará, através da influência de D. João V, rei de Portugal. Decisão oficializada pelo papa Clemente XI em 13 de novembro de 1720, pela *Bula copiosus in misericordia* (HAJE, 1993, p. 45).

7.3 Igreja na região do Araguaia

Os dominicanos chegaram à região no final do século XIX, vindos da Província de Toulouse, liderados pelo Frei Gil de Vilanova, conhecido como o “Apóstolo do Araguaia”, antropólogo formado pela Sorbonne, que viveu com os índios por mais de 40 anos, dar continuidade ao processo de organização das missões evangelizadoras e daí em diante passam a desenvolver um papel importante na construção da Igreja, juntamente com o Frei Estêvão Maria Gallais e as Irmãs Dominicanas que trabalharam como auxiliares. Chegam à Região por Tocantins e se dirigem para o Araguaia perseguindo o objetivo de missionar os índios. A história dos povoados, entre eles Conceição do Araguaia, que posteriormente se tornariam cidades se confundem com a história da presença da Igreja missionária católica.

No século XX, particularmente em 1911, a Santa Sé constituiu a Prelazia *nullius in terra*. Conceição do Araguaia. Ela abrangia, além deste, os municípios de Marabá, Santana do Araguaia e toda a região entre os rios Xingu e Araguaia. Dom Domingos foi o seu primeiro bispo-prelado.

Já em 1926, os dominicanos se instalaram na região do Araguaia. Primeiro no estado de Mato Grosso e em seguida, a partir de 1931, visitaram o Morro de Areia, onde construíram a capela, abrigos confessionais e um colégio. Daqui a Igreja projetou sua Missão Religiosa Católica, consolidando-se com a posse de terras onde ganhou força sua atuação.

A história desse processo de evangelização até a primeira metade dos anos 50 está relacionada com o intenso fluxo migratório, provocado pela extração da castanha-do-pará, pela garimpagem, pela pecuária e, sobretudo, pela extração de madeira. Novos núcleos populacionais são criados com a “corrida” para a região.

Dos anos 50 em diante, a Igreja evoluiu politicamente, tanto em suas orientações internas quanto externas, ou seja, na busca de diálogo entre as diversas tendências e na sua relação com o sistema político-social como já frisei. Para Krische (1985), é plausível afirmar que a Igreja tomou a iniciativa, e ocasionalmente até a liderança, das mudanças sociais e culturais em alguns setores importantes da sociedade brasileira, tais como sindicalização rural, educação básica de adultos, planejamento econômico regional, etc. (1985, p. 358).

Internamente foi fundada a Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) com o objetivo de discutir os principais problemas da Igreja e, ao mesmo tempo, como instrumento capaz de estabelecer um diálogo institucional com o Estado.

Em 1954, segundo Mata (1992),

[...] após a fundação da CNBB, [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil] Belém sediou a primeira reunião geral dos bispos e prelados da Amazônia – já havia acontecido uma reunião anterior em Manaus, após o congresso eucarístico de 1952. Em 1957, realiza-se a segunda reunião geral dos Prelados da Amazônia com a presença do nuncio apostólico D. Armando Lombardi. No final do encontro esteve presente o presidente da República Juscelino Kubitschek, para assinar decretos e convênio entre a SPVEA

e as prelaças. Nos anos 60, para melhor atender as especificidades pastorais das regiões brasileiras a CNBB dividiu-se em Regionais, ficando a Amazônia com dois: Norte I (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) e Norte II (Pará e Amapá) (p. 362-3, grifos do autor).

A Igreja permaneceu intocada por ter apoiado o Golpe de Estado de abril de 1964 até o final da década de 60. A partir desse momento, transforma-se em alvo da repressão sob a alegação, que parece verdadeira, de que havia se transformado em refúgio dos perseguidos políticos. O aumento da repressão, da censura e da tortura permitiu aos setores da Igreja posicionarem-se a favor da resistência, denunciando a violação dos direitos humanos no país. Setores da Igreja se envolveram com a ALN. O comandante Carlos Marighela tinha contatos importantes com os franciscanos em São Paulo.

Mir (1994: p.300) mostrou a ligação de padres franciscanos com a Guerrilha urbana, particularmente com a ALN. É sabido também o envolvimento, sob tortura, dos Padres dominicanos Yves Lesbaupin e Fernando Brito no episódio da morte do líder dessa organização política, Carlos Marighela. Na verdade, a motivação dos órgãos de repressão do regime militar contra a Igreja Católica em particular, foi determinada pela crescente participação de religiosos integrando ou colaborando com a luta armada. Por exemplo, no Paraná o Padre Fernão Cardim, em 1967, tentou articular um movimento guerrilheiro, logo desbaratado pelas forças policiais.

As expectativas não cumpridas pelo Golpe de Estado levaram a Igreja, que havia dado apoio aos direitistas, a mudar de posição, passando para uma relativa autonomia com relação ao *establishment*. Almeida (1993), num estudo clássico sobre o movimento camponês na Amazônia, não obstante ter se eximido de abordar especificamente a Guerrilha do Araguaia dados os objetivos de seu trabalho, frisou o papel mediador da Igreja em relação aos camponeses e ao Estado, sugerindo o papel, ao contrário do que afirmo, de amortecedora dos conflitos perante o Estado. Apesar dessa posição, o trabalho de Almeida permanece, contudo, uma referência básica para a compreensão da atuação dessa Instituição nos conflitos agrários no Brasil e na Amazônia em particular.

Com o advento da Guerrilha, os religiosos (Padres, Freis, Freiras e Missionários) passam a receber a pecha de subversivos, aliados dos *paulistas*,

dos comunistas. O motivo é a condenação da tortura e dos constrangimentos que frequentemente atingem, indistintamente, habitantes da região pertencentes a diversos grupos sociais, como, a propósito, apontou Emmi (1988, p. 133-4): “A guerrilha do Araguaia, com a repressão generalizada à população local dirigida pelo major Curió, foi um momento decisivo para a ruptura, na região, da aliança tradicional da Igreja com o Estado, as FFAA, o poder econômico e político local”.

Finalmente, os religiosos apoiaram veladamente as iniciativas tomadas pelos *paulistas* na assistência social prestada aos habitantes da região. Denunciaram os espancamentos, a tortura e as ameaças. Essa posição, entretanto, foi importante para a resistência dos guerrilheiros.

Recorde-se que, onze anos após o encontro de Medellín, a reunião de Puebla (México, 1979), com alguns reparos, como o da radicalização política que conduziu cristãos à luta armada, dará sequência a essa linha de atuação. Por conseguinte, é fato que a Igreja construiu uma visão similar à visão dos guerrilheiros e dos militares na medida em que concebe as mesmas possibilidades abertas com o processo de migração de camponeses. Esses atores projetaram para a Amazônia, em particular para o sul e sudeste do estado do Pará, um “espaço vazio demográfico” e civilizatório a ser ocupado por pequenos proprietários e camponeses.

Em contrapartida, para os militares, era preciso desenvolver políticas objetivando estimular o povoamento e criar as condições sociais e políticas à industrialização da Amazônia. Para os guerrilheiros, entretanto, era o cenário ideal para a instalação de futuras bases guerrilheiras e os camponeses, potenciais guerrilheiros do possível Exército de Libertação Nacional de inspiração maoísta e/ou foquista. Em suma, a meta do projeto político-religioso da Igreja era a “libertação” dos camponeses do sistema de exploração e opressão a que estavam submetidos.

8 A REGIÃO DA GUERRILHA: SITUAÇÃO E ESPECIFICIDADE

Neste capítulo, analiso o processo de ocupação da região escolhida pelo PCdoB para a organização do movimento guerrilheiro. Que características tinha esse processo? Que fatores determinavam o fluxo migratório para o Araguaia? E como se deu o processo de formação de suas principais cidades? Insisto, como já fizeram outros autores, em que uma das características desse processo é a forte presença de pessoas que migraram movidas pelo sonho de busca do *El Dorado*, de um lugar que lhes possibilitasse uma vida melhor. Essa migração foi provocada pelas promessas do governo de distribuição de terras a pequenos produtores, pela seca do Nordeste e, sobretudo, pela violência resultante da luta pela terra no norte de Tocantins, em Goiás e no Maranhão. No fundo, estavam as transformações pelas quais passava o capitalismo brasileiro na sua marcha para a Amazônia. Refiro-me ao processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo periférico tardio, teorizado por Lênin.

8.1 As cidades da região

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as regiões sul e sudeste do estado do Pará eram formadas, na década de 60, pelos seguintes municípios: Marabá, São João do Araguaia e Conceição do Araguaia. Tucuruí fazia parte da Microrregião homogênea de Marabá; ao passo que Apinajés, Araguatins, São Domingos do Araguaia, Metade, Brejo Grande, Bacaba, Palestina, Santa Izabel, Santa Cruz, Pau-Preto, São Geraldo e Santana do Araguaia, eram povoados pertencentes a Microrregião de Conceição do Araguaia e, portanto, não eram emancipados.

Essa vasta região compreende mais de 40 mil quilômetros quadrados onde predominavam a extração da castanha-do-pará, a pesca e a caça. Uma economia camponesa que perdurou até a década de 50 do século passado. Região também rica em diamantes, cristal de rocha, ouro, manganês, ferro, níquel, cromo, amianto e zinco. Permaneceu por mais de 300 anos escassamente ocupada pelas populações indígenas, apesar de visitada pelos bandeirantes à cata do ouro no século XVIII.

Desde cedo esta área ficou conhecida como sul e sudeste do estado do Pará, embora se estenda também ao norte do estado de Tocantins e Oeste do estado do Maranhão. Tem uma conotação mais política e cultural, em face

da economia que foi se configurando e da circulação dos produtos pelos rios Araguaia e Tocantins, do que uma expressão da estrutura formal-administrativa.

Os fatores ligados a esse processo migratório dizem respeito a conflitos existentes no interior do estado de Tocantins e à extração da borracha ao final do século XIX e início do século XX. O aviamento na região é uma prática comercial sempre em desfavor dos trabalhadores rurais, com as relações entre patrões e fregueses (ARAMBURU, 1994).

Do Ceará e do Piauí, o grande fluxo migratório é para Maranhão e do Maranhão para Goiás e de Goiás para o Mato Grosso. Do Maranhão, o fluxo se dirige fortemente também ao Pará. Essa corrente migratória do Nordeste dirige-se diretamente para o que é hoje uma das áreas mais tensas do país, a região do Araguaia-Tocantins. Justamente nela, no sul do Pará e no norte do Mato Grosso, está concentrada a maior parte das grandes fazendas [...] (MARTINS, 1982, p. 83-4).

Um terceiro fator contribuiu para esse processo: as cruzadas religiosas feitas por missionários católicos, mormente os dominicanos, os quais estão entre os fundadores de algumas cidades como Conceição do Araguaia.

Entre as mais importantes, está Marabá. Fundada em 1898, como entreposto comercial na confluência dos rios Itacaiúnas e Tocantins, a cidade está situada a 700 km de Belém. Está localizada à margem esquerda do rio Tocantins, cujo afluente, o rio Itacaiúnas, margeia a cidade de Marabá, e somente pode ser navegado no período do inverno com as águas grandes. Outro rio é o Araguaia, que serve de limite entre os estados do Pará e Tocantins. O município possui hoje uma área de 37.373 km². Ao norte, é limitado por Itupiranga e Senador José Porfírio; a leste, pelos municípios de São João do Araguaia e Xinguara; ao sul, por Xinguara e São Félix do Araguaia; a oeste, por São Félix do Araguaia. Tornou-se município pela Lei Estadual 1.278, de 27 de fevereiro de 1913.

No começo deste século, a ocupação da área onde se localiza Marabá se deu através da tentativa de organizar atividades comerciais voltadas para a coleta da borracha e a montagem de um sistema de trabalho baseado no aviamento.

As atividades agrícolas na região do vale Araguaia Paraense iniciaram no final do século XIX com a incorporação da força de trabalho indígena. Com a atividade do extrativismo da borracha, entre 1887 e 1912, foram exer-

cidas pressões no sentido de que o máximo de forças se concentrasse na extração do produto da borracha, em vários casos subordinando a produção agrícola camponesa a essa atividade (FERNANDES, 1999b, p. 30).

Esse processo fez renascer a atividade tanto de comerciantes aventureiros quanto de famílias de camponeses pobres, vindas principalmente do Maranhão. A colonização desta vasta área foi baseada na extração do caucho, com a finalidade de extrair o látex, por intermédio da derrubada das árvores borracheiras que logo desapareceram, porque não houve reposição dessa matéria essencialmente extrativa. Rocha Junior (1995, p. 5) mostra que, “apesar da primazia do caucho na economia marabaense, sua sazonalidade – pois as enchentes dos dois rios dificultavam sua extração – deu margem ao aparecimento de outras atividades, como a extração da castanha do Pará – de início utilizada como complemento alimentar [...]”. Esta fase marcou seu primeiro ciclo econômico até o final da década de 20 do século XX.

A economia brasileira dessa época fortemente determinada pela produção de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação, principalmente o café do Centro-Sul, o látex da Amazônia, o cacau e o açúcar do Nordeste, atravessava, quando da criação do Burgo de Itacayuna, o período da produção da borracha que tinha alcançado preços extremos no mercado internacional (EMMI, 1988, p. 18-19).

Se, por um lado, a extração do látex para a produção da borracha condicionou o conjunto das atividades econômicas, a falência dessa atividade, por outro, desarticulou a economia local. A extração da castanha foi substituída pelo caucho e colocou em evidência o famoso Polígono dos Castanhais, base sobre a qual se articula, daqui em diante, a economia local com desdobramentos políticos, entre os quais o aparecimento da famosa “oligarquia dos castanhais”, fração da elite local que exercerá o mando, controlando o poder político e exercendo o domínio através tanto da força quanto do consenso. Na maioria dos casos mais da primeira do que da segunda.

As áreas de maior incidência dos castanhais estão localizadas próximas aos rios Tocantins, Tapajós, Xingu e Madeira e na margem esquerda do rio Amazonas. Confirmado por quem vive no lugar: “Os melhores castanhais encontram-se, no entanto, entre o Tocantins e o Itacaiúnas, ao sul de Marabá” (JADÃO, s.d., p. 69).

Uma outra cidade, São Domingos do Araguaia, surgiu na década de 50, também no período do “ciclo da castanha”. Localiza-se a 540 km de Be-

lém no Sudeste do estado do Pará e a 52 km do município de Marabá, à margem direita da Transamazônica, no trecho Marabá-Porto Jarbas Passarinho (porto da balsa). Segundo o que pude extrair da pesquisa e das informações de Valdivino Alves Moreira Souza (aluno do Curso de Ciências Sociais da UFPA, do Campus Universitário do Araguaia-Tocantins Avançado de Marabá, da turma de 1994), São Domingos do Araguaia foi fundado, de acordo com o imaginário local, pelo agricultor piauiense Serafim, que, ao chegar nesse local, encontrou algumas latas velhas de querosene deixadas pelos castanheiros que ali acamparam. Por esta razão a primeira denominação do lugarejo foi “Latas”. Esse lavrador fez ali o roçado e, no ano seguinte, trouxe do Nordeste alguns familiares e amigos e formaram uma pequena comunidade.

No final dessa década, o missionário Frei Gil, ao se deslocar para a cidade de Xambioá no estado de Tocantins, e em função dessa viagem ser bastante longa e cansativa, passou a hospedar-se nas “Latas”.

Entre 1964 e 1967, o governo do estado do Maranhão havia deixado de distribuir títulos de terras a pequenos agricultores, acelerando ainda mais o crescimento de São Domingos do Araguaia.

Em 1956, São Domingos do Araguaia contava com apenas 14 casas, e em 1967, onze anos depois, possuía 200 casas, num total aproximado de 1.100 pessoas, distribuídas em duas vias principais e diversas secundárias. Dados que demonstram o rápido aumento demográfico da cidade, basicamente de migrantes. Além da área urbana, outras áreas em torno da cidade foram sendo ocupadas, especialmente em direção às terras devolutas, o que gerou conflitos pela posse da terra, solucionados pela Prefeitura de Marabá, que desapropriou alguns castanhais e doou a área para os agricultores ali residentes. Mais tarde, entretanto, com a elevação do lugarejo à categoria de subdistrito de São João do Araguaia, o local passou a ser então denominado São Domingos do Araguaia, herdando a denominação “do Araguaia” do município-mãe, localizado às margens do rio Araguaia.

E, por último, Xambioá. Fundada em 1845 pelo Capitão Crisóstomo Moreira, enviado da Corte Imperial para a região a fim de “pacificar” os índios. Registre-se que do lado do estado Pará, separadas pelo rio Araguaia, estão as cidades de São Geraldo do Araguaia e Conceição do Araguaia. Nos anos 30 do século XX, foi descoberta próximo a cidade uma jazida de cristal de rocha. Xambioá, nas décadas de 60 e 70, era uma cidade com infraestrutura urbana quase inexistente, como a maioria das cidades do interior amazônico,

regra, aliás, do país. Foi transformada em uma das cidades-quartéis de combate à Guerrilha (as outras: Marabá-PA e Imperatriz-MA), às margens da rodovia federal Belém-Brasília, distante 40 km de Marabá.

8.2 Marabá no centro da migração

Durante os anos 60 e 70, a maioria dessas cidades e povoados passavam por profundas alterações nas suas respectivas bases produtivas e na composição demográfica.

Em 1972, a cidade de Marabá possuía 5.000 habitantes resultantes dos efeitos da política fundiária do governo do estado do Pará que intencionava a posse da terra para pequenas propriedades para fins de agricultura e pastagens. Antes, porém, é digno de nota que, já em 1954, o governo do estado do Pará

[...] introduziu modificações na Lei. A certeza da posse veio trazer modificações no uso das terras. Os proprietários passaram a investir, abrindo estradas, fazendo roças e, principalmente, aumentando a criação de gado. Outro fator contribuiu para o incremento da pecuária: o aumento da população urbana na capital (Belém) e nas grandes cidades do interior, surgindo assim um bom mercado consumidor (MATTOZ, 1996, p. 51).

Desse incremento, resultou a instalação de uma linha aérea Belém-Marabá-Belém, para transporte da carne bovina, assim como ampliaram-se as áreas de pastagens, visando atender o consumo interno e a exportação para Belém. A pecuária, de natureza extensiva, depois da castanha-do-pará, “[...] transforma-se na atividade de maior significação econômica, onde o capim mais usado é o Jaraguá, plantado de sementes, seguido do Colômbio e do Napier, àquele plantado por mudas, este, plantado por estaca” (RELATÓRIO DE PESQUISA, nº 5, IDESP, 1977, p. 191).

Na verdade, a organização dos trabalhadores no estado do Pará data da metade do século XIX com a fundação da Associação dos Lavradores do Pará, na região bragantina, no noroeste do Pará. No final dos anos 50, com a fundação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTB), os trabalhadores agrícolas do noroeste paraense se organizam através de iniciativas da ULTP. Vários sindicatos rurais são criados. Iniciativas

semelhantes em todo o estado são tomadas pelo PCB e pelo Movimento de Educação de Base (MEB) com apoio direto da Igreja. Embora relevantes para o enfrentamento com os latifundiários locais, essas experiências sindicais são extremamente precárias devido à ausência de uma estrutura organizacional independente da burocracia estatal.

Somente em 1968 é criada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), que envida esforço para rearticular o movimento sindical, principalmente em Marabá. Porém, esse esforço só terá seus primeiros resultados a partir de 1970, quando as primeiras organizações dessa nova era buscam a participação dos novos migrantes com a colonização oficial.

Na década seguinte, isto é, a de 60, a ocupação se intensifica e a região experimenta um crescimento populacional em decorrência também da colonização oficial. Para se ter uma ideia, em 1950 moravam, somando a zona urbana com a zona rural, 11.130 pessoas e, conforme dados do IBGE, dez anos depois, a população havia dobrado para 20.089 (*ibid.* p. 68), como consequência da construção da Belém-Brasília. Nessa linha interpretativa, Velho (1981, p. 150) sustenta que houve uma “enorme transformação com o advento da estrada”. Tal fato não escapou aos olhos atentos de estudiosos dos impactos das políticas desenvolvimentistas promovidas pelo Estado sobre a sociedade local.

Essa nova dinâmica econômica e social não passaria despercebida por estudiosos da questão agrária no Brasil. Por exemplo, Ianni (1981), em sua pesquisa sobre o município de Conceição do Araguaia, concluiu que, se, por um lado, “[...] à medida que a empresa se instala e se expande, amplamente favorecida pelos poderes estatais, ela se impõe aos latifundiários e aos posseiros [...]”, por outro lado, “o campesinato, em grande parte, é pressionado, expulso para outras terras, proletarizado ou suprimido, pela força econômica e política da empresa protegida e estimulada pelos poderes estatais” (p. 95).

Emmi (1988) também sustenta que nessa época aparecem na região as grandes famílias latifundiárias. Daí surgem novas relações sociais. Mercados distantes do local da produção sem financiamento ao lavrador para a compra de animais, sobretudo sem condições para comprar a prazo adubos, ferramentas, venenos, sementes, máquinas de fabricar farinha, bem como lonas para a colheita de arroz, moinhos, etc. As dificuldades do seringueiro, do lavrador, do castanheiro e dos demais trabalhadores tornam-se imensas. É necessário lembrar, uma vez mais, a sujeição do trabalhador nos castanhais, na extração da madeira ou nas grandes fazendas.

O Diário da Guerrilha do Araguaia, elaborado por Ângelo Arroyo, em 1975, e publicado por Clóvis Moura – uso a edição de 1985, ao qual denominarei a partir daqui DGA, 1985 – descreve que o castanheiro deveria receber pelo menos um terço do preço do hectolitro de castanhas fixado pelo governo para a cidade de Marabá. O pagamento ao castanheiro não era feito no local de trabalho. Quanto aos trabalhadores da exploração da madeira ou das grandes fazendas, estes não recebiam seus salários em dinheiro. Na maioria dos casos, este pagamento era realizado em espécie ou bagulhos.

8.3 A vez dos *paulistas*, mas os capitalistas

Com a implantação do projeto dos militares para a Amazônia, a região sofreria profundas transformações na sua estrutura fundiária bem como na composição política entre as diversas oligarquias locais provocada pela entrada em cena dos “novos” “donos do poder”.

O regime militar, com o PIN, imbuído da necessidade da ocupação, como vimos, decidiu conceder incentivos fiscais a projetos agropecuários através da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia (BASA), criados em 1966, no governo Castelo Branco. Essas agências de atração dos grupos capitalistas, tanto do Sul do Brasil quanto de capitalistas internacionais, objetivavam investimentos em projetos industriais e na produção agrícola, através de agroindústrias, de modo a substituir os alimentos que a Amazônia importava daquela região do país. No entanto, efeitos contrários ao objetivo inicial se fizeram sentir na medida em que esses “grupos atendem ao chamado do governo, mas sua preferência vai para os projetos agropecuários, quando os poucos e pequenos projetos industriais e agroindustriais ficam com empresários locais da Amazônia” (POMPERMAYER, 1985, p. 274). “Só para se ter uma ideia do alcance do programa de 1966 a 1975 a Superintendência aprovou 33 projetos agropecuários para serem implementados, por exemplo, no município de Conceição do Araguaia” (IANNI, 1981, p. 91).

Para Figueiras (1986), instalam-se fazendas pertencentes ao Bradesco, à Volkswagen, à Manah, à Óleos Pacaembu, à Nixdorf, ao Bamerindus, à Severo Gomes, à família Lunardelli, à Supergasbras e tantas outras (p. 22-23).

Todo esse processo de afluxo de empresas, na busca da integração da Amazônia ao território nacional, alterou profundamente o processo de ocupação e a estrutura fundiária com grandes repercussões sociais às populações regionais, sobretudo por transformá-las em mão de obra barata, semiassalariada, escrava, submetida à exploração do latifúndio. A legislação que acompanhou esse processo visava, na verdade, atender os interesses econômicos de grupos empresariais. As médias e principalmente as grandes empresas agropecuárias, além de madeireiras, mineradoras ou outras, que ali se instalavam, encontravam “formas” de expandir suas propriedades, fosse falsificando documentos, com conivência das autoridades, ou grilando as terras através da violência, expulsando posseiros com a utilização de jagunços e contando com a aquiescência da própria Polícia Militar

Em última análise, tudo isso “representou um processo mais amplo e intensivo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção do capitalismo brasileiro” (CARVALHO, 1981, p. 164). Essas transformações econômicas e sociais não passaram despercebidas dos comunistas do PCdoB, que não enxergaram outro lugar para a instalação de bases guerrilheiras que não fosse nessa parte da Amazônia.

9 AS INTENÇÕES ESTRATÉGICAS DO PCdoB

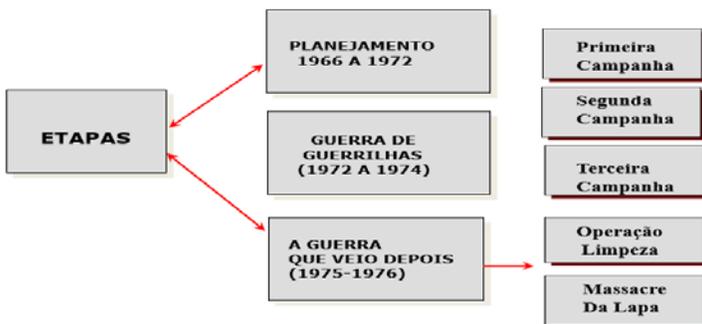
A afirmação de que o PCdoB submeteu o planejamento estratégico fundamentado na lógica da concepção foquista, contrariando a tese segundo a qual houve a influência completa do projeto político-estratégico da esquerda maoista, conforme definido no segundo capítulo, estaria incompleta se não se demonstrasse a forma pela qual os militantes foram encaminhados ao Araguaia. A análise dessa questão permitirá identificar, com segurança, a estratégia e as diretrizes políticas e organizativas desenvolvidas pela liderança do PCdoB, objetivando a formação dos grupos guerrilheiros no Araguaia.

Os homens e mulheres que se instalaram tinham programaticamente a intenção da conquista do poder? Que razões levaram o PCdoB a escolher o Araguaia para a instalação das bases guerrilheiras? Que estrutura organizativa adotaram? Quais eram seus dirigentes? Houve “traição” ou não na “descoberta” das atividades organizativas clandestinas de seus mentores? Que ações o Exército desenvolveu quando da caça aos guerrilheiros?

Aparentemente óbvia, a resposta vai na direção da intencionalidade do objetivo relativo à instauração de um Governo Popular Revolucionário, eminentemente democrático e popular no sentido do apoio de amplos setores da sociedade brasileira. Estavam ali, portanto, com o objetivo de organizar uma guerrilha rural com a participação dos posseiros, trabalhadores rurais, garimpeiros, castanheiros, mariscadores, comerciantes, lavradores e pequenos proprietários de terras. Esta seria apenas uma das formas de luta, a instalação de bases no campo, a chamada guerrilha rural, para tomar o poder, como se dizia então (Figura 3).

Figura 3 - Esquema demonstrativo das etapas da Guerrilha

Guerrilha do Araguaia: 1966 a 1976



Fonte: Elaboração Própria.

9.1 O discurso da resistência

Embora a resposta à primeira questão seja positiva, e desse modo colocada não se justifique, dado que os pesquisadores do tema examinaram-na vale a pena, entretanto, a insistência, haja vista a relutância, em certos meios políticos de esquerda, em aceitar a intencionalidade estratégica dos revolucionários que se deslocaram para o Araguaia. Em palestra realizada em Belém, o então presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, que iniciou sua política em Belém no final dos anos 30 juntamente com Pedro Pomar e se tornaram personagens destacadas do movimento comunista nacional, ao responder se o Partido tinha ou não essa intenção de tomar o poder político, em palestra realizada no Teatro “Margarida Schiwazzapa”, em 30 de janeiro de 1999, gravada por mim, disse: “Nós não tínhamos o objetivo de tomar o poder. Seria ingenuidade de nossa parte acreditar que poderíamos alcançar tal objetivo. Araguaia não era um movimento subversivo, como costuma dizer a repressão. Destinava-se a organizar a resistência armada contra a ditadura”.

Essa, aliás, é a tese de que ela (a Guerrilha) deve ser vista tão somente como uma “resistência armada contra a ditadura”. Nada mais do que isto. A opção pela luta armada deve-se ao ataque das FFAA, o que teria provocado a única decisão: “resistir” aos “desmandos da ditadura”. E que os *paulistas* eram, na verdade, camponeses expulsos de suas terras pela violência patrocinada pelo governo por meio de seu instrumento repressor, as FFAA, porque os militantes que ali estavam já haviam perdido seus hábitos e costumes citadinos. Eram agora “camponeses”. Este argumento justificaria, perante os habitantes da região, a necessidade da resistência através das armas. Rocha Junior expôs corretamente essa visão do Partido:

[...] os militantes do PCdoB são identificados como camponeses que resistiam ao processo de grilagem que aumentava na região. Tudo enfim não passou de uma infeliz coincidência para os jovens que haviam abandonado a vida urbana para viver no campo. A agressão do Exército nesta versão, fora contra camponeses, pois esta era a nova vida daqueles “ex-estudantes” (1995, p. 89, grifo do autor)

João Amazonas já havia proferido essa tese antes. “O Araguaia não era um movimento subversivo, como costuma dizer a repressão, não visava implantar o socialismo no Brasil. Destina-se a organizar a resistência armada contra a ditadura, já que não havia espaço para outras formas de luta”. (AMAZONAS, 1997, p. 8).

O fato incontestado da nova vida dos militantes na selva amazônica atuando de fato como camponeses não anula a afirmação de que não era essa a situação de muitos deles antes da decisão de organizar a Guerrilha. Todavia, definir a Guerrilha como movimento que “destinava-se a organizar a resistência armada contra a ditadura”, ainda que tenha sido, significa e justifica a incapacidade teórica para produzir uma crítica distanciada dos objetivos políticos do presente, ou seja, da relutância em discutir os aspectos relacionados às intencionalidades estratégicas e geoestratégicas explícitas no desejo de mudança revolucionária das relações sociopolíticas desiguais entre as classes sociais emanadas das formas de exploração do capitalismo. Portanto, não se pode diluir a riqueza dos sujeitos que pensaram aquela ação porque na resistência perde-se a noção da utopia presente no projeto político-estratégico dos comunistas do PCdoB.

9.2 O lugar ideal para a guerra de guerrilhas

É preciso indicar e penetrar no universo da discussão sobre o trabalho adotado que apontou a região como ideal para a instalação das bases da guerrilha rural.

O debate inicia-se pela escolha da área. Há consenso sobre os motivos que os fizeram optar pelo Araguaia. Os estudiosos assim se posicionaram: Campos Filho (1995, p. 73): “Em princípio, a região parecia fornecer, portanto, os elementos essenciais para que se pudesse preparar um movimento com as características de uma guerra de guerrilhas [...]”. E Rocha Junior (1995, p. 11) corrobora: “[...] não restam dúvidas de que esta situação social do sudeste do Pará concorreu na sua escolha como a região adequada para a implantação de uma guerrilha, com os padrões que o modelo Chinês da ‘guerra popular prolongada’”. Mais adiante reforça: “[...] a oeste e ao sul de Marabá aparecem, respectivamente, a Serra dos Carajás e a Serra das Andorinhas, conferindo à região as mais diversas características geográficas, que devem ter influenciado para que o PCdoB decidisse pela eclosão da guerrilha partindo daquele ponto” (p. 76).

Toda essa argumentação segue a tese contida no artigo Grande Acontecimento na Vida do País e do PCdoB, versão partidarizada do Relatório Arroyo, elaborado por Ângelo Arroyo, um dos poucos sobreviventes e um dos comandantes das FORGAS e membro de sua CM. Ambos publicados na *Revista da Guerrilha do Araguaia* (RGA, 1996), produzida e lançada pela Editora Anita Garibaldi do PCdoB. Refiro-me à edição ampliada de 1996. É uma coletânea de documentos referentes à Guerrilha. Reflete o interesse desse Partido em divulgá-la. Ângelo Arroyo escreveu:

A região do Araguaia oferece condições. É zona da mata, e na mata o inimigo, não pode usar tanques, artilharia, bombardeio aéreo de precisão etc. Tem que estar a pé como o guerrilheiro. É uma zona de massa pobre e explorada (frente pioneira de penetração da massa camponesa sem-terra), circundada por povoados e cidades pequenas e médias também de grande pobreza. Dispõe de caça abundante, castanha-do-pará, babaçu e outros meios de alimentação. Possui vasta área, em extensão e profundidade, que serve de campo de manobra às forças combatentes. Além disto, é fronteira de largas regiões pobres dos Estados do Mato Grosso, Goiás e Maranhão. As condições desfavoráveis que apresenta são a densidade da população, pequena na área propriamente dita, embora na periferia seja bem maior, e doenças tropicais, sobretudo a malária e a leishmaniose (RGA, 1996, p. 54)

Esse trecho demonstra que os dirigentes haviam acumulado um certo conhecimento sobre a área escolhida. Mais do que isso, mostra que, a princípio, este era o lugar ideal para guerra de guerrilha tanto nos moldes foquista quanto maoista. E o mais importante, Arroyo destaca dois fatores objetivos que irão contribuir decisivamente para o malogro da tentativa de conflagrar esse pedaço da Amazônia: a reduzida densidade populacional (características das experiências guerrilheiras fundamentadas no foquismo – Cuba e Bolívia) e as doenças típicas, tais como a malária e a leishmaniose. Vários guerrilheiros teriam caído facilmente em mãos inimigas devido a terem contraído essas doenças, a exemplo de Glênio Fernandes de Sá.

Uma hipótese pouco convincente, mas que tem adeptos, é a de que, como essa parte do estado do Pará faz fronteira com três estados, haveria superposição de comandos militares. Tal fato poderia permitir aos guerrilheiros “tempo na preparação”, dado que as autoridades militares teriam que solucionar esse “problema” de jurisdição. A superposição envolvia o Comando Militar da Amazônia (CMA), a Região Militar sediada em Fortaleza e a Região Militar do Planalto. Um indicador nessa direção foi o conflito que existiu entre o Centro de Inteligência do Exército (CIE) e o CMA que, segundo um de seus comandantes à época da Guerrilha, o General Ivan de Souza Mendes,

[...] havia uma incompreensão na interpretação do CIE com a Região Militar, e a minha preocupação inicial foi justamente a de acabar com esse mal-estar. Porque a região achava que o CIE estava invadindo sua seara. E o CIE, dentro da orientação do ministro, estava conduzindo aquelas operações e esperava o apoio da região para que pudesse desenvolvê-las, levá-las a bom termo. A minha preocupação foi essa. Era um problema de adaptação às circunstâncias. Procurei fazer com que a região desse ao CIE o apoio que precisava, inclusive de meios, de pessoal e de informações. Então, acabei com o mal-estar que havia. Mas foi muito pouco tempo, porque a guerrilha acabou pouco depois. (D'ARAÚJO *et al.*, 1994b, p. 171) 54

O ministro de que fala o General era o também General Lira Tavares, então ministro do Exército. Com efeito, é pouco provável, no entanto, que os comunistas fizessem a opção com base na possibilidade de litígios entre os diversos comandos militares. O terreno, a vegetação e a área de frente de expansão capitalista como o Sul do Pará foram, de fato, decisivos para a confirmação de que aquele era o lugar ideal para o advento da guerra de guerrilhas no Brasil, a Amazônia era o lugar ideal, era a floresta vietnamita brasileira.

Feita a escolha da área, inicia-se o trabalho de seleção dos combatentes que seriam enviados para organizar a resistência. Para ela, da qual fazem parte a Transamazônica e o vale Araguaia, viriam, a partir do ano de 1966, indivíduos de diversas formações profissionais e intelectuais e de vários estados do país. E passam a morar em pequenos sítios, nas localidades de Faveira,

onde estruturariam o Destacamento A das FORGAS, localizado entre o município de Marabá e o povoado de Araguatins, na desembocadura do Araguaia no Tocantins; Gameleira, localizada no pé da Serra das Andorinhas, onde funcionaria o Destacamento B, entre as áreas dos Caianos (hoje Boa Vista do Pará, fundado pelo guerrilheiro Paulo Mendes Rodrigues – Paulo –, o primeiro guerrilheiro-possuidor a se instalar nessa área), onde se organizaria o Destacamento C. Distante cerca de 60 ou 70 km abaixo do município de Conceição do Araguaia, assim como Gameleira, afluente do rio Araguaia que serve como parte dos limites com os municípios de Marabá, São João do Araguaia, Santana do Araguaia e o estado de Tocantins.

9.3 A caminho do Araguaia

Em direção à Faveira, chegaram, no Natal de 1967, onde seria instalada a base guerrilheira do Destacamento A, Maurício Grabois (Mário) (Figura 2), Elza Monerat (Maria) e Líbero Giancarlo Castiglia (Joca). Após o dia 25 de dezembro, novos moradores vão se estabelecendo. André Grabois (Zé Carlos/José Carlos), Criméia Alice Schmidt de Almeida (Alice), Lúcio Petit da Silva (Beto Quaresma), Guilherme Gomes Lund (Luís), Helenira Rezende de Souza (Fátima) e Elmo Corrêa (Lourival) passaram a morar na localidade de Gameleira, às margens do rio de mesmo nome. E mais, Glênio Fernandes de Sá (Glênio), José Genuíno Neto (Geraldo), Telma Regina Cordeiro Corrêa (Lia). Todos e mais Osvaldão organizariam o Destacamento B das Forças Guerrilheiras do Araguaia.

Rumo à fazenda Caiano, próxima a São Geraldo do Araguaia, em frente a Xambioá, instalou-se, a partir de 1968, Paulo Mendes Rodrigues (Paulo). Depois chegaram Dinalva Oliveira Teixeira (Dina), Bergson Gurjão Faria (Jorge), Áurea Elisa Pereira Valadão (Elisa), Gilberto Maria Olímpio (Pedro/Gilberto), João Amazonas (Cid), Jana Morroni Barroso (Cristina) Marroni, Antônio Carlos Monteiro Teixeira (Antônio). Nessa área, organizou-se o Destacamento C.

Os militantes eram recrutados nas cidades. O PCdoB os conduzia, obedecendo à lógica da mais absoluta clandestinidade, “testando” suas habilidades, a fim de transformá-los em combatentes.

Primeiro, o candidato teria necessariamente que ser membro do Partido; segundo, crer inabalavelmente na causa socialista; terceiro, ter demonstrado conhecimento do Programa e Estatutos do Partido; quarto, um tempo

razoável de militância, capaz de provar, nas ações cotidianas, o compromisso com o Partido; por último, firmar propósito de acatar as tarefas relativas à organização e ao desenvolvimento da luta guerrilheira.

Em depoimento, escrito de próprio punho, pouco antes de ser vitimado num acidente automobilístico próximo a Natal (RN), quando retornava de um comício (era candidato a uma vaga no Senado, em 1990, realizado numa cidade próxima), o ex-guerrilheiro Glênio de Sá (1990), no texto *Relato de um Guerrilheiro*, escrito por sugestão da também ex-guerrilheira Elza Monerat, conta que militantes que possuíssem características interiores, cabocla, poderiam usá-las como argumento para participar da Guerrilha. Na análise do material bem como na observação das fotos dos guerrilheiros, conclui-se que esse não era um critério padrão, mas plausível. Quase todos, com raríssimas exceções, não tinham essas características, embora o Glênio de Sá as tivesse. Ao cabo desse processo, eram levados e levadas à região. Na sua chegada, o mesmo Glênio descreve sua impressão perante companheiros que ele não conhecia, a qual reforça a hipótese que defendo. Diz Glênio:

[...] um documento do PCdoB intitulado “Guerra Popular, caminhos para a luta armada no Brasil” incentivou-me a sair à procura do que existia de concreto sobre a preparação dos comunistas para a luta armada. Solicitei o meu deslocamento para o campo, usando como argumento minha origem sertaneja. [...]. No início dos anos 70 fui avisado, em uma reunião do Comitê Regional do Ceará, que talvez fosse enviado para trabalhar no interior. Carlos Danielli veio conversar comigo e deu as orientações finais para que se concretizasse o plano [...]. Aceitei na hora [...] fui levado de olhos vendados até um aparelho do Partido (p. 5).

E mais:

Em fins de julho de 1970, no início da noite, chegamos finalmente à casa feita de paus e palha, cercada de mato, onde nos aguardavam um velhinho magro e um negrão descomunal, de porte atlético. Os dois estavam armados. Depois vim a saber que o velho era João Amazonas e o negro era o próprio Osvaldão (1990, p. 7).

Glênio de Sá, a partir daí, foi levado para um sítio onde passaria a residir. Era agora sua nova morada. Essa estratégia de encaminhamento e seleção dos militantes é confirmada pelo testemunho do ex-guerrilheiro Amaro Lins, hoje (à época da entrevista concedida ao autor) com 78 anos, um ano antes de sua morte.

Amaro Lins nasceu em 8 de setembro de 1921 na cidade de Porto de Pedras, estado de Alagoas, residindo posteriormente na cidade de Niterói no Rio de Janeiro, onde exerceu a profissão de metalúrgico. Em Niterói, na militância sindical, foi recrutado para o PCdoB por Ângelo Arroyo, que se tornara um dos comandantes da Guerrilha e um dos poucos sobreviventes da última Campanha de Cerco Aniquilamento patrocinada pelas FFAA.

Amaro chegou à região da guerrilha em 1968 e logo se instalou em Conceição do Araguaia, ficando aqui três meses e passando, em seguida, a morar na área da base de Caianos do Destacamento C, em frente à Xambioá. Após o término da Guerrilha, não conseguiu obter dinheiro suficiente para retornar a Niterói. Chegou inclusive a ir até a rodoviária, mas voltou e acabou se fixando em São Geraldo do Araguaia, integrando até a sua morte, em 26 de maio de 2000, o Comitê Municipal do PCdoB nesse município. Nesse período pós-Guerrilha, Amaro Lins contribuiu, com seus relatos, para o reconhecimento da importância da Guerrilha como expressão da manifestação de rebeldia dos brasileiros que não se conformaram com a ausência de democracia no país.

Na cidade de Marituba, Pará, durante o Encontro de Trabalhadores Rurais do estado do Pará, ele nos forneceu um longo depoimento. Destaco a parte referente a forma de seleção para a Guerrilha. Amaro nos disse:

[...] estava trabalhando numa metalúrgica... lá em Niterói, quando fui procurado por um dirigente do Partido. Ele (Ângelo Arroyo) falou sobre a preparação da guerrilha. Caso aceitasse deveria dar a resposta. Depois dei a resposta positiva e me disseram que eu ia viajar e que depois diriam qual era a minha tarefa. (Depoimento ao autor)

Amaro Lins, em Conceição do Araguaia, morou na mesma casa de Daniel Ribeiro Calado (Doca/Daniel), outro guerrilheiro que se envolveu intensamente na vida do município, estabelecendo relações de amizade, especialmente como jogador amador de futebol do Santos Futebol Clube naquele município. Ainda hoje, Daniel Callado é lembrado por aqueles que o conheceram e conviveram com ele.

9.4 Os *paulistas* em busca de uma identidade camponesa

Para conquistar a confiança e o apoio dos seringueiros, garimpeiros, lavradores e camponeses passaram a executar o plano do que seria o futuro “foco guerrilheiro”. O plano consistia no desenvolvimento de atividades comerciais. Por isso procuraram atuar como pequenos comerciantes, farmacêuticos, médicos e enfermeiros. O objetivo dessas atividades era duplo: de um lado propiciar a constituição de relações de amizade; de outro, organizar a retaguarda da Guerrilha. Senão vejamos: como médicos e enfermeiros, os *paulistas* podiam adquirir os medicamentos e instrumentos imprescindíveis para a atividade de primeiros socorros que teriam inevitavelmente que enfrentar no *front* e, ao mesmo tempo, como comerciantes, podiam estocar alimentos e armas necessários para a sobrevivência na selva e para os combates militares. Acima de tudo, essas atividades, na primeira etapa da preparação, os colocavam fora de qualquer suspeita. Entretanto é quase certo que a presença muito repentina de pessoas “estranhas” naquela parte do Brasil não passara despercebida da população local e, principalmente, das autoridades municipais. O que me leva à hipótese de que, já em 1971, os militares desconfiassem da presença de guerrilheiros na região.

Desse ano ao seguinte, é bastante provável que o governo tenha enviado, através dos órgãos de informação do Exército, o CIE, agentes a fim de monitorarem as atividades clandestinas dos membros do PCdoB.

Mais tarde, na segunda etapa da preparação, quando penetraram a mata para os exercícios militares, armazenavam os mantimentos (comida e remédios) em depósitos construídos em troncos de árvores, localizados estrategicamente nos Pontos de Apoio (PAs), nos quais guardavam também armas.

Chegou-se ao imponderável em matéria de segurança. Os *paulistas* só se relacionavam com os seus próprios companheiros (“camaradas” – forma de tratamento entre os comunistas) de um mesmo Destacamento, isto é, os membros do Destacamento A, por exemplo, não conheciam os membros dos

outros Destacamentos. Apenas a CM exercia esse controle dos três Destacamentos. Pois bem, nem todos os combatentes de um mesmo Destacamento tinham conhecimento dos PAs. A justificativa para o extremo controle dessa atividade era que, entendia o comando da Guerrilha, somente com esses cuidados, o guerrilheiro que tivesse a infelicidade de cair prisioneiro, sob tortura ou qualquer outro meio, não revelaria a sua localização. Os PAs eram vitais para a sobrevivência na selva, haja vista que nada indicava que os *paulistas*, considerando a forte repressão, obtivessem a adesão (como combatentes e não apenas como simpatizantes) em massa da população na luta guerrilheira.

Os *paulistas* tinham um lema: “ouvir muito e falar pouco” (DÓRIA, 1978, p. 28). Levavam uma vida duríssima. Cada um tinha que adquirir uma preparação física e militar, trabalhar na roça e criar animais para se autossustentarem. O ex-guerrilheiro José Genuíno Neto (Geraldo), um dos sobreviventes, em entrevista à *Revista Afinal*, de 22 junho de 1986, disse que “Era uma vida difícil a nossa. Éramos camponeses na mata, mas ninguém me induziu a nada, por isso fiz tudo aquilo muito feliz” (p. 15). Trabalhando como lavradores, objetivavam apreender as características da região, “[...] endurecer os músculos e facilitar as condições de se preparar militarmente, como também se construía um ponto de aproximação com o povo” (DÓRIA, *ibid.*). A vida nos ranchos começava às 5h ou 5h30, cada um lavava sua própria roupa e as tarefas da cozinha eram divididas. O cardápio variava: jabuti, peixe, vedado, cutia, paca e gambá; porém a base da alimentação era a farinha. O arroz raramente completava a alimentação (DÓRIA, *ibid.*).

Mas a vida não se reduzia à preparação militar, os *paulistas* participavam da vida da comunidade local, de suas práticas culturais e dos ritos religiosos. Iam às festas e às rezas assim como aos batizados. Muitos deles foram padrinhos de um número razoável de crianças. Como naquela região não havia energia elétrica, não conheceram a TV em cores. “A transmissão fora inaugurada pelo general Emílio Garrastazu Médice em 19 de fevereiro de 1972. Não acompanharam Selva de Pedra – o hit da televisão brasileira” (DÓRIA, *ibid.*).

A fim de se informarem, mantendo-se atualizados acerca dos acontecimentos no Brasil e no mundo, os *paulistas* obtinham jornais e revistas trazidos pelos dirigentes que faziam constantemente o percurso Araguaia-São Paulo (era o caso de João Amazonas, Elza Monerat e Maurício Grabois). Costumavam também ouvir as rádios diariamente: “às 6 da manhã ouviam a rádio Havana; às 7, o noticiário Guaíba; às 12, a rádio Bandeirantes; às 19, a de

Pequim; às 20, a de Tirana e às 21, a BBC de Londres” (SÁ, 1990, p. 11). Mas não era só isso, os novos companheiros que chegavam para lutar traziam notícias sobre diferentes assuntos.

Nessa fase, os guerrilheiros foram acometidos de várias doenças, entre elas a malária, a mais violenta. Em condições precárias, recebiam os primeiros socorros ali mesmo nos sítios. Mas as doenças não eram os únicos obstáculos naquela duríssima vida. Sabe-se que zona tropical, especialmente na Amazônia, é o habitat de mosquitos dos mais variados tipos. Desde piuns passando por muriçocas até as várias modalidades de pernilongos. Sem contar frieiras e o famoso bicho-de-pé.¹

Para se protegerem, seguem à risca os ensinamentos da população local. Ainda nessa fase, o médico da Guerrilha, Juca, organiza um serviço de saúde de prevenção e tratamento destas doenças (DÓRIA; 1978, p. 32). Tarefa extremamente difícil para quem estava habituado a postos de saúde e hospitais que ofereciam o mínimo de condições de funcionamento como o de Tocantinópolis, fundado por ele antes de ir para a mata.

Combinadas estas tarefas, os dirigentes do Partido decidiram apostar num trabalho estritamente militar, o qual, entretanto, era entendido como trabalho político porque não concebia este dissociado daquele. Naquelas condições, o trabalho político não poderia ser aberto e de massas, daí deixarem para uma outra etapa seguinte à divulgação dos reais objetivos que perseguiam.

No ano de 1970, apressaram os treinamentos militares, aumentaram a vigilância, diante da informação de que os militares do Exército desenvolviam uma operação antiguerrilha na Serra dos Carajás e em Imperatriz no Maranhão (Figura 4). Essa movimentação teria sido provocada pela prisão de militantes da ALN no norte do estado de Tocantins. De fato, a ALN tinha planos para a instalação de núcleos guerrilheiros na mesma área escolhida pelo PCdoB. Além destas prisões em Tocantins, o Exército, sob o pomposo nome de “Operação Mesopotâmia”, comandado pelo General Antônio Bandeira no ano seguinte, desarticulou a estrutura dos poucos guerrilheiros presentes em Imperatriz, no Maranhão.

¹ “A rotina espartana dos militantes na guerrilha”. *Jornal O Globo*, terça-feira, 30 de abril de 1996. p. 10.

Figura 4 - Quadro das Operações Militares antes e na Primeira Campanha de Cerco e Aniquilamento

Operação Carajás	1970
Operação Mesopotâmia	1971
Operação Axixá	1972
Operação Peixe I, II, III e IV	1972

Fonte: Elaboração Própria

Esses acontecimentos, de conhecimento da Guerrilha, provocaram mudanças nos planos visando atingir a máxima preparação militar possível. Para Glênio de Sá,

O nosso treinamento militar se intensificava cada vez mais, mas feito às escondidas dos moradores da região. Nas nossas aulas teóricas aprendíamos tudo sobre guerra regular e irregular, a relação entre os dois tipos, a guerra de guerrilhas, algumas experiências internacionais e nacionais, as contradições da tática antiguerrilha, a moral dos combatentes, como criar um exército popular, guerra justa e guerra injusta...Algumas orientações deviam ser assimilados por nós. Lembro-me de dez delas: 1. O homem é o principal numa guerra, não importando o seu tipo; 2. O aspecto político é o dirigente de qualquer luta; 3. A moral depende da causa que se defende; 4. Priorizar a guerra de guerrilhas como o método ideal de luta para nós (luta do fraco contra o forte); 5. Ser ao mesmo tempo político, trabalhador e

militar; 6. Lealdade à causa, espírito coletivo, solidariedade, coragem e respeito aos bens, às mulheres e aos costumes do povo; 7. Domínio do cenário onde se desenvolve a luta; 8. A adaptação à vida local já é uma preparação; 9. Disciplina; 10. Indispensável apoio popular (SÁ, p. 11).

Com exceção do último ponto, que se deu de forma passiva, os comunistas conseguiram exemplarmente cumprir todos os outros objetivos.

Em Caianos, base de um dos Destacamentos, um conflito de terras chamou a atenção dos moradores. Ele envolveu o rancho que pertencia a Paulo Mendes Rodrigues (Paulo). Um famoso grileiro de terras conhecido como Antoninho, proprietário da Indústria Madeireira do Pará (IMPAR), ambicionava abrir uma “picada” para ter acesso a uma outra propriedade que pretendia invadir. Para esse objetivo, entretanto, teria, necessariamente, que passar pela posse do Paulo. O grileiro então enviou um mensageiro para avisá-lo que devia abandonar sua posse. O *paulista* não só negou-se a aceitar a intimação, como, em resposta, disse que resistiria à bala a qualquer tentativa de tirá-lo do seu sítio. A desistência do grileiro quanto ao cumprimento das ameaças ganhou destaque entre os posseiros da localidade confirmado em vários depoimentos.

Paralelamente à intensificação da presença militar, o governo avança na construção de rodovias.

Um ano antes, em fins de 1970, o governo começara os preparativos para a abertura da Transamazônica na Palestina. A abertura da estrada obedecia a interesses econômicos, políticos e militares, bem como de escoamento da pequena produção dos agricultores, embora sofrendo com as ameaças de expulsão de suas terras. Objetivava beneficiar os grupos econômicos que pretendiam se instalar nessa parte da Amazônia, mas, sobretudo, atender a interesses estratégicos de controle da Amazônia. Isto é, ao cortar uma região de selva, considerada favorável ao desenvolvimento da “guerra revolucionária”, o governo investia na infraestrutura para facilitar a movimentação de tropas.

Por outro lado, os guerrilheiros ficariam apreensivos, uma vez que a estrada poderia, de um lado, expô-los, tornando-os vulneráveis à ação do sistema de informação, mas, ainda por esse lado, viam-na positivamente porque havia a possibilidade de fortalecer o movimento com a chegada de pessoas

que migravam de diversos lugares do país. Recorde-se que a população rarefeita no lugar era uma preocupação estratégica dos comunistas. Sabiam como em outras plagas a guerra de guerrilhas obteve êxito, que o fator demográfico fora fundamental para a vitória mediante incorporação de camponeses.

Ainda nesse mesmo ano, chegaram novos moradores que iriam se juntar aos demais. São eles: Sueli Yomiko Kanaiana, estudante do curso de Letras; Luíza Augusta Garlipe, enfermeira profissional; Telma Regina Cordeiro Corrêa (Lia), do Rio de Janeiro; Dinaelza Santana Coqueiro (Mariadina), estudante de Geografia.

Antes de dar início à análise da primeira campanha, é oportuno destacar a impressão, a partir de seus próprios depoimentos, que tiveram os padres a respeito dos *paulistas*.

Os *paulistas* estabeleceram relações de vizinhança e de solidariedade em relação aos moradores pobres. A Igreja reconhece a positividade desse trabalho, que não só ajudou muitas pessoas a resolverem seus principais problemas como produziram admiração nos religiosos. Não há depoimento verbal ou escrito de nenhum padre ou freira contra a conduta ética e moral deles nem quanto a esse tipo de atividade.

Esse relacionamento foi construído nos seis anos de preparação do movimento guerrilheiro, isto é, de 1966 a abril de 1972.

Padres visitavam os sítios e casas dos *paulistas*, assim como estes participavam das atividades religiosas. Para os guerrilheiros, isso era incômodo porque a grande maioria confessava uma visão materialista do mundo. Frei Gil de Vilanova afirma o seguinte: “Conheci todos esses rapazes e moças da Guerrilha. Chegaram uns dois anos antes do Exército. Eram bons rapazes. Se diziam *paulistas*. Tinha alguns em Conceição, outros em São Geraldo. [...] Todas essas pessoas eram simpáticas aos guerrilheiros”² (Grifo do autor).

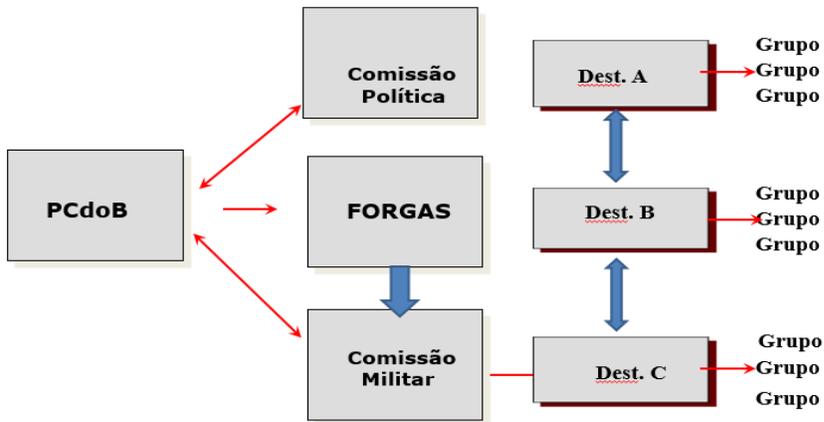
Um outro padre, o francês Roberto de Valicourt, missionário que chegou ao Brasil em 1968 e, depois de trabalhar em Belém na Paróquia de São Jorge, no Bairro da Marambaia, aceitou uma solicitação do Bispo de Marabá D. Estevam Cardoso de Avelar, para exercer suas atividades sacerdotais no Araguaia. Chegou a Marabá, em 5 de janeiro de 1972. Foi espancado junto com a Irmã Maria das Graças sob a alegação de ser um dos *paulistas*.

² Entrevista concedida a Paulo César Fontelles de Lima, realizada em 1981, em Marabá-Pará. Revista Guerrilha do Araguaia. 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1996, p. 100. Doravante, denominarei a Revista com a sigla RGA.

10 AS FORGAS E SEUS COMANDANTES

Os *paulistas* criaram, nessa fase de preparação, as FORGAS, organização militar destinada a congregar os combatentes, a fim de tornar viável os seus objetivos estratégicos. As FORGAS (Figura 5) eram regidas por um Regulamento Militar. Este, no seu artigo 19, define sua estrutura: “As forças guerrilheiras são constituídas pelos destacamentos que operam na região e são comandadas por uma Comissão Militar” (DGA, 1985, p. 53)

Figura 5 - Organograma do funcionamento das FORGAS



Fonte: Arquivo pessoal.

10.1 Comando, Regulamento e organização militar das FORGAS

Segundo o Regulamento Militar, publicado como anexo do DGA, todos, do topo à base das FORGAS, são igualados pela condição de combatente.

Unicamente são diferentes no que diz às funções que exercem na Guerrilha. Os combatentes ingressam voluntariamente, dispostos a orientar-se pelos seguintes princípios: “a - Estar disposto a enfrentar e vencer todas as dificuldades; b - Estar decidido a lutar até a vitória final; c - Estar resolvido a transformar-se num verdadeiro revolucionário”. Para elevar as qualidades

morais dos combatentes guerrilheiros, as FORGAS estimulavam o guerrilheiro a: a - Ter um estilo de vida simples e de trabalho duro; b - Viver, pensar e combater como um lutador a serviço do povo; c - Desenvolver a confiança em si mesmo e ser ao mesmo tempo modesto; d - Cultivar permanentemente o espírito de iniciativa, audácia e responsabilidade; e - Ser fraternal e solidário com os companheiros e com os integrantes do povo (DGA, 1985, p. 67).

Mais do que as qualidades morais, a disciplina era extremamente rígida. Os guerrilheiros deviam, fielmente, seguir as seguintes regras:

a - Obedecer sem vacilações às ordens do comando em todos os níveis; b - Cumprir os Regulamentos e Normas da FGA; c - Exercer integralmente seu dever quando investido em funções de comando, não podendo renunciar às prerrogativas do cargo nem delegar a outros seus poderes (*ibid.* p. 67).

Mas possuíam o direito de apresentar sugestões ao comando, criticar os companheiros nas questões oportunas, isto é, nas reuniões de chefes de grupo, tendo em vista o aperfeiçoamento da atividade e a elevação de espírito revolucionário. Por fim, o dever de cada combatente consistia no seguinte:

a - Zelar permanentemente por seu armamento e equipamento, ter suas armas e munições em perfeitas condições de uso; b - Cuidar continuamente de sua preparação militar, de seu estado físico e de elevação de sua consciência política; c - Preparar-se constantemente pela segurança do conjunto das FGAs, observar sigilo, não revelar segredos e manter severa vigilância contra qualquer infiltração do inimigo (*ibid.*).

A CM mantinha contato com a direção do Partido em São Paulo e era composta, inicialmente, por João Amazonas (Cid), Maurício Grabois (Mário) e Ângelo Arroyo (Joaquim), depois acrescentaram-se os nomes do médico gaúcho João Carlos Haas Sobrinho (Juca) e José Maria Olímpio. Estabeleceram-se nas proximidades de um povoado chamado Metade. Após o combate de 25 de dezembro de 1973, ela se recompõe, integrando-se outros dirigentes, como veremos mais adiante.

Maurício Grabois (Mário) era um veterano militante do Partido. Formou, durante dezenas de anos, o quadro do CC e estava entre os que aderiram ao grupo do João Amazonas na luta contra Luiz Carlos Prestes no final dos anos 50. Foi Deputado constituinte pelo PCB, em 1946, exercendo sua liderança de bancada. No Araguaia, integraria o comando militar da Guerrilha: a CM, órgão máximo de direção.

Ângelo Arroyo nasceu em São Paulo, a 6 de novembro de 1928 e ingressou no Partido Comunista em 1945. Era operário metalúrgico. Estava na Conferência Extraordinária que reorganizou o Partido em 18 de fevereiro de 1962. Participou da revolta camponesa de Trombas e Formoso, em Goiás, na década de 50. É o autor do Diário da Guerrilha do Araguaia, elaborado em 1975, provavelmente quando ainda estava na região, e publicado pelo sociólogo Clóvis Moura em 1985. O livro é o primeiro documento produzido sobre a Guerrilha por um ex-integrante das FORGAS, e descreve minuciosamente aspectos do cotidiano daqueles dramáticos acontecimentos trazendo, ao mesmo tempo, em anexo, o programa da União Pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP). Membro da Comissão Militar (CM) da Guerrilha foi um dos dois integrantes da Guerrilha que escapou com vida da última e decisiva ação das FFAA na “terceira” e última Campanha de Cerco e Aniquilamento. O outro guerrilheiro foi o Zezinho.

Ângelo Arroyo foi assassinado em dezembro de 1976, em uma ação conjunta dos órgãos de repressão Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) e do Exército, no cerco a casa na Rua Pio X, em São Paulo, onde se reuniu, em dezembro de 1976, o CC do PCdoB no conhecido episódio da Chacina da Lapa (Figura 6), ocasião em que também foram mortos Pedro Pomar e João Batista Drummond, além da prisão de outros integrantes do Comitê Central. Foi a última ação expressiva dos militares contra uma organização clandestina de esquerda. Nessa reunião realizavam uma avaliação da experiência guerrilheira do Araguaia (“Exército Tinha Agente Infiltrado dentro do PCdoB”. *Jornal do Brasil*, 1º caderno. 16.04.1992; POMAR, 1987).

João Carlos Haas Sobrinho (Juca), nasceu no estado do Rio Grande do Sul, formou-se em medicina e exerceu a presidência do Diretório Acadêmico “Sarmiento Leite” da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da União Estadual dos Estudantes. Morou na cidade de Porto Franco, no estado do Maranhão. Construiu inclusive um Hospital com o apoio da população e das autoridades municipais.

Leia-se: E Gilberto Maria Olímpio (Pedro/Gilberto), casado com Victória Grabois, filha de Maurício Grabois e irmã de André Grabois (Zé Carlos/José Carlos), Líbero Giancarlo Castiglia – o Joca e José Lima Piauhy Dourado (Ivo/José) foram mortos em 25 de dezembro de 1973; ao passo que Custódio Saraiva Neto, Lauro e Paulo Mendes Rodrigues compuseram a CM para substituí-los.

Figura 6 - Chacina da Lapa. Corpo do comandante guerrilheiro Ângelo Arroyo e do dirigente Pedro Pomar, 1976



Fonte: Arquivo pessoal.

À CM subordinavam-se três Destacamentos e cada um destes, os Grupos, com sete integrantes. O artigo 12 do referido Regulamento determinava sua função, “O destacamento é uma unidade militar das Forças Guerrilheiras do Araguaia composta de três grupos, que dispõe de relativa autonomia e opera sob a direção da Comissão Militar” (p. 52). Logo em seguida, o artigo 13 estabelecia sua jurisdição: “O destacamento tem uma área determinada de operação” (*Ibid.*). O responsável pela tarefa de conduzi-los denominava-se comandante e o vice, comissário político.

Os artigos 7 e 8 definiam o Grupo bem como sua composição:

7. O grupo constitui a unidade militar de base das Forças Guerrilheiras e é parte integrante do destacamento. Sua autonomia de ação é restrita, atuando sobre a base das ordens de comando do destacamento. 8. O grupo é composto de 7 combatentes. Opera em ações militares de acordo com o conjunto, sob a base das ordens do comando do destacamento (*Ibid.*).

Chefe era o dirigente do grupo. O A era comandado por André Graibois (Zé Carlos/José Carlos); vice: Antonio de Pádua Costa. O B era comandado por Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão) (Figura 7); vice: José

Humberto Bronca (Zeca/Fogoio). O C era comandado por Paulo Mendes Rodrigues (Paulo); vice: José Toledo de Oliveira. A família de José Humberto Bronca (Zeca/Fogoio) foi a primeira a ser beneficiada pela Lei 9.140, com uma indenização de R\$ 100,00 mil entregue solenemente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, como “reparação” e sinal de responsabilidade do Estado brasileiro que não cumpriu com sua função de proteger as vidas dos guerrilheiros. A solenidade ocorrida no dia 13 de maio de 1996, com a presença de sua mãe Ermelinda Mazzaferro Bronca, marcou o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos.

Figura 7 - Comandante guerrilheiro Orlando da Costa, o “Osvaldão”



Fonte: <https://anovademocracia.com.br/no-76/3378-11-de-abril-39-anos-do-inicio-da-guerrilha-do-araguaia-osvaldao-o-comandante-negro-do-araguaia>. Acesso: 9 set. 2020.

André Grabois, filho do também guerrilheiro Maurício Grabois, como já dito, nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 3 de julho de 1946. Fez cursos na Albânia e na China. Em 1964, com a perseguição movida contra seu pai, e com apenas 17 anos, passou a viver na clandestinidade. Chegou à região do

Araguaia em 1968 e residiu no lugarejo chamado Faveira. Morreu em 14 de outubro de 1973 num confronto com as FFAA.

Sobre Antônio de Pádua Costa (Piauí/Lino) não existe registro do lugar onde nasceu, tampouco a data. O que se sabe é que era universitário do curso de Física da Universidade Federal do Rio Janeiro. Foi membro do Diretório Acadêmico do Curso. Está desaparecido desde o início de 1974.

Oswaldo Orlando da Costa (Oswaldão) era natural de Minas Gerais. Estudou na Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro; foi campeão de box amador pelo Botafogo e oficial da reserva do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Coursou o 3º ano de Engenharia na Checoslováquia. O que se pôde apurar é que foi também o primeiro a se estabelecer às margens do Rio Araguaia no começo de 1966. Trabalhou como garimpeiro e mariscador.

A população da região do Araguaia construiu uma imagem do Oswaldão voltada para o mito. Lendas são contadas acerca de sua valentia, pontaria, bondade e, sobretudo, sobre seus atributos mágicos. Oswaldão possuía o dom e a capacidade de tornar-se invisível. Por essa razão, era impossível detê-lo na mata e os militares não conseguiam prendê-lo. Ele estava entre os guerrilheiros na comemoração do Natal de 25 de dezembro de 1973. Está desaparecido desde meados de 1974.

José Humberto Bronca nasceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul em 8 de setembro de 1934. Formado em Mecânica de Manutenção de Aeronaves, trabalhou na Varig. Com o golpe de 64, foi para o exterior e residiu vários anos na China. Foi para o Araguaia em meados de 1969. Depois do Destacamento B, foi deslocado para a CM servindo como guarda. Está também desaparecido desde o Natal de 1973.

Quanto a Paulo Mendes Rodrigues, conhecido também como Paulo, pouco se sabe acerca da vida desse militante. Sabe-se apenas que era economista e obrigado a abandonar a profissão em razão de suas atividades políticas. Além do comando desse Destacamento, Paulo integrou mais tarde a guarda da referida CM. Está desaparecido desde o referido Natal de 1973. Também são poucas as informações sobre a vida do militante José Toledo de Oliveira. Sabe-se, entretanto, que era advogado e trabalhou como bancário. Morreu em combate em 20 de setembro de 1972.

10.2 Enfim a nova vida: a outra clandestinidade

Desde 1966-7 no Vale do Araguaia, os *paulistas* constituíram uma comunidade de pessoas que ali tiveram a tão sonhada “liberdade perdida”. Puderam, ainda que na clandestinidade, fazer o que não podiam nos grandes centros urbanos do país, pois eram procurados pela polícia política do regime, como enfatizei outras vezes.

Contudo, um documento do Exército, transcrito a seguir, mostra que toda essa movimentação de organização da Guerrilha não passaria despercebida pelo governo. Tudo indica que as agências de inteligência tinham informações sobre o *modus operandi* do PCdoB acerca do processo de recrutamento de seus guerrilheiros. O documento foi encontrado e citado pela primeira vez por Romualdo Pessoa Campos Filho. Ele revela detalhes acerca dos passos do esquema montado para o envio de militantes ao sul e sudeste do estado do Pará:

“MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

GABINETE DO MINISTRO – CIE/ADF

INFORMAÇÕES nº 311 – CIE/ADF

ASSUNTO: Arregimentação de subversivos para a Guerrilha Rural

ORIGEM: CIE/ADF

1 – Os depoimentos de subversivos ligados ao PCdoB, presos na área Xambioá/Marabá, vem revelando o modo de agir na arregimentação de elementos, nos grandes centros urbanos, para a guerrilha rural;

2 – Os contatos são efetuados em Fortaleza, Salvador, Rio e São Paulo. Os elementos visados são ex-universitários que participam de movimentos ou diretórios estudantis, de preferência os que já foram atingidos pelo 477 e que estejam “queimados” nas cidades. Outro fator a ser considerado é a abordagem: restaurantes, cantinas e residências situadas dentro do recinto das universidades e que continuam a ser frequentados pelos elementos acima referidos para o contato inicial;

3 – O itinerário, em princípio, é São Paulo/Anápolis-GO. Daí, através da Belém-Brasília, os elementos vão de ônibus para Araguaína-GO. Nesta última cidade há várias opções:

- deslocamento (ônibus) para Estreito/GO e posteriormente Marabá/PA (Transamazônica);

- deslocamento para Araguaatins (ônibus) e posteriormente rio Araguaia.
- deslocamento para Imperatriz (MA) e posteriormente para Marabá (via fluvial).

Ao longo do citado itinerário vão sendo estabelecidos “pontos”, onde os viajantes recebem orientação e dinheiro. Esses “pontos” têm lugar, normalmente, nas estações rodoviárias ou em hotéis próximos às mesmas.

4 – Aspecto interessante a ser observado é o desconhecimento, da parte dos presos, do local exato para onde eram enviados. Tal fato demonstra o sigilo que cercava esse deslocamento;

5 – Esta Al julga que há necessidade de maior vigilância nos logradouros acima citados, a fim de evitar ou dificultar a arregimentação e a entrada de subversivos para a área Norte/GO – Sul/PA – eleita por diversas organizações subversivas, para a deflagração da guerrilha rural.

Assina: ilegível

Ministério do Exército

Gabinete do Ministro”

10.3 A composição das FORGAS: nada é mais clandestino

Em princípio de 1972, com os grupos de guerrilha urbana dizimados pela feroz repressão do regime militar, o PCdoB se preparava para o mais longo enfrentamento armado aos militares, na ânsia de impedir o avanço do projeto político-estratégico que tinham para a Amazônia, e que atendia aos interesses do grande capital nacional e internacional, apesar do discurso nacionalista de parte deles.

Os *paulistas*, com esse feito, sonhavam construir um espaço de resistência política que fosse capaz de garantir a proliferação dos ideais socialistas a partir do Araguaia.

Nesse ano, totalizavam 69 guerrilheiros entre homens (59) e mulheres (10). Profissionalmente eram operários, camponeses, ex-militares e profissionais liberais. O índice de escolaridade era bastante alto. Dos 32 estudantes, 25 universitários e 10 possuíam formação média.

No começo do ano de 1972, sentindo que o cerco estava se fechando, eles apressaram e intensificaram ainda mais os treinamentos militares. Isso se depreende da fala de Glênio de Sá:

Começamos o ano de 1972 com uma nova disposição. Nossa vida estava mais organizada e disciplinada [...]. A comissão militar passou a nos visitar frequentemente. Deveríamos adotar uma nova estrutura militar: um destacamento com comandante e comissário político (vice), dirigindo três grupos de sete membros cada um e com seus respectivos chefes. Precisávamos, para tanto, de mais quatro pessoas para completar os 23 que seriam necessários (1990, p. 12).

As FORGAS estavam assim constituídas. A CM com João Amazonas, Maurício Grabois, Elza Monerat, Ângelo Arroyo, João Carlos Haas Sobrinho. O Destacamento A: André Grabois; Adriano Fonseca Filho (Chico); Antônio Pádua Costa (Piauí/Lino); Antônio Ferreira Pinto (Antônio Alfaiate); Criméia Alice Schmidt de Almeida (Alice); Demerval da Silva Ribeiro (João/João do Araguaia); Divino Ferreira de Souza (Nunes/Goiانو); Guilherme Gomes Lund (Luis); Helenira Rezende Nazaré (Fátima); Jana Marroni Barroso (Cristina); José Humberto Bronca; Lúcia Maria de Souza (Sônia); Lúcia Regina de Souza Martins (Regina); Lúcio Petit da Silva (Beto Quaresma); Marcos José (Zezinho/Ari do A); Maria Célia Corrêa (Rosa/Rosinha); Nelson Lima Piauhy Dourado (Nelito/Alexandre); Orlando Momento (Landin/Landinho); Rodolfo de Carvalho Troiano (Manoel do A); e Uirassú de Assis Batista.

Destacamento B: Antônio Guilherme Ribeiro Ribas (Ferreira); Antônio Teodoro de Castro (Raul); Cilon Cunha Brun (Comprido/Simão); Ciro Flávio Salazar e Oliveira (Flávio); Dinaelza Santana Cordeiro (Mariadina); Elmo Corrêa (Lourival); Glênio Fernandes de Sá; Idalísio Soares Aranha Filho (Aparício); João Carlos C. Wisnesky (Paquetá); José Genuíno Neto; José Lima Piauhy Dourado (Ivo/José); José Maurílio Patrício (Manoel do B/Mané); Luiza Augusta Garlpe (Tuca); Manoel José Murchis (Gil); Osvaldo Orlando da Costa; Paulo Roberto Pereira Marques Neto (Amauri); Suely Yokono Kanaiana (Chica); Telma Regina Cordeiro Correia (Lia) Vandick Reidner Pereira Coqueiro (João do B); e Walkíria Afonso Costa (Walquíria).

Destacamento C: Dower de Moraes Cavalcante (Domingos); Bergson Gurjão Farias (Jorge); Antonio Carlos Monteiro Teixeira (Antonio); Arildo Valadão (Ari); Jaime Petit da Silva (Jaime); Miguel Pereira dos Santos (Cazuza); José Teodoro de Oliveira (Vitor); Paulo Mendes Rodrigues; Pedro

Albuquerque; Tereza Cristina (Cristina); Maria Lúcia Petit da Silva (Maria); Dinalva Oliveira Teixeira (Dina); Daniel Ribeiro Callado; Francisco Chaves (Zé Francisco); Áurea Elisa Pereira Valadão (Elisa); Rosalindo Souza (Mundico); Kléber Lemos Silva (Quelé/Carlito); Tobias Pereira Barroso Junior (Valdir); Custódio Saraiva Neto (Lauro); e Pedro Alexandrino de Oliveira (Peri) (Figura 8).

Em 1972, existia entre eles um clima de grande animação e euforia. Realizaram a colheita de arroz e reservaram um bom estoque de alimentos não perecível. Tiveram um grande avanço na preparação com treinamento de escaramuças, emboscadas e tiro. Envidaram um grande esforço para montar um sistema de logística, retaguarda fundamentalmente necessária para o sucesso dos combates que consideravam iminentes. Os momentos de alegria eram compartilhados no reencontro com “companheiros(as)” que chegavam. Todos eles militantes experimentados nas lutas estudantis na década anterior.

Figura 8 – Rosto do(a)s guerrilheiro(a)s



Fonte: Arquivo pessoal. Uma cópia do original do cartaz estava nos arquivos da Secretaria de Agitação e Propaganda do PCdoB no estado do Pará.

Passaram as noites dentro das casas, que normalmente não tinham paredes, mas dormindo em redes do lado de fora e no frio, embora enrolados em cobertores finos. Habitados ao clima dos anos 60, de explosão musical e dos grandes festivais e da mudança de comportamentos, muitos aproveitavam a noite do interior para recitar poemas, a exemplo de Lúcio Petit, que, sempre que podia, mostrava sua veia poética. Inclusive na capacidade de criar a partir

da nova vida que tinham. Um dos poemas, *Porque Entrei na Guerrilha* (*Revista Princípios*, nº 12, p. 53), muito conhecido na região após a Guerrilha, foi escrito no calor da luta. Em virtude da impossibilidade de reproduzir as 70 estrofes, eis alguns trechos:

Eu que nunca fui poeta
Que nunca fui cantador
Hoje um homem trabalhador.
Limpe bem o seu ouvido
E ponha bem o seu ouvido
Me ouça peço o favor
Eu nasci não sei bem onde
Maranhão ou Ceará
Andei Piauí e Goiás
Rolando ao Deus dará
Morei no Norte e Nordeste
Viajando mais que a peste
Vim me plantar no Pará [...].

Era também de se esperar que curtissem as rodas de cantiga de viola e da MPB.

Mas essa alegria de viver e construir um espaço de liberdade em plena selva e em sentido contrário do que vigorava em escala nacional estava ameaçada, pois fechava-se o cerco das FFAA.

Essas, no dia 12 de abril de 1972, tendo à frente o Exército, montam uma enorme operação de guerra: jipes, caminhões, helicópteros, aviões, lanchas voadeiras, etc. chegam com o objetivo de “desbaratar” aquela ação guerrilheira. Para tanto, iniciam uma investida contra os que ali se encontram, cessando desse modo o trabalho de preparação.

A repressão se abateu sobre lideranças locais e a população viu-se de repente no centro do conflito. Os guerrilheiros retiram-se para os PAs, levando tudo o que estava sob seu alcance: roupas, calçados, produtos alimentícios, armas, munição e plásticos para se protegerem da chuva. Tudo como haviam previsto.

A decisão tomada e implementada foi a de continuar na busca dos ideais socialistas. Agora surpreendidos pelo ataque que não previam para aquele mês. Como se deu o processo de discussão? Quais foram realmente as razões

apresentadas para continuar a luta guerrilheira? Por que não abandonaram a área estrategicamente para em seguida ampliar a organização do movimento?

Não existem registros acerca dessa discussão. Somente o ex-guerrilheiro Zezinho, o único sobrevivente da terceira e última Campanha de Cerco e Aniquilamento da Guerrilha, se conseguir romper o bloqueio psicológico que lhe dificulta lembrar-se dos acontecimentos dos quais também foi protagonista, poderá ajudar a responder a essas e outras indagações (Figura 9).

Figura 9 - Guerrilheiro sobrevivente Micheas Gomes de Almeida – Zezinho



Fonte: Eliz Brandão/ Portal PCdoB/ <https://pcdob.org.br/noticias/militante-historico-zezinho-do-araguaia-visita-sede-do-pcdob/> Acesso em: 05 dez. 2020.

Outros pesquisadores no futuro poderão responder de posse de informações ainda sob o domínio e controle do Exército.

Por outro lado, estudiosos do tema, em suas avaliações, destacaram uma interessante questão: o correto teria sido resistir ou recuar?

Campos Filho (1995, p. 100) é categórico: “Não havia outra alternativa a não ser resistir às FFAA, que não estavam ali em busca de explicações. Foram preparadas para destruir os comandos guerrilheiros que se instalaram naquela região visando organizar uma luta armada no campo”.

Embora identificada com o PCdoB, essa posição não encontra respaldo entre outros autores, a exemplo de Vladimir Pomar. Este argumenta que o primeiro erro consistiu exatamente em não obedecer a um princípio básico das guerras de guerrilhas, que é o recuo, o refúgio, a fim de acumular forças e ganhar tempo para futuras batalhas. Ou seja, sugere que haveria condições de retirada e retorno em condições mais vantajosas.

Contudo, a opinião de Pomar é refém das análises oriundas e prisioneiras do paradigma criticado no primeiro capítulo.

A questão que me interessa não é essa. Para mim, o que importa é saber se havia ou não as condições geográficas, sociais e políticas para a sobrevivência por um relativo período de tempo. Evidências empíricas me permitem conjecturar que, mesmo não atingindo seus objetivos socialistas, a Guerrilha, como definiu-se no Capítulo 1, e sem nenhuma identificação do autor com esse método de resolver o conflito político, pode e podia subsistir dominando parte do território, controlando-o geoestrategicamente. A América Latina desde os anos 60 até o presente confirma essa assertiva: movimentos guerrilheiros como o Exército de Libertação Nacional (ELN) e as Forças Armadas Colombianas – Exército do Povo (FARC-EP), na Colômbia, são exemplos.

10.4 As FFAA descobrem o Araguaia

A descoberta do trabalho clandestino de preparação foi bastante explorado. Ângelo Arroyo, no Relatório já citado, foi o primeiro a responder a seguinte pergunta: como o governo descobriu a preparação do movimento guerrilheiro? Para ele, houve traição. Tese encampada pelo PCdoB ainda hoje. Mas quem traiu é objeto de controvérsia. Arroyo, por exemplo, diz o seguinte: “O Exército soube de nossa presença no sul e sudeste do estado do Pará através da denúncia do traidor Pedro Albuquerque que, meses antes, havia fugido, com sua mulher, do Destacamento C”. Ele foi preso em Fortaleza no dia 17 de março de 1972, o que indica logo após ter desertado da Guerrilha. No entanto, com o avanço das pesquisas e a incorporação de novas informações, outra hipótese começou a ganhar força. Ela é citada nos trabalhos de Rocha Junior e Campos Filho. Está baseada nas afirmações de José Genuíno Neto, Elza Monerat e Vladimir Pomar. Na opinião de Pomar (1980):

[...] apesar de todo o método conspirativo adotado, o dispositivo foi descoberto por denúncia de outra desertora. Regina, uma das militantes selecionadas para o trabalho na área, ficou doente e teve que ser enviada para o Sul em meados de 1971 para tratamento, apesar das normas em contrário estabelecidas pela Comissão Mili-

tar. Acabou desertando e, sob pressão da própria família, denunciou o trabalho de preparação, possibilitando que as forças repressivas montassem todo o plano de ataque (p. 38).

10.5 Quem traiu?

Elza Monerat (Maria), em depoimento ao historiador Romualdo P. Campos Filho (p. 105), afirma que somente a guerrilheira Regina poderia ter informado às autoridades policiais a existência da preparação do movimento, haja vista que em várias “batidas” que fizeram em um ônibus que viajava de volta para São Paulo, nas “paradas”, os militares portavam fotografias do João Amazonas nos principais “pontos” de contato entre os militantes no trajeto que os conduzia à região do Araguaia, entre São Paulo e Anápolis (GO). Além desses dois dirigentes do PCdoB, somente ela sabia desses “pontos”. João Amazonas escapara porque havia sido avisado por Elza Monerat na rodoviária de Anápolis.

Quanto a José Genuíno Neto, em entrevista à *Revista Playboy*, de maio de 1993, categoricamente afirmou: “Ela (a Regina) teria falado para o pai dela, uma pessoa reacionária, que estava com leishmaniose e malária, e ele se tocou que ela viera de uma área de trabalho do PCdoB. É fácil identificar em São Paulo de onde veio uma pessoa com doenças desse tipo” (p. 38). Finalmente, as minhas pesquisas não avançaram o suficiente para uma nova interpretação. Parece realmente que as suspeitas recaem sobre Pedro Albuquerque, Lúcia Regina de Souza Martins e José Genuíno Neto, sendo que estes, nos depoimentos já conhecidos, não confirmam esta hipótese.

O ex-guerrilheiro Glênio de Sá desconfia de que quem traiu foi o José Genuíno Neto. Em seu depoimento “Relato de um Guerrilheiro”, relata que, quando estava preso, ouviu de um oficial referências elogiosas a ele por ter colaborado com o setor de inteligência do Exército na descoberta da composição dos Destacamentos e localização de parte da organização da guerrilha. Parte porque os integrantes de um Destacamento não sabiam a composição e a localização dos demais. Então, o José Genuíno Neto só poderia informar sobre o seu Destacamento. José Genuíno Neto nega sempre. Afirma que as informações repassadas era parte do jogo racional que todo preso em condições de tortura negocia com o seu algoz. Segundo esse raciocínio, ele teria repassado as informações que os militares já sabiam sobre a organização da

Guerrilha, o que não teria nenhum impacto nas prisões efetuadas e no desbaratamento da Guerrilha.

Não se pode menosprezar a versão de Elza Monerat (Maria). Contudo, enquanto os militares ou a própria Regina não confirmarem que foi ela a delatora, não se pode tê-la como definitiva. Por último, é importante lembrar que não é descartável a hipótese de que os militares trabalhassem com a possibilidade de aquela área servir de refúgio para os militantes que procuravam escapar da repressão nas cidades. A movimentação, como vimos, de tropas do Exército reforça essa hipótese. O que nos permite concluir que, independentemente da delação, da traição ou não, os órgãos de informação chegariam aos guerrilheiros.

Seria impossível, a meu ver, perdurar por muito tempo aquele tipo de ação, mesmo que se considerassem as razões mencionadas pelo PCdoB, como aquela do tipo físico ser bastante comum na região em função da colonização. Não é comum nesse tipo de migração um contingente enorme de pessoas portadoras de habilidades intelectuais tão variadas e acima da média da região. Padre Roberto de Valicourt, por exemplo, diz claramente que estranhou quando um jovem lhe perguntara, certa vez numa gruta, se ele sabia Matemática. As questões levantadas e feitas ao missionário só eram ensinadas nas Universidades. Então se perguntou o que fazia ali um jovem com interesses sobre aquela matéria. Assim como o padre fez esse questionamento, certamente os *paulistas* devem ter deixado escapar comportamentos que permitiriam deduzir que algo mais poderia estar sendo feito naquelas plagas.

Do ponto de vista da população, é bom lembrar, a guerra já era esperada.

A professora Regina Sader (1990), que estudou o imaginário construído nas lutas camponesas no Brasil, particularmente no Bico do Papagaio, estado de Tocantins e no Vale do Pindaré no Maranhão, em 1988, concluiu que, no caso da Guerrilha do Araguaia, o imaginário é representado pela profecia do Padim Ciço.

No imaginário de alguns moradores, há a visão de que era uma guerra entre brasileiros e “estrangeiros” que queriam “tomar o Brasil”. Essa versão começou a ser construída com a presença dos militares no lugar.

“Segundo essa profecia, Padim Ciço falava da procura das bandeiras verdes (matas), que, naqueles anos da década de 70, as águas iriam ferver (guerra) e ia aparecer o capa verde (Exército). Era um cão disfarçado de amigo, fazendo a bondade e querendo a maldade, falando em paz e fazendo

a guerra” (SADER, 1990, p. 118). Para muitas pessoas, a Guerrilha foi a confirmação dessa profecia.

A grande maioria dos guerrilheiros se dirigiram intencionalmente para organizar a Guerrilha. Tinham realmente a intenção de conquistar o poder e fundar uma República Popular Socialista, mesmo tendo que passar pela primeira etapa, ou seja, a construção de um Governo Democrático Popular, conforme documentos oficiais do Partido.

Quanto à questão relativa a caracterização, verificou-se, com base na análise do material empírico e da percepção que se teve ao andar pela região, que os guerrilheiros construíram uma visão da Amazônia semelhante à que construíram outros guerrilheiros em outras partes do planeta, onde tais movimentos lograram êxito, principalmente no Sudeste Asiático. Ou seja, existiam os elementos sociais, políticos e geográficos considerados necessários para o desenvolvimento da guerra de guerrilhas: conflitos sociais pela posse da terra, o Estado não cumprindo suas funções básicas e uma área de difícil acesso por causa da floresta densa.

Esses guerrilheiros, ao contrário de várias experiências, inclusive na América Latina, não eram oriundos do lugar. Isto é, não construíram, a partir da diversidade de categorias de sujeitos sociais, uma cultura democrática de resistências ao sistema reinante de exploração baseado na grande propriedade da terra e violência da política do regime militar, como diziam os guerrilheiros, ainda que se alegue que a luta estava apenas no começo. Não havia, enfim, uma vida organizativa, baseada na atividade política capaz de elevar as demandas sociais e políticas das pessoas ao nível político dos guerrilheiros, com exceção da área pertencente ao município de São Domingos do Araguaia, onde o trabalho político com a população mais avançou, mas sem maiores repercussões para o desenrolar dos acontecimentos.

Fica demonstrada a profundidade do trabalho no que tange à assimilação ao modo de vida local e à conquista da simpatia. Nenhum grupo armado no Brasil, naquela época, realizou tamanha façanha, elogiada inclusive pelos militares que o combateu.

Por último, como afirmou-se, no caso do maoísmo, é o Partido que organiza e dirige o processo de planejamento e execução da guerrilha e subordina o aspecto militar ao político, enquanto, em termos de estratégia político-militar, no foquismo ocorre o inverso, ou seja, é o desenvolvimento e a ampliação das atividades dos guerrilheiros que leva, inexoravelmente, à formação do Partido revolucionário e ganha proeminência o aspecto militar.

11 CAMPANHAS DE ANIQUILAMENTO. OS MILITARES RESTABELECEM A ORDEM E GARANTEM O PROGRESSO

Analiso neste capítulo as duas primeiras Campanhas de Cerco e Aniquilamento, termos usados para definir as operações militares que objetivam destruir quaisquer grupos de guerrilheiros no país, especialmente na região do Araguaia.

Para ser mais preciso, examino o conflito entre os projetos dos militares, dos guerrilheiros e, secundariamente, da Igreja. Pretendo identificar as estratégias utilizadas por *paulistas* e militares. Que fatores explicam a duração do movimento? Ou de outra forma: que condições explicam o prolongamento da resistência dos guerrilheiros?

Sustento que tanto militares quanto guerrilheiros mantiveram suas respectivas estratégias políticas e militares inalteradas. A permanência desse quadro trouxe vitória aos *paulistas* nessas campanhas. Mais do que isso, argumento que a abrangência da área coberta de mata, ora facilitou, ora dificultou a ação do Exército, que na ânsia de eliminar os guerrilheiros se envolveu contraditoriamente com os habitantes locais e com a Igreja. Entende-se por “envolvimento contraditório” o comportamento do Governo e dos militares na sua relação com os moradores da Região do Araguaia. Ao mesmo tempo, eles se apresentam para protegê-los dos comunistas e os reprimem, acusando-os de colaboradores dos mesmos comunistas.

Militarmente foi um confronto desigual entre as forças militares do governo, que agiram em defesa da ordem, e as forças guerrilheiras, que desejavam “libertar o Brasil do domínio da sanha fascista dos generais de plantão”. A rigor, essa é uma das características das guerras de guerrilhas, ou seja, geralmente as forças governamentais, neste tipo de luta política, são mais equipadas militarmente do que os grupos guerrilheiros. As primeiras portavam armas mais modernas e sofisticadas do que os segundos, além de todo o poder institucional hegemônico pela oligarquia financeira internacional e nacional. Porém, essa desigualdade foi compensada por uma série de fatores, entre os quais a topografia do terreno no teatro da guerra. Este foi o mais decisivo fator para a duração do movimento guerrilheiro.

Campos Filho (1995) foi o primeiro pesquisador a analisar as estratégias militares usadas pelos guerrilheiros e pelos militares nas três campanhas. Penso que, até o momento, e levando-se em conta o estágio atual das pesquisas, foi quem mais avançou sobre essa questão. Apesar disso, mantive o objetivo do capítulo e o desafio de avançar na busca de novos elementos a fim de

esclarecer problemas antigos. Esses problemas serão oportunamente identificados. No final, à luz dos dados e informações disponíveis, penso ter alcançado esses objetivos. Cabe lembrar, todavia, que sem a abertura de prováveis arquivos existentes em poder de integrantes do Exército, uma vez que não acredito que haja um “setor” onde esses prováveis arquivos estejam guardados, todo esforço para ampliar a compreensão dos acontecimentos fica logicamente adiada para futuras pesquisas.

No que diz respeito à versão dos militares, cabe assinalar, como já o fez Rocha Junior (1995), que esta versão se caracteriza pela lacuna e pelas reticências nas informações.

Existe sim uma versão oficial e, para o Exército, houve sim a Guerrilha do Araguaia. Seria como querer esconder um elefante branco, negar a Guerrilha do Araguaia. Mas o que estabelece o discurso do Estado é o silêncio sobre os acontecimentos, não a sua negação. É a versão oficial. Lacunar. Com mais lacunas que evidências (p. III).

Contudo, em dezembro de 1992, o Exército reconheceu oficialmente a existência da Guerrilha do Araguaia. Na ocasião, veio a público extratos do relatório que acusava a morte de dois guerrilheiros em combate: Idalísio Aranha Filho e Bergson Gurjão Faria.

Além disso, paulatinamente tem se ampliado o número de militares que rompem o cerco da censura institucional-corporativa e resolvem prestar esclarecimentos sobre fatos dos quais foram protagonistas. Entre os militares que resolveram falar, estão o Coronel da Aeronáutica Pedro Corrêa Cabral (1993), o Major Sebastião de Moura Rodrigues (Figuras 10 e 11) e o Sargento José Pereira. O primeiro, além de escrever um livro (romance) (1993), forneceu informações detalhadas no depoimento que prestou à Comissão Externa da Câmara dos Deputados, em 1993, que investiga o paradeiro dos desaparecidos políticos. O Major veio a público, em abril de 1996, contar a sua versão sobre aqueles dramáticos acontecimentos.

Figura 10 - Encontro do Presidente Jair Bolsonaro com o Major da reserva do Exército Sebastião de Moura Rodrigues, Major Curió – Brasília, DF, 4 de maio de 2020



Fonte: G1, 4 de maio de 2020.

Figura 11 - Major Sebastião de Moura Rodrigues, Major Curió, na região do Araguaia



Fonte: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com/2009/06/so-falta-o-major-curio.html>. Acesso em: 02 fev. 2020.

O Exército reluta em abrir seus arquivos sobre a Guerrilha do Araguaia sob a alegação de que está protegido pelo sigilo de Estado. Há fortes indícios de que estes arquivos não existam de modo organizado e catalogado, mas fragmentados e mantidos privadamente em posse de generais e oficiais. Aos poucos eles estão sendo acessados como demonstra o livro "Operação Araguaia", bem como os livros do pesquisador Hugo Studart. Porém com a insistência dos Familiares dos desaparecidos na Guerrilha e com a pressão de parlamentares ligados à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e, sobretudo, da opinião pública brasileira, a Assessoria de Imprensa do Comando do Exército tem informado, reiteradamente, que essas informações colocariam em risco a vida de muitos militares que atuaram no Araguaia e que ainda estão na Ativa. Por essa razão, os eventos da Guerrilha “não podem ser considerados ainda história”. O Exército tem usado como argumento, para prestar esclarecimentos à opinião pública, a pérola de que os militares brasileiros “não olham para o passado”, “tem o pensamento voltado para o futuro”. E sobretudo defendem a tese de que a questão Araguaia foi resolvida com a Lei da Anistia. Omite-se, propositadamente, que a Lei não protege os casos de tortura (Figura 12).

Figura 12 - Auto de prisão do guerrilheiro Pedro Albuquerque

ANEXO Nº 1

Ministério da Justiça
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DELEGAÇÃO REGIONAL — CEARÁ

Fortaleza, em 17 / 03 / 72

CONFIDENCIAL

MJ-OPF
CENTRO DE INFORMAÇÕES
002633 21 MAR 72
REGISTRO

000236 000174 0001

Assunto: PC do B
Origem: SI/OR/CE
Difusão: CI/DPF - SNI/AZE - COJI/LO*IMI - SSP/CE - PH/CE - BASAER/SBZE -
Doc. Origem:
Referência:
Anexo: FOTOGRAFIA.

INFORMAÇÃO Nº 153 /SI/OR/CE/72

- Foi preso por esta Delegacia Regional PEDRO ALBUQUERQUE NETO, filho de Mário Albuquerque e de Maria de Lourdes Miranda Albuquerque, nascido em 19 de junho de 1944, casado, residente na Rua 251, conjunto Prefeito José Válder em Mondubim, por integrar a organização terrorista PC do B, estando foragido desta Capital há cerca de 2 anos.

Fonte: Arquivo pessoal.

11.1 O significado de aniquilamento e as campanhas militares

O sentido de aniquilamento pensado pelas FFAA consistiu na desestruturação dos núcleos da Guerrilha e na prisão e desaparecimento dos restos mortais de seus integrantes com o objetivo claro de não deixar vestígios da sua existência. O significado do aniquilamento, entretanto, pode ser associado à necessidade, do ponto de vista das FFAA, que atuaram como elite condutora de sua respectiva estratégia subjacente ao seu projeto político-estratégico, de “limpar” a área dos elementos que pudessem, de um lado, ameaçar o projeto político-militar e, de outro, impedir a tarefa de levar o “progresso civilizatório” para a Amazônia.

Não obstante o fato de elas estarem empenhadas em eliminar todo e qualquer foco de resistência, a guerra de aniquilamento é significativa para demonstrar a importância dada pelos militares ao atrevimento daqueles que ousaram construir um espaço conflagrado na Amazônia brasileira e enfrentar o glorioso Exército brasileiro.

Nas duas etapas, isto é, tanto a da preparação (1967-1972) quanto a da guerra de guerrilha propriamente dita (1972-1975), no plano político-econômico, a economia brasileira experimentava altas taxas de desenvolvimento devido ao “milagre econômico” sob uma repressão brutal sobre os inimigos do Estado. Nesse período, a Presidência da República era exercida pelos generais Costa e Silva (1968-1972) e Emílio Garrastazu Médice (1972-1974). Foi este último, no entanto, quem ordenou o envio de tropas e, através do Gabinete da Presidência da República, manteve-se informado sobre os acontecimentos (Figura 13). Nomeou o General Antonio Bandeira e o também General Viana Moog, que tiveram a missão de comandar as FFAA no Araguaia e a operação militar global denominada “Operação Papagaio” de eliminação total. Comandaram as duas primeiras campanhas militares. A terceira foi comandada pelo General Hugo de Abreu.

O General Antonio Bandeira, paraibano, formou-se na Escola Militar de Realengo, no Rio de Janeiro, em 1937. Em 1964, foi chefe da Seção de Informações do Estado-Maior do IV Exército. Durante o governo de João Goulart, o VI Exército, sediado em Recife, foi comandado pelo então General Castelo Branco, que havia levado o Coronel Antônio Bandeira para chefiar a Seção de Informação do Estado-Maior. Participou das reuniões conspiratórias para derrubar João Goulart e foi responsável pela deposição do governador Miguel Arraes, em Pernambuco.

Figura 13 - Linha de Comando das FFAA no combate à Guerrilha



Fonte: Elaboração própria. Fotos extraídas da internet. Algumas delas em contexto distante da época da Guerrilha.

No governo do General Costa e Silva, ele seria promovido a General de Brigada. Esteve no Araguaia de abril de 1972 a 1973. Sob suas ordens, estavam as seguintes unidades militares: Batalhão da Guarda Presidencial, 8º Grupo de Artilharia Antiaérea, Regimento de Cavalaria de Guarda, Polícia do Exército-Brasília, 1º Batalhão de Caçadores – Brasília, 6º Batalhão de Caçadores – Ipameri, 36º Batalhão de Infantaria – Uberlândia, CMA, 12ª Região Militar, 1º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), 2º Batalhão de Infantaria de Selva, 1ª Zona Aérea – Belém, 2ª Zona Aérea – Brasília, 3ª Zona Aérea – Rio de Janeiro, Polícia Federal, Comando de Operações em Selva e Ações Anti-guerrilha (COSAG), Polícias Militares de Tocantins, Pará, Maranhão e Mato Grosso, CIE, Centro de Informação da Aeronáutica (CISA), Comando Numerado da Força Aérea Brasileira, Centro de Informação da Marinha (CENIMAR), Para-Sar – Brigada de Paraquedista. Lanchas voadeiras, aviões, helicópteros, caminhões pc, jipes, ambulâncias e um sistema de comunicação de rádio formavam a logística das FFAA.

O continente era basicamente do Exército (força hegemônica), da Aeronáutica e menos da Marinha (Figura 14).

abertura de picadas. Nestas condições, o uso dos mapas torna-se quase improdutivo, porque não se consegue visualizar o que está contido nele. Normalmente usa-se a bússola como instrumento de orientação. Ela foi utilizada tanto pelos *paulistas* quanto pelas FFAA. Vale lembrar que esses limites e dificuldades atingiram ambos, diria até que mais para os primeiros do que para os segundos. Como já foi dito e demonstrado, os *paulistas* conheciam profundamente a área.

Uma questão limitante, no entanto, é com relação ao fato de não ser esta uma área de fronteira. Na maioria dos países, naquela época, inclusive atualmente, as guerrilhas têm como característica comum a sua localização na fronteira, principalmente quando o e/ou países, do outro lado da fronteira, mantêm relações litigiosas provenientes, em alguns casos, de reivindicações de determinadas áreas e/ou de algum outro tipo de interesse estratégico, tais como localização geográfica e a existência de preciosas fontes de matérias-primas. Essa contradição era e é explorada por etnias e grupos políticos que veem na guerrilha a única alternativa de ação política para atingir seus objetivos. De outro modo, o mais importante é que essas circunstâncias podem vir a se transformar numa possibilidade de fuga, no caso de esgotamento do projeto guerrilheiro em escala local e nacional. Não era essa a situação, como penso haver suficientemente mostrado, do Araguaia. Uma região central, com enormes chances de cerco total.

11.2 A Primeira Campanha de Cerco e Aniquilamento

A primeira Campanha de Cerco e Aniquilamento desenvolvida pelas FFAA teve início em 12 de abril de 1972 (Figura 15). O significado do termo Campanha, na linguagem militar, quer dizer grande contingente de Soldados e/ou grosso de tropa. Nesta como nas outras Campanhas, usaram grupos de 6 a 30 homens. Cada Companhia era comandada por um Coronel e dividia-se em GC (Grupo de Combate). Os Grupos eram comandados por um Sargento e eram fortemente armados. Para cada GC, as Forças Armadas recrutaram um “mateiro” (“guia”/ “bate-paus”), isto é, homens da região contratados pelo Exército como informantes. Eram utilizados como guias, também conhecidos como “mateiros”, na caçada aos *paulistas*.

Figura 15 - As primeiras tropas a chegarem ao Araguaia – 1972



Fonte: https://www.wikiwand.com/en/Araguaia_Guerrilla_War. Acesso em: 23 jan. 2020.

A investida das forças repressivas concentrou-se nas cidades de Marabá, no Pará; Xambioá (próxima à Serra das Andorinhas), no Tocantins; e Imperatriz, no Maranhão. Esta, pela sua localização geográfica, facilitava a movimentação das tropas do governo através da Belém-Brasília. Ocuparam ainda as margens do rio Araguaia, indo pela Transamazônica até os rios Itacaiúnas-Sororó.

Aproximadamente 20 Soldados, no dia 24 de abril, fortemente armados, invadiram São Domingos do Araguaia. As cidades de Marabá e Xambioá transformaram-se em “quartéis” de combate aos *paulistas*.

Nessa primeira campanha, as FFAA utilizaram, na sua grande maioria, militares inexperientes para o tipo de combate que iriam travar (Figura 16).

Frequentemente é citado que os militares que foram convocados e designados para a missão não eram informados dos verdadeiros objetivos desta. Dos poucos depoimentos de militares sobreviventes fica evidenciado que os de baixa patentes realmente não eram informados da missão. Mas, os mais graduados, sim. Contudo, quando mortos em combate, os familiares recebiam os restos mortais sem serem comunicados dos reais motivos do óbito. Nem sempre a versão oficial do comando das FFAA ou de uma das Armas

indicava o local da morte e as circunstâncias. Há casos de militares mortos em combate que foram entregues a seus familiares em caixões lacrados com a informação transmitida à família de que morreram acidentalmente em estande de treinamento.

Figura 16 – Agrupamento das FFAA na região do Araguaia



Fonte:<http://memorialdademocracia.com.br/card/guerrilha-do-araguaia-combate-em-silencio>. Acesso em: 29 jul. 2020.

Imaginando que poderiam rapidamente vencer possíveis resistências como fora com a Guerrilha do Vale do Ribeira e Caparaó, os militares não contavam com a obstinação dos guerrilheiros e perceberam tardiamente que essa Guerrilha era diferente.

Segundo Frei Gil de Vila Nova,

O Exército ocupou Marabá. Depois ocupou São Domingos das Latas. Chegava de helicópteros. O povo no Tirocino, na fazenda do Carlos Holanda, espocava foguetes para o povo da mata. [os guerrilheiros] [...] Quando o Exército entra na mata foi malsucedido. Fiquei com pena dos rapazes do Exército. Foram mortos muitos. Caminhões saíram cheios de soldados mortos.

Depois eles utilizaram os índios para caçar os guerrilheiros, deixaram de usar fardas, deixaram crescer as barbas. Começaram a empregar os sertanejos. Aí prenderam umas 250 pessoas lá na mata, da Metade, de São Domingos, desconfiando que essas pessoas estavam ajudando os guerrilheiros (FONTELLES, 1990, p. 62).

Outras unidades militares dirigiram-se à localidade de Pau-Preto na área da base da fazenda Caianos onde ficava o Destacamento C. Uma parte da tropa se concentrou em Araguatins e na fazenda Bacaba. Atacaram o Destacamento A Base da Faveira. Ocuparam também posses, roças e barracos onde viviam os *paulistas*. Tudo era queimado e destruído, objetivando sufocar a Guerrilha ainda no nascedouro. Montaram um sistema de vigilância e controle em vários pontos da Transamazônica e em alguns trechos da Belém-Brasília. Ninguém transitava sem ser abordado. Um sistema de identidade foi instituído visando controlar as pessoas. Os militares passaram a acusar os guerrilheiros de “assaltantes de Bancos”, “subversivos”, “terroristas” e “estrangeiros” que queriam “entregar” o Brasil para a Rússia, China e Cuba. O significado dessas expressões não era compreendido pelos moradores.

Em meio a tudo isso, estavam os habitantes. Mulheres, crianças, jovens, posseiros, agricultores e comerciantes. O morador que, de uma forma ou de outra, tivesse estabelecido algum tipo de relação com os *paulistas* recebia o tratamento de simpatizante da Guerrilha e, portanto, estava na “mira” da repressão. Da noite para o dia, o medo se instalou entre os moradores. Bate-paus conhecidos foram “contratados” como guias, na promessa de, ao final da operação militar, receberem o pagamento em terras que seriam doadas pelo INCRA. Vários guias, entretanto, foram obrigados, inclusive após sessões de tortura, a trabalhar para o Exército na mata.

O depoimento de um guia residente em São Geraldo do Araguaia, aqui identificado por Antônio (uma vez que hoje mantém contato com os militares), segundo a Revista Guerrilha do Araguaia, apesar de não lembrar o ano em que trabalhou para o Exército – não sabe se foi 1974 ou 75 – é possível, no entanto, que tenha sido no final de 1973, no começo da terceira campanha, dá-nos a seguinte versão acerca da forma como foi recrutado pelo Exército para trabalhar na caça aos guerrilheiros:

Tava em casa numa quarta-feira e eles chegaram, o Exército, foram sartando, Sargento e os Sordado, eram 5 Sordado, chegou me perguntando se eu conhecia o povo que morava na mata, aí eu disse que não conhecia, aí ele não conseguiram vortar, passaram mais duas horas me perguntando, aí conseguiram a vorta falaram pra mim não fugir, né, se eu fugir era pior, então eu fiquei em casa, então quando foi às 4 horas da tarde eles chegaram, se eu soubesse, se não soubesse onde eles moravam ou que não soubesse teve que ir pra mata., se eu fosse ia preso. Ah! [...] eu fui porque foi obrigado, né, se eu não fosse, aí já era capaz até de matar, o exército, de matar ou prender e judiar muito, né, aí eu tava punido por eles, fui obrigado, fui na marra (RGA, 1996, p. 68).

Também os índios Suruí foram usados como guias. As aldeias ficam próximas à sede do comando da Guerrilha.

Concomitantemente, os *paulistas* procuraram construir uma rede de apoio que incluía autoridades (deputados, prefeitos, etc.) e fundamentalmente a militância política que resistia ao regime militar. Na região, esperavam uma participação massiva dos camponeses na luta. Pensavam que estes compreenderiam a necessidade da mudança proposta por eles, que na sua radicalidade política atendia às demandas por terras dos posseiros, pequenos agricultores e da grande massa camponesa que sonhava com um pedaço de terra. Posseiro

[...] é o lavrador pobre, ou vende no mercado os excedentes agrícolas do trabalho familiar, depois de ter reservado uma parte de sua produção para o sustento de sua família [...] como não possui o título de propriedade da terra em que trabalha, raramente tem acesso ao crédito bancário, a assistência agrônômica ou qualquer outro tipo de apoio que lhe permite aumentar a produtividade de seu trabalho” (MARTINS, 1981, p. 104).

Através do “Comunicado n° 1” das “Forças Guerrilheiras do Araguaia”, destinado aos “Posseiros, trabalhadores do campo e a todas as pessoas progressistas do Sul do Pará, Oeste do Maranhão e Norte de Goiás”, divulgaram uma mensagem expondo os fatos que ocorriam na região.

Diante do criminoso ataque das Forças Armadas governamentais, muitos habitantes das zonas de São Domingos das Latas, Brejo Grande, Araguatins, Palestina, Itamirim, Santa Isabel, Santa Cruz e São Geraldo resolveram não se entregar. Armaram-se com o que puderam e enfrentaram corajosamente o arbítrio e a prepotência do Exército e da polícia. Com tal objetivo, internaram-se nas matas do Pará, Goiás e Maranhão para resistir com êxito ao inimigo muito mais numeroso e melhor armado. A fim de desbaratar as operações militares da ditadura, defender suas vidas e desenvolver sua luta pela posse da terra, pela liberdade e por uma existência melhor para toda a população, decidiram formar destacamentos armados, criaram as Forças Guerrilheiras do Araguaia. Tomaram, também, a iniciativa de fundar ampla frente popular para mobilizar e organizar os que almejam o progresso e o bem-estar, os que não se conformam com a fome e a miséria, com o abandono e a opressão (*Ibid.*, p. 34-5).

Organizados em três Destacamentos, como vimos, e com uma CM no centro formando uma espécie de triângulo, os guerrilheiros decidiram resistir e manter inalterado o plano de conflagração da área.

A Guerrilha preparou cuidadosamente área para refúgios na Serra das Andorinhas. Esconderijos foram construídos em toda a sua área de atuação. No início, os guerrilheiros ainda contavam com uma boa alimentação, com redes e plásticos para se protegerem das chuvas. Mochilas e roupas, calças de tergal, tecido muito usado na época e também calças Jeans e o chapéu de palha, de uso indispensável no interior brasileiro (*Ibid.*).

Entretanto, um aspecto chamou a atenção dos autores que se dedicaram a estudar a Guerrilha: o armamento insuficiente e rudimentar.

Ao contrário de outros movimentos guerrilheiros, Vale do Ribeira, no sul do estado de São Paulo, comandada pelo Capitão Carlos Lamarca (JOSÉ;

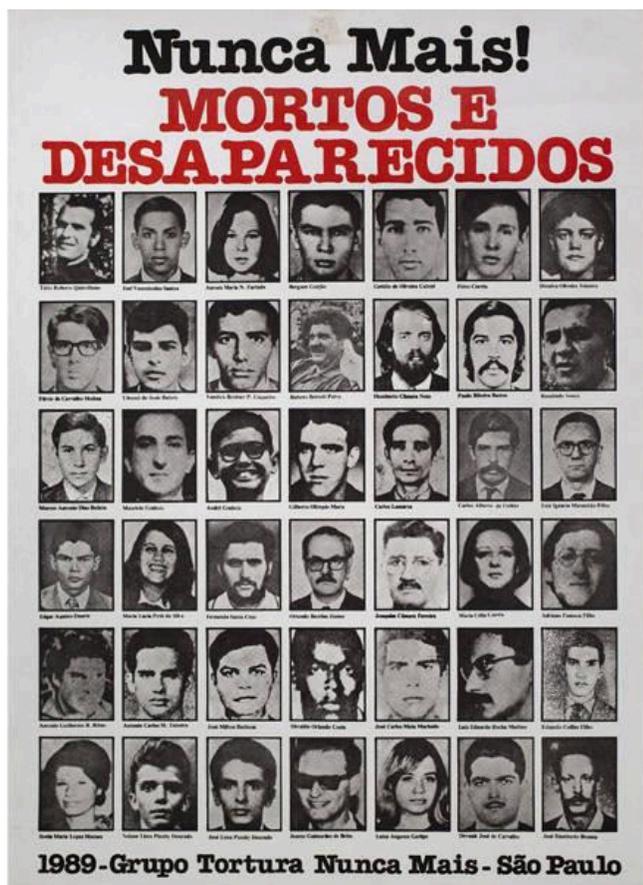
MIRANDA, 1989); a Guerrilha de Caparaó, em Minas Gerais; e a ALN, fundada e dirigida por Carlos Marighela, que possuíam armamentos sofisticados, vindos inclusive de Cuba, os *paulistas* não contavam com essa estrutura militar. As armas, algumas de fabricação caseira, espingardas, revólveres, rifles *fauser* e metralhadoras de fabricação artesanal, eram infinitamente inferiores às usadas pelos principais exércitos do mundo moderno, como também aquém das guerrilhas foquistas e maoistas na América Latina, Ásia e África. Metralhadoras mais modernas só conseguiram após iniciados os combates, pois haviam adquirido dos soldados das FFAA em ações de fustigamento.

O primeiro confronto entre os *paulistas* e os militares ocorreu em fins de abril de 1972, envolvendo membros do Destacamento B, próximo ao povoado de Santa Cruz. Segundo consta no livro DGA (1985), um sargento foi morto e um soldado saiu ferido. Uma semana depois, esse mesmo Destacamento enfrenta uma patrulha do Exército próximo a um lugar chamado Água Bonita, na área do referido Destacamento. Nesse combate, segundo ainda o DGA (1985), um soldado ficou gravemente ferido.

Em maio de 1972, é morto em combate após ferir um tenente do Corpo de Paraquedista do Exército, num intenso tiroteio, um membro do Destacamento C, Bergson Gurjão Faria (Jorge), na área pertencente ao povoado de Caiano, onde situava-se o Destacamento C. Sua morte foi posteriormente objeto de denúncia, na Justiça Militar, em 1973, por José Genuíno Neto e Dower Moraes Cavalcante (Domingos), quando estiveram presos. No processo, catalogado pelo Projeto Brasil Nunca Mais (BNM) (Figura 17), no qual os dois eram réus, consta o seguinte depoimento:

[...] que num dos dias em que estava [Dower Moraes Cavalcate] sendo interrogado lhe mostraram o corpo de Bergson Gurjão Faria, um jovem de 25 anos que foi morto à baioneta, que estava com malária, segundo informações dos policiais, não podendo, ao ser perseguido, correr ou se movimentar; [...] que, no momento de sua prisão, foi espancado e submetido a choques elétricos e ameaça de morte; juntamente com o interrogado, sofreram o mesmo processo: José Genuíno Neto, Luiz Reis Medeiros, Dagoberto Alves da Costa, e Bergson Gurjão Farias, que foi morto porque resistiu à prisão, ocorrendo um choque; [...] (BNM, p. 264, grifos do autor).

Figura 17 - Cartaz do Grupo Brasil Tortura Nunca Mais. Dos 42, a metade é de desaparecidos na região do Araguaia



Fonte: Grupo Brasil Tortura Nunca Mais

Nesse mesmo mês, uma grande operação de guerra com a participação da Polícia Militar, Aeronáutica e Exército, realiza-se no povoado de Santa Terzinha pertencente à Prelazia de São Félix do Xingu, no Mato Grosso. Os militares fazem detenções à “caça de prováveis guerrilheiros”, apreendem armas de caça, documentos, ferramentas, etc. “ameaças, pressões morais, violação

das casas e do arquivo episcopal da Prelazia, sequestro e prisões em Santa Terezinha, detenções em Serra Nova” (MARTINS, 1980, p. 54).

O povoado de Santa Terezinha fica localizado numa área de 150 km², limitando-se ao norte com o Pará e a oeste com o rio Xingu, dentro ainda do estado de Mato de Grosso. Lá vivem a leste os índios Carajá e Tapirapé. Além destes, a população é composta basicamente de posseiros e peões desempregados.

Os conflitos pela posse da terra datam de 1966, ocasião em que a empresa Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA) submetia os peões a uma forma de exploração que se aproximava à escravidão; estes reagiam realizando as “fugas” da área da empresa. Ela havia adquirido uma grande extensão de terras em Santa Teresinha, atingindo as terras de dezenas de posseiros e parte da área urbana do município. A Igreja, na figura carismática do padre Jentel, torna-se a instituição que oferece o apoio e a estrutura necessária para a resistência dos peões e posseiros.

Em 1970, através de sucessivas solicitações do padre, a Polícia Federal coíbe as ações dos prepostos da Empresa. Centenas de peões foram liberados. “Muitas vezes Jentel entrou na cadeia de Santa Terezinha para de lá retirar peões presos e várias vezes os recolheu em sua casa, quando acuados pela milícia das empresas e pela polícia” (ESTERCI, 1987, p. 180).

Objetivando criar melhores condições de vida para a população, por iniciativa do padre, criaram-se duas entidades, que terão um papel relevante na formação de uma consciência coletiva entre os peões e posseiros. São elas: a Associação de Desenvolvimento do Vale do Araguaia (ADEVA) e a Cooperativa Mista de Produtores do Araguaia (COMIAR). O apoio da ADEVA foi fundamental na criação de uma rede de solidariedade entre a população que, em mutirão, com a supervisão direta do padre Jentel, projetaram estradas, poços artesianos e outras atividades. Criou-se uma organização do trabalho baseada na solidariedade horizontal.

A Cooperativa, criada em 1964, por seu turno, financiou culturas de sementeira e “roças comunitárias”, “[...] o fortalecimento das pequenas unidades produtivas, o que iria fatalmente se chocar com a política governamental de privilegiamento do desenvolvimento da região através das grandes unidades de exploração” (Ibid.). O conflito foi inevitável.

Em 1967, iniciam-se as investidas da Empresa CODEARA a fim de expulsar os trabalhadores de suas terras. O padre Jentel organiza a resistência.

Torna pública a perseguição, denuncia as práticas violentas da Empresa às autoridades do Estado e se recusa a deixar a área e o trabalho comunitário.

Contudo, o regime militar considerando a região objeto de infiltração comunista e os padres sob suspeita de estimularem os conflitos com a CODEARA, envia, em 1972, o Exército para Santa Tereza. O aparato militar montado investe-se contra a população, especialmente contra os padres, os posseiros e peões das fazendas. Coube ao “padre francês Francisco Jentel há muitos anos na região, defender os posseiros e por isso foi preso e condenado a 10 anos de prisão” (MARTINS, 1980, p. 191).

Do outro lado, isto é, no sudeste do estado Pará, no mês de maio de 1972, numa determinada “picada”, ocorre um choque entre um grupo de paraquedistas do Rio de Janeiro e uma patrulha do 2º Batalhão de Infantaria da Selva de Belém. Não se tem notícia de mortos, mas vários soldados saíram feridos do tiroteio. O motivo do confronto foi um engano. Um dos grupos julgava se tratar de um grupo de guerrilheiro.

Na primeira quinzena de maio, morre em combate a guerrilheira Maria Lúcia Petit da Silva (Maria) numa emboscada preparada pelas FFAA próxima a uma casa de um posseiro onde o grupo ficara de receber uma compra que havia solicitado a um senhor de nome Coioió, que, provavelmente, informara ao Exército a visita do grupo, segundo depoimento de Ângelo Arroyo (DGA, 1975). Ainda nesse mês começam a circular notícias sobre os acontecimentos em toda a região e fora dela. Mas o regime não contava com a possibilidade de que as notícias se espalhassem pelo meio provocado por eles mesmos. Trata-se dos presos políticos. Fontelles, que depois se tornaria uma liderança comunista do Pará e acompanharia as duas Caravanas dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos da Guerrilha do Araguaia nos anos 80 (Figura 18), sendo eleito deputado estadual e respeitado líder dos camponeses da região do Araguaia, e assassinado em julho de 1986, no município de Ananindeua, próximo a Belém, descreve a forma como recebeu a notícia da Guerrilha na prisão:

Fui dos primeiros a tomar conhecimento dela, ainda em maio/junho de 1972. Eu, naquele tempo, estava preso no PIC (Pelotão de Investigações Criminais) da Polícia do Exército em Brasília. Numa tarde, percebi a presença de um novo preso, na cela vizinha. Com voz sussurrada, perguntei-lhe o nome, motivo da prisão, estado de sa-

úde. Era Eduardo, fora preso por ligação a um movimento guerrilheiro no Pará, na Transamazônica e estava sendo muito torturado. [...] Naqueles tempos terríveis de destruição sistemática de toda resistência ao fascismo de Garrastazu, a notícia de um movimento guerrilheiro forte, logo no meu Pará, causou-me uma emoção extraordinária. De noite, comecei a 'irradiar' a notícia para o resto do presídio, utilizando os métodos que só os presos conhecem. Nos dias seguintes, o PIC se encheu de gente do Araguaia: Luiza, Yoko, uma dezena de camponeses, e finalmente Genoíno Neto, que eu já conhecia numa reunião da UNE em 1969 (DGA,1985, p. 12).

Figura 18 - Familiares de guerrilheiro durante a primeira Caravana dos Mortos e Desaparecidos na Região do Araguaia



Fonte: Arquivo pessoal.

As prisões continuavam. Padres e freiras, de repente, também estavam entre os presos e perseguidos e a Igreja sob suspeita. O próprio padre Roberto de Valicourt juntamente com a irmã Maria das Graças foram presos e torturados acusados de serem guerrilheiros.

Em entrevista a Josélio de Lima Rodrigues, o missionário francês confessa como ocorreu a sua prisão e suas circunstâncias. Diz ele:

Eu fui preso por causa que eu falei, né, o prefeito de São João do Araguaia com a filha Nilza Ferreira e outras pessoas da prefeitura denunciaram ao Exército que tava chegando na região, no mês de abril, os agentes pastorais como sendo esses terroristas que eles chamavam, né. Então quando ... o Exército chega a São Domingos eles invadiram a Igreja dia de Corpus Christ, dia 1º de junho de 72 e lá eles me pediram pra acompanhar pra uma verificação de identidade. Então celebrei a missa, não recusei de ir, eles ficaram furiosos mas recusei de ir agora. Celebrei a missa de *Corpus Christ*, depois aceitei acompanhar eles. Estes me levaram uns 15 km e lá eles me fizeram entrar numa casa, onde eles confrontaram-nos com fotos. Eles tinham as fotos dos guerrilheiros, dos movimentos do PCdoB. Eles procuravam identificar nós. Achavam que Maria das Graças era uma guerrilheira, eu era o outro guerrilheiro, padre Humberto era guerrilheiro, parecidos, dizem eles, com as fotos. Então fomos identificados como membros do Partido Comunista do Brasil, guerrilheiros do Araguaia. No dia seguinte, voltamos pra casa, no dia seguinte nos levaram pra Palestina e lá na Palestina eu sofri uma hora de tortura, bastante violentos, só a irmã Maria das Graças não apanhou, foi só ameaçada, dizendo que tinha especialista para mulher e ia estuprar ela em Araguatins, ia cortar os seios dela, etc., etc. Mas não chegaram a bater nela. Fomos amarrados com cordas, jogados no Jipe e levados para Araguatins. O Bispo estava lá e conversando com o Major, nos esconderam. O Bispo não soube que a gente tava lá e depois quando o Bispo saiu, eles à noite nos levaram de volta pra São João do Araguaia. (Grifo do autor).

Tal fato provocou a imediata reação da Igreja, numa Carta datada de agosto de 1972, narrando fatos ocorridos de 2 a 6 de junho de 1972, e publicada na *Revista do SEDOC* (Serviço de Documentação), D. Estevão Cardoso de Avelar, bispo-prelado de Marabá, denunciava a violência perpetrada contra os religiosos:

No percurso entre S. Domingos e a entrada para a Palestina, o carro da Prelazia foi detido numa barreira militar. Pediram as identidades. Sabendo que se tratava do bispo de Marabá e de dois padres, um dos policiais perguntou secamente ao bispo se ele tinha algum documento provando que ele era de fato o bispo desta região. A resposta de D. Estêvão foi esta: “a minha palavra é a prova que tenho! Neste momento interveio um outro policial dizendo: Nosso chefe quer encontrar uma pessoa religiosa de alta formação para tratar de um assunto urgente. Vou mandar o senhor até lá”. E ordenou a um soldado com metralhadora que entrasse no carro e acompanhasse o bispo e os dois padres até o local em que estava o tal chefe. A partir deste momento os três, D. Estêvão, Fr. Gil e Fr. Alano, estiveram praticamente presos (p. 211, grifo do autor).

Os guerrilheiros logram realizar atividades políticas, principalmente objetivando tornar público seus intentos. Agora em pleno conflito partem para o trabalho político aberto.

Em fins de junho, o Destacamento C realiza uma operação contra a sede de um castanhal. Objetivo: conseguir gêneros alimentícios, querosene e pilhas para lanterna. É comandada por Paulo Mendes Rodrigues. O Destacamento aproxima-se do local, cerca-o, domina os vigias. O administrador é intimado a entregar as mercadorias necessárias. Uma vez obtidas, os guerrilheiros fazem propaganda revolucionária. Contam com a simpatia de peões e empregados do castanhal (DGA, 1985, p. 40).

Em julho, duas ações: em uma, comandada por Ari (Arildo Valadão), do Destacamento C, um soldado sai ferido; em outra, “[...] um grupo guerrilheiro do Destacamento B, chefiado por João Carlos, encontrou-se com uma patrulha do Exército, próximo da conhecida gruta vermelha. No tiroteio que se segue, João Carlos é atingido por duas balas, uma na perna, outra na coxa [...]”. Mesmo ferido, consegue escapar. Já Idalísio Soares Aranha Filho, que se perdera do grupo, é descoberto e, quando tenta recarregar sua arma, é alvejado e morto.

Um outro grupo do Destacamento C, comandado por Rosalindo Souza (Mundico), defronta-se com um conhecido bate-pau que estava à procura dos guerrilheiros. O Exército lhe oferecia mil cruzeiros (moeda da época) por guerrilheiro morto. Foi rendido e morto por Mundico.

Em julho, termina a primeira Campanha de Cerco e Aniquilamento. O Exército não conseguiu atingir seus objetivos estratégicos e os *paulistas* são recebidos em povoados e vilas como vitoriosos, e assim se sentem.

Os dados sobre as baixas entre os militares não são confiáveis. Ao passo que os guerrilheiros perderam em combate Bergson Gurjão Farias (Jorge), Elmo Corrêa (Lourival), Maria Lúcia Petita da Silva (Maria), Kleber Lemos da Silva (Quelé/Carlito) e Idalísio Aranha Filho, e seis outros guerrilheiros foram feitos prisioneiros. Nem todos foram imediatamente executados (o guerrilheiro Nilo foi um deles). Outros foram feitos prisioneiros e, após percorrerem um caminho tortuoso que os levava aos principais locais de tortura do país, na tentativa de dismantelar a conexão do PCdoB com a região da guerrilha, sobreviveram. Entre os que foram presos e não executados e que sobreviveram ao final da Guerrilha estão Dower Moraes Cavalcante (Domingos), José Genuíno Neto (Figura 19), Glênio Fernandes de Sá, Baianinha e Dagoberto Alves da Costa (Miguel).

Figura 19 - Momento da prisão de José Genuíno Neto



Fonte: Jornal O Globo, Rio de Janeiro, 30 abr. 1996.

Apesar dessas baixas, cresce a resistência. O moral dos guerrilheiros está elevadíssimo. O entusiasmo toma conta de seus combatentes. Aos poucos, através do contato pessoal, vão chegando aos povoados as informações sobre os combates. Impressionou-me saber que quase 46 anos após o conflito, mesmo considerando o intenso fluxo migratório na região durante esse período, as pessoas ainda mantêm viva na memória os acontecimentos da

Guerrilha e contam em detalhe os eventos. Os militares que desejavam manter o silêncio sobre a Guerrilha subestimaram a capacidade de memória da população.

11.3 A Segunda Campanha de Cerco e Aniquilamento

A segunda campanha de Cerco e Aniquilamento começou em setembro de 1972 com a “Operação Axixá”. Estima-se um grande contingente de soldados e a utilização de 12 aviões pela Aeronáutica, segundo *O Globo* de 28 de abril de 1996. Esse contingente, segundo fontes militares, foi de aproximadamente 3.000 militares.

Ambos os contendores se valem das mesmas estratégias utilizadas na campanha anterior. Apesar desse fato, os guerrilheiros formaram a ULDP – entidade política que objetivava organizar a população para a resistência; divulgaram o Programa da entidade e fizeram propaganda da “luta revolucionária”. Criaram-se 13 núcleos da ULDP que funcionaram irregularmente.

O Programa, de conteúdo democrático, defendia a realização de reformas assaz avançadas para a cultura política da região. Denominava-se Em Defesa do Povo Pobre do Interior e pelo Progresso do Interior. Reivindicava, nos seus oito primeiros pontos:

“1 - Terra para trabalhar e título de propriedade de sua posse.

2 - Combater a grilagem, com castigo severo a todos que grilarem a terra.

3 - Preços mínimos compensatórios para os produtos da região, preços que não se distanciem muito dos que estão em vigência nos grandes mercados de consumo. Criação de Distribuidoras do Estado, que adquiram por preços fixados todos os produtos que lhe sejam oferecidos e, ao mesmo tempo, vendam com uma pequena margem de lucro, e também a prazo, adubos, ferramentas, venenos, sementes, máquinas de fabricar farinha, lonas para a colheita de arroz, moinhos, etc.

4 - Facilidades para o deslocamento da produção através de diferentes meios de transportes e financiamento ao lavrador para compra de animais.

5 - Proteção à mão de obra dos que trabalham nos castanheais, na extração da madeira ou nas grandes fazendas. O castanheiro deve receber por hectolitro de castanha cortada um preço que seja, pelo menos, um terço do fixado pelo Governo para a cidade de Marabá. O hectolitro deve ser de 6 latas de parafina, sem cálculo e sem arredondar as latas. O preço das mercadorias vendidas no

armazém não pode exceder em muito o preço corrente nas cidades e povoados próximos. O pagamento ao castanheiro deve ser realizado no local de trabalho. Os trabalhadores da exploração da madeira ou das grandes fazendas devem receber seus salários em dinheiro no final de cada mês, não sendo permitido o pagamento de salários por meio de bagulhos.

6 - Assegurar aos “garimpeiros” o direito de trabalhar livremente e a regulamentação de sua atividade, impedindo que seja explorado na venda dos bens obtidos em seu trabalho.

7 - Liberdade de caça e pesca para sua alimentação, permitindo-se a venda das peles dos animais por eles mortos para seu consumo.

A matança generalizada de caça com o único objetivo de comercializar as peles deve ser proibida.

8 - Liberdade para coletar, quebrar e vender o babaçu [...] (Consultar Anexo II)”.

Quem viaja por essa região percebe claramente ainda hoje a necessidade de uma infraestrutura básica a fim de criar as condições para o seu desenvolvimento socioeconômico. Nota-se também que elas estavam mais para o programa reformista do que revolucionário (RIDENTI, 1993). Em outras palavras, o programa não era socialista, não pretendiam confiscar a propriedade da terra, nem passar para o controle estatal a comercialização dos produtos e mercadorias da região, refletia o sentimento democrático mais próximo ao nível cultural dos camponeses.

Contudo, não seria totalmente assimilado pelos posseiros e camponeses pobres. Em vários depoimentos, tivemos a confirmação de que muitos conceitos utilizados pelos *paulistas* não foram entendidos por aqueles. Por exemplo, os guerrilheiros falavam de “Liberdade” ou de “livrar o Brasil da ditadura”. Estas expressões só se tornariam parte do vocabulário dos moradores anos após o término da Guerrilha.

Porém, a Guerrilha exerceu forte influência na organização sindical na região. Não é à toa que o primeiro sindicato rural a ser reconstruído foi o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição do Araguaia, no sudeste do Pará. Além das experiências desenvolvidas sob a supervisão dos guerrilheiros, do cooperativismo e do associativo na execução de atividades sociais e econômicas na área de atuação da Guerrilha.

As FFAA pretendiam ganhar de qualquer maneira e, do ponto de vista militar, substituiu recrutas à frente das patrulhas por oficiais de elite.

Pretendia-se isolar os *paulistas* e vencer a batalha o mais rápido possível. Resolveria também um problema insanável na campanha anterior: os *paulistas* sabiam que à frente das colunas das FFAA estavam recrutas e por causa disso atiravam nos últimos. Com esse procedimento, eliminaram vários oficiais de elite.

A partir da primeira quinzena de setembro, os militares avançam em direção à sede dos Destacamentos. Em 20 de setembro, o Destacamento C, do qual pertencia Miguel Pereira dos Santos (Cazuza), confunde soldados de um grupo do Exército com companheiros guerrilheiros. É metralhado e morto.

No mesmo dia, segundo o sargento José Pereira, sua patrulha matou três guerrilheiros: José Toledo de Oliveira (Vítor), Vice-comandante do Destacamento C, Antônio Carlos Monteiro Teixeira (Antonio da Dina) e Francisco Chaves, que não usava codinome.

O sargento José Pereira, então com 22 anos, e pertencente ao 10º Batalhão de Caçadores de Goiânia, diz que no dia 25 de maio de 1972 foi designado para o Araguaia. Esteve primeiro em Araguatins e depois na Palestina no Pará, Brejo Grande, São Domingos, Sete Barracos, São João do Araguaia, Metade e Marabá. Hoje reside em Goiânia (GO).

Ele descreve ao jornalista Euler Belém, do *Jornal Opção de Goiânia*, o confronto com o grupo de guerrilheiros:

Eu brincava com o meu comandante: [...] No dia em que eu encontrar com guerrilheiro vai morrer gente. Não sei se nós vamos morrer ou se são eles [...] Na região do Pau Preto, o soldado Jean ia na frente da coluna e viu uma pessoa atrás de uma árvore. Ele se assustou. Covardes, os guerrilheiros atiravam de surpresa. Eles não eram doidos de enfrentar o Exército peito a peito. O guerrilheiro também viu o soldado. Foi repentino. Então soaram dois tiros. Um tiro dele e um do soldado. O do soldado acertou em cheio. Aí foi a hora que começou o tiroteio. Nesses momentos, quem está comandando deve ter sangue frio. O soldado Raiol queria “comer” os guerrilheiros vivos. Tive que brigar com ele. O soldado Maurício ficou chorando. Tive que dá uma coronhada nele. O cabo Barreto e o soldado Mascarenhas pregaram no chão. Não deram um tiro. O soldado Arnaldo andou de costas dois quilômetros para não ver

os mortos. Depois que acabou o tiroteio, fizemos a segurança do local, e encontramos três mortos. No final do chafurdo, o Jean me contou: “Sargento eu escutei um barulho correndo nessa direção aqui”. Chamei a atenção dele: “Por que você não meteu fogo atrás?” Os guerrilheiros estavam bem vestidos, com calça jeans e camisa normal. Estavam calçados de botina. Eu me lembro que, quando cheguei perto, um dos guerrilheiros estava acabando de morrer. A perna dele foi encolhendo, arrastando a botina, até ele se apagar (JORNAL OPÇÃO, 11/1997, grifos do autor).

Em 29 de setembro de 1972, morre, alvejada por um soldado, Helenira de Souza Resende, quando prestava guarda no alto de uma das árvores, no Destacamento A. Foi atingida por um elemento que estava no final da patrulha. No dia seguinte, os *paulistas* sofrem um duro golpe com a morte, num confronto com o Exército, de três guerrilheiros: João Carlos, o estudante de economia Vandick Reidner Pereira Coqueiro (João do B), Ciro Flávio Salazar e Oliveira (Flávio) e Manoel José Murchis (Gil). Na Figura 20, João Carlos Haas Sobrinho aparece com as mãos amarradas para trás, e o outro guerrilheiro, na mesma situação, pode ser um dos outros três que, com João Hassa Sobreinho, são as únicas baixas desse dia, ou seja, Vandick Reidner, Ciro Flávio Salazar e Manoel José Murchis.

João Carlos Haas Sobrinho (Juca), chefe do Serviço de Saúde e um dos comandantes da Guerrilha, foi morto por tropas do Exército na área do Caiano, próximo a São Geraldo, município de Conceição do Araguaia.

A partir de outubro, as FFAA se retiram novamente da área do conflito. Pode-se adiantar, em resumo, que, diferentemente da campanha militar anterior, os guerrilheiros sofreram perdas significativas. Morreram em combate Miguel Pereira dos Santos (Cazuza), José Teodoro de Oliveira (Vitor), Francisco Chaves (Zé Francisco), João Carlos Haas Sobrinho, Ciro Flávio Salazar e Oliveira (Flávio) e Manoel José Murchis (Gil). Antonio da Dina foi ferido e preso. Morto posteriormente.

Figura 20 - Os corpos do médico João Carlos Haas e de outro guerrilheiro não identificado, 1972



Fonte: https://noticias.uol.com.br/album/090618guerrilha_album.jhtm?abrefoto=2.
Acesso em: 10 mai. 2020.

No conjunto das duas campanhas, as estratégias utilizadas por *paulistas* e militares mantiveram-se inalteradas.

Verdadeiramente os *paulistas* resistiram a essas campanhas devido a estarem mais adaptados à área coberta de mata, que facilitou suas ações e dificultou as do Exército que, na ânsia de eliminar os guerrilheiros, se envolveu contraditoriamente com a Igreja e com a população local. As diferenças gigantescas de armamento interferiram nos rumos dos combates, apesar da simpatia popular à Guerrilha.

12 TRÉGUA PARA *PAULISTAS* E MILITARES

Este capítulo analisa o período de trégua entre outubro de 1972 e setembro de 1973. Quero saber que movimentos foram efetivados pelos principais atores durante o processo de trégua e que medidas foram tomadas no sentido de criar as condições para aquela que seria a última e mais sangrenta campanha militar da história recente do país? Argumento que o malogro do intento dos guerrilheiros de continuar resistindo foi decidido na capacidade dos militares de articularem uma campanha no front da propaganda e na constituição de uma poderosa rede de informantes amadores e profissionais que permitiu traçar um painel completo dos “passos” e das geoestratégias elaboradas pelo movimento guerrilheiro e na incapacidade objetiva destes de contar com uma rede de apoios efetivos: político, financeiro, logístico e informacional.

É preciso, de início, reconhecer que enquanto os militares flexibilizaram sua atuação estratégica, modificando-a a cada fase da guerra, adaptando-se às contingências e adversidades do conflito, os *paulistas*, ao contrário, num contexto adverso, não tiveram condições e tempo histórico de alterar sua estratégia político-militar e não conseguiram convencer e incorporar para a luta novos guerrilheiros. E, finalmente, foram incapazes de elaborar um plano alternativo de saída da área objetivando ulteriormente rearticular-se em melhores condições. Mas essa afirmação provisória não se constitui no fator fundamental da derrota dos *paulistas*. Para ela contribui sobremaneira o armamento, anacrônico e insuficiente para o tipo de combate que iriam enfrentar, e, considerando a ferocidade com que a elite brasileira sempre tratou historicamente os movimentos de resistências, supõe-se que aqui reside o nó górdio que os guerrilheiros não desataram.

12.1 A intervenção do Presidente

Está claro que a tenacidade dos guerrilheiros impede que o governo consiga alcançar seu objetivo por meio das FFAA, que era derrotá-los no teatro de operações com suas estratégias militares. Os guerrilheiros continuaram resistindo até o final de 1974.

Com o apoio do Gabinete Militar da Presidência da República sob a supervisão e ordem direta do Presidente General Emílio Garrastazu Médice, o governo decide investir pesadamente na construção de uma infraestrutura

que permitisse apoio logístico às forças militares para derrotar, desta vez, os guerrilheiros.

A ofensiva inclui uma perseguição aos comunistas em várias cidades do país. São presos, torturados e assassinados; aumenta-se a repressão aos meios de comunicação para impedir notícias sobre a Guerrilha; enviam-se centenas de agentes especiais, recebe ajuda norte-americana e portuguesa. Estes, técnicos militares que atuavam no combate aos movimentos de libertação na África, especialistas em tortura e no combate antiguerrilha.

Verifica-se uma mudança na tática usada pelas FFAA em relação às campanhas anteriores. Agentes dos serviços de informações infiltram-se como fazendeiros, viajantes, sobretudo disfarçados de camponeses ou comerciantes de madeira e terras.

As informações obtidas por esses agentes e o sistema montado levou a dezenas de prisões. Homens maiores de 18 anos, simpatizantes, militantes ou não da Guerrilha, foram levados para o campo de concentração de Bacaba. Somente mulheres e crianças continuaram nas casas. Ocuparam roças, sítios, destruíram plantações. São incendiados paióis de milho e arroz construídos pelos guerrilheiros. Sem embargo, as FFAA consideravam a população como amiga e simpatizante da Guerrilha; ela pagou um alto preço por essa suspeita.

Se até então, apesar de algumas ações da Ação Cívico Social (ACISO), o recurso utilizado foi exclusivamente violência brutal contra os habitantes, desarmados e indefesos, agora a postura continha um novo ingrediente: ganhar a simpatia da população com as ações da “Operação ACISO”. Com ela, o governo levou para a região, carente no que tange a um sistema público de serviços básicos, dentistas e médicos. Distribuiu remédios e vacinas. O INCRA distribuiu terras nas áreas próximas às bases da Guerrilha e prometeu para o final da guerra, principalmente às proximidades de Brejo Grande, 30 lotes com os respectivos títulos de propriedade para os bate-paus que atuavam como guias das FFAA à procura dos guerrilheiros. Cartazes com o propósito de estimular a deserção foram afixados nas casas próximas aos Destacamentos, com a seguinte frase: “Guerrilheiro, se você se arrependeu e quer abandonar a Guerrilha, é só procurar uma pessoa da população. Ela irá atrás do Exército”.

Evidentemente a política clientelística da ACISO não anulou as prisões, detenções e a tortura de moradores; estas agora passaram a ser mais seletivas.

Poucas semanas antes dos combates da última campanha das FFFAA, pessoas que tinham tido algum contato com os guerrilheiros foram presas. Todas elas, principalmente aquelas que forneceram um prato de comida e/ou com suspeitas de colaborarem com a Guerrilha, foram conduzidas às dependências do campo de concentração de Bacaba. Roças foram queimadas e casas derrubadas. Possivelmente muitos tenham sido mortos sob tortura.

Além disso, o Exército montou, sob a chefia do Major Sebastião de Moura Rodrigues, responsável pelo CIE na região, um sistema de informação utilizando 30 moradores que haviam estabelecido relações com os guerrilheiros e que os recebiam em suas casas.

Essa rede abrangia uma área de 6.500 km². O informante deveria observar: nome, tipo físico, armamento e vestuário. Grande contingente de soldados, usando nomes falsos assim como a espionagem, foi a estratégia lançada pelas FFAA, a fim de lograr êxito na coleta de informações sobre os planos dos guerrilheiros. Usaram como fachada as “empresas” “Agropecuária do Araguaia” (Exército) e a “DDP Mineradora” (Aeronáutica).

O Coronel-Aviador Pedro Corrêa Cabral lembra que o nome dessa mineradora surgiu de uma brincadeira entre os membros do esquadrão responsável pelos voos com vistas ao transporte dos corpos. Como às vezes ficavam dias parados antes de uma operação, inventaram a sigla DDP, que significava “Dias e Dias Parados Ltda.”. Por meio dessas “Empresas”, o setor de inteligência das FFAA penetrou no universo secreto da Guerrilha e com esse procedimento criou as condições para executar seu planejamento estratégico de aniquilamento total e controle geopolítico definitivo da região.

Finalmente, construíram-se também três estradas (as “Operacionais”) com o objetivo de cerco total à área. Essas estradas tinham o propósito de facilitar a movimentação das tropas e impedir quaisquer possibilidades de fuga dos *paulistas*. A OP (Operacional)1, OP 2 (atualmente PA 253) e OP 3. A OP 2 liga São Domingos do Araguaia a São Geraldo do Araguaia; a terceira se estende de Brejo Grande à Palestina; a primeira, do começo da OP 2 a Brejo Grande, formando uma malha rodoviária em forma de triângulo. Construíram quartéis na Transamazônica: Marabá, Altamira, Itaituba e Humaitá. Conseguiram, enfim, o que não estava nos planos dos *paulistas* que, de acordo com depoimentos, subestimaram essa possibilidade: avançar em forma de arco de modo a cercar totalmente a área. Marabá e Imperatriz transformam-se em

áreas de segurança nacional, com prefeitos indicados pelos militares. Proíbe-se a migração.

Foi o que disse o major do Exército Sebastião de Moura Rodrigues, em depoimento ao repórter Hermano Henning, do SBT Repórter, que foi ao ar em 04.06.1996.

12.2 Os guerrilheiros buscam apoio

Os guerrilheiros procuram aumentar seus efetivos com a incorporação de novos combatentes. Segundo, consta no DGA (1985, p. 52),

a Guerrilha elabora diversas normas de atuação: sobre segurança no trabalho de massas; acampamento; recrutamento para a guerrilha; marchas. E isto tem importância. É preciso visitar milhares de famílias camponesas debater problemas e fazer propaganda revolucionária armada. Tais visitas demandam precauções. Os acampamentos devem ser secretos, e sempre que forem abandonados é indispensável camuflar o lugar para não deixar pistas. A mochila de cada combatente tem que estar arrumada, as armas sempre à mão. Os novos recrutados devem ser bem conhecidos e sobre eles convém consultar as massas. Impõe-se aperfeiçoar o treinamento, preparar refúgio seguro, conhecer ainda melhor o terreno, organizar depósitos camuflados, realizar trabalho produtivo, editar materiais de propaganda. E estender os núcleos da UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO a fim de estreitar mais e mais os vínculos com as massas (Grifo do autor).

Algumas medidas são tomadas. Em primeiro lugar, providenciam o envio de cartas a padres da região. Incentivam a criação de bases da ULDP, como também os “Comitês de Solidariedade” para divulgar os acontecimentos e denunciar os massacres de civis acusados de colaborarem com os guerrilheiros.

Ainda do lado dos *paulistas*, o armamento continua um problema insanoável. Lembre-se de que quando ocorreu o ataque das FFAA em 12 de abril

de 1972, os guerrilheiros ainda não tinham concluído a fase de preparação do movimento e um dos elementos fundamentais de qualquer guerrilha é, indubitavelmente, o poder de fogo dos combatentes. Por um erro político do comando da Guerrilha ou por uma questão de princípio (a ideia de que o armamento se consegue no lugar e/ou dos inimigos quando começa a luta), a questão jamais seria solucionada. Mesmo que o Partido tivesse algum contato ou plano para a entrada na região de armamento mais sofisticado, não seria possível romper o cerco militar à área. Acredito, porém, após o exame do conjunto do material sobre a Guerrilha, que os dirigentes do PCdoB pretendiam resolver a questão da falta de armamento e de equipamentos de guerra de duas formas: adquirindo na região, na fase de preparação da Guerrilha, ou apropriando-se do armamento e dos equipamentos dos próprios militares das FFAA após os combates na selva.

Segundo consta no Relatório Arroyo, essa era a situação de armas e munição em poder dos guerrilheiros:

O Destacamento A: 8 fuzis e 1 no conserto, 5 rifles 44, uma metralhadora fabricada na zona, uma metralhadora INA, 8 espingardas 20, 22 revólveres 38 e um revólver 32. O Destacamento B tinha um fuzil, 1 submetralhadora Royal, 3 rifles 44, 2 espingardas 16 de dois canos, 1 espingarda 16, 1 carabina 32-20, 2 espingardas 20, uma carabina 22, 12 revólveres 38. O Destacamento C tinha 2 fuzis, 7 rifles 44, 5 espingardas 20 e 14 revólveres 38. Em conserto havia mais 10 armas longas. Havia em média 40 balas, para cada revólver 38. Eram insuficientes os cartuchos para as espingardas 20 e não mais balas de calibre 22 (p. 79).

Vendo a distância, com esse fraquíssimo arsenal, era impossível qualquer chance de vitória dos guerrilheiros.

Nesse período de trégua, dois fatos inesperados preocuparam os comandantes da Guerrilha: a morte de Mundico (Rosalindo Souza) e a deserção de João Carlos Campos Wisnesk (Paquetá).

Durante essa fase, os guerrilheiros realizaram algumas operações com relativo sucesso. Uma delas foi contra um conhecido pistoleiro, Pedro Mineiro. Segundo consta, esse elemento era um perigoso assassino. Trabalhara

para diversas pessoas e empresas na eliminação daqueles que se opunham aos seus interesses em relação à questão da terra. A propósito, entre as vítimas do pistoleiro estavam dezenas de trabalhadores rurais.

Trabalhou para a famigerada CAPINGO, uma Empresa que praticava o trabalho escravo de lavradores e peões contratados para o plantio, derubada e limpeza da terra. Ele havia expulsado dezenas de famílias de suas terras, a fim de expandir as atividades dessa Empresa. O imponderável é que ele estava sob a proteção do Exército. Depois de preso pelos guerrilheiros, foi julgado pelo “Tribunal revolucionário” e fuzilado.

Na fazenda da Empresa, os guerrilheiros apreenderam armas, roupas, munição, comestíveis e remédios. Conforme registro do Relatório de Arroyo, em poder de Pedro Mineiro, “[...] são encontrados mapas aerofotogramétrico da área do Gameleira, vários títulos de posse ilegal de terras e cartas de militares recomendando-o a outros militares” (DGA, 1985, p. 55-6).

Logo depois, em agosto de 1973, o Destacamento C fez uma operação contra a fazenda Nemer Kouri. Ele colocou sua fazenda à disposição do Exército e havia, segundo os guerrilheiros, contribuído para a prisão de José Genuíno Neto, do Gameleira. A operação é comandada pelo guerrilheiro Pedro Alexandrino de Oliveira (Peri). Ao final da operação, o grupo ameaça Nemer e sua família para não continuarem apoiando os militares, pois, do contrário, alertam, o grupo voltaria e ele e sua família seriam punidos. Na oportunidade, fazem propaganda política para os três peões encontrados na fazenda. Mostram-lhes a necessidades de continuar na luta guerrilheira. No final, levam alimentos, remédios, roupas e revólveres pertencentes a Nemer.

No final de setembro, o Destacamento A fizera uma operação num posto de Polícia Militar na Transamazônica próximo a São Domingos das Latas. Segundo Ângelo Arroyo, a operação foi um sucesso:

O assalto é comandado por Zé Carlos (André Grabois), secundado por Nunes (Divino Ferreira de Souza) e Alfredo (camponês da região), e com a participação de mais sete guerrilheiros. Na véspera, durante a noite, o grupo acampa na mata próxima do local visado. Manhã cedinho, cerca o posto e intima os soldados a render-se. Estes, trancados lá dentro, mantêm-se quietos como jabuti atacado por jacamim. Incendeia-se o telhado para obrigá-los a sair. Eles saem com as mãos para o alto. O

comandante interroga-os. Faz-lhes a advertência de que seriam justicados se continuassem a perseguir os moradores. Depois, são liberados e expulsos do local (DGA, 1985, p. 57, grifos do autor).

Essas ações, ainda que poucas, procuravam se adaptar às contingências e adversidades da guerra, e, na impossibilidade de articularem um apoio logístico eficiente que contasse com um sistema de informação e isolados de parte dos camponeses pobres da região, os guerrilheiros lutavam também contra o tempo, uma vez que a duração das atividades militares é uma das armas mais eficiente de pequenos grupos perante a superioridade numérica, técnica, informacional e bélica das forças convencionais.

12.3 A superioridade estratégica dos militares

A terceira e última fase da Guerrilha começará um ano depois, no dia 7 de setembro de 1973. Duas operações fracassadas feitas pelos guerrilheiros marcam o início desta derradeira campanha. Na primeira, o grupo comandado por Nelito Nelson Lima Piauhy Dourado (Nelito) prepara uma emboscada, permanecendo semanas num sítio à espera de patrulhas do Exército. Como os soldados não passam pelo local, o grupo decide destruir uma ponte na Transamazônica. “A tentativa não tem êxito porque os instrumentos com que contam são pouco eficientes” (DGA, 1985, p. 61). A segunda malogra também. É uma ação comandada por Osvaldão. Depois de vários dias acampados no local previamente determinado, desistem por absoluta falta de alimento.

Essa última Campanha é comandada pelo General Hugo de Abreu e denomina-se “Operação Sucuri”. Tem a participação direta de 3.202 homens e de grande contingente de oficiais, o reforço de 250 paraquedistas do Exército e da Aeronáutica. Entre as ações das FFAA, estava a utilização e bombas de Nalpalm, muito usada pelos EUA na guerra do Vietnã, jogadas sobre a área da Serra das Andorinhas bombardeada pela Força Aérea.³

A propaganda da Guerrilha no exterior surtia os seus primeiros efeitos. Diversos comitês de solidariedade foram formados por exilados, militantes de outras organizações que inclusive duvidavam da capacidade de o

³ Informação confirmada pelo Coronel Álvaro de Souza Pinheiro, do Estado Maior das Forças Armadas. Nota publicada na *Revista Airpower Journal*, dos EUA. Ver *Revista Veja*, nº 17, de 29 de abril de 1998. p. 17.

PCdoB organizar uma resistência armada no campo. Mas não existia consenso sobre a necessidade destes comitês porque outros militantes da esquerda e democratas nacionalistas que haviam pegado em armas hesitavam em participar, dada a descrença na existência da Guerrilha. Diziam ser mais um blefe do PCdoB.

No dia 7 de setembro de 1973, recomeçaram os combates decisivos. Nos planos do governo não figurava uma quarta campanha. A ordem era matar e não fazer prisioneiro. O Major Sebastião de Moura Rodrigues descreve ao repórter Hermano Henning, no Programa SBT Repórter, que foi ao ar em 04.06.1996, o encontro com o grupo de guerrilheiros, ocorrido no dia 7 de outubro de 1973: “Ao amanhecer do dia é ... na região é ... chamada ... perto do Igarapé Fortaleza. Até de nome muito estranho ‘sonomo’, entrei em choque com um grupo de 10 guerrilheiros. 4 deles morreram e os outros fugiram”.

Ângelo Arroyo assim narra a primeira baixa da Guerrilha nesta etapa. No dia 14 de outubro:

Zé Carlos Alfredo, Nunes, e Zebão [João Gualberto Calatroni] morrem num encontro com o inimigo. Alfredo insistira para que o grupo fosse a uma roça apanhar dois porcos que criara a fim de aumentar as reservas alimentícias do Destacamento. Zé Carlos considera a operação perigosa, [...] Sabe que o Exército, desde o dia 7, tinha ocupado a roça de Alfredo e seguramente estaria emboscado nas imediações. Afinal, cede. Pegam os porcos, matam e limpam e quando vão retirar-se são metralhados (DGA, 1985, p. 61, grifo do autor).

Dia 24 de outubro de 1973, morre em combate a guerrilheira Sônia (Lúcia Maria de Souza). A versão de Ângelo Arroyo é a seguinte:

Ela deixara o acampamento, à margem do rio Fortaleza, em companhia de um jovem do lugar, a fim de ir ao encontro de dois companheiros que chegariam a um ponto combinado às cinco da tarde. O comando lhe recomenda não seguir o caminho muito pisado. Mas ela não vê motivo para receio. Segue nesse rumo. Adiante,

tira as botinas e deixa-a na “picada”. Vai a um córrego, lava os pés e o rosto. Quando volta não vê as botinas. Pensa tratar-se de uma brincadeira. Chama baixinho pelo nome de um conhecido. Recebe uma descarga e cai ferida. A patrulha do Exército agarra-a violentamente e quer saber o seu nome (DGA, 1985, p. 62).

Contudo, na entrevista do Major Sebastião de Moura Rodrigues ao repórter Hermano Henning, que foi ao ar em 04.06.1996, uma outra versão surge e me parece mais próxima da verdade porque trata-se de um depoimento de quem participou efetivamente do combate com o grupo de guerrilheiros do qual Sônia era membro, ao contrário de Ângelo Arroyo que não estava presente no referido combate, e, por isso, não poderia ter uma noção exata de todos os combates citados no Relatório. Isso, entretanto, não desqualifica o documento. Diz o Major:

O elemento que estava à minha direita levantou-se e gritou: “quieta!”, com a arma nas mãos. Quer “quieta” dando voz de prisão a ela. Porque ele não atirou. Quando ele disse “quieta”, ela levou as mãos à cabeça, mas ela colocou só a mão esquerda na cabeça e naquela penumbra da selva, ele pensou que ela tivesse colocado as duas mãos na cabeça. Ela colocou uma mão só e sacou o revólver com a direita e atirou nele. E eu me levantei na corrida desesperado para salvar o companheiro. Na corrida... que corrida!, levando aquela água barrenta pelo peito. Ele caiu nos meus braços. Se ele não tivesse caído nos meus braços, teria morrido afogado. Nos cinco metros que caminhei ela atirou em mim também e depois foi morta pelos outros companheiros que estavam comigo.⁴ (Grifos do autor).

Numa ação de fustigamento, um grupo do Destacamento C nas cercanias de São Geraldo trava um tiroteio com uma patrulha. Um soldado morre (DGA, 1985, p. 62). “Um mês depois do encontro é atingido por uma bala e morre o guerrilheiro Ari (Arildo Valadão) do Destacamento C, próximo

⁴ Informação prestada ao repórter Hermano Henning, do SBT Repórter, que foi ao ar em 04.06.1996.

a uma gruta. “Seu corpo é achado pelos companheiros sem a cabeça” (*ibid.*, p. 62).

Mesmo depois de ter sofrido constantes baixas, os guerrilheiros decidiram comemorar o Natal de 1973. A CM reuniu os três Destacamentos no dia 25 de dezembro. Nos dias que antecederam a festa no meio da mata, o Exército montou acampamento. No dia da festa, os guerrilheiros foram surpreendidos. Trava-se intenso tiroteio no local, alguns grupos dispersam-se e alguns membros conseguem escapar, entre eles Osvaldão. Entretanto o número de baixas é muito grande. Morre nesse sangrento combate parte da CM das FORGAS.

Para Pomar (1980, p. 45), daí em diante não existiria mais ação organizada da Guerrilha. Dispersos, vagando pela região, sem comida, sem comunicação entre si, sobretudo sem o apoio da população e na mira das FFAA, os *paulistas* ainda conseguiram resistir até o final do ano de 1974, perseguidos como numa verdadeira caçada. Desse cerco final, escapam apenas dois guerrilheiros: Ângelo Arroyo e Zezinho. Todos os outros foram mortos em combate ou aprisionados, torturados e mortos.

Um ano depois, em dezembro de 1974, encerrava-se aquela jornada militar e o sonho da resistência mais prolongada, bem como de uma nova ordem a partir de um governo revolucionário das classes populares, ainda que alguns grupos continuassem atuando isoladamente até março de 1975, data em que as FFAA e o governo declararam, oficialmente, as operações militares encerradas.

De janeiro de 1974 até março de 1975, as FFAA iniciaram a chamada “Operação Limpeza”, recurso clássico de todo conflito militar, para não deixar nenhum registro de sua existência.

Em março de 1975, o General Ernesto Geisel, na mensagem que encaminhou ao Congresso, fala pela primeira vez sobre a Guerrilha, referindo-se como “Núcleos de Fanáticos”. Era um reconhecimento tímido de um conflito no qual o regime militar mobilizou os recursos de que dispunha a fim sufocar o que poderia ter sido a “vietnamização” da Amazônia, com consequências imprevisíveis, inclusive para os países fronteiriços.

O intento foi desenterrar os corpos, transportá-los de helicópteros ou enterrá-los em cemitérios clandestinos. Dezenas deles foram levados para o sul da Serra das Andorinhas, onde foram incinerados com pneus velhos de carro e gasolina, num ritual macabro. “A fogueira de carne, ossos e borracha ardeu em labaredas imensas, fazendo uma fumaça escura e tão espessa que

podia ser avistada a dezenas de quilômetros”, conta o Coronel Pedro Corrêa Cabral, que transportou os cadáveres. Outros corpos foram enterrados no cemitério de Bacaba, entre Marabá e Palestina. Restos mortais de militantes podem estar enterrados na sede do Comando de Operações Antiguerrilha, prédio conhecido como “Casa Azul”, onde hoje funciona o Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), de Marabá, órgão vinculado ao Ministério dos Transportes.⁵

Durante os anos de chumbo, a “Casa Azul” foi um dos centros de tortura e de interrogatórios. Uma espécie de “Casa dos Horrores” na região do Araguaia que nada invejava a “Casa de Petrópolis” ou a dos “braços clandestinos da repressão”, localizados no eixo São Paulo-Rio de Janeiro. No seu interior, os torturadores tinham à sua disposição os mais conhecidos, e eficientes, instrumentos de tortura aplicados nas dependências do DOI-CODI.

12.4 As condecorações por atos de heroísmo e bravura

Um capítulo à parte da Guerrilha do Araguaia são as condecorações por atos de bravura. Não possuo conhecimento da relação dos militares que foram agraciados com a “medalha do pacificador”, porém vários deles receberam medalhas pela altivez e bravura com que desempenharam sua missão.

Ao contrário das guerras convencionais, nas quais as condecorações são atos públicos a fim de envolver a coletividade nesses atos simbólicos para reforçar convicções patrióticas e cívicas, as da Guerrilha foram solenidades secretas. A clandestinidade das solenidades de entrega de medalhas correspondeu, em igual medida, às atividades secretas desenvolvidas pelo governo e as FFAA para eliminar os guerrilheiros. Como se poderia homenagear alguém por eficiência no cumprimento de seus deveres em atividades que não se realizaram oficial e publicamente?

Contudo, nem todos os militares que participaram da repressão à Guerrilha do Araguaia receberam as medalhas. Alguns, inclusive, tem manifestado publicamente a falta de critérios justos na distribuição das homenagens. Ao longo do depoimento do Sargento José Pereira, encontrei momentos em que o militar faz duras críticas ao Exército e ao governo, devido à não indicação de seu nome para receber a “Medalha do Pacificador”.⁶

⁵ Ver “Piloto faz revelações dramáticas sobre a Guerrilha do Araguaia”, *Jornal Tocantins*. Marabá, ano XI, n. 431, 15 a 21 de outubro de 1993, p. 7.

⁶ Depoimento ao jornalista Euler Belém do *Jornal Opção*, de Goiânia-GO, publicada em novembro de 1997.

Alega que arriscou sua vida para defender o “Brasil do comunismo” e não teve o reconhecimento merecido. Mas o ressentimento em tom sarcástico visa questionar a legitimidade da medalha entregue a militares que exerceram a função de comando, os quais, segundo o sargento, não estavam à altura da missão que lhes fora conferida. E desabafa:

O coronel Eny de Oliveira Castro era o comandante do Batalhão na época, mas não participou do combate à guerrilha. Ele ganhou medalha, mas ficava na beira do rio, acampado, na maior mordomia, tomando banho. [...] E não ganhei. Fiquei inclusive chateado com isso. Teve muito coronel que não participou do combate à guerrilha, ficou fazendo barba com água mineral na beira do Rio Araguaia, mas ganhou medalha.

Para o PCdoB, trata-se, agora, de mobilizar também seus recursos, incluindo o restabelecimento de “contatos” com vistas a reestruturar o Partido, inclusive verificar a possibilidade de retomar a luta guerrilheira, considerada ainda como uma derrota temporária por parte significativa da CC. Isto foi objeto de acalorados debates e discussões durante a reunião de dezembro de 1976, na Lapa, São Paulo. A análise dos acontecimentos relativos a essa reunião e suas consequências me distanciaria dos objetivos perseguidos neste trabalho.

Contudo, é oportuno ressaltar que dois personagens do final da Guerrilha estão associados ao encontro na Lapa. Ângelo Arroyo e Zezinho (Micheas Gomes de Almeida), até o presente, foram os únicos guerrilheiros sobreviventes da última campanha. Escaparam do cerco de uma patrulha comandada pelo Major Sebastião Curió.

Zezinho só reapareceu em 1996. Arroyo diz no seu Relatório que estava acompanhado de um camponês na sua desesperada fuga. Arroyo restabeleceu contato com o Partido e se integrou às atividades deste. Este, alquebrado tanto pelas prisões e assassinatos de seus principais membros nos centros urbanos do país quanto pelo fato incontestado de que seus melhores quadros morreram nas Selvas do Araguaia, tenta se recompor no momento em que o núcleo no poder acena para a possibilidade da abertura lenta e gradual, a ser iniciada com a posse do General Ernesto Geisel. Mas acontecimentos ainda mais dramáticos da guerra suja relacionada à Guerrilha estariam por vir.

O PCdoB, durante a repressão, para dificultar o ataque dos órgãos de inteligência do regime no sentido de eliminar completamente o Partido, decide implementar uma medida de segurança: organizar duas direções no comando máximo – o Comitê Central. Sendo uma clandestina e outra “oficial”. Ambas na estrutura organizacional-formal.

Com efeito, uma parte do CC desconhecia, por exemplo, as atividades relacionadas à Guerrilha do Araguaia.

Já disse em capítulo anterior que isso era para proteger a estrutura partidária, dado que, se um militante sob tortura “abrisse”, como se dizia no jargão da militância de esquerda, não conseguiria com sua delação afetar o conjunto da estrutura partidária, principalmente para o CC, entendido pelos comunistas como o “coração” da máquina partidária. Pois bem, nesse novo quadro, o PCdoB reorganiza suas bases e suas direções. A primeira tarefa consistia numa profunda discussão para debater: a) as razões do fracasso no Araguaia; b) a conjuntura política do país com a posse do Geisel; e c) as medidas e tarefas políticas e ações a serem cumpridas para a continuidade da “luta contra a ditadura militar”.

Convoca-se uma reunião do CC a realizar-se no bairro da Lapa em São Paulo. Participariam da reunião os seguintes membros da direção central: Elza Monerat (Maria), que escapou do cerco das FFAA na primeira campanha; Pedro Pomar; Ângelo Arroyo, sobrevivente da última campanha de Cerco e Aniquilamento; Vladimir Pomar; João Batista Drumond; José Novais; Haroldo Lima; Aldo Arantes; e Jover Telles. Durante três dias eles discutiram essas questões então fundamentais para o Partido. João Amazonas, que escapou ainda na primeira campanha no Araguaia, não participaria porque estava exilado na Albânia, e José Duarte, veterano dirigente, não estava presente porque cumpria pena na prisão por atentar contra a Lei de Segurança Nacional.

Finalmente, relatos dão conta de que o Exército sabia antecipadamente a existência da reunião e montou aquela que seria a última grande operação dos militares contra uma organização de esquerda no país. A casa foi cercada no último dia, e no seu interior morreram metralhados Pedro Pomar e Ângelo Arroyo. João Batista Drumond morreria depois na prisão, sob tortura. Próximo a casa, todos os outros foram presos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional, com exceção de Elza Monerat (Maria), José Novaes e Jover Telles.

13 NA GUERRA TUDO VALE: TORTURAS E “VIAGENS”

Partidos de esquerda e cientistas sociais têm se interessado pela Guerrilha do Araguaia, tanto pelo fascínio, obstinação, coragem e sacrifício dos guerrilheiros que deixaram uma vida pequeno-burguesa e burguesa para a atuação clandestina na Amazônia quanto pela violência patrocinada pelas FFAA contra eles, os habitantes e religiosos. Estes dois últimos sob a alegação de apoiarem os guerrilheiros. Por que as FFAA, especialmente o Exército, não confirmam que houve torturas e execuções no combate à Guerrilha? Qual o status atual do reconhecimento dos corpos?

Ao contrário dos depoimentos de militares da ativa e da reserva de que não houve tortura nem execuções de guerrilheiros ou pessoas da região, mostrarei, fundamentado em depoimentos que já são públicos, que de fato elas existiram. Daí o significado histórico das escavações no sul e sudeste do estado do Pará e em Xambioá, no Tocantins. Elas dão suporte às investigações científicas sobre as circunstâncias em que foram mortos. Cabe o registro de que, mesmo após o regime, a prática da tortura, que existira também antes do regime militar, continuou e continua sendo técnica de investigação de crimes comuns. Confissões são extraídas por meio desse método nas Delegacias de Polícia do país inteiro, de acordo com denúncias diárias nos meios de comunicações.

13.1 Na guerra nem tudo vale

A violência que se abateu sobre os opositores do regime militar na região Centro-Sul não se distinguiu da do Araguaia. Talvez os casos mais emblemáticos tenham sido realmente nesta parte do Brasil. Dezenas de pessoas, cidadãos e cidadãs comuns, camponeses, pequenos comerciantes, lavradores, mariscadores, agricultores, religiosos, foram vítimas das mais variadas formas de tortura, além de execuções sumárias. O medo, o espancamento por meio de socos e pontapés, a humilhação e a violência moral foram práticas comuns contra os moradores, pessoas simples que não tinham justificativas claras dos motivos pelos quais estavam sofrendo tamanha violência. Em virtude desses fatos, ainda impera o medo entre os moradores – muitos têm vergonha de relatar o tipo de constrangimento e violência que sofreram – e poucos aceitam o uso do gravador na coleta de depoimentos.

Realmente o governo de então tratou a eliminação da Guerrilha como uma questão de guerra. E sendo uma guerra, todos os meios eram considerados legítimos, desde que conduzissem à eliminação física dos guerrilheiros. “Guerra é guerra” e a “guerrilha é a pior delas”, frases que ainda se ouvem entre os militares para justificar os métodos aplicados no Araguaia.

Sem dúvida, é preciso distinguir a violência típica de uma guerra irregular ou convencional praticada por *paulistas* e militares no *front* da violência que, no Araguaia, adquiriu requintes de crueldade e barbárie. Amputação das mãos para facilitar a identificação e a degola por esses e outros motivos foram práticas corriqueiras patrocinadas por um setor do Exército comandado pelo Major Sebastião de Moura Rodrigues.

Em total desacordo com os tratados e acordos internacionais dos quais o Brasil era e é signatário, o governo praticou violações dos direitos humanos. Desrespeitou regras mínimas de convivência entre cidadãos. Em nome do combate ao comunismo e de quem ousou desafiar o Exército, o Estado ceifou vidas que devia preservar. Vimos que, para a terceira campanha, a ordem era não fazer prisioneiros. Tal ação, entretanto, infringia a regra segundo a qual prisioneiros de guerra sob a guarda do Estado devem ter suas vidas preservadas. Eles deveriam ter direito a um julgamento justo e cumprir a pena correspondente ao delito cometido, que, segundo a Constituição Federal de 1969, então vigente, consistia em ação subversiva à ordem Constitucional e um Tribunal Militar deveria fazer o julgamento.

A Constituição Federal de 1969, no seu artigo 8º, dava a União à competência de “V - planejar e promover o desenvolvimento e a segurança nacionais” (p. 17). O presidente como chefe supremo das FFAA podia intervir em qualquer parte do território nacional e em quaisquer níveis, nacional, regional ou municipal, para defender a Pátria de agressão de outro Estado ou de ameaça à ordem interna.

A Guerrilha do Araguaia fora definida como pertencente ao último caso. Finalmente, o artigo 129 expressamente regulava a competência dos julgamentos. “À Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhe são assemelhadas”. No parágrafo primeiro: “Esse foro especial estender-se-á aos civis, casos expressos em lei, para a repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares” (p. 65). Foram mortos como se tivesse pena de morte no Brasil, mas a Constituição de 1969 não previa a pena de morte. Nem a tortura poderia ser aplicada como método de interrogatório e/ou de vingança. O que

me permite concluir que os militares na repressão à Guerrilha violaram suas próprias regras constitucionais criadas quando assumiram o poder.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada na Assembleia Geral da ONU realizada em 10 de dezembro de 1948, o artigo 5º diz o seguinte: “Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante” (BNM, 1985, p. 281).

A Associação Médica Mundial, em assembleia realizada em Tóquio, em outubro de 1975, define a tortura como “a imposição deliberada, sistemática e desconsiderada de sofrimento físico ou mental por parte de uma ou mais pessoas, atuando por própria conta ou seguindo ordens de qualquer tipo de poder, com o fim de forçar uma outra pessoa a dar informações, confessar, ou por outra razão qualquer” (BNM, *ibid.*).

No Brasil, durante a vigência do regime militar, a tortura tornou-se política oficial e prática institucional para obter informações dos indivíduos que se opuseram ao *establishment*. A detenção arbitrária, sequestro e o desaparecimento da vítima se propagou rapidamente no Brasil entre 1964 e 1979.

O grupo, após sessões de torturas e espancamentos em guerrilheiros e simpatizantes, os conduzia a um determinado lugar da mata e os executava.

Grupos guerrilheiros também usaram o sequestro e o assassinato de agentes dos órgãos de segurança, autoridades do governo e executivos de grandes corporações, simultaneamente como instrumento político, tanto para libertar companheiros presos e causar pânico nas hostes da repressão quanto para angariar fundos visando ao financiamento de ações guerrilheiras: compras de armas, munições, profissionalização de pessoal, aluguel de “aparelhos”, etc. Algumas organizações executaram seus próprios militantes sob a alegação de justicamento, quando existiam evidências de que o militante agia como agente infiltrado da repressão.

Não há, contudo, notícias oriundas de moradores ou de militares das FFAA de que os *panlistas* torturaram, espancaram ou executaram militares após serem rendidos.

13.2 “Guerra é guerra”

O Sargento José Pereira afirma enfaticamente que a violência ocorreu em alguns casos e por causa do despreparo dos recrutas que não receberam o treinamento adequado para lidar com aquela situação, não souberam abordar

as pessoas da região. Ou seja, a inexperiência das primeiras tropas que se dirigiram ao Araguaia foi a responsável pelos “excessos”.

[...] Prendiam uma pessoa só porque ela conhecia e era amiga do Osvaldão. Na região, todos eram amigos do Osvaldão e da Dina [Dinalva Oliveira Teixeira]. Os soldados perguntavam: “Você conhece a Dina?” A pessoa era franca e dizia: ‘Conheço’. Os soldados pegavam a pessoa e dizia: “Então você vai me levar até ela”. Eles não sabiam onde estava a Dina, que estava embrenhada na mata. Prendi um homem na mata e o entreguei a um major, em Araguatins. Esse major parecia o Duque de Caxias – tinha uma costeleta branca. Acho que o nome dele era Washington ou Otto. Era de Brasília. Entregamos o preso para um cabo, que ameaçou bater nele. Eu disse que ele não sabia de nada. Só conhecia o Osvaldão. (JORNAL OPÇÃO, de Goiânia, 11/1995, grifos do autor).

O militar rebate furiosamente a acusação de que houve tortura, estupro, degola e espancamentos de pessoas que haviam colaborado com guerrilheiros, ou com estes. E desafia alguém provar o contrário.

O certo, contudo, é que um comandante ou um soldado pertencente a um Grupo de Combate (GC) ou Companhia não possuía a verdadeira dimensão dos combates. Ele não sabia, por exemplo, o que de fato acontecia nos locais específicos de tortura nem o que se passava com outros grupos de outras companhias. Não sabia, por fim, a amplitude dos acontecimentos nas campanhas de aniquilamento. Os militares se revezaram, alguns participaram da primeira e não participaram das outras, ou participaram da última e não das duas primeiras.

Realmente, sacerdotes foram presos, torturados e espancados conforme fatos mencionados no capítulo 6. Vimos os depoimentos de alguns deles. Outros casos serão mostrados, métodos e instrumentos utilizados.

Portela (1979) alerta que a tortura foi sistemática e sofisticada, e cita alguns casos:

[...] em Xambioá, cavaram-se buracos próximos ao acampamento e os homens foram pendurados de cabeça para

baixo, amarrados com cordas em estacas enfiadas à beira dos buracos. Levaram empurrões, socos e choques elétricos. E havia um médico entre os “especializados”. Quando um homem desmaiava, recebia uma injeção para reanimar e sofrer bem consciente (p. 75, grifo do autor).

E continua:

[...] um sistema de som apresentava um programa de gritos pavorosos de homens e mulheres. Aquele povo ingênuo chegou a pensar que havia mulheres sendo torturadas por ali, só muito depois é que descobriram que se tratava de “disco de radiola”. Mas nem todos sofreram tanto: os que resolveram falar e apontar seus vizinhos foram bem tratados e, assim, davam sua vez, nas torturas, aos delatados (p. 75, grifo do autor).

O jornalista tornou público casos de violências no começo da terceira e última campanha. Diz Portela (1979):

Naquele começo de outubro, outros grupos descaracterizados do Exército entram também nos povoados de Bom Jesus, Metade e Palestina. E vão pegando as pessoas suspeitas. Foram tantos os desaparecidos, mais de 100, que as mulheres e filhos correram chorando ao bispo Estevão Cardoso Avelar para que ele fizesse alguma coisa. [...] Os presos passaram pouco tempo na cadeia pública de Marabá. [...] E começou o suplício: primeiro o cansaço, depois fome, e, como a temperatura sempre ultrapassa, em Marabá, os 30 graus, uma sede insuportável. As necessidades dos presos começaram a ser feitas ali mesmo, e eles em pé, um contra o outro. [...] Depois de um dia, ou dois, ninguém pôde calcular, os soldados não suportaram o mau cheiro vindo das celas e resolveram lavar o chão com baldes de água com creolina. Isso gerou um tumulto: a água jogada ao chão das celas, misturadas à creolina e aos dejetos foi disputada pelos presos, loucos de sede, mas

quase ninguém pôde beber alguma coisa, não havia como se abaixar ali (p. 74).

Além da violência e da tortura como forma extrema daquela, que não se deram exclusivamente nessa etapa, mas durante toda a guerra, dezenas de guerrilheiros que foram presos com vida, obrigados sob tortura a atuarem como agentes infiltrados na Guerrilha, e, após fornecerem informações sobre a localização dos PAs e identificados os companheiros e possíveis rotas de fuga, realizaram as famosas “viagens”, que, no jargão militar, era o cumprimento da sentença de morte dada pelos superiores. Essas “viagens” iam dos locais de torturas à mata onde eram executados.

O Coronel Sebastião de Moura Rodrigues afirmou em entrevista ao repórter Hermano Henning, do SBT Repórter, que foi ao ar em 04.06.1996, não ter havido tortura nem execução: “Não existe na história do Exército brasileiro caso de tortura, de assassinato. Por que iria fazer isso no Araguaia?”. Muitos guerrilheiros dados como desaparecidos foram, na verdade, presos com vida e em seguida assassinados. Vários moradores foram torturados e também executados.

José Renovato, à época, um comerciante em Brejo Grande do Araguaia, acusado de vender munição para os *paulistas*, foi barbaramente torturado. Passou 44 dias preso, sem comer absolutamente nada. Descreveu na mesma entrevista como foi torturado, falando em detalhes tanto a forma quanto os instrumentos utilizados.

A degola foi outro método usado pelas FFAA, a fim de serem identificados pelos moradores; as sessões de tortura e os espancamentos ocorriam em diversos lugares, principalmente na “Casa Azul”, localizada em Marabá e no Campo de Concentração de Bacaba. Campos Filho (1995) menciona “as degolas e mutilações com cortes das mãos, efetuadas em diversos corpos de guerrilheiros, cujo transporte era difícil para identificação, por serem mortos dentro da mata fechada” (p. 163).

Os guerrilheiros listados a seguir foram presos com vida e depois executados:

- Tobias Pereira Barroso Junior, o Jonas, depois de ser preso foi convencido ou obrigado a servir como agente das FFAA. Em uma das fichas do militar que a entregou ao Jornal *O Globo* de 28 de abril de 1996, está registrado que ele foi preso em 18 de dezembro de 1972, mas segundo Ângelo Arroyo, Tobias Pereira Barroso Junior desertou em 1973. Este, portanto, ficou por

quase um ano com as FFAA. O seu paradeiro é incerto. Talvez não tenha morrido como se acreditava até agora. Existem fortes indícios de que esteja morando na região da Guerrilha. No entanto, ainda segundo O Globo, baseado num relatório da Marinha, morreu em 15 de fevereiro de 1974. Neste caso, obviamente, teria ficado por dois anos atuando com os militares.

- José de Lima Piauhy, preso em 25 de janeiro de 1974 e executado no mesmo dia, aos 27 anos.

- Hélio Luís Navarro de Magalhães (Edinho), preso em 4 de fevereiro de 1974. Morreu no dia 14 de março do mesmo ano. Não se sabe se em consequência dos graves ferimentos que tinha quando foi preso ou se foi executado.

- Pedro Carretel, camponês da região que aderiu à Guerrilha. Preso em 6 de janeiro de 1974 e executado no mesmo dia. Segundo o Exército e O Globo, foi um grupo de moradores que o entregou, motivado pela recompensa oferecida.

- Uirassú de Assis Batista, o Valdir, morto em 11 de janeiro de 1974, em Brejo Grande. Para a Marinha, foi morto em abril de 1974.

- João Gualberto Calatroni (Zebão), morto no dia 25 de dezembro de 1973. Foi preso em 14 de outubro do mesmo ano.

- Jana Morroni Barroso (Cristina), presa em 7 de janeiro de 1974, morta aos 25 anos, no dia 11 do mês seguinte. É preciso lembrar que esta relação está incompleta. Dado o atual estágio das pesquisas, não posso avançar além dessas informações.

13.3 Desaparecidos e sobreviventes

Vários guerrilheiros estão provavelmente enterrados no pátio do prédio do DNER em Marabá, na Serra das Andorinhas, em São Geraldo, São Domingos do Araguaia, na Fazenda Formosa, a 650 km de Belém, e na Fazenda São Raimundo (aonde só se chega de helicóptero).

Em maio de 1996, num cemitério clandestino, foram encontrados arcada dentária e ossos amarrados ao lado de uma bala, o que indica a presença de pessoas ligadas aos órgãos de informações que atuaram na repressão à Guerrilha atuando ainda na área. Porém, com exceção da confirmação do corpo da guerrilheira Maria Lúcia Petit da Silva (Maria), que havia sido encontrado antes pela equipe de legista da Unicamp, chefiada por Badam Palhares, não há evidência científica de identificação de outras ossadas. Restos mortais de nenhum guerrilheiro foi encontrado pela equipe de legistas, funcionários

do Ministério da Justiça e familiares dos desaparecidos, liderada pelo antropólogo argentino Luís Fondenbrider, em abril de 1996. Posteriormente, um outro corpo encontrado foi identificado como sendo de Bergson Gurjão.

A fim de fornecer um quadro dos desaparecidos, listo a seguir as possíveis localizações dos corpos dos guerrilheiros pertencentes ao Destacamento A “Helenira Rezende” (nome do Destacamento dado pelos próprios guerrilheiros). A pesquisa de campo que resultou nesta relação foi realizada por Paulo Fontelles Filho, no município de São Domingos do Araguaia, registrada sob o título de “Relatório n° 2”.

- André Grabois, desaparecido entre os dias 12 e 14 de outubro de 1973, provavelmente esteja enterrado na região do Caçador, na estrada OP 1 (construída para combater a Guerrilha).

- Alfredo Campos, desaparecido na mesma época e possivelmente enterrado no mesmo lugar.

- Antonio F. Pinto, desaparecido no dia 21 de abril de 1974, preso, provavelmente levado para o Campo de Concentração, localizado na Fazenda Bacaba.

- Antonio Pádua Costa, desaparecido no início de 1974. De acordo com os militares, esteve preso e foi utilizado um bom tempo pelo Exército para localizar outros guerrilheiros. Possivelmente foi morto e enterrado no Campo de Concentração de Bacaba.

- Demerval da Silva Pereira, desaparecido em meados de março de 1974, preso, possivelmente sua sepultura esteja localizada no Bananal, à esquerda, nas proximidades da ponte sobre o rio Itacaiúnas, em Marabá.

- Divino de Souza, desaparecido em meados de dezembro de 1973, baleado, foi visto por moradores sendo levado para o DNER de Marabá.

- Helenira Rezende de Souza, morta em 29 de setembro de 1972, após ter sido alvejada por soldado, sua sepultura localiza-se no Croá, região de São Domingos.

- Hélio Luiz Navarro de Magalhães, desaparecido em meados de março de 1974, juntamente com Renê Luiz e Silva, na região do Castanhal Brasil-Espanha, no município de São Domingos do Araguaia.

- Jana Morroni, desaparecida em 1974. Sua sepultura poderia estar na Grota da Tona, São Domingos do Araguaia, morta por fuzilamento ou em combate.

- João Gualberto, desaparecido entre os dias 12 e 14 de outubro de 1973, sua sepultura pode estar na região do Caçador.

- Lúcia Maria de Souza, desaparecida em meados de outubro de 1973 na localidade de Água Branca, na OP 1.

- Lúcio Petit, desaparecido em 21 de abril de 1974, segundo moradores da região foi levado para a Fazenda Bacaba.

- Marcos José, desaparecido em meados de dezembro de 1973, segundo moradores, foi enterrado no Chega Com Jeito.

- Maria Célia Corrêa, desaparecida em meados de 1974, presa e levada para a Fazenda Bacaba.

- Nelson Lima Piauí Dourado, desaparecido no dia 2 de janeiro de 1974, sua sepultura está localizada no Castanhal Brasil-Holanda.

- Orlando Momenté, desaparecido em meados de dezembro de 1974, na Paxiba, São Domingos do Araguaia.

- Rodolfo Troiano, desaparecido em meados de janeiro de 1974 na região de Água Branca.

- Uirassú Batista, desaparecido no dia 21 de abril de 1974, juntamente com Lúcio Petit e Alfaiate, segundo moradores da região, foram levados para o Campo de Concentração da Fazenda Bacaba.

O camponês Sinval (genro do Alfredo Campos, pequeno agricultor da região que se tornou guerrilheiro), que conviveu com guerrilheiros desse Destacamento B, atualmente residente nas proximidades de Marabá, e que morou no lugarejo chamado Caçador, a 35 Km de Marabá, fundou com os guerrilheiros o povoado que mais tarde se transformaria em uma base do referido Destacamento. O nome “Chega Com Jeito” foi dado pelo próprio Sinval. Reivindica a autoria, conforme me relatou no dia 12/02/1998, em Marabá:

Eu já convivia com a minha família, hoje. Então, nós explorou aquele lugar, ‘Chega Com Jeito’, a região que a gente tava. Que eles [paulistas] queria explorar, fazer a roça naquele lugar. Mas aquele lugar, quem botou aquele nome fui eu. Uma brincadeira. Cada qual levava aquele peso de uns trinta e cinco quilo mais ou menos, nas costa. Descendo aquela subida, num lugar acidentado, o Zé Carlos escorregou, caiu o Beto (Lúcio Petit da Silva), Nunes e uma das mulheres também. Lá eles caiu e disseram, “vamo botar o nome desse lugar aqui de “escorrega [...]”. Aí eu ouvindo a cena mais a Dina e

a Cristina, segurando nos pau, nas árvores, no cipó, eu falei. “Mió, Chega Com Jeito se ... com jeito cai”. (Gritos meus)

Aconselhado pelos guerrilheiros, Sinval saiu da região antes dos combates. Em maio de 1996, reencontrou-se com a ex-guerrilheira Criméia que, após engravidar e ouvido o parecer do médico João Carlos Haas Sobrinho, o Comando da Guerrilha solicitou ao Zezinho para retirá-la da área de combates. Criméia foi presa quando chegou a São Paulo. Sinval me relatou emocionado o encontro.

Por outro lado, o governo através das FFAA afirma que perdeu 16 homens em combate. Do lado dos guerrilheiros, dos 69 que iniciaram a luta guerrilheira, saíram com vida, ou porque foram presos na primeira fase da segunda etapa da guerra de guerrilhas (1972-1975), ou porque desertaram no decorrer de todo o período da guerrilha, incluindo a fase de preparação (1967-1972), 11 guerrilheiros: José Genuíno Neto, Criméia Smith de Almeida, Lúcia Regina Carvalho, Glênio Fernandes de Sá, Dower Moraes Cavalcante, João Carlos Campos Wisneck, Dagoberto Alves da Costa, Luíza Reis, e Amaro Lins; da terceira e última fase dessa mesma etapa, apenas dois guerrilheiros: Ângelo Arroyo e Micheas Gomes de Almeida, o Zezinho, residente hoje em São Paulo.

Lembre-se de que outros dois, João Amazonas e Elza Monerat, que haviam viajado a São Paulo, a fim de participarem de reunião comemorativa dos 50 anos de reorganização do Partido, não conseguiram retornar, haja vista que a área estava cercada pelas FFAA. Pedro Albuquerque e sua esposa Teresa, que também saíram antes do início dos combates, foram considerados “desertores” pelos guerrilheiros.

Houve torturas e execuções no combate à Guerrilha. Muitos guerrilheiros foram de fato presos com vida e executados. A degola, a tortura, o espancamento foram práticas corriqueiras e instrumentos utilizados para colher informações sobre os passos dos comandos guerrilheiros, bem como para a identificação dos cadáveres. A luta das entidades de direitos humanos e, sobretudo, dos familiares dos mortos e desaparecidos na Guerrilha visa, na contemporaneidade, dar um enterro justo aos seus mortos e resolver problemas pendentes relacionados à questão de herança, uma vez que o reconhecimento pelo Estado dá à família o Atestado de Óbito, o que possibilita a realização de transações legais de interesse desses familiares e, ao mesmo tempo, restabelecer o direito dos cidadãos de saberem o destino dos corpos daqueles que lutaram contra a ditadura.

14 CONTINUIDADE DOS MILITARES E DA IGREJA NO LOCAL APÓS A AÇÃO DE ANIQUILAMENTO

Derrotados nos seus objetivos estratégicos, pouquíssimos guerrilheiros sobreviventes continuaram na região. Apenas Amaro Lins, que permaneceu, foi fonte de preciosas informações sobre os acontecimentos dos quais participou, tanto como guerrilheiro na fase de preparação quanto como informante e apoiador da Guerrilha na fase subsequente. A seguir, analiso a continuidade da presença militar e da Igreja Católica no local. A questão que emerge é saber por que o Exército continuou na área e que papel ocupa atualmente a Igreja no que tange às reivindicações dos posseiros pelo direito à posse da terra.

14.1 Militares e Igreja interessados numa nova ordem

Em primeiro lugar, a consequência imediata da vitória sobre os guerrilheiros foi a militarização da região e dos conflitos sociais advindos da luta pela posse da terra. O governo aumentou sua presença e incrementou o aparato militar deslocado para lutar contra os *paulistas*.

E a Igreja, por meio da CPT, transformou-se no principal interlocutor entre os movimentos sociais no campo amazônico e no Estado. O PCdoB e a Igreja se constituíram nos atores políticos principais que garantiram a reorganização do movimento de luta pela terra. Diversos sindicatos rurais, sob direções sindicais pelegas ou aqueles que não existiam, foram reestruturados ou fundados a partir das atividades políticas desse setor da Igreja. Outros sindicatos tiveram a participação decisiva do PCdoB reorganizado com o apoio dos simpatizantes remanescentes da Guerrilha e da atividade do advogado Paulo César Fontelles de Lima.

Paulo César Fontelles de Lima foi o primeiro pesquisador da Guerrilha. A sua pesquisa foi possibilitada pela condição de advogado contratado pela CPT. Nessa condição, defendeu os posseiros num período de intensificação dos conflitos devido à abertura política. Foi organizador de várias chapas de oposição sindical e formou uma geração de sindicalistas que vieram, uma década depois, a ser vítimas do latifúndio, a exemplo da família de João Canuto, fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, e Expedito Ribeiro, que o substituiu anos mais tarde. Ambos foram assassinados.

Paulo Fontelles foi também o primeiro a levantar a ideia de que, para o pesquisador, era impossível coletar depoimento dos moradores se não obtivesse antes a confiança facilitada pela convivência no lugar. Deixou relatos de camponeses que lhes falavam sobre a Guerrilha com detalhes minuciosos; mas, quando solicitados a repetirem diante do microfone ou de um gravador, a recusa era imediata. Paulo Fontelles se elegeu pelo MDB, em 1982, deputado estadual, com votação entre os posseiros do Araguaia-Tocantins (CARVALHO, 1994). Ele teve um papel preponderante na organização das Caravanas da Associação dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos na Guerrilha do Araguaia.

No que tange à presença do governo, chamo a atenção para o fato de que, num “pedaço” do Brasil onde o Estado não existia para cumprir sua função básica de promotor de serviços essenciais com vistas ao atendimento de demandas sociais e política da população, o governo buscou intensificar sua relação com as populações tradicionais. Tal política de aproximação, contudo, não impediu o controle das instituições pelas oligarquias locais que promoviam e promovem os mais diversos tipos de controle privado, por meio da corrupção, do nepotismo, do clientelismo e, finalmente, da violência exercida contra cidadãos indefesos perante não só os poderes do Estado, mas também contra os agentes públicos.

Essa presença do Estado se fez através do INCRA, ACISO, Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Operação RONDON, e do sistema de informação liderado pelo Major Sebastião de Moura Rodrigues, o Curió, da militarização das atividades de extração do ouro de Serra Pelada e, sobretudo, do Grupo de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) ao qual se atribui o controle estatal dos conflitos agrários. O INCRA aumentou seus efetivos e melhorou sua atuação desenvolvendo uma política de administração dos conflitos relacionados à questão da luta pela posse da terra. De fato, cumpriu parte do acordo relativo aos lotes de terra prometidos aos “guias” que haviam colaborado com o Exército. Digo parte dos acordos porque alguns reclamam ainda hoje que a promessa de doação de hectares não foi cumprida pelo órgão. A ACISO, embora desmantelada no conjunto, continuou precariamente funcionando. O MOBRAL passou a ter uma atuação discreta, porém sua atuação foi paulatinamente melhorando com o aumento do número de cursos realizados.

De outra parte, em 11 de outubro de 1974, no final da Guerrilha, a região recebia a 45ª Equipe do Campus Avançado da Universidade de São

Paulo (USP), formada por estudantes da Escola de Comunicação e Artes, do Curso de Relações Públicas, dentro do Projeto RONDON.

A ACISO tornou-se permanente na região da Guerrilha. O governo e as FFAA realizam ações assistenciais dirigidas às populações tradicionais do sul e sudeste do estado do Pará e de outras regiões do Brasil, ainda hoje, seja por meio do projeto RONDON, seja através de um programa permanente das FFAA.

A presença dos pesquisadores faz transparecer a importância que os militares davam aos possíveis efeitos políticos e ideológicos nas consciências dos moradores e principalmente dos posseiros, pequenos agricultores, enfim, ao conjunto dos trabalhadores do campo, das consequências da propaganda comunista entre a população.

O objetivo dessa presença era traçar um painel sobre as condições de vida da população que residia nos povoados de Brejo Grande e da Palestina. O Relatório produzido acerca dessas condições socioeconômicas, inseria-se no processo de transferência para uma área exclusivamente reservada para esse fim e conhecida sugestivamente como “Nova Palestina”. Famílias inteiras desses povoados supostamente influenciados pela Guerrilha foram retiradas de suas casas. Essa ação ainda era parte dos planos antiguerrilha e visava ao controle efetivo dos moradores.

No começo do aludido documento estão explicitamente mencionados os interesses militares presentes nessa remoção: concentração dos moradores em um único local, haja vista que estavam dispersos em pequenas vilas e povoados. O que revela estrategicamente que, mesmo com o fim dos combates, os militares e o governo ainda temiam pela rearticulação da Guerrilha.

Dizem os pesquisadores da USP:

A notável e aparente coincidência de interesses entre 3 órgãos governamentais, quais sejam: Prefeitura de São João do Araguaia, com o pretexto de racionalizar a administração municipal, o INCRA, argumentado sobre a necessidade de colonização da área e Exército Brasileiro, com a justificativa de “segurança nacional”; parece ter sido a determinante da concretização do novo núcleo habitacional que está fazendo-se desenvolver em área contígua ao atual povoado de Palestina, denominado

de Nova Palestina. Referimo-nos à coincidência, adjetivando-a com a designação de “aparente”, porque não tivemos condições de saber se algum daqueles órgãos não seria o motivador único ou principal do processo de concentração da população de São João do Araguaia, dispersa em área relativamente extensa, conforme está sendo realizado. Aventamos a hipótese, dado uma série de indícios, de que o E. B., (Exército Brasileiro) seria o promotor de mudança, baseando-se nos seguintes argumentos:

1 – na presença de guerrilheiros (subversivos) em 1971/72 na área,

2 – descoberta desses elementos e a atuação do E. B., a partir de 1972,

3 – na súbita atividade do INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) desde 1971 instalado no local, a partir de 1973, identificando os moradores da área e fornecendo-lhes terras, com a colaboração de oficiais militares, conforme constatação pessoal, em 73, quando de nossa primeira atuação no CAUSP,

4 – o fato de grande parte de lotes caber aos ‘mateiros’, auxiliares do E. B.,

5 – o depoimento de alguns ‘mateiros’ de que o próprio E. B. estaria entregando lotes aos colaboradores (30 lotes, distantes 40 km de Brejo Grande, às margens da Rodovia OP-3), já com titulação definitiva de posse,

6 – a vantagem estratégica de concentrar a população em um só local para manter maior vigilância e esvaziar as áreas antes ocupadas por posseiros que poderiam servir aos propósitos dos guerrilheiros.

Os fatos apresentam uma extensão dessa hipótese: apesar de pensada há cerca de um ano, a Nova Palestina foi ‘planejada’ no papel em menos de um mês, sobre uma prancheta de arquiteto, sendo abertas as ruas destinadas à expansão urbana e uma estrada de acesso Transamazônica, cujo traçado, sem nenhum levantamento de terreno, coincidiu com um morro e terrenos pantanosos (brejo) (PORTELA, 1979, p. 250, grifo do autor).

Vale ressaltar que, dada a postura isenta dos pesquisadores no que tange às hipóteses levantadas que explicariam os motivos da transferência dos moradores para outra área, o Relatório foi censurado pela direção do Projeto RONDON. Motivo: em vários pontos do relatório havia a menção à Guerrilha e o regime naquele momento, como posteriormente, estava interessado em não deixar vaziar quaisquer tipos de informações sobre ela.

Quanto ao GETAT, criado em 1980 pelo decreto 1.767 de 1º de fevereiro, diretamente subordinado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) abrangendo 20.000 km², compreendendo o sul e o sudeste do estado do Pará, o extremo-norte de Tocantins e o extremo-oeste do Maranhão, buscava controlar as atividades políticas de posseiros e padres, influenciados pela Guerrilha.

Na verdade, o GETAT, era um órgão do governo através do qual os militares controlaram e administraram os conflitos pela posse da terra. A fim de fornecer retaguarda ao GETAT, o governo criou também o Grupo Executivo de Terras do Baixo-Araguaia (GEBAN), outro instrumento de mesma finalidade. Objetivavam, conseqüentemente, ocupar o “espaço vazio” deixado pela repressão à Guerrilha e o confisco do poder das oligarquias regionais. “A lógica da militarização da questão agrária foi manter o controle do Estado sobre os conflitos por terras e sobre as terras devolutas” (FERNANDES, 1999, p. 39). Na prática, significava a formação de uma aliança entre Estado e grupos empresariais que pretendia ser hegemônica: primeiramente militar; depois econômica. Dirigia-se (a aliança) contra a ação das forças políticas que buscavam a organização dos camponeses e sobretudo da Igreja.

Estudiosa do tema do domínio da “Oligarquia do Tocantins”, Emmi (1988) observou a perda do poder político dos grupos assentado na castanha, que estruturou a oligarquia do Tocantins, baseado no *persolismo*, para uma nova aliança com recentes grupos “testa de ferro” do capital e do Estado militarizado por causa da Guerrilha do Araguaia.

O poder político local assentado sobre a castanha está perdendo a hegemonia. No seu lugar é implantado um outro grupo, vindo de outra esfera de poder, que não é uma liderança ‘natural’ ou da mesma genealogia política, mas que é “testa-de-ferro” do capital e do Estado militarizado. Observa-se, entretanto, que sua estratégia de sustentação o leva a buscar apoio e alianças locais, ou

melhor, em sua feição local se associa a políticos da região no afã de se popularizar, usando expedientes de paternalismo no que lembram os velhos coronéis. Sua trajetória de dominação atingiria numa primeira fase os camponeses das viciniais abertas na época da guerrilha do Araguaia e posteriormente para os garimpeiros. O que aconteceu em Serra Pelada é um exemplo ilustrativo dessa forma de controle (1987, p. 7, grifo do autor)

14.2 O controle militar da região

O controle militar sobre Serra Pelada; a permanência de militares disfarçados, sobretudo daqueles que passaram para a reserva, mas não abandonaram a atividade que realizaram; enfim, a continuidade da coordenação das ações do movimento de pessoas que se fixavam na região sob o comando do Major Sebastião Moura Rodrigues, demonstra, claramente, o intuito de impedir que remanescentes da Guerrilha, assim como moradores que colaboraram, pudessem manifestar livremente seus possíveis desejos de contar os fatos que presenciaram.

A presença dos militares pode ser comprovada também pela manutenção dos quartéis construídos para o combate à Guerrilha: EB da Guarda Federal, 52º BIS, 23º B. Log., 23ª Cia., 33º PE e o QG da Brigada, localizado no Km 8 da Transamazônica. E mais: é na figura do Major Sebastião de Moura Rodrigues que o Estado personifica sua presença. Este militar não é só um mero representante do Exército, mas uma espécie de representante político do Estado. Por ele passa, agora, a mediação dos conflitos agrários, bem como toda sorte de problemas, desde as brigas conjugais até a gestão do território de Serra Pelada a partir de janeiro de 1980. Funda em 1981, e se torna o seu primeiro presidente, a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (COOMIGASP) e somente é derrotado em 6 de novembro de 1994, pelo também ex-combatente e Major reformado do Exército Francisco Oliveira Rocha, na época deputado federal pelo Rio Grande do Norte. Em 1982, o Major Sebastião de Moura Rodrigues se tornou deputado federal pelo Partido Democrático Social (PDS), que dava sustentação política ao governo do então presidente João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985).

Mais do que isso, apesar do término da Guerrilha, parte das terras que estava em poder das FFAA, principalmente do Exército, adquiridas através de decretos com vistas a garantir a “defesa nacional”, tornou-se, em 1980, área do Projeto Grande Carajás, extinto em 1990. Os limites da região vão de

[...] Tucuruí a montante do Tocantins e do Araguaia até a divisa com Mato Grosso. Correspondia aos polos Araguaia-Tocantins e Carajás, no Pará, e Pré-Amazônia Maranhense, no Maranhão, do Polamazônia (Programa de Pólos Agrapecuária e Agrominerais da Amazônia), coordenados pela Sudam”. (PINTO, 1982, p. 44)

O antropólogo Almeida (1994) listou 9 áreas reservadas a militares dentro do Projeto Grande Carajás (PGC), por força do Decreto-Lei n. 1.164 de 1º de abril de 1971, o qual declarava como indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas “situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal” (p. 87). Segundo ainda o autor, o Decreto-Lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987, revogou o anterior e redefiniu os critérios de segurança.

Esse último preconizava que a União afetará a uso especial do Exército as terras públicas federais, contidas em pelo menos dez municípios da Amazônia. Um destes localizava-se no Araguaia, o que evidenciava, ainda nos anos 80, o controle militar da área palco da luta guerrilheira.

14.3 A continuidade da presença da Igreja

Na metade da década de 70, portanto após a Guerrilha, através das Dioceses e das Prelazias, como a de São Félix do Araguaia comandada por D. Pedro Maria Casaldáliga, a CPT e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são organizadas. Juntamente com D. Alano Maria Pena, passam a desenvolver uma prática social voltada para o associativismo e o cooperativismo e, sobretudo, para a educação e conscientização dos camponeses.

A continuidade da presença da Igreja se fizera, portanto, usando-se essas entidades que passaram a ter uma atuação destacada com o objetivo de contribuir para a formação de uma identidade camponesa com base na concepção de uma Igreja voltada efetivamente para o reconhecimento da dimensão política da atuação dos oprimidos naquele pedaço do território brasileiro.

Mas qual era a visão da Igreja sobre a Amazônia?

A visão da Igreja é a que vê na Amazônia um espaço de reprodução do campesinato. Tese desenvolvida pelo sociólogo José de Souza Martins, encampada principalmente pela Teologia da Libertação, que compreendia a necessidade de “ocupar” a região sul e sudeste do estado do Pará não como atividade evangelizadora de índios, mas de campesinos, onde formariam as CEBs.

Para Loureiro (1997), os propósitos originais da CPT eram:

interligar os vários segmentos da Igreja envolvidos pelos apelos da questão camponesa, prestar assessoramento, apoiar e dinamizar o trabalho de agentes de pastoral envolvidos nas tarefas de conscientização e, simultaneamente, organizar o campesinato mais autônomo, com vistas a ajudá-lo na defesa de seus próprios interesses. A ideia é a de que, somente através da organização poderia surgir alguma reação do governo em favor do campesinato. A CPT é, portanto, uma organização da Igreja que, como o CIMI – Conselho Indigenista Missionário (criado em junho de 1973), tem origem nos conflitos vividos pelas populações oprimidas da Amazônia (p. 164-5).

Mas essa percepção, entretanto, não é da Igreja instituição, mas de alguns setores significativos que conseguem visualizar a relevância da questão camponesa no cenário social e político. Os teólogos da Libertação, por meio da releitura da Bíblia, passam a atuar diretamente com os camponeses, com o objetivo de apoiar suas reivindicações.

Emmanuel Wamberg nasceu na França em 1945, missionário da Ordem dos Oblitos que chegou à região em 25 de junho de 1975, presenciou a atuação da repressão. Viu de perto o trabalho de eliminação das evidências dos combates militares. Pelo seu físico, alto, branco e cabelos castanhos, foi vigiado e acusado de ser um dos *paulistas*. Segundo ele, os *paulistas* não conseguiram contribuir para a formação de uma identidade camponesa, não conseguiram fazer de suas lutas as lutas dos atores locais e/ou presente no local. Quando perguntei sobre a proposta da Igreja naquela época, num depoimento que nos concedeu em Marabá, respondeu enfaticamente:

[...] justamente a Igreja que estava com uma proposta, naquele tempo, das Comunidades Eclesiais de Base, conseguir exatamente o que necessitava. Estruturar uma situação de vizinhança puramente geográfica, mas que com isso ter que criar um novo, umas relações, uma rede de relações que podia devagarzinho também ser profissional, quer dizer troca de experiência, etc. Uma questão mesmo, camponês, êh... de produção ou de comercialização, de venda ... Então é isso que eu trabalhei.

Entretanto, o depoimento mais contundente do missionário e que, ao mesmo tempo, sintetiza sua visão sobre a influência da Guerrilha nos acontecimentos posteriores na região foi o seguinte:

A Guerrilha faz parte da história da nossa região, isso aqui não se discute. Agora que a Guerrilha teve uma influência eh... política, metodológica ou militarmente do ponto de vista da questão da luta pela posse, isso aí não. Porque pela simples razão de que a maioria dos posseiros chegou depois da Guerrilha. Agora, que não teve nenhuma influência em alguns bolsões ao redor de São Geraldo eh... por exemplo a primeira grande briga que teve emboscada aqui foi em Itaipava, logo depois de São Geraldo onde foi pegada a polícia, uma emboscada da polícia com sistema clássico que os posseiros fazem que deixam um grupo aqui, um grupo aqui e outro ali e deixa a polícia entrar e só atira quando a polícia chega lá no finzinho quando eles vão e pega. Pega eles e os pistoleiros.

Logo depois, em 5 de março de 1980, num documento intitulado Igreja e Problemas da Terra, a Igreja posicionou-se sobre a questão da Reforma Agrária, tema parte da agenda do processo de redemocratização da sociedade brasileira. O documento referiu-se ao que nos interessa aqui: a ação desenvolvida pela CPT no sul e sudeste do estado do Pará a partir de 1975, quando se intensificam os conflitos pela posse da terra num cenário pós-guerrilha.

Emmanuel Wamberg diz expressamente que o Programa de 27 pontos da ULDP tornou-se o principal instrumento político na atividade dos missionários da CPT.

A Igreja percebeu a possibilidade de reforçar sua presença com a derrota dos guerrilheiros e fazer do seu exemplo de luta e coragem um estímulo para a formação das CEBs. Intensifica e amplia suas atividades eclesiais na sua radicalidade política. Torna-se a referência política e organizativa para o conjunto dos oprimidos em busca da libertação. Faz do programa da ULDP o instrumento através do qual amplia a educação política e a conscientização dos camponeses com o intuito de criar no lugar uma cultura camponesa. Fizeram amplamente o que os *paulistas* realizaram em menor proporção, isto é, discutir e debater os problemas que afligiam os habitantes orientados pelo Programa como referência política.

Está claro, portanto, que tanto os militares quanto a Igreja através da CPT e das Comunidades Eclesiais de Base mantiveram-se no local com interesses diferentes. Esta busca então construir uma organização efetiva dos trabalhadores do campo, visando contribuir para a formação de uma identidade camponesa. Ao passo que o Exército tenciona não permitir a ideologização dos movimentos pela terra.

15 CONCLUSÃO

Com a abertura democrática, surge a expectativa da ampliação do debate autocrítico sobre a atuação das organizações de esquerda. Mas, paradoxalmente, foi nessa época que se construiu certa censura acerca da guerrilha no Brasil, embora não tenha uma censura deliberada, uma vez que todas as energias intelectuais estavam voltadas para a construção de uma outra estratégia de luta política para os movimentos sociais e sindicais, marcada pela busca de novos temas que serão acrescentados à agenda da esquerda, para muitos sua *raison d'être*: democracia e cidadania. Visão esta acompanhada de um total desprezo pela tradição clássica da esquerda comunista.

Apesar disso, foi nesse período, que emergem os primeiros debates nos círculos de esquerda sobre o Araguaia e a participação da Igreja.

Contudo, na atual conjuntura, da “morte de tudo”, pesquisar guerrilha “parece” relutar em enxergar o desinteresse por um assunto que ficou *demodé*, devido à crise terminal de descendência da Revolução Russa e das Democracias Populares do Leste Europeu. Porém são muitos os olhares atentos dos cientistas sociais, jornalistas e especialistas em relações internacionais, os quais se voltam para uma realidade da qual emerge com extrema rapidez a problemática da guerra de guerrilhas, que, contraditoriamente, reapareceu no cenário mundial, não mais atrelado essencialmente ao marxismo revolucionário, mas como um método eficazmente utilizado, e com incrível atualidade, nos movimentos separatistas que sacudiram a Europa desde 1989, e mais recentemente como método de luta política largamente utilizado na Irlanda com o Exército Republicano Irlandês (IRA), embora esteja em andamento um processo de negociação para a paz entre católicos e protestantes para pôr fim aos sangrentos conflitos que atingiram a Irlanda nas últimas décadas. Contudo é fato que grupos dissidentes ligados tanto aos católicos quanto aos protestantes ainda resistem aos acordos, recusando-se a depor as armas, o que torna mais distante a paz na Irlanda. Até então o IRA, grupo eminentemente católico aceitara os acordos de paz, feitos há alguns anos antes com os protestantes, que incluiu a formação de um governo autônomo na Irlanda com a redução da presença Inglesa. Historicamente o IRA luta pela defesa da proposta de unificação das Irlandas, uma nação soberana e independente da Inglaterra.

Persiste em atividade os movimentos guerrilheiros islâmicos no Oriente Médio e, sobretudo, a permanência guerrilheira na Ásia (Filipinas) e na

África (Angola). No que tange ao marxismo, a guerrilha aparece com força na Colômbia por intermédio das FARC e do ELN, e no México destaca-se a atuação do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) com penetração na região de Chiapas, de maioria indígena (CASTAÑEDA, 1996).

Esses movimentos são provas suficientes de que, mesmo com impasses existentes na perspectiva da construção de uma sociedade socialista, a guerra de guerrilhas com seus diferentes objetivos – independência nacional, socialismo ou não (banditismo) – resiste às mudanças provocadas pelo fim da guerra fria e da bipolaridade entre as duas superpotências.

Nesse sentido, ousaria dizer que o mérito deste trabalho foi produzir uma crítica ao paradigma dominante no Brasil, centrada no estudo dos movimentos e organizações clandestinas do Centro-Sul do país e no “suicídio revolucionário” que teria sido a marca dos movimentos sociais contestatórios ao regime militar, e defender a tese de que a visão dos guerrilheiros representados pelo PCdoB era similar à dos militares devido ao entendimento da proeminência e relevância geopolítica da Amazônia, e antagônica concernente à forma de organização social e econômica da sociedade e, sobretudo, era similar quanto à concepção de um “espaço vazio” demográfico e civilizatório a ser ocupado por pequenos proprietários e camponeses que migravam de diversas regiões. Para o PCdoB, essas mudanças no espaço, numa das áreas marrons do Brasil, favoreceria a crença na potencialidade revolucionária de garimpeiros, lavradores, mariscadores, castanheiros, enfim, posseiros e outras categorias de trabalhadores do campo, em virtude das contradições existentes entre estes e os grandes proprietários de terras; ao passo que os militares viam a região como um vazio demográfico e civilizatório a ser ocupado, objetivando, duplamente, com tal medida, receber camponeses e empreendedores capitalistas e defender o território seguindo a tese da segurança interna expressa na DSN, ou seja, defender a Amazônia dos intentos dos que desejavam a “cubanização” da América Latina.

Procurei evidenciar as múltiplas determinações do projeto político-estratégico, isto é, compreender a gênese do projeto dos *paulistas* e dos militares e, secundariamente, do projeto político-religioso da Igreja Católica. A Igreja via a Amazônia como um “espaço” de reprodução camponesa, onde se podia plantar a semente da Teologia da Libertação (a partir do término dos combates no Araguaia) e que poderia ser utilizado para eliminação da pobreza; enquanto os militares viam na Amazônia um espaço de penetração capitalista.

A ênfase nas raízes das visões estratégicas nos respectivos projetos resultou numa análise da guerra de guerrilhas propriamente dita entre 1972 e 1975, principalmente no exame da execução desses projetos.

Ao propugnar no discurso e na prática a defesa da meta socialista e lograr obter por meio de um processo revolucionário baseado na experiência da longa marcha Chinesa e da estratégia do “cerco das cidades a partir do campo”, numa conjuntura desfavorável e de refluxo dos movimentos de contestação popular no Brasil e na América Latina, e sem apoio externo, os *paulistas* não tiveram o tempo histórico necessário para galvanizar e manter as alianças que permitissem construir um espaço geoestratégico de manobra suficiente para a duração da Guerrilha.

Não obstante os fatores mencionados anteriormente, de que os guerrilheiros não avaliaram as consequências do refluxo dos movimentos similares no Brasil e na América Latina, a Guerrilha poderia, e outras podem, sobreviver em atividade, ainda que se esgotem quaisquer possibilidades de triunfo em longo prazo numa escala regional. Ou seja, mesmo numa conjuntura desfavorável, havia condições de resistência por longo período. A prática foquista como consequência indesejada no Araguaia, mas necessária na etapa de preparação da guerrilha, não seria, como pensam os autores que comungam com a ideia de que ela faz parte do “suicídio revolucionário”, unicamente, fator de derrota. Se isso fosse verdade, não teríamos exemplos de grupos guerrilheiros em atividade ainda hoje, os quais surgiram ainda na década de 60, e são direcionados pelos projetos político-estratégicos foquista.

O trabalho procurou, também, relativizar, na contracorrente dos estudos acerca desses movimentos, o determinismo histórico que explica o movimento de resistência apenas pelo quadro político-social do Golpe de Estado de abril de 1964. Desse modo, a Guerrilha do Araguaia, vista como um desses movimentos, foi consequência direta e sem mediações da reação ao Golpe. Não a vejo dessa maneira. Estou certo de que ela, ainda que tenha sido em parte determinada pelos efeitos do Golpe de Estado, teve outros importantes fatores que contribuíram para formar um quadro histórico, político e ideologicamente bastante complexo. Entre esses fatores, estão as intencionalidades dos comunistas brasileiros num processo revolucionário e a perseguição brutal a seus militantes fazendo com que só tivessem uma alternativa: sair do país ou continuar lutando na clandestinidade.

Por outro lado, o aparato militar deslocado, bem como a forma brutal com que tratou os guerrilheiros e os habitantes do lugar, vitimando-os e violando todas as normas internacionais das quais o Brasil era e é signatário, incluindo a tortura física e psicológica, supunha que a atividade dos *paulistas*, que acreditavam na iminência da revolução, podia ameaçar a ordem nacional e o sonho militar de viabilização do projeto Brasil Grande Potência.

A análise dos acontecimentos da segunda etapa mostrou que os militares mudaram de estratégia político-militar no decorrer do conflito, o que permitiu, com a sua superioridade militar, vencer a última e decisiva batalha. Ao passo que os guerrilheiros mantiveram-na inalterada.

Visto da contemporaneidade, parece impossível o ressurgimento dessa forma de tomar a guerrilha como instrumento político-estratégico de busca da utopia socialista no Brasil. Nenhum Partido da esquerda brasileira sustentaria, exclusivamente, esse caminho, o que não significa que ela tenha sido eliminada do horizonte da América Latina.

Não poderia concluir sem lembrar o que disse o historiador José Júlio Chiavenato na obra *Genocídio Americano* (1981) sobre a Guerra do Paraguai. Antecipando e contrariando a crítica de que seu livro era contra o Brasil, defendeu-se com o argumento de que a construção de uma versão da história, consubstanciada em sólida documentação, é que estava contra o Brasil. O meu trabalho não é contra o regime militar, tampouco contra as FFAA, instituição necessária em qualquer nação, especialmente o Exército, mas a interpretação dos fatos descritos é que estão contra essas duas instituições.

Por fim, são 300 índios Suruí e camponeses desaparecidos; 2.500 sofreram humilhações, prisões e torturas; 56 militantes do PCdoB mortos em combate ou executados. Entre os mortos: Bergson Gurjão Farias (Jorge); Walquíria Costa (Walk); Adriano Fonseca (Chicão – cabeça decepada); Arildo Valadão (Ari – cabeça decepada); Divino Souza (Nunes). Entre os 300 mortos ou desaparecidos, 31 são camponeses, entre eles o camponês Pedro Carretel. Camponeses que apoiaram a guerrilha somam 111. Sobreviventes da primeira campanha: Elza Monerat, João Amazonas, José Genuíno, Pedro Albuquerque, Alice Almeida, Regina Petit; ao passo que sobreviveram à Segunda Campanha: Dower Cavalcante e Dagoberto; da última Campanha, sobreviveram: Amaro Lins, Ângelo Arroyo, Zezinho (Micheas) e Luzia. Foram encontrados os restos mortais dos seguintes guerrilheiros: Maria Lúcia Petit e Bergson Gurjão.

16 REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce. Terras indígenas, política ambiental e geopolítica militar no desenvolvimento da Amazônia: a propósito do caso Yanomami. *In*: LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Conflitos e mediação. Os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado**. Rio de Janeiro. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Museu Nacional da UFRJ, Rio de Janeiro, 1993. v. 1. (Mimeografado).

ALMEIDA, Alfredo Wagner. **A guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1994, 330 p.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 6. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1992. 128 p.

AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. *In*: SILVA, Marcos A. da (coord.). **Repúblicas em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, CNPq, 1990.

AMAZONAS, João. [Palestra] realizada no Teatro Margarida Schwazzapa. Belém, PA, 30 jan. 2000. (Gravação).

AMAZONAS, João. **O revisionismo chinês de Mao Tse-Tung**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1981. 203 p.

ARAMBURU, Mikel. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 25, ano 9, p. 82-99, jun. 1994.

ARENDT, Hannah. **Da revolução**. 2. ed. São Paulo: Ática; Brasília: UnB, 1990. 261 p.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil nunca mais*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARTESANO, Eduardo. **História socialista de América**. Buenos Aires: Relevo, 1993. (Práxis y liberación).

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. 2. ed. amp. 2. imp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 430 p.

BALLEY, Paul. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1996. 970 p.

BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia regional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, 129 p.

BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. Lisboa-Portugal: Inquérito, 1981, 230 p.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. 361 p.

BRASIL. Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia. Centro de Estudos Estratégicos. **Constituições Brasileiras - 1969**. Brasília, DF: 1999. (Coleção, Constituições Brasileiras).

CABRAL, Pedro Corrêa. **Xambioá: guerrilha do Araguaia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993. 252 p. (Romance).

CAMPOS FILHO, R. P. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. Goiânia: Editora UFG, 1995. v. 1. 241 p.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia**: expansão capitalista. São Paulo: CEBRAP; Brasiliense, 1986. p. 67-90.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O modelo político brasileiro**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. 211 p.

CARVALHO, David Ferreira. **Formas de acumulação e dominação do capital na agricultura e campesinato na Amazônia**. Orientador: Carlos A. Ferreira Lima. 1981. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1981.

CARVALHO, Luís Maklouf *et al.* **Pedro pomar**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980. 207 p.

CARVALHO, Luís Maklouf *et al.* **Contido a bala**: a vida e a morte de Paulo Fonteles, Advogado de Possesiros no Sul do Pará. Belém: Editora CEJUP, 1994. 446 p.

CASTAÑEDA, Jorge. Verdade ou não, nova guerrilha gera incertezas no México. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 7 jul. 1996. 1º caderno 1, p. 20.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 2. ed. Rio de Janeiro-Petrópolis: Vozes, 1996. 351 p.

CHALIAND, Gerard. **Mitos revolucionários do terceiro mundo**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

CHIAVENATO, José Júlio. **Geopolítica, arma do fascismo**. São Paulo: Global, 1981, 94 p.

CHILCOTE, Ronaldo H. **Partido comunista brasileiro**: conflito e integração - 1922-1972. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1982. 413 p.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1979. 578 p.

COELHO, Maria Célia Nunes. **Ocupação da Amazônia e a presença militar**. São Paulo: Atual, 1998.

COSTA, Sérgio. Categoria analítica ou *passe-partout* político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. **BIB**. Rio de Janeiro, Editora Relume-Dumará, n. 43, p. 3-25, 1. Semestre, 1997.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 19, ano 7, jun. 1992.

D'ARAÚJO, Maria Celina *et al.* **Visões do golpe**: a memória militar sobre 64. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 256 p.

D'ARAÚJO, Maria Celina *et al.* **Os anos de chumbo**: a memória militar sobre a Repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b. 326 p.

DIÁRIO da Guerrilha do Araguaia. *In*: MOURA, C. **Apresentação**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, 80 p.

DICCIONARIO de la Lengua Española. Barcelona. 1978.

DI PAOLO, Pasquale. **Cabanagem**: a revolução popular da Amazônia. 3. ed. Belém: Editora CEJUP, 1990. 415 p.

DÓRIA, Palmério *et al.* A guerrilha do Araguaia. **História imediata**, São Paulo: Alfa-Ômega, n.1, 1978.

DOUROJEANNI, Marc J. Medio siglo de desarrollo en la Amazonia: ¿existen esperanzas para su desarrollo sustentable?" **Estudios Avancados**, São Paulo, IEA, v.12, n. 34, set./dez. 1998.

DREIFUSS, Rene Armand. **A internacional capitalista**: estratégia e táticas do empresariado transnacional (1918-1986). 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. 395 p.

DREIFUSS, René Armand. **Ação de classe e elite orgânica**. Estado, participação política e democracia. SOARES, Ricardo Prata *et al.* (coord.). Brasília, DF: CNPq; São Paulo: ANPOCS, 1985. p. 341-354,

DUARTE, José. **Pela liberdade e pela independência nacional**. [s.l.:s.n.], 1976.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia**: peões e posseiros contra a grande empresa. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1987. 208 p.

ESTUDO crítico acerca da violência revolucionária: resolução aprovada no VI Congresso do Partido Comunista do Brasil, realizado em 1983.

FERRAZ, Francisco Cezar Alves. A sombra dos carvalhos: civis e militares na formação e consolidação da Escola Superior de Guerra. **Revista Pós-História**, São Paulo, UNESP/Assis, v. 92, p. 85-97, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST**: formação e territorialização. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. 285 p.

FERNANDES, Marcionila. **Donos de terras**: trajetórias da união democrática ruralista. Belém: NAEA/UFPA, 1999b. 187 p.

FERNANDES, Luís. China: o socialismo que não houve. **Revista Princípios**, n. 10, abr./jun. 1985.

FIGUEIRAS, Ricardo Rezende. **A justiça do lobo**: posseiros e padres do Araguaia. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1986. 115 p.

FONTELLES, Paulo. **A guerrilha redescoberta**. Belém: Grafisson, 1990, 80 p.

FORGET, Danielle. **Conquistas e resistências do poder (1964-1984):** a emergência de um discurso democrático no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. 209 p.

FREDERICO, Celso. Presença e ausência de Lukács. *In:* ANTUNES Ricardo; RÊGO, Walquíria Leão (org.). **Lukács: um Galileu no Século XX.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1996. 133 p.

GARAUDY, Roger. **Rumo a uma guerra santa?** O debate do século. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1968. 168 p.

GENUÍNO NETO, José. Carta. **Araguaia: o partido e a guerrilha.** São Paulo: Editora do Brasil Debates, 1980. 312 p.

GIAP, Vo Nguyen. Armamento das massas revolucionárias, edificação do exército do povo. **Ulmeiro/Terceiro Mundo e Revolução**, n. 4, p. 274, s/d.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão”. *In:* GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia: conceitos e termos.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1995.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas:** a esquerda brasileira: das ilusões perdidas a luta armada. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990. 255 p.

GUERRA Popular: o caminho da luta armada no Brasil. Lisboa: Maria da Fonte, s.d.

GUERRILHA do Araguaia; Tortura e sofrimento: autor identificado como “Poeta Craveirinha”- Literatura de Cordel - Marabá-PA. [s.d.]

GUEVARA, Ernesto. Che. Cuba: uma vanguarda excepcional ou vanguarda da luta anticolonialista”. *In:* GUEVARA, Ernesto. **Textos políticos e sociais.** São Paulo: Edições Populares, 1987.

GUEVARA, Ernesto. **A guerra de guerrilha.** 10. ed. São Paulo: Edições Populares, 1987b. 123 p.

HABERMAS, Jurgen. Soberania popular como procedimento: um conceito normativo de espaço público. **Novos Estudos**, CEBRAP, no 26, p.100 -113, mar. 1990.

HAJE, João Dionísio. **Estudos Paraenses**. Belém: CEJUP, 1993. 190 p.

HARNECKER, Marta. **América Latina: izquierda y crisis actual**. Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1990.

HENNING, Hermano, do SBT Repórter, que foi ao ar em 04.06.1996

HOBBSAWN, Eric. **Revolucionários**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

IANNI, Otávio. **A luta pela terra: história social da luta pela terra numa área da Amazônia**. 3. ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1981. 235 p.

IANNI, Otávio. **O ciclo da revolução Burguesa**. Rio Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1985. 112 p.

IANNI, Otávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. 316 p.

IOKOI, Zilda Gricoli. **Igreja e camponeses: teologia da libertação e movimentos sociais no campo Brasil e Peru, 1964-1986**. São Paulo: HICITEC; FAPESP, 1996. 255 p.

JADÃO, Paulo Bosco Rodrigues. Marabá: [s.d.], p. 69.

JORNAL O GLOBO, Rio de Janeiro, 28 abr. 1996.

JORNAL O GLOBO, Rio de Janeiro, 30 abr. 1996.

JORNAL DO TOCANTINS, Marabá, ano 11, n. 431, p. 7, 15-21 out. 1993.

JORNAL DO TOCANTINS, Marabá, ano 121, n. 474, 12-18 jun. 1994.

JORNAL OPÇÃO, de Goiânia, nov., 1995.

JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack. **Lamarca: o capitão da guerrilha**. 12. ed. São Paulo: Global, 1989. 166 p.

KRISCHE, Paulo José. Problemas teóricos das relações entre a igreja e o Estado na crise de 1964. *In*: SOARES, Ricardo Prata *et al.* **Estado, participação política e democracia**. Brasília, DF: CNPq; ANPOCS, 1985. p. 357-386. (Ciências Sociais Hoje, 3).

LÊNIN, V. I. *et al.* **Estratégia e tática**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1989. 169 p.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. **A história da ação popular: da JUC ao PCdoB**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

LIMA, Haroldo. **Itinerário de lutas do partido comunista do Brasil - PCdoB**. Salvador: Maria Quitéria, 1985.

LINS, Amaro [Entrevista cedida pelo autor], em Belém-PA, no Centro de Treinamento de Recursos Humanos/Secretaria de Estado de Educação – Pará (CTRH/SEDUC) durante a realização de uma Conferência do PCdoB. 24 dez. 1997.

LOUREIRO, Violeta R. **Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia**. Belém: CEJUP, 1997. 456 p.

LUKÁCS, George. **Teoria do partido revolucionário**. São Paulo: Brasil Debates [s.d.]. 112 p.

MAGNOLI, Demétrio. **O que é geopolítica**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 74 p.

MAHAR, Dennis. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas Governamentais**. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1978.

MANIFESTO, programa e estatutos do partido comunista do Brasil. Aprovado na Conferência Extraordinária de 18 de fevereiro de 1962.

MAO JUNIOR, José. A revolução cubana em questão. *In*: BARROS, A. L. Rocha *et al.* **Um olhar que persiste**: ensaios críticos sobre o socialismo e o capitalismo. São Paulo: Anita Garibaldi, 1997.

MARTINS, Edilson. **Nós, do Araguaia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980. 219 p.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro-Petrópolis: Vozes, 1981. 185 p.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**: a questão política no Campo. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1982. 181 p.

MATA, Possidônio da. A igreja católica na Amazônia da atualidade. *In*: HOORNAERT, Eduardo (coord.). **História da igreja na Amazônia**. Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina - CEHILA. Rio de Janeiro-Petrópolis: Vozes, 1992. 416 p.

MATTOS, Meira. **Brasil**: geopolítica e destino. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército; José Olímpio, 1975. 109 p.

MATTOS, Maria V. Bastos de. **História de Marabá**. Marabá: Grafil, 1996. 114 p.

MELLO, João Manuel Cardoso. **O capitalismo tardio**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991. 182 p.

MERLE, Marcel. **Sociologia das relações internacionais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

MIR, Luís. **A revolução impossível**: a esquerda e a luta armada no Brasil. São Paulo: Best-Seller, 1994. 755 p.

MONTEIRO, Cauby Soares. **Rebeldes, chapelados e pés-descalços**: os cabanos no Grão-Pará. Orientador: Ernani Chaves. 1994. 87 f. Dissertação

(Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

MORAES, João Quartín de. **A esquerda militar no Brasil**: da Coluna a Comunidade. São Paulo: Siciliano, 1994. 193 p.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Os principais grupos missionários que atuaram na Amazônia brasileira entre 1607 e 1759. *In*: HOORNAERT, Eduard (coord.) **História da igreja na Amazônia**. Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina - CEHILA. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1992. 416 p.

NASCIMENTO, D. M. **A guerrilha do Araguaia**: paulistas e militares na Amazônia. Dissertação de Mestrado. Belém, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2000.

NASCIMENTO, D. M. O Araguaia na rota da guerrilha. **Contando a história do Pará**, v. 2: os grandes projetos na Amazônia contemporânea (século XX). FONTES, E. (org.). Belém: Editora E-motion, 2002, p. 103-138.

NASCIMENTO, D. M. Revisão Crítica da Tese do “Suicídio Revolucionário”. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa - PR, v. 9, n. 1, p. 45-78, 2006.

NASCIMENTO, D. M. Guerrilha no Brasil: crítica à tese do “suicídio revolucionário”. **Revista Cantareira**, Rio de Janeiro, v 1, n. 5, ano 2, abr./ago. 2004. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/cantareira/edicpassadas/v5/guerrilha.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.

O'DONNELL, Guilherme. Sobre o estado, a democratização e alguns problemas conceituais: uma visão Latino-Americana com uma rápida olhada em alguns países pós-comunistas. **Revista Novos Estudos**, CEBRAP, p. 123-145, 36, jul. 1993.

OLIVEIRA, Eliezer Rizzo. Conflitos militares e decisões políticas sob a presidência do General Geisel (1974-1979). *In*: ROUQUIÉ, Alan (coord.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980. p. 114-153.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da ilusão**: a revolução mundial e o Brasil (1922-1935). 2. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

PINTO, Lúcio Flávio. **Carajás, o ataque ao coração da Amazônia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Studio Alfa, 1982. 140 p.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha **Massacre na Lapa**: como o exército liquidou o comitê central do PC do B-São Paulo de 1976. São Paulo: Busca Vida, 1987. 200 p.

POMAR, Wladimir. **Araguaia**: o partido e a guerrilha. São Paulo: Editora do Brasil Debates, 1980, 312 p.

POMPERMAYER, Malori José. Estrutura Agrária e Políticas Públicas. *In*: SOARES, Ricardo Prata *et al.* **Estado, participação política e democracia**. Brasília: CNPq; Coordenação Editorial, ANPOCS, 1985. 425 p. (Ciências Sociais Hoje, 3).

PORTELA, F. **Guerra de guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global, 1979, 263 p.

POTKIN, S. L. **The rational economy of rural society in Vietnam**. Berkley, Los Angeles e London: University of California Press, 1979. p. 1-93.

POULANTZAS, Nicos; SILVEIRA, Paulo (org.). Poulantzas: sociologia. São Paulo: Ática, 1984. 176 p. (Coleção Grandes Cientistas Sociais; 47).

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **História do cangaço**. 5. ed. São Paulo: Global. 1997. 75 p. (História Popular; 11).

REIS FILHO, Daniel Aarão. **De Volta à Estação Finlândia**: crônica de uma viagem ao socialismo perdido. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993. 200 p.

REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de. (org.). **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. 368 p.

RELATÓRIO DE PESQUISA, n° 5, IDESP, 1977. 235 p. (Diagnóstico do município de Marabá).

REVISTA AFINAL. **Ex-guerrilheiros**. Edição Especial, 22 jun. 1986.

REVISTA GUERRILHA DO ARAGUAIA, 3. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1996. 100 p.

REVISTA PLAYBOY. Entrevista do Ex-Guerrilheiro José Genuíno Neto, maio, 1980.

REVISTA PRINCÍPIO, n. 12, dez. 1985.

REVISTA SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO, Petrópolis, RJ: Editora Vozes, v. 5, n. 51, ago. 1972.

REVISTA VEJA, São Paulo, ano 31, n. 17, 29 abr. 1998.

RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 1993. 284 p.

RIDENTI, M. O impacto da crise do socialismo no Partido Comunista do Brasil, 1988-1992. Perspectivas. **Revista de Ciências Sociais/UNESP**, São Paulo, v. 17-18, p. 75-94. 1994, 1995.

RIDENTI, M. A vanguarda armada e as massas na revolução que não ocorreu. *In*: RIDENTI, M. **Ciências sociais hoje**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais; ANPOCS. 1987. p. 170-213.

ROCHA JUNIOR, Deusdedith Alves. **A guerrilha do Araguaia (1972-1974)**. 1995. 158 f. Brasília: Universidade de Brasília, 1995. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1995. (Cópia xerografada).

ROLLEMBERG, Denise. A ideia de revolução; da luta armada ao fim do exílio (1961-1979). In: PEREIRA, Andre Ricardo (org.). **Que história é essa?** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ROUQUIÉ, Alan (coord.). **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1980. 155 p.

SADER, Emir. Nós que amávamos tanto o Capital: fragmentos para a história de uma geração. **PRAGA**: revista de estudos marxistas, São Paulo: Boitempo Editorial, n. 1, set./dez. 1997.

SADER, Regina. Lutas e imaginário camponês. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo: Editora da USP, p. 182, 1990.

SÁ, Glênio Fernandes de. **Relato de um guerrilheiro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990. 90 p.

SANTANA, Marco Aurelio. Entre a ruptura e a continuidade: visões da história do movimento sindical brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 103 - 120, out. 1999.

SAUTCHUK, Jaime. **Luta armada no Brasil dos anos 60 e 70**. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1995. 96 p.

SCHILLING, Voltaire. **A revolução na China**: colonialismo, maoísmo e revisionismo. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1984. 119 p.

SCOTT, J. **The moral economy of the peasant**: rebellion and subsistence in Southeast Asia. London: Yale University Press, 1977. p. 13-55.

SCOTT, J. Formas cotidianas de resistência camponesa. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 21, n. 1, p. 10-31, jan.-jun. 2002.

SILVA, Golbery do Couto e. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SILVA, Francisco Carvalho da. Padre Chico [Entrevista cedida], entrevista realizada pelo autor no dia 24 dez, 1997, em Belém-PA, no Centro de Treinamento de Recursos Humanos/Secretaria de Estado de Educação – Pará (CTRH/SEDUC) durante a realização de uma Conferência do PCdoB.

SINVAL. [Entrevista] realizada pelo autor, no dia 12 fev. 1998, na Nova Marabá, Marabá-PA.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 608 p.

SUN TZU. **A arte da guerra: os documentos perdidos.** 3. ed. Adaptação Tomas Cleary. Rio de Janeiro: Record, 1997. 158 p.

TAIBO II, Paco Ignácio *et al.* **O ano que vivemos em nenhum lugar; a missão secreta de Che Guevara.** São Paulo: Scritta, 1995. 290 p.

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil. *In:* BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renata (org.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: Ensaio Sobre a Crise.** São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 122-140.

TRINDADE, Helgio. Para Onde vai a China? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 5, n. 2, out. 1987.

TSE-TUNG, Mao. **Escritos militares.** Goiânia: Libertação, 1981.

TSÉ-TUNG, Mao. **O livro vermelho.** São Paulo: Global, 1992.

VALICOURT, Roberto de. [Entrevista cedida a] Josélio Rodrigues de Lima, realizada na Prelazia de Marabá-PA no dia 24 de dezembro de 1997 no âmbito da Monografia de Conclusão de Curso de Teologia no Instituto de Pastoral Norte (IPAR), sob supervisão do autor sobre a guerrilha do Araguaia.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração do capitalismo numa área da Transamazônica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WAMBERG, Emmanuel [Entrevista cedida pelo autor], na Cidade Nova, Marabá-PA, no dia 21 ago. 1997.

WEBER, Max. A política como vocação. *In*: GERA, H. H.; MIL, C. Wright H. (org.). **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982, p. 97-153.

WEFFORT, Francisco C. **Por que democracia?** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

17 ANEXOS

17.1 Anexo I – Carta de João Carlos Haas Sobrinho

Aos amigos de Porto Franco, Tocantinópolis e Estreito.

Após alguns anos de ausência, volto a dirigir-me à população dessa região, onde prestei serviços como médico durante mais de um ano, no Sul do Pará, às margens do Rio Araguaia, em abril último, da qual participo juntamente com outros moradores dos municípios de São João do Araguaia e Conceição do Araguaia.

[...] Na convivência com a população de Porto Franco, Tocantinópolis e Estreito, aprendi a conhecer seus problemas. São cidades pobres, cujas Prefeituras não contam com recursos suficientes para realizar que melhorem a vida do povo, como a pavimentação de ruas, a instalação de redes de esgoto e água encanada. A energia elétrica disponível é precária e incerta. São insuficientes as escolas públicas, cujos professores, além de contarem com vencimentos muitos baixos, só os recebem com vários meses de atraso. Lembro bem que os habitantes de Porto Franco mantinham seu Ginásio com grande esforço, às próprias custas, sem ajuda do Governo[...]

Inconformado com tal situação dramática, que se agrava com o tempo, comecei a denunciar o descaso dos governantes em face das dificuldades do povo, a reivindicar recursos para a assistência médica, o que me tornou alvo das perseguições das autoridades. [...]

Forçado a deixar a região do Tocantins, não pude então explicar aos amigos as causas daquele afastamento, nem atender aos reclamos da população, inclusive de S. Excita. Revma. o Sr. Bispo de Tocantinópolis e outras pessoas de destaque, capazes de compreender os prejuízos que acarretaria a falta de médico no lugar [...]

Desde aquela época, em fins de 1968, estive radicado nas proximidades da localidade de São Geraldo, em frente a Xambioá, onde me dediquei à assistência médica e ao comércio de medicamentos. [...]

Em abril último, agravaram-se os sofrimentos daquela população, com a feroz investida de numerosas tropas do Exército, Marinha, Aeronáutica e Polícia Militar do Pará, contra muitos moradores ali radicados. Apoiados por aviões, helicópteros e lanchas, equipados com armas modernas, essas tropas prenderam e espancaram muitos lavradores, assassinaram outros, queimaram casas

e paióis, saquearam suas propriedades e continuam ainda hoje sua perseguição, perturbando a vida da população e procurando semear o terror naquela área.

Nossas FFAA, as FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA, estão lutando já há cinco meses no Sul do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão e já tiveram vários choques com os soldados da ditadura, tendo-lhes causado perdas em mortes e feridos.

Elaboramos também um programa político, baseado nas necessidades mais prementes da população, divulgado em manifesto intitulado “Em defesa do Povo pobre e pelo Progresso do Interior”.

Em torno deste programa foi organizada a União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP), da qual participarão todas as pessoas, tanto as mais pobres- peões, castanheiros, mariscadores, garimpeiros, posseiros- como estudantes, funcionários, comerciantes ou qualquer elemento que deseje lutar por liberdade, a emancipação nacional e o progresso das regiões atrasadas. Dirijo-me aos amigos e a toda a população de Porto Franco, Tocantinópolis e Estreito bem como aos conhecidos dos municípios de Carolina, Imperatriz, Araguatins, Itaguatins, Xambioá e Araguaína, conclamando-os a participarem desta luta.

Estou certo de que a grande maioria da população da região juntar-se-á à luta de todo o povo brasileiro por um governo democrático e popular, por um país livre e próspero.

Em algum lugar das matas do Araguaia, 12 de setembro de 1972

João Carlos Haas Sobrinho (Juca)

Peço a quem tomar conhecimento desta carta, divulgá-la entre os amigos e conhecidos.

17.2 Anexo II – O Programa da ULDP

“A União do Povo do interior deve fazer-se partindo de suas reivindicações mais sentidas e mais imediatas. Que deseja o homem do interior? Quais são os problemas que mais o afetam? Ele quer:

- 1 - Terra para trabalhar e título de propriedade de sua posse.
- 2 - Combate a grilagem, com castigo severo a todos que grilarem terras.
- 3 - Preços mínimos compensatórios para os produtos da região, preços que não se distanciem muito dos que estão em vigência nos grandes mercados de

consumo. Criação de Distribuidoras do Estado, que adquirem por preços fixados todos os produtos que lhe sejam oferecidos e, ao mesmo tempo, vendam com uma pequena margem de lucro, e também a prazo, adubos, ferramentas, venenos, sementes, máquinas de fabricar farinha, lonas para a colheita de arroz, moinhos, etc.

4 - Facilidades para o deslocamento da produção através de diferentes meios de transportes, e financiamento ao lavrador para a compra de animais.

5 - Proteção à mão de obra dos que trabalham nos castanhais, na extração da madeira ou nas grandes fazendas. O castanheiro deve receber por hectolitro da castanha cortada um preço que seja, pelo menos, um terço do fixado pelo governo para a cidade de Marabá. O hectolitro deve ser de 6 latas de parafina, sem cálculo e sem arredondar as latas. O preço das mercadorias vendidas nos armazéns não pode exceder em muito o preço corrente nas cidades e povoados próximos. O pagamento ao castanheiro deve ser realizado no local de trabalho. Os trabalhadores da exploração da madeira ou das grandes fazendas devem receber seus salários em dinheiro no final de cada mês, não sendo permitido o pagamento de salários em espécie ou bagulho.

6 - Assegurar aos 'garimpeiros' o direito de trabalhar livremente e a regulamentação de sua atividade, impedindo que seja explorado na venda dos bens obtidos em seu trabalho.

7 - Liberdade de caça e pesca para sua alimentação, permitindo-se a venda das peles dos animais por eles mortos para o seu consumo. A matança generalizada de caça com o único objetivo de comercializar as peles deve ser proibida.

8 - Liberdade para coletar, quebrar e vender o babaçu.

9 - Redução dos impostos que recaem sobre o trabalho da terra e sobre o pequeno comércio. Os pequenos e médios lavradores não devem pagar nenhum imposto ou taxa ao INCRA. Liquidação do sistema de multas dos serviços de impostos e da cobrança de impostos com o auxílio da polícia.

10 - Direito de todo lavrador ou trabalhador da selva possuir sua arma de caça e de defesa pessoal.

11 - Assistência médica por meio de postos instalados em zonas e distritos e também de postos ambulantes montados sobre embarcações e caminhões. Serviço médico gratuito, para as doenças endêmicas, e pago a preços módicos, para as doenças evitáveis, como a sífilis. Combate sistemático e eficaz à malária e à verminose.

12 - Criação de escolas nos povoados, nas margens dos grandes rios, nas proximidades de várias plantações, com doação de material escolar. Construção

de internatos para crianças que vivem longe das escolas, com custos de 8 a 10 meses de duração.

13 - Fim das arbitrariedades da polícia contra o povo. A polícia não pode cobrar suas diligências, autorização para festas, as prisões, não pode prender ninguém sem motivo plenamente justificado. Não tem direito a bater nos presos nem a tirar armas, animais, instrumentos de trabalho ou objetos de utilização do homem do interior. Os policiais estão obrigados a manter uma atitude de respeito com o lavrador e sua família, como também em relação às mulheres.

14 - Casamento civil e registro de nascimento gratuitos.

15 - Proteção à mulher. Em caso de separação do marido ou companheiro, a mulher tem direito a uma parte da produção e dos bens domésticos, de acordo com o trabalho desenvolvido, direta ou indiretamente, para a obtenção ou produção desses bens. Ajuda à maternidade. Cursos práticos para formar novas parteiras ou melhorar os conhecimentos técnicos das que já trabalham na região, com o objetivo de garantir uma melhor assistência às mulheres grávidas.

16 - Trabalho, instrução e educação física para a juventude. Estímulos ao desenvolvimento do esporte, com a construção de campos de futebol e de basquete, pistas de atletismo e outras iniciativas. Ajuda à criação de clubes, centros recreativos e culturais e à construção de suas sedes.

17 - Respeito a todos os religiosos, não sendo permitida a perseguição a qualquer pessoa por motivos de prática religiosa, inclusive de quem professa a pajelança, o tererecô (religiões da região), o espiritismo, sempre que esta prática não cause danos a indivíduo.

18 - Liberdade para reunir-se, discutir seus problemas, criticar as autoridades, exigir seus direitos, organizar suas associações e eleger, sem pressão de nenhum tipo, seus representantes.

19 - Criação de Comitês Populares, eleitos diretamente pelo povo, para administrar os distritos e povoados, orientar as iniciativas que têm relação com a coletividade e resolver as desavenças surgidas entre os habitantes. Os Comitês estabelecem, de comum acordo com o povo, as normas de proteção à plantação, contra a invasão de gado, porcos e outros animais, assim como orientam a maneira de criá-los sem causar prejuízo aos interesses coletivos.

20 - Eleição livre do prefeito de um Conselho Administrativo nos municípios, assim como de Comitês populares nos bairros das cidades.

21 - Emprego de boa parte dos impostos arrecadados nos municípios para o desenvolvimento das cidades e povoados. O Governo Federal e o Governo Estadual de cada estado devem ajudar os municípios na construção de estradas, pavimentação de ruas, instalação de luz e água, manutenção de escolas e execução de serviços médicos.

22 - Elaboração de planos de urbanização e desenvolvimento em todas as cidades. Facilidades para a construção de casas, estímulo à criação de bibliotecas e radioemissoras locais, sem que seja necessária nenhuma permissão das autoridades para seu funcionamento.

23 - As terras do Estado abandonadas e localizadas nas proximidades dos povoados e pequenas cidades devem ser distribuídas anualmente entre os habitantes, para que sejam cultivadas por um ano.

24 - Aproveitamento racional das grandes áreas não cultivadas em torno das cidades e povoados para a criação de granjas e plantações rentáveis, com o objetivo de garantir trabalho e meio de vida à população da região.

25 - Defesa da terra dos Índios, respeito a seus hábitos e costumes e ajuda do Governo aos indígenas.

26 - Obrigação de reflorestamento e aproveitamento total das árvores derrubadas na exploração de madeira em larga escala. O benefício da madeira deve ser feito na região para incentivar seu progresso. A madeira existente em cada área determinada de terra pertence ao posseiro.

27 - Respeito à propriedade privada que não ocasione prejuízo à coletividade. Apoio às iniciativas privadas de caráter progressista, à pequena e média indústria e ao artesanato.

A UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO, surgida para unir as amplas massas, crê que esses 27 pontos sintetizam as reivindicações mais sentidas e imediatas do homem desta região. Incluem tudo que ele deseja e tem direito. Representam, contudo, o mínimo exigido por ele nas condições atuais. Por isso a ULDP considera que este é um programa em defesa dos pobres e pelo progresso do interior. Em torno dele se unirá o povo sofrido: os lavradores, os castanheiros, os vaqueiros, os garimpeiros, os peões, os barqueiros, os que trabalham na madeira e na quebra de babaçu, os pequenos e médios comerciantes, enfim, todos os que querem o progresso da região e a facilidade de seus habitantes.

É hora da decisão, de acabar para sempre com o abandono em que vive o interior e de pôr fim aos incontáveis sofrimentos de milhões de brasileiros abandonados, humilhados e explorados. A Revolução abrirá o caminho para uma nova vida.

Até hoje, o povo foi tratado como escravo. Chegou o momento de levantar-se para varrer os inimigos da liberdade, da independência e do progresso do Brasil” (DGA, 1985, p. 75- 80).

17.3 Anexo III – Regulamento das FORGAS

I

“As Forças Guerrilheiras do Araguaia guiam-se pelo seguinte Regulamento Militar:

1 - Combatente é todo integrante das Forças Guerrilheiras do Araguaia. Não há distinção entre os combatentes a não ser pelas funções que exercerem.

2 - Os combatentes ingressam voluntariamente na FGA dispostos a orientar-se pelos seguintes princípios:

a - Estar disposto a enfrentar e vencer todas as dificuldades;

b - Estar decidido a lutar até a vitória final;

c - Estar resolvido a transformar-se num verdadeiro revolucionário;

3 - O combatente deve elevar suas qualidades morais. Esforçar-se para:

a - Ter um estilo de vida simples e de trabalho duro;

b - Viver, pensar e combater como um lutador a serviço do povo;

c - Desenvolver a confiança em si mesmo e ser ao mesmo tempo modesto;

d - Cultivar permanentemente o espírito de iniciativa, audácia e responsabilidade;

e - Ser fraternal e solidário com os companheiros e com os integrantes do povo.

4. O combatente deve observar a mais estrita disciplina, que consiste em:

a - Obedecer sem vacilações às ordens do comando em todos os níveis;

b - Cumprir os Regulamentos e Normas da FGA;

c - Exercer integralmente seu dever quando investido em funções de comando, não podendo renunciar às prerrogativas do cargo nem delegar a outros seus poderes.

5 - Os combatentes têm direito de:

a - Apresentar sugestões ao comando;

b - Criticar os companheiros nas questões oportunas, isto é, nas reuniões de chefes de grupo, tendo em vista o aperfeiçoamento da atividade e a elevação de espírito revolucionário.

c - O combatente tem o dever de:

a - Zelar permanentemente por seu armamento e equipamento, ter suas armas e munições em perfeitas condições de uso;

b - Cuidar continuamente de sua preparação militar, de seu estado físico e de elevação de sua consciência política;

c - Preparar-se constantemente pela segurança do conjunto da FGA, observar sigilo, não revelar segredos e manter severa vigilância contra qualquer infiltração do inimigo.

II

7 - O grupo constitui a unidade militar de base das Forças Guerrilheiras e é parte integrante do Destacamento. Sua autonomia de ação é restrita, atuando sobre a base das ordens de comando do Destacamento.

8 - O grupo está composto de sete combatentes. Opera em ações militares de acordo com o conjunto, sobre a base das ordens do comando de destacamento.

9 - O grupo se autoabastece em tudo o que se refere a sua alimentação.

10 - O grupo é comandado por um chefe de grupo. As atribuições do chefe de grupo são:

a - Velar pela execução das ordens de comando do destacamento, pelo cumprimento dos Regulamentos e Normas;

b - Manter o grupo em condições de combate;

c - Comandar o grupo como unidade de combate, planejar a direção das operações militares de acordo com as ordens de comando do destacamento e atuar sob as ordens diretas do comandante;

d - Empenhar-se na manutenção de um elevado moral do grupo e em criar um ambiente de fraternidade entre os combatentes;

e - Dirigir, de acordo com as Normas e Planos Gerais, o treinamento militar do grupo;

f - Exercer o controle das armas e munições do grupo, a fim de que se encontrem sempre em perfeito estado;

g - Supervisionar o abastecimento do grupo;

h - Reunir periodicamente os combatentes do grupo para fazer o balanço das atividades do mesmo, receber críticas e sugestões.

11 - O chefe do grupo tem um substituto eventual, que ocupará o posto de chefe de grupo na ausência ou impedimento deste.

III

12 - O destacamento é uma unidade militar das FGA, composta de três grupos, que dispõe de relativa autonomia e opera sob a direção da Comissão Militar.

13 - O destacamento tem uma área determinada de operação.

14 - O destacamento pode atuar isoladamente ou sob as ordens diretas da Comissão Militar em coordenação com outros destacamentos.

15 - O destacamento tem sua própria logística.

16 - O destacamento tem um comandante e um vice-comandante.

17 - O comandante do destacamento, dentro das diretrizes da Comissão Militar, dos Regulamentos e Normas, possui pleno poder de decisão sobre todos os assuntos do destacamento. Suas atribuições são as seguintes:

a - Nomear e destituir chefes de grupo assim como seus substitutos eventuais;

b - Indicar entre os chefes de grupo o substituto eventual do comandante do destacamento para o caso em que surja impedimento do comandante ou vice-comandante do destacamento;

c - Velar pela execução dos Regulamentos e Normas;

d - Manter o destacamento permanentemente em condições de combate;

e - Planejar ou dirigir as operações de combate do destacamento;

f - Planejar e controlar o treinamento militar do destacamento;

g - Cuidar da logística do destacamento em todos os seus aspectos;

h - Organizar o serviço de informações e comunicações na área do destacamento.

18 - O vice-comandante do destacamento tem as seguintes atribuições:

a - Substituir o comandante do destacamento em sua ausência ou impedimento;

b - Exercer as funções de Comissário Político, empenhando-se no trabalho de elevação do nível político e da consciência dos combatentes, na manutenção de um alto moral no destacamento e na criação de um ambiente fraternal entre os comandos;

c - Assessorar diretamente o comandante do destacamento militar no planejamento e na execução das operações de destacamento.

IV

19 - As Forças Guerrilheiras são constituídas pelos destacamentos que operam na região e são comandadas por uma Comissão Militar.

20 - A Comissão Militar tem as seguintes atribuições:

- a - Planejar, coordenar e dirigir as operações militares no conjunto da região;
- b - Nomear ou destituir os comandantes ou vice-comandantes dos destacamentos;
- c - Coordenar e controlar a preparação militar, em todos os seus aspectos, das Forças Guerrilheiras;
- d - Definir a área de operações das Forças Guerrilheiras e as zonas de operação de cada destacamento;
- e - Coordenar e controlar toda a logística das Forças Guerrilheiras;
- f - Organizar as reservas estratégicas no que se refere à logística;
- g - Organizar e controlar o serviço de transportes e comunicações com os destacamentos;
- h - Organizar e coordenar o serviço de saúde;
- i - Organizar o serviço de informações.

21 - A Comissão Militar é um órgão designado pelo Comitê Político da Região guerrilheira e a ele subordinado. A Comissão Militar submete à aprovação do Comitê:

- a - Sua atividade geral, inclusive os nomeamentos e destituições de comandantes e vice-comandantes dos destacamentos;
- b - A criação de novas unidades ou a alteração na estrutura das forças guerrilheiras.

22- As ações mais importantes sobre o desenvolvimento da luta armada são tomadas pelo Comitê Político.

V

23 - As Forças Guerrilheiras, além de atividade militar, realizam trabalho produtivo, tendo em vista a sua autossustentação.

24 - O trabalho produtivo deve ser sempre planejado de modo a não prejudicar a atividade militar, sendo que, pelo contrário, buscando fortalecê-la.

VI

25 - As relações entre os combatentes são democráticas e regidas por um alto espírito de camaradagem, solidariedade e respeito mútuo. Os combatentes tratam-se como companheiro. Cada combatente se esforçará não somente por cumprir integralmente suas obrigações, mas buscará, além disso, o êxito do conjunto.

VII

26 - O combatente, em suas relações com o povo, deve observar o seguinte:

- a - Conhecer os problemas das massas e ajudá-las na medida do possível;

- b - Respeitar a família, os hábitos e os costumes das massas
- c - Não tomar nada das massas, pagar o que se compra ou devolver o que se toma emprestado;
- d - Não tratar as massas com arrogância;
- e - Realizar a propaganda revolucionária entre as massas.

VIII

27 - O comandante, no trato com os prisioneiros, deve obedecer às seguintes normas:

- a - Não maltratar o prisioneiro, oferecendo-lhe os alimentos e os medicamentos, no caso de estar ferido;
- b - Revistar minuciosamente o prisioneiro e requisitar-lhe qualquer tipo de arma;
- c - Identificar o prisioneiro e levá-lo frente ao chefe de grupo que procederá ao interrogatório preliminar;
- d - Não permitir que o prisioneiro conheça todos os combatentes, locais e armamentos;
- e - Não conversar com o prisioneiro, uma vez que apenas os encarregados do interrogatório poderão fazê-lo.

IX

28 - As infrações à disciplina são qualificadas como leves, sérias e muito graves;

29 - Em caso de infração leve, o comandante do destacamento faz ao combatente uma advertência particular ou diante do grupo ao qual pertença o infrator.

30 - Em caso de infração séria, o comandante do destacamento critica o infrator diante dos demais combatentes e aplica uma pena que sirva para fazê-lo compreender o erro cometido.

31 - Em caso de infração grave, o comandante do destacamento transfere a questão para a Justiça Militar Revolucionária.

32 - As Forças Guerrilheiras têm seu hino, suas formas de saudação, suas bandeiras e seus estandartes.

FORÇAS GUERRILHEIRAS DO ARAGUAIA

BRASIL, meados do ano de 1973.” (DGA, 1985, p. 67-74)